



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

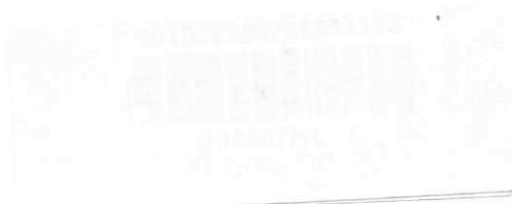
PROCESSOS SOCIAIS, ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS E MUDANÇA AMBIENTAL
EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO NORTE DO
TOCANTINS.

FELIPE OTÁVIO CAMPELO E SILVA

ORIENTADORA: RAMONILDES GOMES

Campina Grande

2008



FELIPE OTÁVIO CAMPELO E SILVA

PROCESSOS SOCIAIS, ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS E MUDANÇA
AMBIENTAL EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO
NORTE DO TOCANTINS.

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Ciências Sociais da
Universidade Federal de Campina
Grande (PPGCS/UFCG), em
cumprimento às exigências para
obtenção do grau de mestre.

Campina Grande - Paraíba

2008

DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S586p

2008 Silva, Felipe Otávio Campelo.

Processos sociais, estratégias produtivas e mudança ambiental em assentamentos de reforma agrária no norte do Tocantins / Felipe Otávio Campelo Silva. — Campina Grande, 2008.

186f. : il. Color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

Referências.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ramonildes Alves Gomes.

1. Assentamentos Rurais. 2. Instituições. 3. Estratégias Produtivas. 4. Mudança Ambiental. I. Título.

CDU – 316.334.55(043)



Banca examinadora

Prof.^a Dra. Ramonildes Gomes
(Orientadora)

Prof.^o Dr. Luis Henrique Cunha
(Examinador interno)

Prof.^a Dra. Maria de Nazareth Baduel Wanderley
(Examinadora externa)

Para estudar o passado de um povo, de uma instituição, de uma classe, não basta aceitar ao pé da letra tudo quanto nos deixou a simples tradição escrita.

É preciso fazer falar a multidão imensa dos figurantes mudos que enchem o panorama da história e são muitas vezes mais interessantes e mais importantes do que os outros, os que apenas escrevem a história.

Sérgio Buarque de Holanda

IN MEMORIAN

Ao companheiro Zé Preto, jovem militante do MST do Tocantins, assassinado em Janeiro de 2007, pelas balas assassinas do latifúndio. Seguimos honrando seu sangue companheiro!

AGRADECIMENTOS

Não poderia iniciar de outra forma se não a falar de amor. Amor imenso por ti, minha doce Eleneuda e do qual agradeço por existir em minha vida, razão da minha força para seguir na luta.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pela concretização de sonhos e esperanças no caminhar da busca de um mundo justo.

Sigo agradecendo a Professora Ramonildes Gomes, que me orientou na condução desse trabalho, que através de suas críticas e sugestões, me ajudaram a empregar diversos olhares sobre a complexa realidade estudada.

Ao professor Luis Henrique Cunha, pela enorme contribuição que suas críticas tiveram na definição de algumas escolhas, e pelo seu interesse e disposição durante a elaboração desse trabalho.

Aos companheiros do MST do Tocantins, Antônio Marcos, Júlia, Eva, Edilene, José Miguel, Flávio, Daniel, Cleidiane, Natal, Adão, Toinha, Cacheado, Carlos André e demais companheiros da direção estadual.

Aos irmãos de luta da CPT do Tocantins, Dos Anjos, Edmundo, Silvano, Xavier, Dácio e Trindade, pela incrível dedicação na luta pela reforma agrária e contra o trabalho escravo. A amada família que se constituiu na primeira turma de mestrado da Via Campesina, Automar, Esmeraldo, Fabya e Paulão, saudades das violas, cervejas e da solidariedade que praticamos em nosso dia-dia.

Aos amigos de Mestrado, Cristiane, Manuela, Carla, Franqueline, Suely, Sirlei, Elenar e Sandra.

Aos demais professores do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pela fundamental contribuição acadêmica.

Aos companheiros Rosivaldo, Claudinha e Artur pela afetividade na hospedagem em sua casa e pelo apoio de todas as horas.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação por todo apoio durante o curso.

Ao MST da Paraíba pelo fundamental apoio na estruturação da primeira turma de mestrado da Via Campesina.

Aos companheiros do MST do Estado da Bahia, pela acolhida nessa minha nova fase da vida.

Aos assentados do P.A 1º de Janeiro, pelo apoio nesse trabalho, pelas entrevistas concedidas, pela acolhida, pelas rodas de fogueira e por seguirem duvidando das forças dos opressores, e do qual estendo meus agradecimentos aos camponeses desse país.

À minha família, minha mãe Mirian Campelo e Silva, meu Pai Garibaldi França e Silva, meu irmão Rodrigo Otávio, e você Marcelo Otávio, onde estiver, estará presente na saudade.

Aos educandos do Curso de Gestão da Produção Agrícola em Assentamentos da Reforma Agrária do estado da Bahia, pela amizade e companheirismo e boa acolhida na minha nova moradia.

E por fim, ao meu vizinho e chapa Sabiá Laranjeira, pelas agradáveis melodias que me embalavam na motivação para escrita desse trabalho.

RESUMO

O modelo agrícola implementado na região norte do Tocantins nos últimos 50 anos, a partir do projeto de expansão da fronteira agrícola na região amazônica, tem intensificado tanto o acirramento nos conflitos pela posse da terra, como causado impactos ambientais significativos. A lógica econômica homogeneizadora baseada na instalação de extensos latifúndios para a prática da pecuária extensiva do gado, nas décadas de 60 e 70, deixaram heranças ambientais, sociais, políticas, econômicas e culturais, significativas para centenas de assentamentos que se formaram na região a partir do final da década de 80.

Este trabalho procura focalizar, as relações entre os processos sociais ocorridos na região norte do Tocantins nesse período, e, as influências que esses exerceram sobre as escolhas das estratégias produtivas das famílias assentadas no Projeto de Assentamento 1º de Janeiro, bem como as conseqüências ambientais decorrentes.

Identificamos que as escolhas das estratégias produtivas adotadas pelas famílias em suas trajetórias de vida no tempo anterior ao assentamento, estão atreladas em grande parte, às relações de poder estabelecidas em torno da posse da terra, marcada pelo avanço da força oligárquica rural na região. Já no tempo de assentamento, fatores econômicos, políticos e ambientais, exercerão influências determinantes nas escolhas das estratégias produtivas, através de constrangimentos que exigirão constantes modificações por parte das famílias assentadas.

O processo de pecuarização da região se mantém também, na estratégia produtiva da maioria das famílias assentadas, intensificando o processo de degradação ambiental da área, tendo como elemento fomentador, à atuação do mercado, a elevada produtividade do trabalho, as heranças ambientais e de infra-estruturas, bem como, a atuação do estado com suas práticas autoritárias e atreladas às elites rurais locais. O processo de intensificação da degradação das pastagens tem levado muitas famílias a elevarem o efetivo pecuário nos lotes, para compensarem as baixas produtividades, estabelecendo um ciclo de degradação ambiental e empobrecimento econômico, que tem colocado a temática ambiental no âmbito do debate sobre a reforma agrária na região.

A manutenção da lógica produtiva de diversificação de culturas agrícolas destinadas principalmente à subsistência alimentar e venda de excedentes para o mercado local, aliado a criação de pequenos animais, ainda se faz presente em grande parte das famílias assentadas, o que em determinada maneira tem contribuído na garantia do atendimento das necessidades básicas das famílias, porém as áreas de pastagens se destacam na ocupação territorial dos lotes, e tem atuado como um elemento concorrente da estratégia camponesa de manutenção do ciclo energético na propriedade.

As estratégias produtivas são pensadas então, dentro de uma lógica de manutenção da capacidade reprodutiva das famílias, onde o gado se torna um elemento de “resistência” camponesa, uma alternativa de permanência sobre o lote dentro de um ambiente altamente adverso para outras estratégias, mesmo que contraditório e insustentável em médio prazo. Nesse sentido, urge a atuação em rede de setores da sociedade civil e estado, no sentido de criar alternativas sustentáveis produtivas, ações de recuperação ambiental dos assentamentos, estimulando as práticas agroecológicas e o acesso ao mercado desses produtos.

Sumário

INTRODUÇÃO	01
1. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E SISTEMAS PRODUTIVOS NA REGIÃO NORTE DO TOCANTINS: O CASO DO ASSENTAMENTO 1º DE JANEIRO	20
1.1. O município de Palmeiras do Tocantins	21
1.2. O histórico de ocupação da área do assentamento 1º de Janeiro	26
1.3. Conflitos agrários e a formação dos assentamentos da reforma agrária no Tocantins	35
1.4. Localização e territorialização do assentamento 1º de Janeiro	39
1.4.1. Aspectos sociais	43
1.4.2. Aspectos ambientais	47
1.5.4.1. O sistema de Classificação de Uso da Terra	47
1.5.4.2. Os diferentes solos do assentamento	52
1.5.4.3. Hidrografia nas regiões	56
1.5.4.4. O uso atual dos solos na diferentes regiões do assentamento	57
2. O PROCESSO DE PECUARIZAÇÃO DA REGIÃO NORTE DO TOCANTINS E SUAS INFLUÊNCIAS SOBRE O ASSENTAMENTO 1º DE JANEIRO	65
2.1. Pecuarização e mudanças ambientais no norte do Tocantins	66
2.2. Pasto, pastagens e a pressão sobre os recursos naturais	70
2.3. A reserva legal e a tragédia dos bens comuns?	76
3. DE "sem terra" à SEM TERRA: O PERCURSO DAS FAMILIAS EM RELAÇÃO À POSSE DA TERRA E ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS ADOTADAS	85
3.1. O percurso histórico na busca pela terra	87
3.1.1. O tempo de posseiro	91

3.1.2	A chegada do gado: O juqueiro e o agregado	94
3.1.3	Cadê a mata que tava aqui? O vaqueiro e a cidade	96
3.2.	O tempo de acampamento	101
3.2.1.	A chegada do MST	101
3.2.2.	O trabalho de base	105
3.2.3.	A organicidade	106
3.3.4.	As estratégias produtivas no acampamento	109
3.3.	O tempo de assentamento: A percepção das famílias diante das políticas públicas, rumo ao estranhamento?	115
3.3.1.	O parcelamento do assentamento: “os dados estão rolando” ..	117
3.3.2.	O crédito PRONAF - A: O gado ou nada:	
4.	A CONTITUIÇÃO DAS DIFERENTES ESTRATÉGIAS PRODUTICAS DO ASSENTAMENTO 1º DE JANEIRO:	132
4.1.	O processo de trabalho em uma nova realidade ecológica e espacial: .	134
4.1.1.	A roça de toco	135
4.1.1.1	A dinâmica de derruba, culturas agrícolas e pousio ..	138
4.1.2.2	A dinâmica de derruba, culturas agrícolas e capim ...	141
4.1.2.	A composição familiar e influência na escolha da estratégia produtiva	144
4.2.	A estratégia produtiva adotada pelos assentado	148
4.2.1.	A metodologia utilizada para a diferenciação dos diferentes sistemas produtivos:	148
4.2.2.	O sistema: gado e culturas agrícolas	151
4.2.3.	O sistema: gado, pequenos animais e culturas agrícolas	162
4.2.4.	O sistema: culturas agrícolas e pequenos animais	169
4.2.5.	O sistema: gado e pequenos animais	172
4.	REFERÊNCIAS	179
5.	Anexos	190
5.1	Roteiro do questionário aplicado	190
5.2	Roteiro das entrevistas aplicadas	191

Lista de Tabelas

01.	Estrutura fundiária do Município de Palmeiras do Tocantins	25
02.	Assentamentos no município de Palmeiras do Tocantins	25
03.	Histórico de ocupação da área do assentamento 1º de Janeiro	34
04.	Estruturas existente no assentamento 1º de Janeiro	45
05.	Sistema de Capacidade de Uso da Terra	48
06.	Classificação de Uso da Terra do Assentamento 1º de Janeiro	51
07.	Aspecto de comercialização para produtos agrícolas no assentamento	61
08.	Relação entre efetivo pecuário e porcentagem da vegetação nos lotes	74
09.	Itinerário histórico das famílias em relação à posse da terra	100
10.	Itens financiados no projeto PRONAF-A do assentamento 1º de Janeiro	128
11.	Comparação do PRONAF – A com a situação atual	129
12.	Calendário sazonal das atividades agrícolas	136
13.	Distribuição espacial e temporal de um “sistema ideal” de rotação de cultivo em roça de toco	140
14.	Matriz dos sistemas produtivos do assentamento 1º de janeiro	149

Lista de Figuras

01.	Mapa da região norte do Tocantins e localização do município de Palmeira do Tocantins	22
02.	Localização do estado do Tocantins e do município de Palmeira do Tocantins	23
03.	Uso do solo da área no tempo anterior ao assentamento	33
04.	Localização do assentamento 1º de Janeiro	39
05.	Divisão das regiões do assentamento e áreas de reserva legal	41
06.	Localização espacial das fazendas que deram origem ao assentamento	51
07.	Caracterização dos diferentes solos do assentamento 1º de Janeiro	53
08.	Disposição dos recursos hídricos no assentamento 1º de Janeiro	56
09.	Uso atual dos solos da região norte do Tocantins	68

10.	Localização das áreas de reserva legal no assentamento	77
11.	Lote do assentado José Dugusan	141
12.	Localização espacial do lote 89	154
13.	Uso atual do solo do Lote 89	156
14.	Localização espacial do lote 125	158
15.	Uso atual do solo do lote 125, em 2001 e 2007	159
16.	Uso atual do solo do lote 123, em 2001 e 2007	161
17.	Localização espacial do lote 29	166
18.	Uso atual dos solos do lote 29	167
19.	Localização espacial do lote 155	172
20.	Localização espacial lote 100	176
21.	Uso atual do solo do Lote 100	177

Lista de Gráficos:

01.	Renda per capita: Brasil, estado e município	24
02.	Número de famílias assentadas pelo INCRA no Tocantins	38
03.	Relação de gênero dos assentados	46
04.	Relação da faixa etária dos assentados	46
05.	Distribuição da composição familiar do assentamento	47
06.	Capacidade suporte da área das fazendas que originaram o assentamento	47
07.	Uso atual do solo do assentamento 1º de Janeiro	58
08.	Distribuição da área útil agropecuária	58
09.	Média de culturas por lote no assentamento	59
10.	Porcentagem de produtores por região do assentamento	59
11.	Área média agrícola plantada por região do assentamento	59
12.	Comparação da produtividade média por região do assentamento	60
13.	Comparação da produtividade média do assentamento, município, região administrativa e estado.....	60
14.	Distribuição do efetivo de pequenos animais no assentamento (aves)	62
15.	Distribuição do efetivo de pequenos animais no assentamento (suínos)	62
16.	Distribuição do efetivo de gado no assentamento	63
17.	Média de gado por família por região	63

18.	Porcentagem de criadores de gado por região	63
19.	Uso atual do solo por região	64
20.	Efetivo de bovinos no Tocantins e norte do estado	67
21.	Taxa de desmatamento no Tocantins	69
22.	Relação entre capacidade suporte forrageiro e efetivo pecuário no assentamento	72
23.	Relação entre efetivo pecuário e área de mata dos lotes	74
24.	Relação entre quantidade de gado e presença de mata nos lotes	76
25.	Previsão da área a ser desmatada no assentamento para o ano de 2007	76
26.	Previsão da área a ser desmatada no assentamento para o ano de 2007 e a relação com o efetivo pecuário dos lotes	76
27.	Origens das famílias do P.A 1º de Janeiro	87
28.	Propostas produtivas para o assentamento debatidas nos N.B's	130
29.	Distribuição da faixa etária dos assentados	146
30.	Relação entre sistema produtivo e composição familiar	147
31.	Relação das estratégias produtivas e relação (C/T) e composição familiar	147
32.	Relação das estratégias produtivas com a composição familiar	147
33.	Uso atual do solo – Gado e culturas agrícolas	152
34.	Efetivo pecuário versus capacidade suporte	152
35.	Uso atual do solo: Gado, culturas agrícolas e pequenos animais	164
36.	Efetivo pecuário versus capacidade suporte	165
37.	Uso atual do solo: culturas agrícolas e pequenos animais	171
38.	Uso atual dos solos: Gado e pequenos animais	174
39.	Efetivo pecuário versus capacidade suporte ..	175

Lista de Fotos:

01.	Forma principal de acesso a região Mosquito e Croata	42
02.	Queimada sobre as áreas de reserva legal no assentamento	78
03.	Aspecto da pastagem sobre as áreas de reserva legal no assentamento	78
04.	Aspecto geral das casas dos lotes	121

Lista de siglas:

- Basa – Banco da Amazônia
- CPMI – Comissão Mista Parlamentar de Inquérito
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- DRP – Diagnóstico Rural Participativo
- EIA – Estudo de Impacto Ambiental
- GETAT – Grupo Executivo para Terras da região Araguaia-Tocantins
- IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais renováveis
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
- IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MPF – Ministério Público Federal
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- ONG – Organizações Não-Governamentais
- PT – Partido dos Trabalhadores
- PJR – Pastoral da Juventude Rural
- PNRA – Plano Nacional da Reforma Agrária
- PDRI – Programa de Desenvolvimento Rural Integrado
- STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
- SEPLAN – Secretaria de Planejamento do estado do Tocantins
- SPVEA – Superintendência do Plano de Desenvolvimento Econômico para a Amazônia
- ZEE – Zoneamento Econômico e Ecológico

INTRODUÇÃO

A marcha de quatrocentas famílias sem-terra em direção a fazenda WM-1, localizada no município de Palmeiras do Tocantins, região norte do estado, em 1º de Janeiro de 1998, é considerada o marco inicial da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pela reforma agrária no estado do Tocantins. Depois de um ano de intenso trabalho de base nesse e nos municípios vizinhos, e após um estudo minucioso, tomando como base informações relativas ao tamanho da área, vegetação existente, características dos solos e os resultados da vistoria do INCRA, para enfim escolher a área a ser ocupada foi realizada a ação de ocupação. A ocupação propriamente dita ocorreu nas últimas horas do ano de 1997, uma estratégia para “driblar” qualquer tentativa de reação por parte dos fazendeiros locais, que já sabendo de uma movimentação na região, possivelmente organizariam uma reação armada contra os “invasores”.

Se esta ação, por um lado, representou de fato e simbolicamente o início das atividades de um movimento social de luta pela reforma agrária, conhecido nacional e internacionalmente como é o MST, e de algum modo alterou as relações sociais entre os movimentos populares do campo e destes com as forças oligárquicas rurais locais, órgãos governamentais e outras forças políticas estaduais; por outro lado, significou a continuidade de um intenso, permanente e histórico movimento de luta pelo acesso e uso da terra e dos recursos naturais existentes na região norte do Tocantins.

Este trabalho procura então, a partir da análise do Projeto de Assentamento 1º de Janeiro, localizado na região norte do Tocantins, relacionar processos sociais ocorridos antes e no “tempo de assentamento”, com as motivações das famílias por diferentes estratégias produtivas. Considerando que estes processos, por sua vez estão envoltos e envolvidos em complexas relações de poder, historicamente estabelecidas na região norte, e que resvalam em alterações ambientais com conseqüências imprevisíveis e comprometedoras.

Considera-se que a criação do assentamento consiste numa política de intervenção fundiária, que atende diretamente, uma gama diversa de beneficiários (Medeiros & Leite, 2004), entre os quais assentados que em suas trajetórias de vida foram, posseiros,

agregados, juqueiros¹, sem terra, diaristas, trabalhadores rurais assalariados, vaqueiros, pequenos e médios proprietários, moradores da periferia urbana, acampados, enfim, essas famílias percorreram um verdadeiro itinerário histórico em relação à posse da terra até o momento do assentamento, que foram exigindo, uma constante construção e reconstrução de suas estratégias em relação o acesso e uso dos recursos naturais.

O momento do assentamento então, passa ser entendido aqui, não como um início, como um “ponto de partida”, e sim como um momento a mais na intensa e constante luta em busca de um local onde possam garantir suas estratégias de sobrevivência, um local de reinvenções de relações sociais, de territorialização e desterritorialização, de encontro com diversos outros, individuais e coletivos, cujas trajetórias longe de serem desprezadas, são acionadas sob novas formas de controle e lógicas.

Guanziroli (2001), ao falar sobre o sistema de produção na agricultura familiar assinala que a complexidade dos diferentes sistemas produtivos é resultado de uma lenta e laboriosa engenharia social, econômica, ambiental e cultural, e afirma:

Um sistema de produção reflete não apenas as potencialidades e restrições socioambiental-agronômicas particulares de cada local, mais também a história local e das famílias que o adotam. A compreensão de sua lógica e dinâmica requer a reconstrução de seu itinerário histórico, das encruzilhadas, restrições e oportunidades enfrentadas pelas famílias (Guanziroli, 2001, p.116).

A constante busca de um local que possibilite reconstituir o equilíbrio ecológico para a sua sobrevivência, a natureza se insere não como um objeto da ação do homem, como uma variável do estudo, mas sim, como um elemento dinâmico, pois se modifica a partir dela, reage, onde as relações entre homem e natureza se dão num processo de reciprocidade, sendo influenciada, e influenciando as dinâmicas dentro dos processos sociais. Nesse sentido, a natureza entendida aqui como fruto de construções sociais é simbolicamente percebida, não existindo, portanto uma única natureza, e sim, “várias naturezas”, compreendidas a partir das trajetórias de vidas e das posições sociais que ocupam os diferentes atores sociais que com ela se relacionam.

¹ - Sobre esse termo ver o capítulo III.

O desenho acima descrito seria então, o mote principal do meu campo de análise, pois para compreendermos os motivos que levam os assentados a adotarem determinadas estratégias produtivas em detrimento de outras, consideramos a necessidade de analisar, além das modificações históricas nas dinâmicas sociais, econômicas, culturais e as relações de poder que as articulam e que são articuladas dentro delas, mas também, à compreensão dos mecanismos de interação desses processos com a natureza.

Mecanismos estes que se tornam relevantes, quando tomamos como local de estudo, um assentamento de reforma agrária, localizado na região norte do Tocantins, cuja área foi fortemente antropizada nos últimos 60 anos, em decorrência do processo de expansão da pecuária extensiva, ligado às políticas nacionais de desenvolvimento econômico e de integração nacional para a região da fronteira amazônica. Neste sentido, aos assentados, mais do que o espaço em si, agora constituído como um novo território, a aquisição da terra implica a herança de um ônus ambiental, decorrente dos sucessivos modelos agropecuários adotados nos antigos latifúndios.

Tal realidade será possível compreender, no decorrer do trabalho, analisando a área que constitui hoje o assentamento 1º de Janeiro. Até a década de 40 esta área foi ocupada pelos índios Apinayés, que a utilizavam, como “fundo de aldeia” para caça, pesca e extrativismo vegetal, bem como pelos posseiros recém-chegados da região nordeste do país. A partir da década de 40, os fazendeiros começam a se instalar na região, e iniciam um processo de grilagem das terras, que faz desaparecer os dois atores sociais iniciais, configurando-se a área, como fragmentos de três fazendas que se expandem para além do município.

Alguns desses posseiros reaparecerão na área, primeiramente como agregados, e depois como vaqueiros, outros aparecerão como diaristas ou juquieiros, de toda forma, o modelo tecnológico empregado pelos fazendeiros durante toda a década de 40 e até o início da década de 80, se baseava nas grandes queimadas para renovação natural das pastagens nativas ali abundantes. A partir da década de 80 se insere na área, o pasto *braquiária decumbens*, mais resistente às condições de baixa fertilidade natural e alta acidez dos solos, porém a dinâmica de super-pastejo, aliado a falta de ações de manejo no sentido de minimizar o processo de compactação e erosão superficial dos solos, estabeleceu uma dinâmica contínua de degradação dos recursos naturais locais, que

segundo um de nossos entrevistados, que trabalhava numa dessas fazendas desde o final da década de 60, e hoje é assentado no P.A 1º de Janeiro, foi um dos motivos que levou o seu antigo “patrão” a negociar a fazenda junto ao INCRA, antes mesmo da ocupação.

Do dia da ocupação até a data do parcelamento dos lotes, se passaram quase três anos, o que exigiu a construção de normas e regras bem definidas para o acesso e uso dos recursos naturais, neste período, mediadas pela presença de um novo ator social, o MST, que durante o tempo de acampamento adotou um sistema de cinco roças coletivas. As normas e regras adotadas naquele momento eram precedidas de reuniões, assembléias, acordos coletivos e negociações internas, este processo tinha como objetivo, garantir à produção agrícola, sem, contudo, permitir o uso desordenado dos recursos naturais baseado nas escolhas individuais, evitando assim a concretização da “tragédia dos comuns” de Hardin (2002).

O P.A 1º de Janeiro era uma área de 6.200 hectares, com uma forte presença de pastagens nativas, grande parte delas em avançado estado de degradação; com fragmentos dispersos de matas de babaçuais, que para os assentados, são indicadores de “terras boas” para cultivo; além da predominância das áreas de cerrado associadas, ou não as pastagens nativas; áreas de capoeira grossa e capoeira fina, indicando a antropização recente; além de áreas dispersas de pastagens artificiais. A ação coletiva no sentido da regulação desses recursos se tornou necessária para evitar que as 400 famílias ali instaladas pudessem desencadear conflitos, pela disputa das melhores áreas para a produção agrícola.

De toda forma, do início das primeiras roças coletivas no tempo de acampamento, à implementação das estratégias produtivas nos lotes individuais já no tempo de assentamento, uma contradição sempre permeou as escolhas produtivas dos assentados. De um lado, havia uma lógica produtiva secularmente apreendida, a partir de suas trajetórias de vida, baseada na “roça de toco”, que tinha como pressuposto a derruba e queima da mata, seguido de pousio da área por aproximadamente 15 anos, para permitir a regeneração natural da biomassa florestal, o que exigia uma área considerável disponível para equacionar a relação, entre as necessidades das famílias e as características ecológicas típicas da região. De outro lado, a alta concentração demográfica no assentamento, o tamanho dos lotes, aliado as condições de degradação ambiental que se

encontrava a área, bem como à composição da unidade familiar e a baixa capacidade econômica das famílias para adotar outro modelo, ocasionava uma invariável pressão sobre os recursos de mata ainda existentes.

Soma-se a isto, o papel do Estado e suas formas e lógicas de intervenção, cuja atuação sempre esteve umbilicalmente atrelada à força política da oligarquia rural local. Assim, no tempo de assentamento as famílias assentadas tendem a reafirmar estratégias produtivas baseadas na monocultura da pecuária extensiva do gado, contradizendo a orientação política e técnica do movimento, bem como as condições ambientais, sociais, culturais e econômicas encontradas. Estas ações se materializavam a partir da atuação concreta da assistência técnica estatal, e da lógica econômica das instituições financeiras responsáveis por liberar o crédito PRONAF-A.

A experiência, como técnico que também atuou na área do 1º de Janeiro, possibilitou confirmar através da análise dos projetos, a imposição por parte dos técnicos das empresas estatais de assistência técnica, de uma lógica produtiva linear e homogeneizadora, baseada no “pacote” cerca-gado. Estes projetos formatados são percebidos pelos assentados como um jogo de “azar”, no tocante a aceitação deste tipo projeto como estratégia produtiva.

Ao conversar com um dos técnicos responsáveis pela elaboração dos projetos no assentamento, percebi que para ele a uniformidade dos itens financiados dos projetos, está atrelada a outros fatores. Um deles seria a imposição das agências financiadoras locais, que tinha um discurso “velado” sobre as vantagens econômicas dos projetos de gado em relação a outras propostas produtivas, o outro fator, estaria atrelado ao primeiro, seria a própria “pressão” das famílias em aprovar com rapidez os projetos, que exigiam dos técnicos a escolha produtiva de maior aceitação pelos agentes financiadores, e por fim, a concordância generalizada que a proposta da pecuária extensiva é o modelo produtivo mais viável economicamente para os assentamentos, confirmando a tese outras estratégias produtivas “fracassariam” pela dificuldade de comercialização dos produtos.

Ressaltamos que não nos cabe nesse trabalho procurar “uma verdade absoluta”, mas, compreender a percepção das famílias diante da relação estabelecida com o estado, na ocasião da introdução de uma política pública estratégica para o fortalecimento da produção agropecuária do assentamento, e, de como as conseqüências ambientais e

sociais seriam igualmente percebidas. Em outras palavras, nos interessa mais do que entender os processos sociais em disputa, compreender os diferentes significados que estes assumem para as famílias.

Neste cenário, identificamos que aspectos políticos, econômicos e sociais, vão impulsionar e corroborar para a lógica produtiva defendida pelo estado. Ou seja, uma lógica baseada na pecuarização das áreas de reforma agrária, e que serviram como um elemento a mais na intensificação dos processos de degradação ambiental do assentamento, uma vez que a implementação destas práticas não pressupunha a recuperação de extensas áreas de pastagens, degradadas dentro do assentamento, exigindo dos assentados, a expansão contínua dos pastos em direção às matas e capoeiras existentes. É importante salientar que a sustentabilidade deste modelo produtivo implica uma estratégia de ampliação do efetivo médio pecuário, para compensar os baixos índices de produtividade em condições ecológicas adversas, como forma de garantir o pagamento das parcelas do banco.

A metodologia utilizada pelo INCRA foi outro aspecto considerado. Para realizar o parcelamento dos lotes o INCRA fez uma adaptação do modelo norte-americano de classificação do uso da terra, que tem como parâmetros definidores, o relevo e as necessidades de práticas de conservação de solos manejados com alto índice tecnológico (Freitas, 2004). Este modelo de classificação, não considerou o histórico de uso da terra, antes do tempo de assentamento, e os níveis de degradação dos recursos naturais ali existentes, nem tampouco, os projetos produtivos idealizados pelas famílias. Enfim, a construção coletiva, a partir dos conhecimentos locais junto com as famílias, não é considerada neste método, e não é a toa que a percepção das famílias sobre o dia do sorteio dos lotes, é lembrada como um dia de “sorte” ou “azar”, e que irá, ou não possibilitar a concretização daquilo que fora idealizado pelas famílias.

Portanto, há uma combinação de fatores que vão incidir sobre o processo as escolhas produtivas das famílias assentadas. As lógicas produtivas idealizadas, simbolicamente pelas famílias, serão alvos de fortes estratégias de constrangimentos, no plano das relações sociais, ambientais, políticas e econômicas estabelecidas, exigindo práticas produtivas diferenciadas, a partir da intensidade que cada uma delas afeta os indivíduos para a tomada de decisão e escolhas.

Se podemos definir uma lógica comum às estratégias produtivas dos assentados do P.A 1° de Janeiro, através da combinação de práticas baseadas na produção agrícola através da “roça do toco”, da criação de pequenos e grandes animais, além do extrativismo vegetal, lógica essa, também encontrada em diversos estudos sobre camponeses realizados na região de fronteira amazônica (Reynal, 1995; Guanzirolí, 2001; Musumeci, 1987; Carvalho, 2005), demonstraremos, a partir da análise das estratégias produtivas nos lotes, que há uma riqueza na combinação dessas práticas, e igualmente heterogêneas serão tanto às causas, quanto às conseqüências dessas escolhas.

Identificamos durante os trabalhos de campo, que há uma superioridade na diversificação das estratégias produtivas das famílias², onde a produção agrícola aparece em 90% dos lotes, geralmente numa combinação de três ou mais culturas e 72% dessas está associada à criação de gado, já os que apresentam na sua estratégia produtiva a criação de pequenos animais, representam 45% do total das famílias analisadas.

O trabalho que realizamos revela ainda, que se há realmente uma diversificação produtiva no assentamento, com a presença das culturas agrícolas, quando analisamos os dados sobre um outro enfoque, ou seja, pela ocupação territorial do assentamento, veremos que o gado assume um papel de destaque dentro das estratégias produtivas das famílias assentadas, pois as pastagens ocupam 85% de toda área útil agrícola e 46% da área total dos lotes no assentamento.

A análise da paisagem assume aqui, um importante indicador da força da estratégia produtiva da pecuária extensiva, e que de forma análoga ao sistema simbólico de Bourdieu (2002), apresenta-se como um espaço social, indicando que a trajetória histórica da pecuária extensiva na região, atrelada à figura da oligarquia rural local, não foi rompida com a criação do assentamento, ao contrário, foi ressignificada a partir dela, agora sobre novos parâmetros e com um novo ator social.

Nesse sentido, além dos dados numéricos sobre o uso atual dos solos, consideramos importante compreender as dinâmicas estabelecidas pelos assentados nesse uso, que por sua vez, requereu o exercício de relacionar quatro processos: a) as influências sobre as escolhas do local de moradia; b) tamanho e geometria dos lotes; c)

² - Sobre isso, ver com mais detalhes no item 4.2.

práticas produtivas adotadas; d) estratégias produtivas adotadas; que de forma resumida podemos apresentar essa relação da seguinte maneira:

Os assentados têm no geral como parâmetro de escolha do local de moradia, duas variáveis principais, a acessibilidade das estradas e a proximidade dos recursos hídricos, e onde não for possível conciliá-las, normalmente a proximidade da estrada é a opção preferencial, a casa nos lotes se encontra então, no local de mais fácil acesso ao meio externo. Aliam-se a este fator, os critérios para conformação geométrica do parcelamento dos lotes, que tomaram como base a acessibilidade aos recursos hídricos e às estradas, o que pelas características espaciais e ambientais do assentamento, os lotes assumiram uma conformação retangular, em média com cerca de 300 X 900 metros de largura. Neste sentido, o local de moradia geralmente encontra-se num dos extremos do lote, que é definido como à sua frente.

Tomando como base as práticas de “roça de toco”, e as estratégias produtivas calcadas na produção agrícola, combinada com a criação de pequenos e grandes animais, há um “caminhar da roça”, no sentido oposto ao local de moradia, onde inicialmente se derruba a mata, para a instalação das culturas agrícolas e em seguida o capim. Portanto, ao caminhar pelas estradas, ou pelas trilhas que levam aos lotes do assentamento, a paisagem principal observada é composta basicamente pelas pastagens. A roça, já se encontra a mais de 500 metros da casa, e assume certa “invisibilidade” na paisagem geral do assentamento.

Ante ao contexto acima descrito passarei a explicar e justificar meu interesse e envolvimento com esta problemática. A partir de 2003, fui designado enquanto técnico militante do MST, a intermediar o processo de mudança da assistência técnica do Estado, para a recém criada equipe de técnicos do movimento, fato este, que não foi aceito nem pelo INCRA, nem pela assistência técnica estatal, e que exigiram intermináveis reuniões até que no início de 2004 fosse efetivada.

Durante o ano de 2003, atuei no processo de articulação para a mudança da prestadora de serviço de assistência técnica, junto às duas associações do assentamento. Nos anos de 2004 e 2005, como coordenador da equipe técnica do MST no Estado, minhas visitas ao assentamento eram freqüentes. Lembro-me de dois episódios, que sendo aparentemente contraditórios (na época eles assim me pareciam), eram elementos

que me inquietavam na procura de estratégias de atuação da equipe técnica que pudesse de fato contribuir para uma efetiva melhora na qualidade de vida dos assentados.

O primeiro deles, foi um seminário promovido por entidades parceiras dos movimentos sociais no início de 2004, sobre a atuação das equipes de assistência técnica³ no Estado, onde percebia que a avaliação geral dos participantes sobre as estratégias produtivas dos assentados da região norte do Tocantins, baseada na monocultura do gado, estava atrelada a uma herança cultural, “a cultura do gado”, e que por traz da estratégia da pecuária, estaria um desejo “irremediável” de alguns assentados de se tornarem fazendeiros, e como discutiremos mais adiante, esta percepção é corroborada por algumas famílias entrevistadas.

Emergia, portanto, uma série de questões, entre as quais: que força cultural seria essa, capaz de “empurrar” milhares de famílias espalhadas em diversos assentamentos da reforma agrária, rumo ao caminho das incertezas da insustentabilidade dos lotes? Que elementos determinariam então os mecanismos de “resistência” ou de “adesão” ao pacote tecnológico do gado, já que outras famílias a negavam, adotando estratégias mais diversificadas nos lotes? E diante desta “força cultural” como atuaríamos no sentido de minimizar as visíveis conseqüências ambientais e econômicas, que indicavam para nós os sinais de falência desse modelo?

O segundo episódio está relacionado a uma oficina que realizamos no assentamento 1º de Janeiro, para debatermos as questões ambientais que afloravam no dia-a-dia dos assentados, como a degradação dos solos, o uso agropecuário em áreas de preservação permanente e de reserva legal. Neste encontro, um assentado atrelava as conseqüências ambientais do assentamento, à lógica da monocultura do gado, afirmando de forma enfática que “*os filhos não tem culpa da burrice dos pais*”, relacionando o gado, a insustentabilidade dos lotes no médio prazo, e que os filhos pagariam no futuro, o preço da estratégia produtiva adotada no presente. Outro assentado, contrapondo este argumento, afirmava que o gado é a única alternativa viável para o assentamento, e exemplifica a sua fracassada tentativa de instalar uma roça de melancia, que segundo ele

³ - Até o final do ano de 2005, existiam cadastradas no INCRA para a realização de assistência técnica, três prestadoras de serviço, a equipe de assistência técnica estatal, a equipe ligada ao movimento sindical criada em 1998 e a equipe do MST criada já em 2004. Que por afinidade políticas, atuavam no sentido de cooperação em atividades de campo, na promoção de seminários e na participação de mobilizações em favor da reforma agrária.

produziu muito bem, porém na hora da venda, esbarrou na dificuldade de escoar a produção.

Estes dois episódios se apresentavam para mim, como elementos dicotômicos para entender as diferentes estratégias produtivas dos assentados, de um lado, havia um grupo menor que apresentava uma espécie de “resistência camponesa”, caracterizado pela adoção de estratégias produtivas mais diversificadas. De outro lado, havia um grupo constituído pela maior parte dos assentados, que tinham “aderido” a estratégia da monocultura do gado proposta pelo Estado. A opção de “adesão” ou “resistência” seria determinada pela questão cultural, e em menor medida por aspectos ambientais e estruturais dos lotes.

Quando fui indicado pelo MST do estado do Tocantins, para participar do processo de seleção da primeira turma de mestrado em sociologia da Via Campesina no início de 2005, através de uma parceria dos movimentos sociais do campo com o programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, esses elementos que me angustiavam foram traduzidos, no projeto de pesquisa que se intitulava: Os avanços do agronegócio na região norte do Tocantins: influências culturais e conseqüências ambientais em assentamentos da reforma agrária. A idéia central era pensar como a forte presença do agronegócio na região (com destaque para a pecuária extensiva), provocava mudanças na paisagem, que por sua vez, influenciava culturalmente as famílias que ali viviam, a ponto de ao serem assentadas, reproduzirem esta lógica produtiva, intensificando os danos ambientais.

Porém no decorrer do curso em 2006 e na defesa do projeto no final deste mesmo ano, fomos percebendo que havia uma complexidade de fatores e atores sociais que influenciavam as decisões e as dinâmicas de acesso e uso dos recursos naturais, e que de uma determinada maneira, irão concorrer para as escolhas futuras das estratégias produtivas adotada pelos assentados.

Assim, a partir de 2007, e diante dessa nova perspectiva, iniciamos o trabalho de campo, a fim de compreender as relações dos processos sociais mais amplos, com as peculiaridades endógenas do assentamento, onde as históricas relações de poder estabelecidas na região, traduzidas nos conflitos agrários; na atuação do estado; na força do mercado; nas potencialidades e restrições ambientais herdadas no assentamento; nas

condições sócio-econômicas das famílias, fruto do itinerário histórico percorrido; são fatores que passam a exigir uma constante recriação das lógicas produtivas previamente idealizadas, a partir da “nova” conjuntura encontrada, o que remete a pensar na lógica, nas estratégias e nas práticas produtivas dos assentados, como um elemento cíclico em permanente mutação, sendo influenciada pelos processos sociais, mais igualmente influenciando-os.

Cabe aqui um destaque para o papel que a composição da unidade familiar exerce no processo de escolha destas estratégias, pois percebemos neste trabalho, que os assentados vão equacioná-las a partir da relação entre as necessidades de consumo e a quantidade de pessoas aptas para o trabalho, e que a partir dela vão procurar desenvolver estratégias no sentido de otimizar os custos e maximizar os benefícios do trabalho. Demonstramos, a partir da análise dos dados, a relação entre consumidores e trabalhadores (C/T) dentro da unidade familiar e as escolhas produtivas adotadas. Desta forma, o número de pessoas, a composição de gênero e a distribuição da faixa etária dentro da unidade familiar, foi um elemento nesta teia complexa que envolve os elementos da análise.

A metodologia utilizada neste trabalho procurou resgatar os processos sociais que, de forma tão diversa, articulam a trajetória de vida dos indivíduos. Procuramos compreender os significados com que esses se apresentam, a partir de suas múltiplas determinações. Assim como nos chama atenção Whitaker (2000, p. 56):

No entanto, a história que se constrói no chão social é tão rica de meandros e significados que precisamos compreender um número cada vez maior de fatos para explicar em profundidades processos que envolvem subjetividades em confronto dentro do movimento geral da história.

Iniciamos o trabalho a partir da análise documental, selecionamos documentos que pudessem nos ajudar a constituir uma visão geral sobre as estratégias produtivas dos assentados, bem como as características ambientais do assentamento e região. Para isto analisamos os seguintes documentos: questionário aplicado com 126 famílias assentados, na ocasião da elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA; 108 projetos do crédito produtivo do PRONAF-A elaborados pela assistência técnica estatal e aprovado pelo banco BASA em 2001; laudo técnico para desapropriação das fazendas

que deram origem ao assentamento, elaborado pelo INCRA e GETAT; relatório técnico elaborado pelo INCRA sobre o assentamento em 2004; e por fim, dados e documentos internos do MST do estado.

O questionário para elaboração do PDA, foi aplicado às famílias em março de 2006, por uma instância do MST, que denominávamos de coletivo estadual de PDA, no momento da efetivação deste trabalho, já estando no curso de mestrado, não pude estar presente. Esse coletivo era composto por técnicos, acampados e assentados (dirigentes ou não), e a elaboração deste questionário foi feito em conjunto com a COOPTER, uma cooperativa de trabalho de técnicos em assistência técnica e extensão rural que atuava com o movimento sindical dos trabalhadores rurais.

Esses questionários foram em grande parte aplicados nas casas dos assentados, e por certa quantidade de entrevistadores, todos eles ligados ao MST, como informou alguns dos participantes do trabalho. Em dezembro de 2006, tivemos acesso aos questionários, que foram repassados pelo coletivo.

Para a análise dos dados, elaborei uma planilha no programa EXCEL, do Microsoft Office, onde o eixo vertical era composto pelo o número do questionário e dos lotes, já no eixo horizontal, inserimos os dados referentes à situação de gênero e faixa etária, o uso atual do solo, avaliação de acessibilidade ao lote e aos recursos hídricos, área de pastagem, produção, consumo e venda anual, uso de fogo no lote, aptidão da terra, uso da reserva, e previsão de desmatamento para o ano agrícola subsequente.

Paralelamente elaboramos uma matriz, relacionando os dados referentes à produção anual com dois eixos, o da pecuária e o da produção agrícola, que será apresentada no capítulo IV. Derivaram daí 23 variações dentro das estratégias produtivas baseadas na produção agrícola e criação de suínos, aves e gado, que foram analisadas em planilhas diferentes.

O segundo passo foi agrupá-los em 4 sistemas, sendo eles: Culturas agrícolas e criação de gado; Culturas agrícolas, criação de gado e pequenos animais; Culturas agrícolas e pequenos animais e Criação de gado e pequenos animais. Em seguida analisamos em planilhas diferentes o cruzamento dos dados, tomando como base três categorias de análise: a) os 04 sistemas produtivos (25 variáveis); b) composição familiar (20 variáveis); c) as 05 regiões do assentamento (16 variáveis). Ressaltamos que para

análise dos sistemas produtivos e do uso atual dos solos, 11 questionários foram invalidados por apresentar dados incompletos ou contraditórios, porém o utilizamos para a análise dos dados referentes à composição familiar.

Cabe ressaltar que os dados analisados foram cruzados em forma de gráficos, que pela quantidade produzida de informações, disponibilizamos no documento apenas aqueles mais relevantes, e apresentamos tanto as médias obtidas como a linha de tendências das principais ocorrências dos dados. Como exemplo, quando analisamos o cruzamento dos dados da quantidade de pastos naturais, pastos artificiais, quantidade de gado e as categorias, apresentamos a média, principais ocorrências e linha de tendência.

Para a análise dos dados dos projetos do crédito agrícola PRONAF-A, elaboramos uma planilha no EXCEL, na qual o eixo vertical preenchemos com os nomes dos beneficiários e no eixo vertical todos os itens financiados, e suas quantidades, como horas de trator de esteira, quantidade de insumos, área de pastos artificiais, área de culturas agrícolas entre outros, os dados obtidos foram igualmente comparados com a análise dos questionários.

Os dados obtidos na análise desses documentos revelaram importantes instrumentos descritivos para construção de um panorama geral da situação social, produtiva e ambiental do assentamento, permitindo certa facilidade no cruzamento de informações, bem como agrupar uma infinidade de dados de forma sintetizada contribuindo para o entendimento e apresentação dos mesmos. Porém, como nos alerta Aguiar (1978), a pesquisa social baseada unicamente nos dados estatísticos apresenta limitações, pois seus dados ficam muito presos ao contexto investigado, e tem baixa explicação da variância obtida. Em outras palavras, eles ajudam a demonstrar um fenômeno, mais se torna ineficiente para explicar as causas e os significados destes para o grupo social no qual estão inseridos.

De posse das análises preliminares, e como forma de aprofundar a compreensão dos dados estatísticos, realizamos em abril de 2007, o trabalho de campo propriamente dito, permanecendo no assentamento por 20 dias, onde utilizamos as ferramentas disponibilizadas pela história oral e pela observação participante. Neste momento, realizamos entrevistas com 13 assentados, este trabalho foi complementado no Congresso nacional do MST, em junho de 2007, através da técnica da entrevista semi-estruturada,

quando tivemos a oportunidade de entrevistar a companheira Dirce Sostrok, ex-dirigente do MST do estado do Tocantins, responsável pelas articulações iniciais da ocupação e da organicidade do acampamento 1º de janeiro, que hoje atua no movimento pelo estado de Pernambuco, e a companheira Eleneuda Lopes Sousa, dirigente estadual do MST e acampada no município de Aguiarnópolis, vizinho ao assentamento.

As entrevistas com os assentados tiveram o objetivo de compreender a trajetória de vida das famílias antes do assentamento, de modo a procurar nestas, as articulações das diferentes estratégias produtivas com os processos sociais no qual estavam imersas. Se tornando uma importante ferramenta, pois nos ajudou a relacionar as constantes mudanças nas estratégias produtivas durante o itinerário histórico vivenciado por elas, bem como as relações de poder estabelecidas, e dentro deste “jogo”, como as famílias criaram estratégias para manter as condições de produção e reprodução da vida.

Entendemos que não poderíamos desprezar estas trajetórias, suas relações com a posse da terra e as estratégias produtivas experimentadas no tempo anterior ao acampamento, pois estas seriam acionadas nos tempos de acampamento e de assentamento. A metodologia de história oral penetra nesse universo, de forma a dar corpo ao entendimento desses fenômenos, pois como afirma Menezes e Cunha (2003, p. 38):

Até aquelas informações guardadas “na sobra incerta da lembrança” mostram-se de grande relevância na descrição e explicação de determinados processos sociais, experiências de vidas individuais e coletivas, revelando histórias não contadas, atores até então pouco notados (...).

Procuramos também com a estratégia metodológica da história oral, compreender a percepção das famílias sobre as novas relações sociais estabelecidas, com o mediador interno no tempo de acampamento (o MST), e com o estado já no tempo de assentamento. E, por fim, a oralidade possibilitou ilustrar a percepção das famílias sobre as principais causas que as levariam a assumir determinadas estratégias produtivas.

A história oral também busca fazer uma interpretação da fala do outro, reconstruindo não apenas os eventos, as experiências e os processos sociais, mais o sentido atribuído pelos seus praticantes. Os trabalhos baseados nos relatos orais tentam incorporar as vantagens da subjetividade dos documentos. Ao se incorporar as relações de subjetividade, entre o pesquisador e o informante, questiona-se o pressuposto da verdade histórica (Menezes, 1983, p. 29).

Esta relação de subjetividade, entre pesquisador e informante, exigiu alguns cuidados durante meu trabalho de campo, pois apesar de ter atuado durante três anos como técnico militante do MST, conhecendo em decorrência desse tempo de atuação todas as famílias entrevistadas, e, participado com algumas delas de mobilizações, e com outras sendo gentilmente hospedado durante minhas “idas” e “voltas” ao assentamento, tínhamos claro que havia um “distanciamento” entre nós, tanto pela minha posição social (técnico-militante do MST), como pela própria, e diria inevitável, dinâmica estabelecida entre o pesquisador e o entrevistado, assim como nos alerta Portelli (1981, p.20).

Devemos, não obstante, fazer um esforço para criar um ambiente em que as pessoas tenham condições de estabelecer os próprios limites e de tomar as próprias decisões a esse respeito. Não o conseguiremos ignorando as diferenças que nos tornam desiguais, nem paternalística (e desonestamente) simulando uma igualdade que inexistente. Em vez disso, devemos deitar por terra a diferença, encara-la menos como uma distorção da comunicação do que como a própria base desta e situar a conversa no contexto da luta e do trabalho, com o intuito de criar igualdade.

Vivenciamos isso na prática, ao entrevistarmos a assentada Toinha, que participou por duas vezes da direção estadual do movimento, sendo desde o início uma ativa militante. Sua casa na agrovila, sempre foi uma espécie de ponto de apoio para nós militantes, tanto pela sua extrema generosidade na acolhida, como não posso deixar de mencionar a sua abençoada qualidade nas artes culinárias, onde a fama da sua galinha caipira cozida no leite do coco babaçu, rompeu as fronteiras do nosso estado.

Sempre que me hospedava em sua casa, durante os anos que atuei no assentamento, tinha como prática de fim de tarde, me dirigir ao seu quintal para ler, pois me agradava o contato com aquela quantidade e variedade de flores. Numa dessas ocasiões ela me pediu que contasse a história do livro, o que se transformou num incrível diálogo entre o autor e a assentada, o livro que lia na ocasião era a Revanche Camponesa de Jadir de Moraes, e a partir de seus comentários, foi-se construindo uma ponte entre a realidade do assentamento com o estudo do referido autor, esta prática se tornou quase que uma obrigação, nas sucessivas vezes que retornei ao assentamento.

Para entrevistá-la já no momento de minha pesquisa, e após a segunda semana hospedado em sua casa, sentamos igualmente no quintal e ao invés de um livro, tínhamos um gravador. O resultado da experiência foi a transformação de uma pessoa extremamente falante e extrovertida de antes, numa figura séria e de poucas palavras e quase sempre me pedindo para “passar” à próxima pergunta. O que deu errado? O ambiente não podia ser o mais agradável, a conversa informal antes da entrevista corria bem, a pergunta inicial não era diferente daquela utilizada com outros entrevistados, sempre apresentando o objetivo da pesquisa e as perguntas orientadoras, porém o gravador exercia uma influência forte na nossa relação, que num determinado momento optei por desligá-lo e fui ajudá-la na janta, quando a informante ficou mais à vontade e falou sobre a sua percepção entre o tempo do acampamento e o tempo do assentamento.

Passei um tempo “matutando” sobre o que considerei um “fracasso” metodológico, o gravador, aliado imprescindível para as demais entrevistas que ocorreram sem aparentes percalços, foi meu “alvo” imediato da explicação. Depois analisando o meu objeto de pesquisa, diante do contexto social que uma assentada ao possuir um lote improdutivo, sendo obrigada a fazer roça nos lotes de outros assentados, e trabalhar de diária para fazendeiros, para sobreviver, talvez tenha trazido constrangimentos suficientemente fortes que emergiram no momento da entrevista, exigindo uma alteração nas estratégias previamente definidas.

Menezes (2003) chama a atenção para a necessidade de considerar a interação entre os sujeitos (narrador e entrevistador), para não nos prendermos a um conjunto de procedimentos, mas considerar as particularidades da narrativa de cada informante, pois este ao falar não o faz mecanicamente, ele está operando com a memória e com os sentimentos que ele traz à tona.

Desse modo aqueles que utilizam relatos orais como fonte privilegiada em seus estudos, enfrenta não apenas o desafio da interpretação dos conteúdos relatados, mas também a reflexão metodológica do trabalho de campo, ou, de modo mais específico, das interações entre pesquisador e informantes (Menezes, 2003, p. 61).

Esta reflexão reforça a importância da metodologia da história oral como um processo político de atuação, pois pode revelar mesmo com o silêncio, a história dos sem

vozes, dos de baixo, que nos permite “captar as rupturas que marcam as tortuosas trajetórias de todos os que se envolve na luta pela terra” (Whitaker, 2000). Ou ainda segundo Menezes e Cunha (2003), essa metodologia ajuda nos processos de questionamento das certezas sobre o espaço, tanto do espaço político, físico ou natural, quanto o espaço vivido das lembranças, sendo espaços também afetivos.

O entendimento da memória é igualmente importante, quando analisada sobre o prisma dos “quadros sociais da memória” por Halbwachs, que focalizando sobre seu objeto de estudo, a partir da concepção teórica de Emile Durkheim sobre os fatos sociais, propõe que as relações a serem determinadas para o estudo da memória, já não ficarão restritas ao mundo dos indivíduos, mais perseguirão a realidade interpessoal das instituições sociais, ressaltando a iniciativa que a vida atual do sujeito toma ao desencadear o curso da memória (Bosi, 1987).

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é um sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual (Bosi, 1987, p. 17).

O objeto de estudo sobre o qual nos debruçamos exigiu uma problematização acerca deste pressuposto de Halbwachs, pois se assumimos que a memória é uma construção social (Pollack, 1992), portanto, com pontos de convergência a partir das relações sociais comuns vivenciadas pelos grupos sociais, em nossa opinião, estas serão acionadas e externalizadas de forma diferenciada pelos indivíduos, assim como aponta Portelli (1997, p.16).

Ainda que esta esteja sempre moldada de diversas formas pelo meio social, em última análise, o ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente pessoais (...). A memória é um processo que individual que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são – assim como as impressões digitais, ou, a bem da verdade, como as vozes – exatamente iguais.

Dois aspectos da metodologia da história oral são necessários destacar neste momento, o primeiro é a dificuldade de transcrever as emoções e os sentimentos que

aflorem no momento da entrevista, são expressas, através do silêncio, de um olhar, de um sorriso, do choro, da entonação da voz, enfim, de múltiplos elementos da comunicação que utilizamos de forma naturalizada em nosso dia-dia, que se perdem no ato da transcrição, algumas, como choros, risos, ou uma pausa, por exemplo, podem ser expressas mais facilmente, porém, mesmo assim, o são feitas de forma parcial.

O segundo aspecto refere-se aos cuidados necessários na análise das transcrições, como “verdades únicas”, como uma forma de obtenção de dados, ela nos oferece uma rica contribuição da percepção dos entrevistados sobre os processos sociais ocorridos, de como eles acessam na memória esses fenômenos, e, de com vão externalizá-las. Assim como salienta Whitaker (2000), “O respeito para com o narrador não implica que devemos considerar suas afirmações como explicações definitivas sobre os processos que estamos investigando. Elas são representações e como tal devem ser respeitadas”.

Foi dentro destes meandros teórico-metodológicos que realizamos o trabalho de campo, entrevistamos 16 assentados, grande parte destas (11), foi realizada em suas casas ou no seu entorno, momento que normalmente recebíamos visitas para “assuntar a prosa”, onde inevitáveis eram as opiniões, porém em duas ocasiões, elas se tornaram parte da entrevista.

No fim da entrevista, para 07 dos entrevistados, pedíamos para que desenhassem numa folha de papel os seus lotes, no decorrer dos desenhos complementávamos nosso trabalho com perguntas que surgiam, a partir do enfoque que o assentado dava ao desenho. Por exemplo, quando o assentado desenhava os recursos hídricos, íamos introduzindo as perguntas sobre a sua visão da situação de preservação das matas ciliares e da qualidade da água.

Para quatro entrevistas, como foram realizadas nas casas dos lotes, pudemos ao final dos trabalhos, dar uma volta com os entrevistados, e geralmente seus filhos, para uma observação da situação do lote, diante de nossos objetivos do trabalho de campo, que, como já salientamos, procuramos deixar bem a vontade, o rumo da conversa, ou a direção da caminhada, o que percebi que para cada uma das famílias o destino rumava sempre para suas experiências produtivas.

Dona Graça e seu esposo Zé da Graça nos levaram para ver a roça de banana, o orgulho deles por garantir a maior parte da renda familiar e por ser uma das poucas

famílias com lavouras permanentes no assentamento. O assentado Bilack, foi em direção ao que considera como uma vitória para ele que é a sua experiência única no assentamento de roça sem fogo. Já para o assentado Daugusan, o “orgulho” foi a horta na beira do ribeirão mosquito, do qual a partir de sua estratégia de comercialização que considera diferenciada no assentamento, pois sua mulher vai toda semana para Araguaína vender diretamente nas casas, é onde acredita que vai ter maiores chances de sucesso no lote.

Por fim, o assentado Damião, teve como rumo, os seus “fracassos” produtivos, pois considerando seu lote como improdutivo para as culturas tradicionais (arroz, milho, feijão e capim), teve que iniciar uma nova estratégia produtiva, baseada numa cultura até então estranha para ele, o abacaxi, que tem sido tanto uma procura na garantia de sua sobrevivência no assentamento, mas também, passou a ser objeto de aprendizagem dessa cultura, o que para ele, dependendo do resultado, poderá ser expandido para outros lotes.

Os “sucessos e fracassos” revelados ou “escondidos”, durante as caminhadas, mostram parâmetros de análise diferenciados, estratégias produtivas igualmente diversas, porém num contexto social comum, antes e no “tempo de assentamento”, e que exigem das famílias, uma incansável luta pela reprodução da vida. Os relatos sobre a percepção dos entrevistados sobre as causas que os levaram as escolhas das estratégias produtivas, mostram como esses, a partir de uma lógica produtiva comum, se deparam com inúmeros constrangimentos, e do qual, de forma diferenciada irão respondê-los, a partir de sua prática cotidiana.

O pressuposto teórico da ecologia política nos ajudou a entender como se estabelecem dinâmicas de uso da terra e dos demais recursos, e ainda, como os processos econômicos e políticos influenciaram e influenciam diferentes estratégias de apropriação e exploração dos recursos naturais. Os argumentos da ecologia política possibilitam refletir sobre como processos globais, regionais e locais se inter-relacionam, provocando e/ou impulsionando mudanças ambientais e econômicas (Cunha, 2002). Lipietz (2005) assinala que a ecologia política introduz questões importantes para analisar em que medida o modo como os homens se organizam socialmente, a maneira como produzem e consomem, modifica o meio ambiente? E mais precisamente, como pensar a combinação, a interpenetração, a disposição desses diversos fatores nas ações sobre o meio ambiente?

CAPÍTULO I

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E SISTEMAS PRODUTIVOS NA REGIÃO NORTE DO TOCANTINS – O CASO DO ASSENTAMENTO 1º DE JANEIRO:

Não se pode compreender as estratégias produtivas das famílias assentadas, no Projeto de Assentamento 1º de Janeiro, deslocadas dos processos de ocupação a partir da década de 1940 na região norte do estado do Tocantins, como parte do projeto de expansão da fronteira amazônica, com suas características autoritárias, contraditórias e de grande impacto ambiental.

Este capítulo tem como objetivo, relacionar processos sociais mais amplos ocorridos na região norte do Tocantins, com a atual configuração ambiental e social do assentamento, pois pensar o processo de ocupação e desenvolvimento econômico dessa região é pensar em relações sociais conflitantes, em diferentes formas e dinâmicas de uso dos recursos naturais, em relações desiguais de poder estabelecidas e em mudanças ambientais significativas. É pensar sobre uma problemática social e ambiental, em que estão colocados além da disputa de classe (aqui entendida entre os que passam a deter grandes propriedades ou o acesso aos seus recursos e os “excluídos”), também, as mudanças sociais decorrentes da expansão capitalista, e, fruto dessas, as permanentes alterações nas relações tradicionais de uso e acesso dos recursos naturais pelas populações locais.

Dentro desse contexto de reestruturação social, há um elemento de tensão, caracterizado de um lado, pela força uniformizadora da expansão agrícola capitalista na região amazônica, caracterizada pela diminuição da diversidade ambiental, e em certa medida cultural, e, de outro, pela ação das populações locais aí inseridas, que de forma alguma podem ser consideradas como simplesmente receptoras dessas dinâmicas mais amplas, pois são sujeitos ativos, reagem, constroem novas alternativas a partir de seu saber fazer, reorientam suas estratégias de reprodução tomando como base novos parâmetros, e constroem a partir dessas, novas relações com a natureza.

O termo composição adjetiva com mais propriedade a “nova” realidade dessas populações, em decorrência da modernização agrícola, e compreender suas particularidades históricas, se torna imprescindível para entender os mecanismos e a intensidade dessas alterações. Sobre isso Wanderley (2003), ao analisar o debate teórico corrente sobre a constituição do agricultor familiar, afirma:

É preciso insistir que, pela sua própria natureza, o campesinato tradicional não constitui um mundo à parte, isolado do conjunto da sociedade. Pelo contrário, as sociedades camponesas se definem, precisamente, pelo fato de manterem com a “sociedade englobante” laços de integração, dentre os quais são fundamentais os vínculos mercantis. Desta forma, o processo de transformação do campesinato não pode ser entendido como passagem de uma situação de isolamento social e de exclusão do mercado, para outra de integração econômica e social no conjunto da sociedade. Resta saber, em cada momento, de que sociedade englobante e de que campesinato se trata e como este se integra aquela.

E é nesses termos que se configura meu olhar sobre as diferentes estratégias produtivas das famílias dos assentamentos da reforma agrária da região norte do Tocantins, inseridas em processos de permanente mutação, em que aspectos ambientais e sociais estão interligados numa teia sócio-ecológica complexa, em que causas e conseqüências se confundem dinamicamente, e, as escolhas das famílias assentadas refletem justamente a complexidade do mundo social em que estão inseridas.

Para dar conta de atender o objetivo proposto nesse capítulo, estarei inicialmente realizando uma breve caracterização do município de Palmeiras do Tocantins, em seguida estarei resgatando a partir de duas entrevistas sobre o histórico de ocupação e uso dos recursos naturais da área do assentamento desde a década de 1940, procurando atrelá-los aos processos sociais mais amplos que ocorreram na região norte do Tocantins, e por último estarei apresentando os principais elementos ambientais, sociais e produtivos, que a meu ver caracterizam atual configuração do assentamento.

1.1. O município de Palmeiras do Tocantins:

O município de Palmeira do Tocantins localiza-se na região norte do Tocantins, e que segundo dados da Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN), possui uma

área de 34.000 Km², abrangendo 34 municípios e devido a sua localização geográfica, possui características ambientais marcadas pela transição entre a vegetação de cerrado, florestas com dominância de palmeiras de babaçu e matas estacionais. Possui uma bacia hidrográfica rica, em volume de água e quantidade de rios, córregos e lagos, sendo margeado a leste pelo rio Tocantins fazendo divisa com o estado do Maranhão, e a oeste pelo rio Araguaia, que o divide com o estado do Pará. Possui inúmeras espécies endêmicas da flora e fauna, revelando uma riqueza natural característica de uma área de tensão ecológica, produto de suas especificidades climáticas e geográficas.



Figura 01: mapa da região norte do Tocantins e localização do município de Palmeira do Tocantins. Fonte: Seplan 2002.

Emancipado do município de Tocantinópolis em 1993, está situado às margens da rodovia Belém-Brasília, sendo limitado ao norte pelos municípios de Aguiarnópolis e Santa Terezinha, ao Sul por Darcinópolis, ao leste pelo estado do Maranhão e a oeste pelos municípios de Angico e Darcinópolis e se encontra a 474 km da capital do estado: Palmas (SEPLAN 2002).

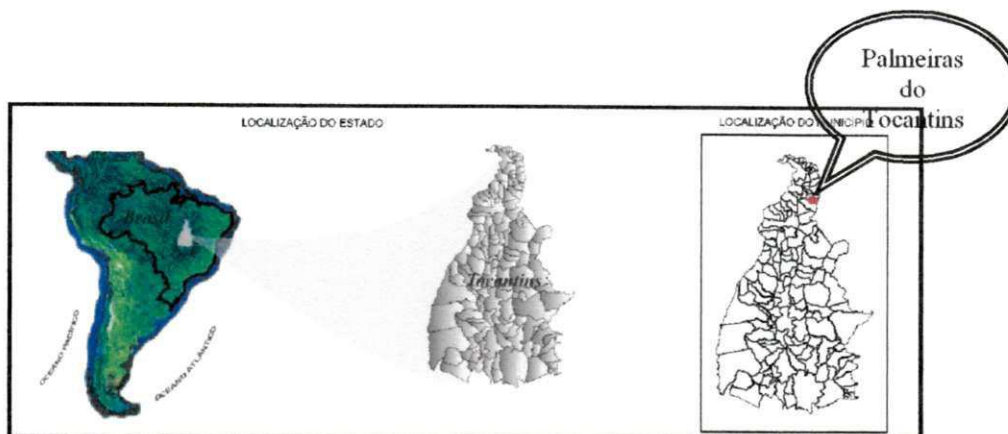


Figura 02: Localização do estado do Tocantins e do município de Palmeira do Tocantins. Fonte: SEPLAN, 2002.

Em relação à estrutura viária que atende o município, além da rodovia federal BR-153 (Belém-Brasília), é entrecortada também pela rodovia estadual TO-194 que liga o município de Darcinópolis ao rio Araguaia no município de Araguatins (Divisa com Pará) e a rodovia estadual TO-415, que liga o município de Palmeira do Tocantins ao município de São Miguel do Tocantins.

O município possui uma população total de 4.622 pessoas, distribuídas em uma área de 747,895 Km², correspondendo a uma Densidade Demográfica de 6,18 habitantes/Km². Estes números são bem maiores que os da Densidade Demográfica do estado que é de 4,16 hab/ Km². A taxa anual de crescimento populacional (1996 a 2000) do município é de 6,95%, passando de 3.533 habitantes em 1996 para 4.622 habitantes em 2000, bem acima da taxa de crescimento de 2,49% do estado do Tocantins neste mesmo período (Seplan, 2002).

A distribuição da população de Palmeiras/TO, segundo a situação domiciliar ocorre da seguinte forma: dos 4.622 habitantes residentes do município, 54,1% residem na área urbana, enquanto que 45,9% da população residem na área rural. A distribuição por gênero da população total do município nos mostra a predominância de homens (51,9%), na zona urbana estes dados se invertem, onde predomina por uma pequena margem (50,62%), à população feminina. Já na zona rural observa-se que 54,2% da população é masculina (Seplan, 2002).

Seguindo o padrão do estado do Tocantins, a distribuição etária dos habitantes do município de Palmeiras do TO, demonstra uma parcela significativa da população jovem (0 a 15 anos), envolvendo em torno de 40% de todos os habitantes do município o que em

termos absoluto perfaz um total de 1.847 pessoas nesta faixa etária. A população economicamente ativa do município de 16 a 60 anos é representada com 53% do total da população somando 2.453 pessoas, enquanto que o município conta com 7% de sua população acima de 60 anos num total de 322 pessoas nesta faixa etária.

De acordo com dados do Anuário estatístico do Estado do Tocantins em 2000 38,98% da população do município de Palmeiras era analfabeta, acima da taxa estadual que era de 22,43%. A renda per capita em reais do município para o ano de 2002 foi de R\$ 1.648,00, ao passo que do estado foi de R\$ 2.894,00, e a nível nacional o PIB per capita para o ano de 2001, foi de R\$ 6.783,00, ocupa a 23ª colocação em relação ao PIB per capita no estado de um total de 139 municípios.



Gráfico 01: Renda per capita: Brasil, estado e município. Fonte: Seplan, 2002.

O município de Palmeiras do Tocantins tem sua economia baseada na agropecuária, os setores da indústria e comércio e serviços têm pouca influência na dinâmica da economia local, empregando a pouca mão de obra urbana (Seplan 2002). O destaque no setor primário é a pecuária, tendo destaque para a criação de bovinos para cria e engorda. Com relação às atividades agrícolas temporárias, as culturas predominantes são: o arroz de sequeiro, milho e o feijão. Merece destaque também a cultura da mandioca, considerada como agricultura de subsistência. Analisando os dados do Anuário Estatístico do Estado do Tocantins de 1997 a 2002, identificamos um crescimento do efetivo pecuário na ordem de 50%, passando de 21.155 cabeças para 31.875 em 2002, processo inverso ocorrido com efetivo pecuário de suínos que passou 536 cabeças em 1997 para 213 cabeças em 2002.

De acordo com dados do INCRA, sobre a classificação Fundiária dos Municípios, existem 132 imóveis no município considerados como minifúndio e 11 imóveis considerados como Grande Propriedade, como pode ser observado abaixo.

Tabela 01 – Estrutura fundiária do Município de Palmeiras do Tocantins.

Classe de área ⁴ (há)	Total de Imóveis	Porcentagem %
Minifúndio	132	53%
Pequena Propriedade	75	31%
Média Propriedade	26	11%
Grande Propriedade	11	5%
Total	244	100%

Fonte: Classificação Fundiária dos Municípios ano de 2005 – INCRA (SR/26). Fonte: arquivo MST.

Na região foram desapropriados pelo INCRA, 04 latifúndios improdutivos para fins da reforma agrária, onde foram assentadas 335 famílias, sendo eles:

Tabela 02 – Assentamentos no município de Palmeiras do Tocantins.

Nome do Projeto de Assentamento	Nº de famílias	Data criação	Organização
P.A – SÃO PAULO	107	27/12/1995	STR
P.A – SANTA LUZIA	42	22/05/1998	STR
P.A – 1º DE JANEIRO	160	28/12/1998	MST
P.A – DOIS DE JANEIRO	45	16/04/2003	MST

Fonte: SIPRA/2006 – INCRA (SR/26)

Desses quatro assentamentos, três deles fazem divisas um com o outro, sendo eles: P.A São Paulo, 1º de Janeiro e Dois de Janeiro, o que de determinada maneira, estreita as relações entre as famílias assentadas, tanto no uso do recursos naturais como arrendamento de pastagem, empreitas de juquirá, extrativismo vegetal, caça e pesca, troca de diárias, mutirões como a participação em eventos comemorativos (festas religiosas e

⁴ Classificação das propriedades rurais definidas na Lei Agrária nº 8.629/1993 “Minifúndio – menor que 01 módulo Fiscal / Pequena Propriedade – de 01 a 04 módulo Fiscal / Média Propriedade – de 05 a 15 Módulo Fiscal / Grande Propriedade – Acima de 15 módulos Fiscal”. Todos os municípios de Tocantins têm um módulo fiscal de 80 há, exceto Araguaçu e Sandolândia que tem um módulo fiscal de 70 há.

aniversário do assentamento), e, na atuação política partidária como veremos mais a frente.

Os solos do município de Palmeiras do Tocantins são predominantemente de origem basálticas (Formação Mosquito) e solos de origem arenítica (Formação Sambaíba, Corda e Cobertura Lateríticas)⁵, a disposição destas formações no município ocorrem de forma dispersas, formando um mosaico caracterizado pela sobreposição de um pelo outro. Sugere-se que esta disposição atual, é em decorrência de uma contemporaneidade dos últimos ciclos da formação Sambaíba com os primeiros ciclos de formação basáltica do Mosquito. No Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE-1999) realizado pela SEPLAN foi identificada no município de Palmeiras a presença dos seguintes tipos de solos predominantes: areia quartzosa (neossolo quartzarênico); latossolo vermelho-escuro (Latosolo vermelho); latossolo vermelho-amarelo (latossolo vermelho-amarelo); podzólico vermelho-escuro (argissolo vermelho) e solos litólicos.

A vegetação originária predominante no município é caracterizada pela Floresta Ombrófila Densa e Aberta e formação de Savana (cerrado). Grande parte das vegetações primitivas da região foi descaracterizada pelas sucessivas ações de exploração seletivas, e acabou sendo dominada pela vegetação secundária (capoeiras e Babaquais); ou então foram substituídas por atividades agropecuárias (pastagens ou plantios).

A presença de extensas matas de babaquais (*Orbigny phalerata*), segundo Morán (1990), pode ser um forte indicador da ação antrópica do homem, apontando diversos estudos na década de 80, que levantam a área aproximada de ocorrência da palmeira na região amazônica em aproximadamente 196.300 km² fato esse identificado pela sua forma de germinação, associada às queimadas da floresta e quebra de dormência das sementes. O tempo de vida dessa palmeira segundo esses estudos é em torno de 184 anos, e se encontram predominantemente em áreas de terra firme, sendo usadas segundo o autor por povos indígenas, como indicadores de solos de boa fertilidade na vizinhança.

Os babaquais assumem uma grande importância para a população local, suas palhas e os talos são usadas para a cobertura das casas, o coco do babaçu são quebrados e a casca é usada para a fabricação de carvão, as bagas para fazer sabão e azeite para cozinhar, muitas das vezes sendo comercializado. O mesocarpo é utilizado na

⁵ - Sobre isso ver o Zoneamento Econômico-Ecológico do Bico do Papagaio, SEPLAN, 1999.

alimentação, sendo tirado do coco, socado no pilão e utilizado como farinha. Além do babaçu, outras palmeiras tem forte incidência na região, como o Buriti (*Mauritia flexuosa*), Inajá (*Maximiliana maripa*) e Tucumã (*Astrocaryum vulgare*) e são espécies apontadas como nunca encontradas em áreas virgens, e seriam muito utilizadas pelos povos indígenas para alimentação humana mas também como atrativos de animais de caça.

1.2. O histórico de ocupação da área do assentamento 1º de Janeiro:

Para se compreender o processo atual das estratégias produtivas dos assentados, suas conseqüências ambientais e porque não dizer heranças ambientais, faremos o exercício de incorporar ao estudo, uma visão anterior ao assentamento, por entendermos que assim teremos a possibilidade de resgatarmos elementos históricos importantes para a análise da dimensão ambiental a qual o assentamento se encontra atualmente.

Pensar em impactos ambientais dos assentamentos implica ainda em considerar o tema na sua dimensão temporal, incorporando as formas de uso do solo de maneira mais ampla do que a do “tempo de assentamento” (Leite, 2001).

Partimos de duas entrevistas para a análise desse período⁶, a primeira com o Assentado Nilton, que descreve a ocupação inicial indígena, a chegada de seus pais como posseiros, para em seguida descrever a vinda do primeiro fazendeiro e a abertura da estrada na área. A segunda entrevista foi feita com o Sr. José de Sousa Silva (Zé Cocó), que vai descrever na década de 70 a expansão da pecuária na área e a chegada do pasto Brachiária.

Na entrevista, seu Nilton vai discorrendo sobre os eventos do passado (década de 1940), localizando-a espacialmente no presente (assentamento), iniciando com a

⁶ - Essa reconstituição foi feita através de duas entrevistas, uma com o Sr. Nilton Alves de Almeida de 65 anos, que afirma ter nascido dentro da área que hoje é o assentamento e o Sr. José de Sousa Silva, antigo vaqueiro dos antigos fazendeiros que chegou à área em 1969. Ambos são assentados hoje no assentamento 1º de Janeiro. Nas entrevistas inicio pedindo para que contassem o histórico da região do assentamento.

descrição da presença dos índios na área e suas práticas extrativistas, os posseiros, a chegada dos fazendeiros e os conflitos sociais decorrentes.

Aqui era uma região que era chamada de fundo de aldeia, era os índios tinha uma meia aldeia, aqui era um chapadão limpo, se via aquelas rodas de mandacaru, pedra, pote, essas coisas né, isso foi em 40, da época que eu nasci, tinha no lote do orlão um pilão dos índios, cheio de coquinho, foi quando meu pai mudou de Serra Negra /MA, com meu avô, para cá e mudou para ali, onde é aquelas tabocas, onde é a casa do Chiquinho (Seu Nilton – assentado).

A área na década de 40 seria usada pelos índios Apinayés como “fundo de aldeia” que significa um local para caça, pesca e coleta de frutos, o local de moradia ficaria próximo ao município de Tocantinópolis, cerca de 40 km de distância, a beira do rio Tocantins.

(...) eles (fazendeiros) chegaram em 40 e pouco, eles chegaram e os índios mudaram, (Felipe) – Por que você acha que os índios saíram? (Nilton) – Não, não sei o assunto, sei que eles passavam dias por aqui, aqui tinha muita caça, peixe né, eles sempre passava por aqui, aqui serve para os índios né, só que a moradia deles era para o lado de Tocantinópolis (Seu Nilton - assentado).

A partir da década de 40 chega o primeiro fazendeiro e com ele o gado, e com ele a estratégia de ir se apropriando aos poucos da área, fazendo derrubada da mata, e ano após anos ir encurralando os posseiros em pequenos espaços. O uso do babaçu aparece já na época como uma estratégia de sobrevivência das famílias, mais também como elemento de exploração do trabalho dos posseiros pelo fazendeiro.

(...) meu avô já estava aqui a muito tempo, quando eu nasci nessa época ele já estava lá a 10 anos, era muita roça, arroz, mandioca, era cercado de pau, agora o fazendeiro era cana, babaçu, o babaçu era vendido em baga para Tocantinópolis pra o seu Sali que fazia sabão, em tropa, botava roça, o fazendeiro aqui tinha 40 gado, fazendeiro fraco né? Ai foi chegando, foi aumentando e ficou rico, nós ajudamos, ele era bom para os agregado, continuou, não faltava serviço, foi aumentando, aumentando, todo mundo tinha serviço, tinha coco muito, as mulher quebrava todo fim de semana tinha 10 a 15 Kg de coco, eles viam buscar ali no Chiquinho (lote 79), os fazendeiro comprava.

Essa relação entre fazendeiros, indígenas e camponeses, que se apresenta em sua fala, remonta o século XVIII com o avanço das expedições mineradoras entre os rios

Tocantins e Araguaia, e, em decorrência, o início das perseguições ao povo Apinayé, até então numerosos na região, que se acentua com a vinda das fazendas de pecuária extensiva já no final do século XVIII, que tinham no amparo legal da coroa, a justificativa para matar ou capturar e escravizar os índios que resistissem à ocupação de suas terras (Geraldin, 2002; Cavalcanti, 2003).

Os primeiros núcleos populacionais não indígenas na região surgem nesse período, formados por índios “domesticados”, uma pequena elite de mineradores, comerciantes, criadores de gado e um enorme contingente de negros escravos, que em 1780 chegava a 87% da população total da região. Essa população escrava do norte goiano era obrigada a viver em contínua mobilidade. A instabilidade dos veios aluvionais propiciava um contínuo fluxo e refluxo de mão-de-obra escrava ao longo do século XVIII.

Com a herança econômica do período minerador, aliado às condições estruturais de transporte, localização geográfica, condições ambientais da região, e a estratégia da instalação de grandes fazendas da pecuária extensiva, a região manteve-se numa estagnação econômica, que levava grande parte da população a procurarem a agricultura de subsistência como forma de se integrarem à dinâmica econômica local, através da venda dos excedentes e como estratégia de sobrevivências nas condições adversas citadas. Assim o campesinato se constitui na região, sendo poucos e dispersos geograficamente nas áreas ainda livres do gado, vão circulando nas diversas regiões, na medida em que vão sendo expulsos, ou em busca de trabalho nas fazendas (Cavalcanti, 2003).

O agudo crescimento populacional ocorre somente na segunda metade do século XX, marcados principalmente pela construção da rodovia federal Belém-Brasília na década de 50, pensada dentro de uma estratégia política de integração nacional da região amazônica, criando-se as condições para o avanço das grandes empresas internacionais agropecuárias e de extração de minério (Aquino, 2002; Cavalcanti, 2003).

Aquino (2002), no seu estudo sobre a influência da construção da rodovia Belém-Brasília sobre o fenômeno de urbanização do estado, mostra através da análise dos dados do IBGE (1991), que as cinco maiores cidades tradicionais que não sofreram influência direta da construção da malha viária, possuíam uma população rural de cerca de 63%,

enquanto o percentual urbano ficou na faixa dos 37%. Já as cinco maiores cidades que surgiram a partir da construção da rodovia, apresentavam um percentual da população urbana na casa dos 84% da população total. O autor assinala que a população quadruplicou nas três décadas após sua construção, passando de 204.041 habitantes (1950) para 738.688 (1980), no mesmo período verificou-se também, significativo incremento da população urbana, além de visíveis modificações sócio-políticas ocorridas na região.

A construção da estrada, às margens do que é hoje o assentamento (futura Belém-Brasília) na década de 50, aparece na fala do assentado Seu Nilton, através de elementos que relacionam a sua abertura, com melhorias nas condições sociais das famílias que ali viviam, pelo aumento de números de empreita de derrubada das matas nas fazendas, a facilidade de acesso ao mercado, e as possibilidades de trabalho para homens (empreita e quebra de coco) e mulheres (quebra de coco e tear).

Eu tinha uns 14 anos, e ainda andei nela no desmatamento (Belém-Brasília), foi tudo com trator, era um tombadorzão para andar nos carros tinha aqui e acolá era empurrando, da ribeira para cá era um atoleiro danado, o primeiro carro que veio aqui foi um jipe de Odilon, eu empreitei 02 alqueires de chão, aqui era uma mata danada, aqui o povo só andava de animal a pé, andava 12 légua, aí foi mudando devagar, os transporte iam chegando, aí foi melhorando para o povo, ficou mais fácil para o povo andar, aumentou o serviço, as empreita, as mulher tinha emprego muito, coco muito, as mulher naquele tempo fiava para fazer rede, cobertor, as mulher tinha emprego, mais hoje em dia, a mulher não tem mais onde trabalhar, tinha muita empreita para as fazendas, era bom para o povo (Seu Nilton – assentado).

A situação de pobreza a qual as famílias estavam submetidas, o avanço das fazendas de gado e a forte presença de mata são elementos que compõem um ambiente propício para a confirmação de uma crise social e ambiental anunciada. A presença da estrada passa ser entendida, como mais um elemento, dentro do projeto político e econômico de integração nacional para a região amazônica, não como uma causa, mais sim como uma consequência dessa proposta de desenvolvimento baseada no fortalecimento da oligarquia rural.

A frase expressa pelo assentado “*me aluguei*” denota a percepção de uma situação de alienação de seu corpo, de saída temporária de sua condição de vida, de

emprestar-se ao outro, e segundo Ximenes (2001), alugar significa *cessão de propriedade por tempo e remuneração ajustados*, ou seja, a relações sociais colocadas pelo assentado exemplifica bem, as articulações existentes entre processos sociais, econômicos e ambientais que ocorreram na região norte do Tocantins.

*(Felipe) – E como foi a chegada dos fazendeiros pra cá? (Nilton) – Eles foram controlando aos poucos, botou agregado para ajuda no serviço, quebrando coco, era melhor de condição, tropa de animal, tinha mais saber, tinha gente importante do lado deles né, ajudando, botaram comércio de roupa, botaram professora, foram crescendo, botava a gente para trabalhar para eles, cuidando de gado, quebrando coco, carregando tropa, eles foram enricando, o povo aqui era tudo muito pobre, o velho obrigou agente a organizar a terra para ele baratinho, 1.500 cruzeiro velho, por 10 alqueires de chão, nós tinha um sítio, um animalzinho para andar, e trabalhava de roça, isso foi mudando que os fazendeiro foi chegando e dizia: "olha você **bota a cerca que nós tamos chegando com o gado**", aí o povo tinha que cercar a roça bem cercadinha (Seu Nilton – assentado).*

A palavra *"tinha gente importante do lado deles"*, demonstra a percepção de um lado oposto ao seu, do outro, que aos poucos iam se instalando na região, e a partir do poder político e econômico que esses passaram a exercer na região, "controlavam" o acesso à terra, bem como à venda dos sub-produtos do extrativismo do babaçu.

Sua fala também nos reporta aos intensos conflitos pela posse da terra na região, caracterizado pela prática da grilagem de terras, que tinha na sua base, a política de integração nacional pensada para a Amazônia brasileira a partir da década de 1940, reforçada com a construção da infra-estrutura de transporte, além do incentivo fiscal para os grandes latifúndios, aliado ao descontrole na gestão e posse das terras. Sobre isso Breton aborda em seu livro sobre a luta dos camponeses na região norte do estado do Tocantins:

No contexto de uma titulação de terra tão caótica, o caminho estava aberto para toda e qualquer pessoa inescrupulosa que quisesse enriquecer. Juizes, médicos, arquitetos, homens de negócio e autoridades locais seguiram-se um após o outro na contratação de serviços de especialistas em falsificação de documento. Era incrivelmente fácil. Certidões em branco podiam ser adquiridas nos cartórios de registro de propriedade e preenchidas a gosto. Com um traço de caneta, propriedades podiam ser ampliadas e mapas redesenhados. Documentos podiam também ser artificialmente envelhecidos, para comprovar uma apropriação mais antiga (BRETON, 2000).

Este mecanismo de grilagem tinha uma lógica comum: imigrantes nordestinos chegavam e ocupavam áreas de acordo com a abundância dos recursos naturais existentes; os títulos de posse das terras onde viviam os posseiros, paralelamente estavam sendo “fabricados” nos cartórios das cidades e da capital, por grileiros que os publicavam no Diário Oficial da União; e quando os posseiros resistiam, juízes expediam mandatos de reintegração de posse e pistoleiros e policiais executavam os despejos (Breton, 2000; Musumeci, 1987).

E nesse contexto social, as fazendas de gado na região se ampliam a partir do asfaltamento da Belém-Brasília, no final da década de 60, assim como as práticas de manejo de seus recursos naturais, como nos afirma o segundo entrevistado, chamado de Zé cocó, que em 1969 trabalhava de vaqueiro na área de propriedade do fazendeiro João Rodrigues, que mantinha 200 cabeças de gado em pastagens nativas.

Zé cocó relata que com o asfaltamento do trecho da BR 226 (Belém-Brasília), os grandes fazendeiros de gado começaram a chegar, e em 1979 a fazenda foi comprada por um fazendeiro de São Paulo, chamado de Dr. Willian, que comprou várias fazendas, chegando a ter mais de 4.000 hectares, onde mantinha em torno de 2.500 cabeças de gado inicialmente em pastagem nativa e depois foi derrubando em torno de 15 alqueires de mata por ano, para plantio de arroz em consórcio com o capim brachiária, a estratégia do fazendeiro no manejo do gado era realizar uma rotação de pastejo em suas fazendas.

O assentado afirma que no período de 1990 a 1998, a fazenda era composta de 50% de pasto plantado, 20% de pasto nativo e o restante entre cerrado e matas, porém, ao compararmos suas informações com o laudo de vistoria de duas de suas fazendas que compuseram posteriormente o assentamento, verificamos que 12% da área total eram representados por pastagens plantadas (750 hectares), ou seja, grande parte do pastoreio foi realizado sobre as áreas de pastagem nativa.

Essa breve reconstituição realizada acima serve para sugerir como processos sociais mais amplos vão interferir nas dinâmicas sociais locais, e de como essas vão exercer pressões sobre os recursos naturais. Os atores sociais também vão se alterando no acesso aos recursos naturais na área do assentamento, primeiramente o índios, depois índios e posseiros, os índios desaparecem do histórico e entra a figura do fazendeiro de gado, os posseiros desaparecem para no final reaparecerem enquanto Sem-Terras.

Para ter uma maior visualização sobre os usos do solo sobre a área do assentamento, disponibilizamos para o assentado, um papel com os desenhos do perímetro do assentamento para que ele desenhasse a vegetação no período imediatamente anterior ao assentamento, que ele assim o fez, e apresentamos na figura 03, as linhas em vermelho representam as estradas vicinais já existentes antes do assentamento.

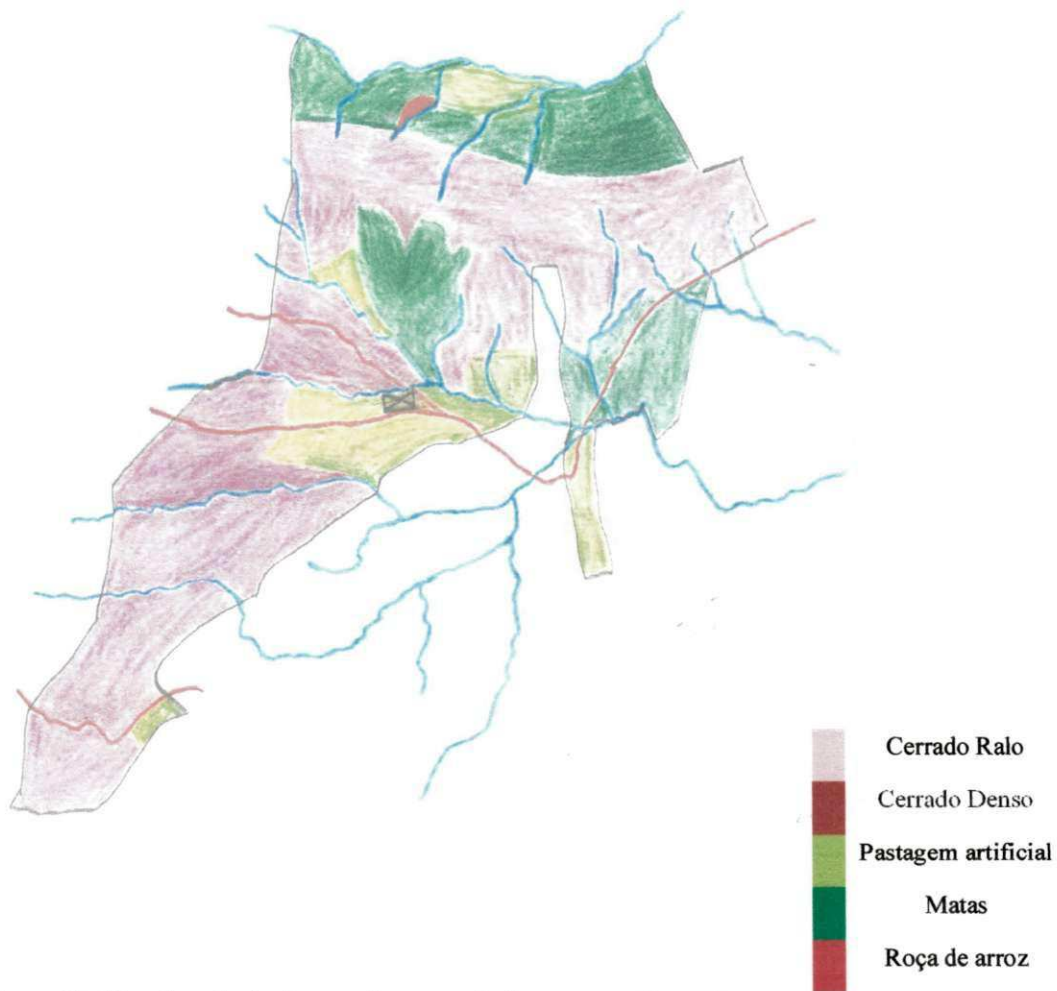


Figura 03: Uso do solo da área no tempo anterior ao assentamento.

Fonte: Dados primários coletados em Abril de 2007.

Apresentamos na tabela 03, o resumo do histórico de ocupação da área do assentamento:

Tabela 03: Histórico de ocupação da área do assentamento 1º de Janeiro.

ANO/ DÉCADA	OCUPANTES	FORMA DE UTILIZAÇÃO DA ÁREA	VEGETAÇÃO PREDOMINANTE
ATE 1930	INDÍGENAS	EXTRATIVISMO:	MATA CERRADO PASTO NATIVO
1930-1950	POSSEIROS	EXTRATIVISMO ROÇA DE TOCO	MATA CERRADO PASTO NATIVO
	INDÍGENAS	EXTRATIVISMO	PEQUENOS FRAGMENTOS DE ROÇA
1950-1980	POSSEIROS	ROÇA DE TOCO PECUÁRIA EXTRATIVISMO	MATA PASTO NATIVO ROÇAS DE TOCO
	03 FAZENDEIROS	CRIAÇÃO DE GADO ROÇAS	
1980-1998	02 FAZENDEIROS	CRIAÇÃO DE GADO ROÇAS	PASTAGEM PLANTADA CERRADO PASTO NATIVO MATA
1998-2000	ACAMPAMENTO MST	ROÇAS COLETIVAS - 160 HÁ	PASTAGEM PLANTADA CERRADO PASTO NATIVO MATA
2000-2007	ASSENTAMENTO MST - 161 FAMÍLIAS	DIVISÃO DOS LOTES: ROÇAS DE TOCO CRIAÇÃO DE GADO EXTRATIVISMO	ROÇAS DE TOCO CERRADO PASTAGEM MATA CAPOEIRÃO

1.3. Conflitos agrários e a formação dos assentamentos da reforma agrária no Tocantins

Em um contexto de desigualdades nas relações de poder estabelecida entre os posseiros e os latifundiários, referendados pela proposta de desenvolvimento pensada para a região de fronteira amazônica, o palco de um conflito intenso pelo acesso à terra estava armado, e nele se organizam as principais entidades de representação dos camponeses na região, como o sindicato dos trabalhadores rurais (STR's) e as associações de pequenos produtores, com o fundamental apoio da Comissão Pastoral da Terra – CPT, para o enfrentamento na disputa pela posse da terra (CPT, 1986; Breton, 2000; Aldighieri, 1993).

Na base destes conflitos, está a disputa pelo acesso e uso dos recursos naturais existentes, onde antigas e novas dinâmicas de exploração se confrontam e acirram as lutas: a) seja pela disputa pela terra, em que o avanço das grandes empresas agropecuárias, estimuladas pelos incentivos fiscais e pelas condições de infra-estrutura de transporte na região, contribuiu para o estabelecimento de uma “indústria” da grilagem “oficial”; b) seja pelo acesso aos recursos da floresta com o desflorestamento de imensas áreas que impediam a sobrevivência de grupos indígenas e extrativistas; c) seja pelo acesso aos financiamentos agrícolas públicos, d) seja pelas mudanças nas relações de trabalho em que milhares de posseiros são subjugados nos latifúndios dadas as condições de trabalhos desumanas e/ou escravas, e) seja nas alterações das relações mercantis dos produtos excedentes da agricultura camponesa (com a abertura das estradas na Amazônia, produtos típicos da agricultura camponesa como arroz, milho, feijão, farinha de mandioca, eram abastecidos a preços relativamente baixos, oriundos de áreas mais antigas de expansão agrícola, como Paraná e a região Centro-Oeste), f) seja pelo agravamento das desigualdades sociais fruto das relações de poder estabelecidas.

A violência torna-se um elemento uníssono nas diferentes formas de expansão da fronteira agrícola na região norte do Tocantins, e há certamente uma complexidade de fatores que estão intimamente relacionados e que servem como forças motoras de sua escalada, entre eles: a necessidade de expansão do mercado para novos territórios; a dinâmica econômica de inserção do potencial natural amazônico no cenário globalizante;

a consolidação dos interesses geopolíticos de controle da região; a necessidade de ampliação da modernização agrícola por parte do estado e das grandes empresas internacionais; o baixo preço de terras; o caos fundiário característico da região; a necessidade de cumprir os acordos econômicos do superávit primário e a conseqüente à necessidade de se ampliar as exportações agrícolas; a alta rentabilidade econômica para a cultura do gado; o baixo custo de mão-de-obra, e a quase ausência do cumprimento das normas trabalhistas legais.

Estes fatores se articulam a partir de interesses locais, regionais e globais por parte de antigos e novos atores sociais, a região de fronteira é, portanto, um espaço de expansão e retração, a partir de dinâmicas econômicas endógenas e exógenas, sua mobilidade traduz as relações sociais estabelecidas e suas conseqüências são geralmente marcadas por grandes tensões e conflitos sociais.

Os conflitos se acirram na medida em que os posseiros começam a resistir a grilagem de suas terras, ou passam a exercer pontuais ocupações de terras para garantirem o plantio e colheita de roças. Do outro lado, os fazendeiros se armam, contratam pistoleiros, e tem na cobertura do estado (GETAT, poder judiciário e polícia militar), a carta branca para perseguir, torturar e assassinar lideranças rurais, incendiar povoados inteiros e expulsar milhares de camponeses de suas terras (Breton, 2000).

Hébette & Abelém (1998), afirma que foi nas áreas de fronteira amazônica onde as lutas populares mais se afirmaram no campo, onde se concentra a população de assentamentos do INCRA, e estaria em curso a formação de um “novo campesinato”. E no estado do Tocantins, centenas de assentamentos foram criados a partir do final da década de 80, observa-se, porém, que o procedimento de criação e implementação deste pelos sucessíveis governos federais, em muito foram ineficazes, quando se pensa numa real consolidação da Reforma Agrária como instrumento de desenvolvimento nacional, na medida em que claramente houve uma desconexão entre as diversas políticas públicas existentes para o meio rural, o que acarretava na ineficiência e insuficiência destas iniciativas.

Diversos são os documentos oficiais dos sucessivos governos federais que apontam os objetivos da reforma Agrária como estratégia para se alcançar a justiça social e o desenvolvimento da nação No artigo 16 do estatuto da terra, deixa claro que:

A reforma agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem estar do trabalhador rural e o desenvolvimento do país, com gradual extinção do minifúndio e do latifúndio (Melo, 2006).

Já no documento que apresenta o II Plano Nacional da Reforma Agrária (II PNRA) elaborado e divulgado pelo Governo Federal em novembro de 2003 durante a conferência da Terra em Brasília, aponta o seguinte:

A reforma Agrária é mais do que um compromisso e um programa do governo federal. Ela é uma necessidade urgente e tem um potencial transformador da sociedade brasileira. Gera emprego e renda, garante a segurança alimentar e abre uma nova trilha para a democracia e para o desenvolvimento com justiça social. A reforma Agrária é estratégica para um projeto de nação moderno e soberano (II PNRA).

No entanto, onde se demandava a reforma agrária, foi realizada uma série de assentamentos dispersos e em péssimas condições estruturais, sem estrada, sem energia, sem uma proposta de inserção agrícola, ou seja, sem condições concretas para se viabilizar de forma sustentável, tendo então capacidade para se multiplicar.

Até abril de 2007 no estado do Tocantins, existiam 22.583 famílias assentadas, distribuídas em 337 assentamentos espalhados pelo estado (60% na região norte), o que perfaz uma média anual de cerca de 1.000 famílias, com a criação de 15 novos assentamentos/ano. Estes se encontram em situações bem diversas no que diz respeito à sua capacidade organizativa, de infra-estruturas, à produção agropecuária e ao estágio de degradação ambiental. A área ocupada pelos assentamentos é de 1.155.338 ha, o que perfaz um total de meio por cento da área total do estado. A média do tamanho por lotes por família é de 44 ha (SIPRA/INCRA, 2007).

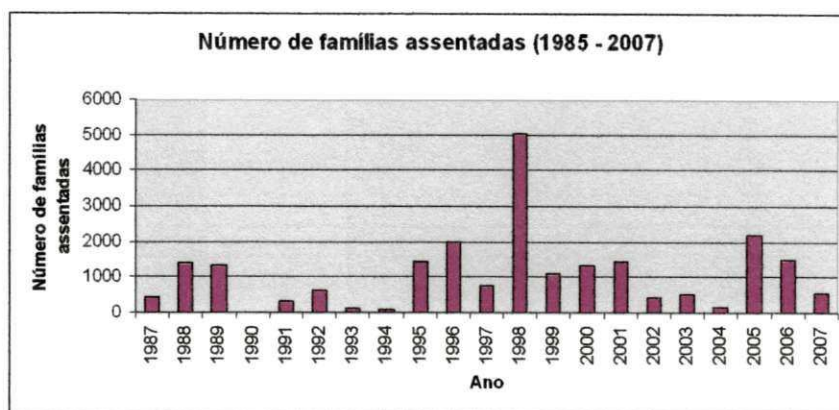


Gráfico 02: Número de famílias assentadas pelo INCRA no Tocantins.
Fonte: Sipra INCRA 2007 – SR. 26

Ao analisarmos os dados do SIPRA/INCRA de 2007, sobre o cadastramento de imóveis rurais no Tocantins, percebemos o enorme potencial que a reforma agrária assume no estado, pois dos 57.398 imóveis cadastrados, numa área de 25.598.121,4 ha, cerca de 5% destes imóveis (3.176) são considerados improdutivos, porém ocupam uma área significativa de 10.374.922 ha, perfazendo o equivalente a 40% de toda área cadastrada, significando quase dez vezes a área total de todos os assentamentos existentes no estado. A região norte do Tocantins se destaca no aspecto dos grandes latifúndios, pois segundos dados do MDA (2000), das quatro maiores áreas notificadas pelo INCRA no estado, todas elas se situam nessa região, somando um total 778.098 hectares.

A situação atual das famílias assentadas está bem abaixo da situação desejada, na medida em que estes assentamentos herdaram dos latifundiários, **ônus ambientais**: pelas péssimas condições de preservação dos solos, pela intensa antropização das áreas, reservas legais inexistentes de fato e áreas de preservação permanente totalmente degradadas; **ônus estruturais**: pelas péssimas condições de estradas, acesso a energia elétrica, água de qualidade e outras infra-estruturas necessárias para permitir o desenvolvimento dos assentamentos, bem como foram prejudicados pela **política agrícola** implementada para a região que tem na cadeia produtiva da criação extensiva do gado de corte, que necessita de grande áreas de pastagens, a estratégia central de desenvolvimento econômico.

Atualmente, podemos avaliar que esta seqüência de equívocos referentes à política agrária e agrícolas implementadas no estado, destinadas à reforma agrária

provocou uma situação de extrema dificuldade das famílias assentadas, onde a pecuarização altamente concentrada nas áreas de assentamentos, intensificou o processo de degradação das matas que ainda estavam intactas, acelerando também a perda da fertilidade natural de nossos solos potencialmente agricultáveis, gerando conseqüentemente um empobrecimento geral das famílias assentadas além de impactos ambientais e culturais gravíssimos.

Esse é então, o panorama geral no qual se constituiu o assentamento 1° de Janeiro, dentro de um histórico social e ambiental marcado pelas relações de poder desiguais, onde igualmente desiguais serão a distribuição dos custos e benefícios promovidos pelo modelo econômico implementado na região.

1.4. Localização e territorialização do assentamento 1° de Janeiro:

O assentamento fica localizado às margens da rodovia Belém-Brasília, a uma distância de 14 km da sede do município, tendo uma área de 6.230,61 hectares, com uma capacidade suporte definida pelo INCRA no laudo de vistoria de 161 famílias. O parcelamento da área distribuiu o assentamento em 4.420,15 hectares para parcelas rurais individuais (160 lotes), 26,6 hectares para uma parcela coletiva, 1.686,47 hectares para 03 áreas de reserva legal coletiva, 02 agrovilas com 41,84 hectares e 45,52 hectares para estradas vicinais e projetadas (INCRA, 2004).

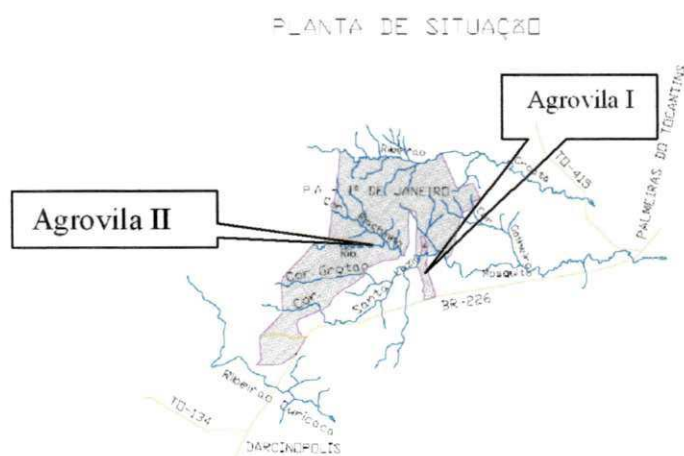


Figura 04: Localização do assentamento 1° de Janeiro. Fonte: INCRA (SR/26).

As agrovilas estão divididas em Vila Bom Jesus, com 139 famílias, distribuídas em 07 ruas, numa área total de 26,42 hectares e representada pela Associação dos Assentados do P.A 1º de Janeiro, nesta agrovila identificamos a presença de duas máquinas de pilar arroz gestadas individualmente por assentados, três bares, uma igreja católica feita de palha de babaçu, uma igreja evangélica feita de alvenaria, um açougue, uma escola municipal, um poço artesiano e um orelhão.

A outra agrovila Vila União, com 28 famílias, que só a partir de 2006 foram contemplados com luz elétrica e um orelhão, até o momento da pesquisa de campo, a água utilizada para o consumo humano ainda era abastecida no ribeirão mosquito e através de um poço cavado por um parceleiro, o poço artesiano instalado pelo INCRA nunca funcionou, pois faltava o motor que segundo denúncias dos assentados foi desviado pelo antigo prefeito do município. Na agrovila existe um pequeno comércio de miudezas em geral, porém a venda de bebidas alcoólicas é proibida pelas famílias. Existe também uma máquina de pilar arroz gestado em parceria por dois assentados, e um açougue. Estas famílias são representadas pela associação dos Pequenos Produtores do Projeto familiar da Vila União.

O assentamento é constituído pelas famílias como um todo de cinco regiões, sendo elas: Mosquito (Lotes: 99 a 129), Croatá (Lotes: 01 a 25), Riachinho (Lotes: 26 a 72), Destilaria (Lotes: 140 a 161) e Espraiada (Lotes: 73 a 98 e 130 a 139). Na denominação dessas regiões foram observados aspectos ecológicos, como presença de ribeirões ou córrego (Mosquito, Croatá e Riachinho), e a presença de tipos de solos (Espraiada) e aspectos relacionados com o histórico econômico da região (Destilaria). Na figura 05 apresentamos a localização das cinco regiões caracterizadas pelas famílias, onde a parte marcada com a cor verde representa as áreas de reserva legal (R.L).

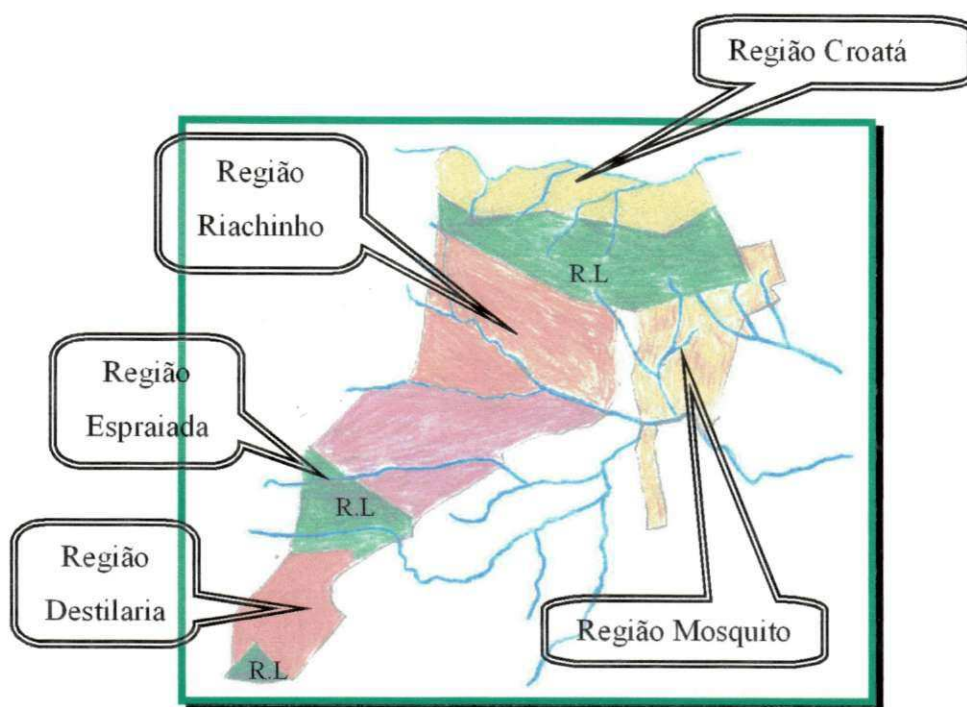


Figura 05: Divisão das regiões do assentamento e áreas de reserva legal.

É a partir dessas cinco regiões, que as famílias se organizaram politicamente, onde cada uma dessas regiões representa um núcleo de base, dentro dos princípios organizativos do MST, que levou em conta a proximidade das famílias nos lotes. Porém identificamos em nosso trabalho de campo no assentamento, que houve variações nessa forma organizativa, tanto caracterizadas por fatores externos (parcelamento dos lotes), na medida em que as famílias se organizavam no tempo de acampamento, a partir de núcleos de base constituídos pelos seus municípios de origem, como por outro fator não menos importante, que foi às relações geradas entre as famílias a partir do convívio social estabelecido nas agrovilas, onde a proximidade das casas foi se transformando em um elemento agregador para o estabelecimento de novas relações de reciprocidade, repercutindo inclusive em ações coletivas nos lotes.

Essas relações foram suficientemente fortes para que os moradores da Agrovila Vila União, em 2002 se desligassem da primeira associação criada em 1999, para fundarem uma segunda, e, mais do que alterações nos aspectos jurídicos da forma representativa dos assentados, as famílias não se consideram enquadradas dentro da distribuição organizativa do assentamento, e já organizam as suas reuniões para debater as questões produtivas, constituindo-se um novo núcleo de base, independente da distância dos lotes entre eles, o núcleo de base Vila União.

Essa distribuição espacial, aliado as infra-estruturas de estradas vicinais sobre ele, os recursos hídricos presentes, bem como a estratégia de construção de duas agrovilas, faz com que o aspecto da acessibilidade se torne um elemento importante nas escolhas produtivas dos assentados, visto que em média, a distância das famílias para o lote é de seis quilômetros, sendo que identificamos através da análise dos questionários que 19 famílias têm seus lotes a mais de dez quilômetros de distância da agrovila, e o valor máximo foi de 15 quilômetros.

Acrescenta-se aí o fato de que dos 111 questionários analisados, 71 famílias apontaram como péssimas as condições de acesso aos seus lotes (64%), cabe ressaltar que o aspecto de distância não foi necessariamente o quesito principal para a escolha da resposta pelas famílias, pois ao analisarmos os dados separadamente pelas diferentes regiões do assentamento, veremos que regiões mais afastadas das agrovilas como a Destilaria, que tem como único acesso a rodovia Belém-Brasília a uma distância de 10 km da primeira agrovila para a entrada da região, apenas 23% dos questionários indicaram essa avaliação para o acesso aos seus lotes, ao passo que a região do Mosquito, onde se situa a agrovila, em torno de 84% dos entrevistados a consideraram péssima, isso se deve ao fato que em 25 lotes dos 30 dessa região, tem como único acesso à travessia do ribeirão mosquito, que para sua travessia era utilizada uma “pinguela” improvisada pelos asentados. A região Croatá, que tem no caminho da agrovila aos lotes o mesmo córrego, porém como uma distância média em torno de 8,4 km, as respostas considerando péssimo o acesso ao lote subiram para 94% (18 famílias das 19 entrevistadas).



Foto 01: Forma principal de acesso a região Mosquito e Croatá.

Fonte: Arquivo MST (Julho de 2006).

Podemos considerar então que os critérios de avaliação das famílias estão relacionados a elementos de distância, condições de precariedade ou inexistência das estradas, meio de transporte utilizado, e, aliado a aspectos sociais, como a necessidade de se morar na agrovila para manterem os filhos estudando, e ambientais como a falta de recursos hídricos próprios para o consumo humano, serão elementos de grande importância na avaliação e constituição das estratégias produtivas de parte dessas famílias.

“(...) eu parei de fazer serviço lá dentro porque eu não tenho condição, só estou zelando o pasto, porque não tem condição de buscar água aonde, fica uma distância dessa aqui a outra água que tem lá perto, se você beber ela dois dias, você tem que correr para casa ligeiro que você não guenta, é uma dor nas urina que você não guenta (Gaston - assentado).

1.4.1. Aspectos sociais:

No assentamento 1º de Janeiro, identificamos através da análise do questionário aplicado com 123 famílias, que sua população é em torno de 771 pessoas, já que nos questionário identificamos 593 pessoas, numa média da unidade familiar de 4,8 pessoas. Ao analisar o estudo de Sparovek (2003), sobre a qualidade dos assentamentos da reforma agrária, vemos que esses números destoam da média nacional na proporção entre população do município e a população do assentamento que é de 2%, número próximo à média da região norte. A proporção da população dos assentados em relação ao município alcança a faixa dos 13% e quando a comparamos com a população rural do município (2.578), essa proporção sobe para 29%. Fizemos a título de exemplo, a comparação da população dos 04 assentamentos no município, atribuindo para isso à mesma média de 4,8 pessoas/família, encontrando um valor pouco superior a 29% da população municipal total, e 66% da população rural do município.

Para Sparovek (2003), há um histórico passivo estrutural nos assentamentos da reforma agrária no Brasil, decorrentes da incapacidade dos órgãos públicos da esfera estadual e federal de solucioná-los na sua totalidade, nesse sentido a esfera pública municipal têm uma importância nessa equação, e existiria para o autor, uma relação

direta entre a capacidade de solucionar esse passivo, com a dinâmica de articulação política estabelecida entre os assentados e o poder executivo e legislativo municipal.

Por trás dessa capacidade de articulação, entre outros fatores apontados por Sparovek, estariam: afinidade ideológica com a reforma agrária pelo poder público; situação financeira do município; expectativa do aumento de arrecadação com o desenvolvimento do assentamento; proporção de votos dos assentados no município e nível de desemprego do município. A proporção alta da população do assentamento em relação ao município traria então uma maior capacidade de pressão política real e com isso haveria uma maior tendência para que o passivo estrutural do assentamento fosse resolvido.

A força política eleitoral do assentamento foi percebida na última eleição para prefeitos e vereadores em 2004, onde foi nos dois colégios eleitorais localizados nos assentamentos do município (P.A São Paulo e P.A 1º de Janeiro), que o candidato a prefeito do PT (José Ademar) apoiado pelos assentados ligados ao MST e ao sindicato dos trabalhadores rurais, teve a maioria dos votos, onde a diferença para seu único adversário, no assentamento 1º de Janeiro foi de 254 votos, para termos a idéia da importância do peso do assentamento na vitória do PT, à diferença total do município entre os dois candidatos foi de apenas 04 votos.

Inserido dentro de um município com um PIB bem abaixo da média nacional e estadual, com alta taxa de desemprego, e com uma estratégia de desenvolvimento econômica, baseado no processo histórico dos latifúndios para criação bovina, a capacidade financeira desse município de realizar grandes alterações na estrutura física esta de certa maneira comprometida, com isso a atuação do poder executivo municipal no assentamento, tem se resumido a três focos de atuação principal: a gestão do programa de compra direta de alimento pela CONAB; o estímulo à mecanização agrícola com o cadastramento das famílias interessadas em gradear até 03 horas; e a co-gestão entre prefeitura e famílias, do método pedagógico das duas escolas do assentamento.

Dessa forma, o passivo estrutural do assentamento ainda está muito atrelado as ações (ou falta) do INCRA, já que se ao poder público municipal carece de recursos financeiros, ao poder público estadual, com sua forte ligação com a bancada ruralista

estadual e nacional, tem atuado de forma tímida no âmbito dos assentamentos da reforma agrária no estado.

O passivo estrutural do assentamento é tão intenso quanto variado, o que apresentaremos na tabela 04, a situação das estruturas existentes no assentamento:

Tabela 04: Estruturas existente no assentamento 1º de Janeiro:

Estrutura	Agrovila I	Agrovila II	Lotes
Estrada	Boas condições de acesso	Boas condições de acesso	Inexistência de estrada vicinal. Duas regiões sem acesso a veículos.
Poço artesiano	Funcionamento precário	Sem funcionamento (falta motor)	Sem água tratada.
Energia	Instalada em 2001	Instalada em 2006	Em processo de instalação.
Escolas	Reformada em 2005	Reformada em 2005	-
Casas	38 casas incompletas	08 casas incompletas	Casas de palha Casas de alvenarias incompletas.
Curral	Bem conservado Uso Coletivo	Bem conservado Uso Coletivo	-
Represas	01 de uso coletivo.		26 de uso individual

Fonte: Dados primários, coletados em abril de 2007.

Ainda sobre a característica populacional do assentamento, procuramos levantar a distribuição entre homens e mulheres de forma a extrapolarmos a metodologia empregada pelo I Censo Nacional dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, que atribui essa análise aos beneficiários e conjugues (Schmidt, 1998). De toda forma a título de ilustração, 70% dos beneficiários do assentamento são homens, um valor abaixo da media nacional (87%), e da região amazônica (86%) segundo dados do censo analisados por Herbetete & Abelém (1998).

Porém quando analisamos a relação de gênero pela população total do assentamento, vamos encontrar uma diferença mínima entre homens (51%) e mulheres (49%), havendo pequenas alterações na faixa etária de 0 a 14 anos com a predominância de mulheres, para a faixa etária de mais de 15 anos há uma maior proporção de Homens.

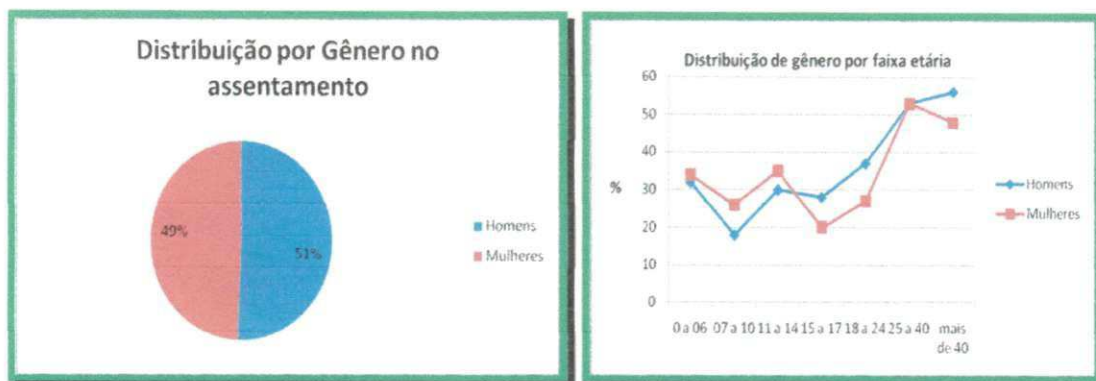


Gráfico 03 e 04: Relação de gênero e faixa etária dos assentados.

Fonte: Dados secundários – arquivo MST (2006).

Segundo Rua & Abramovay (2000), a explicação para um número tão desproporcional de mulheres cadastradas como beneficiárias da reforma agrária, seria o reflexo de uma situação social a qual se encontra a mulher brasileira, marcada por um déficit no exercício de sua cidadania, e o problema de sua invisibilidade econômica, atribuindo também à falta de documentação de parte delas, a atuação do homem da mulher assentada, dos movimentos sociais e do órgão público responsável pelo cadastramento, e citando outros autores vai sugerir que essa desproporção só não é maior porque muitas das vezes o “homem da casa” não possui os todos os documentos necessários, ou tem algum impedimento legal para ser assentado.

De toda a forma, o comportamento observado da alteração na proporção entre homens e mulheres após a faixa etária dos 14 anos, sugere uma possível relação com a idade escolar do ensino médio, que teria uma priorização das mulheres em detrimento da força física masculina destinada aos lotes, porém não sendo possível afirmá-lo, pois teríamos que realizar um estudo aprofundado nesse sentido, a qual os limites de minha pesquisa impossibilitaram. No geral as famílias são compostas de 4 a 6 pessoas, onde o limite máximo da unidade familiar foi de 18 pessoas.

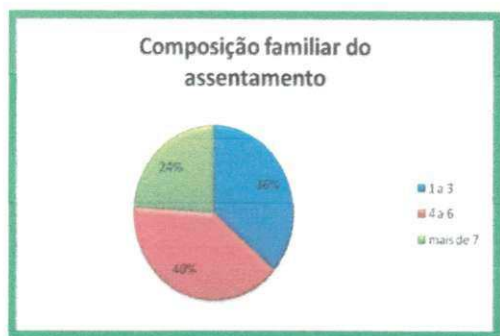


Gráfico 05: Distribuição da composição familiar do assentamento.

Fonte: dados secundários – arquivo MST (2006).

1.4.2. Aspectos ambientais:

1.4.2.1. O sistema de classificação de Uso da Terra

O assentamento foi originário pela desapropriação de três fazendas, sendo elas: Fazenda Mucambo – Loteamento Curiaca - 2º etapa – Lote 35, com área registrada de 2.379,93 hectares; Fazenda WM – I, com área registrada de 2.186,20 hectares; e Fazenda WM – II, com área registrada de 1.649,76 hectares (GETAT, 1996; INCRA, 1997). Segundo o laudo técnico do INCRA as fazendas apresentavam uma capacidade suporte de 56 famílias para as duas primeiras e 44 famílias para a última.

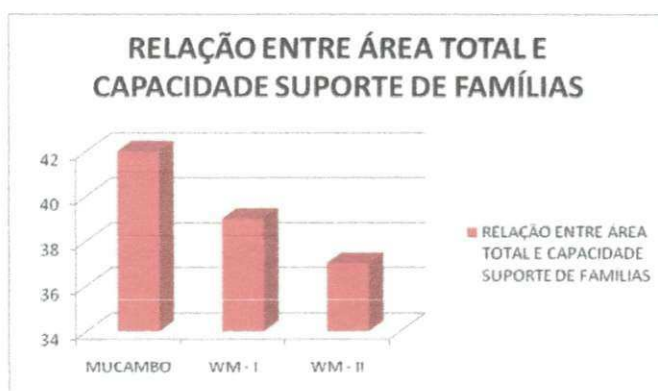


Gráfico 06: Capacidade suporte da área das fazendas que originaram o assentamento.

Fonte: Laudo técnico INCRA (1997) e GETAT (1996).

Esta variação existente entre o tamanho total da área e a capacidade suporte de famílias a serem assentadas, tem como parâmetro técnico, o laudo de vistoria realizado pelo INCRA que identifica fatores como, características físicas e químicas do solo, e relevo, para definição das Classes de Uso da Terra, que são identificadas através da metodologia dos Sistemas de Capacidade de Uso da Terra, e, representada através de letras (a,b,c), conjugadas a algarismos romanos de I a VIII, onde apresentam em ordem decrescente as limitações impostas às práticas agrícolas, que podem assim ser apresentada:

Tabela 05: Sistema de Capacidade de Uso da Terra. Fonte: Schineider & Klampt, 2002, apud Freitas 2004. Adaptado pelo autor.

GRUPO	CLASSE	DESCRIÇÃO
A Terras aptas para o uso com lavouras.	I	Apresentam limitações permanentes ou risco de degradação muito pequenos, que não exigem práticas especiais de conservação de solo.
	II	Apresentam limitações e risco de degradação moderados, quando usadas para lavouras, exigindo práticas especiais de conservação de solo, de fácil execução como: cultivo em contorno, culturas em faixa, rotação de culturas incluindo plantas recuperadoras, etc.
	III	Terras aptas para uso com lavouras, no entanto apresenta severas limitações e riscos de degradação, exigindo a intensificação de praticas especiais de conservação do solo de fácil e complexa execução como: cultivo em contorno, culturas em faixas, rotações de culturas incluindo plantas que promovem a recuperação do solo (leguminosas), terraceamento, plantio direto, drenagem, etc.
	IV	Terras aptas para uso com lavouras, no entanto apresenta limitações e riscos de degradação muito severos. Seu uso para lavouras com culturas anuais deve ser ocasional, devendo na maior parte do tempo ser mantidas com pastagens ou culturas de ciclo longo. Exigem práticas intensas e complexas de conservação do solo.
B Terras impróprias para o uso com lavouras. Só se prestam para o cultivo de plantas	V	São terras praticamente planas, não sujeitas à erosão, apresentam limitações muito severas que impedem a execução de práticas de cultivo tornando o seu uso para lavouras com culturas anuais impróprias, podendo ser usadas para culturas de ciclo permanente como pastagem fruticultura e silvicultura. As limitações desta classe

permanentes – Pastagem, fruticultura e silvicultura.		de solo são: excesso de umidade, riscos freqüentes de inundação, excesso de pedregosidade, etc.
	VI	Terras que mesmo com cultivo de espécies permanentes são sujeitas à degradação devido a declividade acentuada, textura muito arenosa, ou pequena profundidade de solo.
	VII	São terras de uso restrito, mesmo para cultivo de espécies permanentes, por apresentarem limitações severas e serem altamente susceptíveis à degradação, exigindo cuidados especiais na sua exploração. Em geral são terras muito declivosas, pedregosas e com solos rasos.
C Terras impróprias para qualquer cultivo de exploração agrícola. Devem ser destinadas para áreas de preservação permanente como refúgio da flora e da fauna.	VIII	São terras com limitações intensas, como: declividade muito acentuada associados a pedregosidade intensa, solos rasos, textura extremamente arenosa, tornando terras impróprias para qualquer tipo de exploração agrícola.

Esse modelo de avaliação tem como base de análise a profundidade efetiva do solo, textura, permeabilidade, declividade e erosão, e tem como pressuposto o controle de erosão em solos manejados com altos índices tecnológicos (uso intenso de maquinário e insumos agrícolas), e seria uma adaptação brasileira do Sistema Americano de Avaliação de Uso da Terra (*Land Capability*), publicado no Brasil em 1945, tendo como base de análise o relevo e sendo uma resposta à necessidade de planejamento do uso do solo em decorrência do desenvolvimento das tecnologias modernas para a agricultura (Freitas, 2004). Esse sistema propicia então, uma relação direta entre o uso de tecnologias intensivas, características de solo e relevo, com o planejamento do uso do solo, onde áreas consideradas impróprias dentro da lógica desse modelo agrícola são invariavelmente destinadas como áreas de preservação ambiental, o que em áreas de assentamento se traduzem em áreas de reserva legal (Silva 2005).

Outras metodologias de avaliação de uso da terra foram sendo desenvolvidas ao longo do tempo, a partir da constatação dos limites metodológicos do Sistema de Capacidade de Uso da Terra, pois teria como parâmetro de análise apenas um único modelo de agricultura, e criados a partir de características ambientais e climáticas bem diferentes da realidade brasileira. Silva (2005) extrai um trecho do Manual para Levantamento Utilitário do Meio Físico e Classificação de Terras no Sistema de Capacidade de Uso, onde é ressaltada a importância da identificação dessas diferenças.

“Não se pode deixar de reconhecer que, em vez de adaptar uma classificação elaborada no exterior, o ideal fosse a construção de um sistema novo também voltado principalmente à conservação do solo, mas inteiramente brasileiro, idéia essa que merece ser amadurecida, para, quem sabe, poder constituir material para nova publicação.”
(Lepesh et al, 1991: 9)

Entre essas novas técnicas, foi muito difundida o Sistema de Aptidão Agrícola, que tinha como ponto de partida a consideração de um solo hipotético ideal, sem restrições de nutrientes, água, oxigênio, erosão e mecanização, a partir do qual são comparados com os solos analisados e enquadrados em seis diferentes classes que são relacionadas com três tipos de manejo: Alto, médio e baixo uso de tecnologia.

Freitas (2004) vai descrever diversos estudos que vão apontar os limites ainda colocados por este último, pois apesar de ser um avanço em relação ao Sistema de Capacidade de Uso da Terra, por adotar três variáveis de manejo agrícola, estes dois sistemas vão desconsiderar as peculiaridades de estratégias produtivas típicas adotadas pelos pequenos produtores, e de acordo com a heterogeneidade ambiental e social dos diferentes contextos em nível de Brasil, e em decorrência dela, uma ampla variação nas interações ecológicas e sociais que vão exigir uma complexidade no olhar sobre as interdependências existentes entre natureza, processos sociais, econômicos, políticos e culturais, que vão influenciar o padrão de uso agrícola.

Nesse sentido, vão sendo constituídas novas metodologias, que tinham como base de ação, a interação entre conhecimento técnico científico e as percepções e conhecimentos desses pequenos agricultores, para isso são incorporadas nos trabalhos

técnicas de DRP⁷, por considerá-las mais democráticas e factíveis de serem ajustadas as diferentes concepções dos agricultores de cada contexto.

O método de avaliação utilizado para o parcelamento dos lotes no assentamento 1º de Janeiro baseou-se no sistema de Capacidade de Uso da Terra, que foi elaborado pelo INCRA, no momento da vistoria das fazendas para fins de desapropriação para a reforma agrária. A empresa de topografia contratada pelo INCRA, em posse dessas informações, consultava as famílias sobre locais de instalação das agrovilas e lotes comunitários, e a partir desses elementos e considerando a disposição dos recursos hídricos, montava a proposta de distribuição espacial dos lotes, e da reserva coletiva. A classificação do uso das terras foi assim definida pelo INCRA para as três fazendas:

Tabela 06: Classificação de Uso da Terra do Assentamento 1º de Janeiro.

CLASSE	FAZ. MOCAMBO %	FAZ. WM – I %	FAZ. WM – 2 %
III	30	40	30
IV	15	0	35
V	45	50	30
VIII	10	10	05

Fonte: Laudo técnico do INCRA/SR – 26 (1996; 1997).

Diante da impossibilidade de acesso ao mapa do parcelamento do assentamento junto ao INCRA, pois o órgão nos informou que dispunha de apenas uma parte, do qual prontamente nos forneceu, fomos montando as partes que compunham os três laudos de vistorias realizados pelo INCRA, que serão apresentados neste trabalho em forma de croqui, respeitando ao máximo as dimensões espaciais do assentamento.

Apresentamos a baixo a distribuição geográfica das três antigas fazendas em relação à conformação atual do assentamento:

⁷ - DRP: Diagnóstico Rural Participativo, consiste em técnicas de trabalho de campo, que tem como princípio a construção coletiva do conhecimento e de propostas de desenvolvimento local, seria um contraponto sobre a visão de “extensão” dos conhecimentos técnicos científicos propagada a partir da modernização agrícola na década de 50.

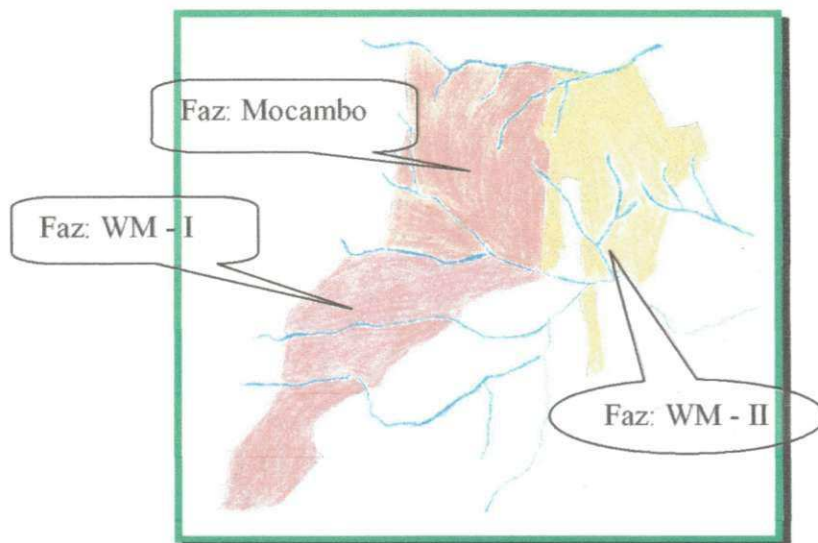


Figura 06: Localização espacial das fazendas que deram origem ao assentamento.

Fonte: Laudo técnico INCRA/SR – 26 (1996; 1997).

De toda a forma, para compreender os aspectos ambientais do assentamento, adotarei a análise a partir das cinco regiões referidas anteriormente, tomando como base as características de solo, acessibilidade à recursos hídrico e aos lotes, uso atual dos solos e produtividade agrícola média.

1.4.2.2. Os diferentes solos do assentamento:

Seguindo as origens geológicas da região, originárias de dois materiais minerais principais (Basalto e Arenito), ocorrem sobre o assentamento, uma mosaico de diferentes tipos de solos, com propriedades físicas e químicas bastante diferenciadas, onde, a textura coloração e profundidade, são os principais parâmetros de análise dos assentados, quase sempre associadas à presença da vegetação mais ocorrente, e às culturas agrícolas a serem trabalhadas.

Estes elementos formam então um complexo instrumento de avaliação de “terras boas” e “terras ruins”, onde são adjetivadas através de expressões como: “terra de cachamorra branca” (ruim), “terra de babaçu” (boa), “terra de lajeiro” (ruim), “terra boa só para capim” (ruim), “terra para tudo que plantar” (ruim), “terra de abacaxi” (ruim), “terra de areia preta” (ruim), e, demonstram tanto um ponto de partida, quanto de

chegada para a definição de suas escolhas produtivas. Morán (1990) vai apontar estudos realizados na região amazônica na década de 70, que adotam esse sistema denominado por ele de etnoecologia, que se baseava na identificação de diferentes fertilidades dos solos a partir dos critérios utilizados por caboclos moradores da região do Xingu de relacioná-las com espécies arbóreas.

“Meu lote a terra é muito fraca, meu lote é só areia, terra velha de cachamorra branca” (Toinha - assentada).

A partir dos dados de um trabalho de campo que realizamos na área em julho de 2006, em conjunto com a equipe de técnicos do MST, junto com as famílias, através da técnica de DRP denominada de caminhada transversal, elaboramos um croqui da disposição dos diferentes tipos de solos no assentamento⁸, que será apresentado abaixo:

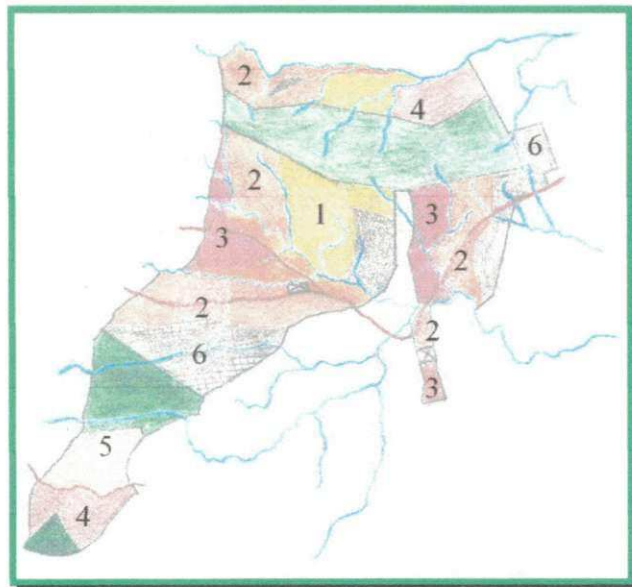


Figura 07: Caracterização dos diferentes solos do assentamento 1º de Janeiro.

Fonte: Dados primários, coletados em julho de 2006.

⁸ - Cabe aqui ressaltar que objetivo central desse trabalho de campo é realizar uma caracterização participativa dos diferentes tipos de solo no assentamento, portanto, sua distribuição geográfica apresentada, é resultado da percepção dos assentados sobre ela, podendo aparecer pequenas variações (manchas de solos) se o trabalho fosse realizado numa escala menor, a nível de lotes por exemplo.

Legenda:

	Nomenclatura dos assentados	Nomenclatura EMBRAPA	Síntese das principais características:
1	Areia branca	Neossolo Quartzarênico Órtico	Possui, baixa fertilidade natural (distrófico) Altos teores de alumínio trocável (aluminicos) Moderados, a forte ácidos. Excessivamente drenados. Alta lixiviação e baixa retenção de umidade, e alta susceptibilidade a erosão.
2	Areia vermelha	Idem	Idem
3	Barro vermelho	Latossolo Vermelho Eutrófico	Não hidromórficos. Profundos e muitos profundos. Excessivamente drenados. Baixa capacidade de troca de cátions, Baixas reservas de elementos nutritivos. De média a muito argilosa
4	Barro vermelho com cascalho	Neossolo Litólico Distrófico	Encontram-se diretamente assentados sobre a rocha ou sobre um horizonte C. 90% ou mais de sua massa constituída por fragmentos de rocha com diâmetro maior que 02 mm. Baixa profundidade efetiva Susceptíveis a afloramentos rochosos.
5	Barro com cascalho	Idem	Diferencia-se da anterior por um maior teor de argila na camada superficial.
6	Tobatinga	Greissolo Háplico Tb Distrófico	Solo hidromórfico, mal drenado, pouco profundo, desenvolvido sobre grande influência do lençol freático próximo à superfície, admite-se que a Canga laterítica tenha forte influência na sua formação. Apresenta propriedades físicas e químicas bastantes heterogêneas, dependentes da procedência dos materiais transportados que os originam. Possui saturação por bases inferior a 50% com textura muito variada.

Fonte: Arquivo MST; EMBRAPA (1999); AESCA (2004), SEPLAN (2003). tabela elaborada pelo autor.

As características apresentadas dos solos do assentamento, como baixa capacidade de troca catiônica, altos níveis de alumínio, fracas reserva de potássio, baixa disponibilidade de fósforo para as plantas, alta lixiviação, são resultantes das condições climáticas relacionadas ao período de formação geológica dos solos, típicas de regiões tropicais úmidas, bem como as diferentes características de relevo (Guerra & Menezes, 1999; Reynal et al, 1995).

Fatores da composição estrutural dos solos, também serão elementos potenciais ou restritivos, ao desenvolvimento de determinados sistemas produtivos, em manejos aplicados com baixo nível tecnológico. Associado a eles estariam à capacidade de retenção ou percolação hídrica, granulometria e profundidade efetiva, os estudos mostram que haveria uma associação direta das características pedológicas dos solos e os índices de produtividade de algumas culturas (Reynal, 1995).

Silva (2005) vai afirmar que o principal elemento limitador da agricultura familiar brasileira não seria o relevo e sim a fertilidade. Morán (1990), por sua vez, chama a atenção para não se pensar o solo como único fator limitante, valorizando assim, as diferentes capacidades das populações no manejo do solo, além das numerosas inter-relações existentes em um sistema agrícola e cita um estudo realizado em solos de alta fertilidade (terra roxas eutróficas), onde o maior problema encontrado no manejo agrícola não era a fertilidade e sim as plantas invasoras.

Esses fatores foram por muitas vezes associados pelas as famílias assentadas à produtividade de seus lotes ou a dificuldade de manejo desses, onde o histórico de utilização do solo, suas características físicas e químicas, a vegetação existente, e condições de aplicar o manejo de preparo agrícola mais adequado às características ecológicas do local, vão ser os principais parâmetros de análise.

(Felipe) – Você põe roça? (Vicente) – Sim, na faixa de umas 03 linhas eu botava uma roça maior, eu gradeava umas oito linhas mais nunca deu certo, é muito, por conta de dar o mato de mais e agente não querer mexer com veneno, as oito linha eu achei de mais, este ano eu pus menos, ainda assim eu trabalho de mais, não está dando ainda. (Vicente - assentado).

(...) agora é como eu digo, a metade dessa terra é só um escravado, assim um meio, bem no meio, um escravado branco que nem o capim agresta não nasce lá, ruim certo, aí só dá mesmo só o capim (Gaston - assentado).

Como veremos mais a frente, quando tratarmos do uso atual dos solos há no assentamento uma variação muito grande na produtividade média das principais culturas plantadas, essas vão responder diferentemente aos tipos de solos, bem como as suas condições ambientais, e ao manejo dado a esses, vamos encontrar significativas diferenças na produtividade das culturas nas cinco regiões e dentro delas.

1.4.2.3. Hidrografia nas regiões:

Antes de entrarmos propriamente no uso atual do solo das diferentes regiões do assentamento, vamos neste momento efetuar um breve comentário sobre as condições de acesso aos recursos hídricos naturais no local. Entendendo ser esse um fator também limitante na condução das diferentes estratégias produtivas dos assentados, considerando, no entanto, que não são esses os elementos condicionantes e/ou determinantes nessas escolhas, porém aliado a outros fatores não menos importantes, é que vão se constituir um arcabouço complexo de análise para essas definições.

Analisando a partir dessas perspectivas, é encontrada nas cinco regiões do assentamento, uma gama muito variada de condições de acesso aos recursos hídricos naturais, pois se encontram nele três córregos naturais permanentes, que atendem 103 lotes dentro do assentamento (64%), sendo que os 25 lotes da região Croatá (100%) são margeados pelo ribeirão Croatá, na região do Riachinho os 46 lotes (100%) são margeados ou entrecortados pelo Ribeirão Riachinho ou Mosquito, na região do Espriada, 20 lotes (58%), mais a agrovila 02 são margeados pelo Ribeirão Mosquito que atende também a 12 lotes (40%) na região Mosquito, na região da Destilaria, nenhum lote tem acesso a córregos permanentes.

Existem também no assentamento, três córregos temporários sendo eles: Grotão que corta a região do Espriada, Santa Luzia que corta a área da reserva legal 02, e córrego Buritirana que corta dois lotes na região do mosquito (lotes 99 e 100), além de diversas vertentes espalhadas pelo assentamento que “escorrem” água apenas nos meses de maior intensidade de chuvas. Apresentamos no figura 07, a localização desses córregos e ribeirões presentes no assentamento, para tal montagem, cruzamos informações obtidas na caminhada transversal para caracterização dos solos, carta

imagem do município de Palmeiras do Tocantins, mapa do parcelamento parcial produzido pelo INCRA e informações dos assentados em nosso trabalho de campo.

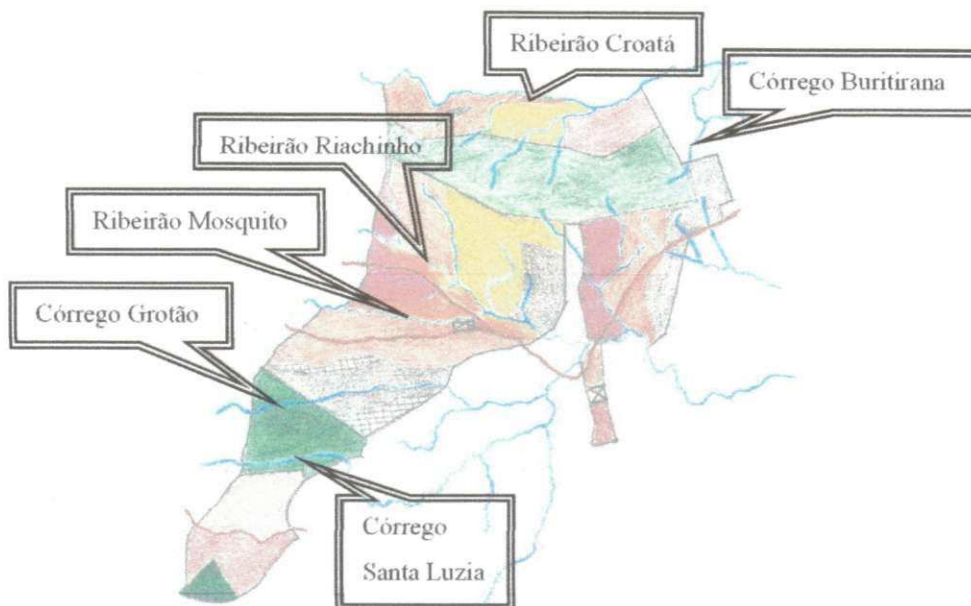


Figura 08: Disposição dos recursos hídricos no assentamento 1º de Janeiro.

Além dos recursos hídricos naturais, no assentamento foram financiadas com recurso do PRONAF-A, 31 pequenas represas de 30 horas de trator de esteira cada, porém analisando os laudos de vistoria da assistência técnica estatal, detectou-se que 05 famílias não aplicaram os recursos na implementação destas, sendo que 03 possuem acesso à recursos hídricos permanentes, e 02 se situam na região seca do assentamento (Destilaria). A estratégia principal dessas represas é a captação de água das pequenas vertentes que se formam no período chuvoso, para suprir o gado na época seca, sendo que na região da destilaria esta estratégia foi usada para 07 das famílias assentadas, o que por outro lado aponta que 14 lotes não têm acesso a recursos hídricos.

1.4.2.4. Uso atual dos solos nas regiões do assentamento:

O mecanismo de entendimento sobre o uso atual dos solos no assentamento, certamente exige um olhar temporal sobre os processos sociais existentes antes e no tempo de assentamento, acreditamos ter traçado nos itens anteriores um panorama geral

sobre esse fenômeno, o que nos remete agora a uma breve descrição da vegetação local sobre o assentamento, e seguindo a estratégia de estabelecer um olhar mais específico sobre as diferentes regiões que compõem o assentamento, vamos apresentar também o uso atual dos solos em cada uma dessas regiões. Para isso, utilizaremos os dados obtidos a partir da análise dos questionários aplicados e observação de campo, cabe ressaltar que a análise do uso atual dos solos se dará pela observação dos lotes, a reserva legal será tratada como um item aparte no próximo capítulo pelas suas especificidades no uso.

O assentamento 1º de janeiro, localizado numa região de tensão fitoecológica, apresenta uma variação de seus recursos naturais, caracterizado pela presença de áreas de cerrado denso, cerrado ralo, floresta ombrófila com forte presença de babaçuais, regiões de capoeira, pastagem e áreas destinadas para uso agrícola.

As áreas de pasto plantado assumem uma posição de destaque dentro da área do assentamento ocupando 28% da área total dos lotes, seguido das vegetações de cerrado, mata, e capoeira com 24, 22 e 18% respectivamente.

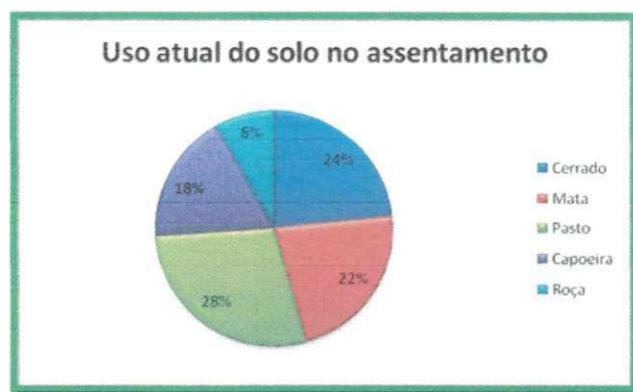


Gráfico 07: Uso atual do solo do assentamento 1º de Janeiro.

Fonte: dados secundários – arquivo MST (2006).

O uso agropecuário no assentamento é representado pelas culturas de subsistência e uma pequena parte de culturas permanentes, com destaque para a banana, além da pecuária bovina e criação de pequenos animais. A área útil agrícola composta das áreas de pastagem (pasto artificial + pasto nativo) e áreas agrícolas representam 55% da área total dos lotes, onde a área agrícola é responsável por 15% desta.

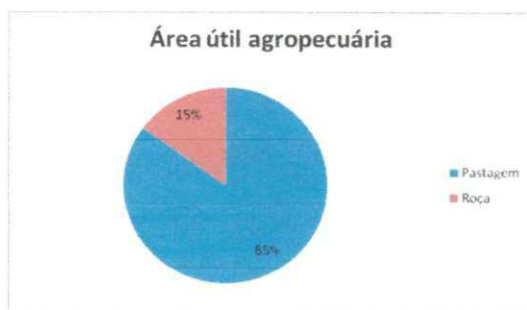


Gráfico 08: Distribuição da área útil agropecuária.

Fonte: dados secundários – arquivo MST(2006).

As culturas de subsistência aparecem em 83,7 % das famílias entrevistadas, representadas pela cultura do milho (74% dos produtores, numa área de 123 hectares numa média de 1,5 hectares/família), arroz (73% dos produtores, numa área de 137 hectares na média de 1,7 hectares/família), feijão (48% dos produtores, numa área de 25 hectares numa média de 0,47 hectares/família) e mandioca (39% dos produtores para 57,5 hectares numa área média de 1,7 hectares/família), estas culturas aparecem invariavelmente combinadas entre si, plantadas consorciadas ou não, onde grande parte dos lotes possui em média três culturas:

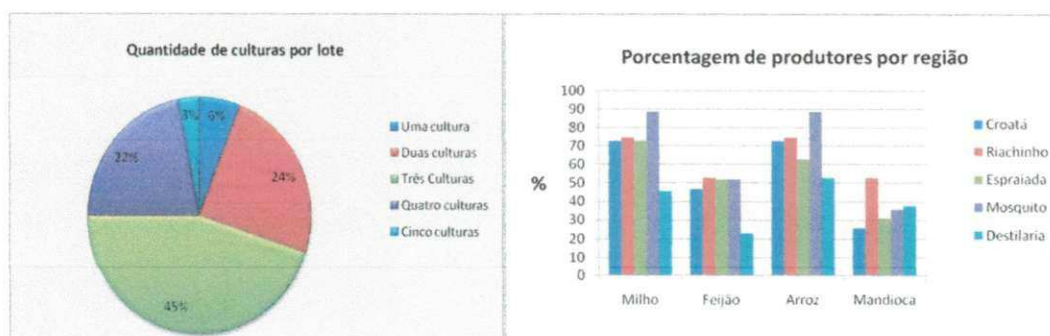


Gráfico 09 e 10: Média de culturas por lote e porcentagem de produtores por região do assentamento. Fonte: Dados secundários – arquivo MST (2006).

As regiões em média possuem uma área agrícola de 3,8 hectares e percebemos através dos dados que as culturas de milho e arroz são as culturas mais importantes quando consideramos a quantidade de famílias que a produzem, seguidas pelo feijão e a cultura da mandioca. Agora quando consideramos a área total plantada, as posições se

alteram, onde o arroz assume a primeira posição, seguida do milho, mandioca e por último a cultura do feijão. Fenômeno esse verificado também nas regiões do Espiraiada, Riachinho e Croatá, e alteradas com destaque para a cultura da mandioca que assume o primeiro lugar na região do Mosquito e o segundo na região da Destilaria.

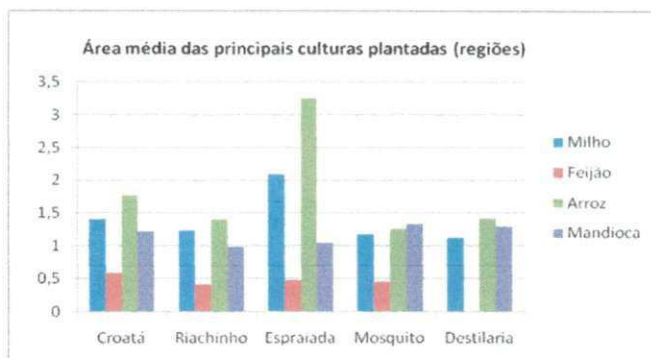


Gráfico 11: Área média agrícola plantada por região do assentamento.

Fonte: dados secundários – arquivo MST (2006).

A produtividade das culturas agrícolas do assentamento apresenta baixos índices para a cultura do milho e feijão em relação ao município, região e estado, e índices próximos para a cultura do arroz, seus valores variam muito dentro das regiões do assentamento, onde a região do espraiado e destilaria são as que apresentam as menores produtividades para a mandioca e o milho, para a cultura do arroz, com exceção da região destilaria com 940 Kg/ha, as demais regiões apresentam uma produtividade média variando de 1.200 a 1.500 kg/ha.

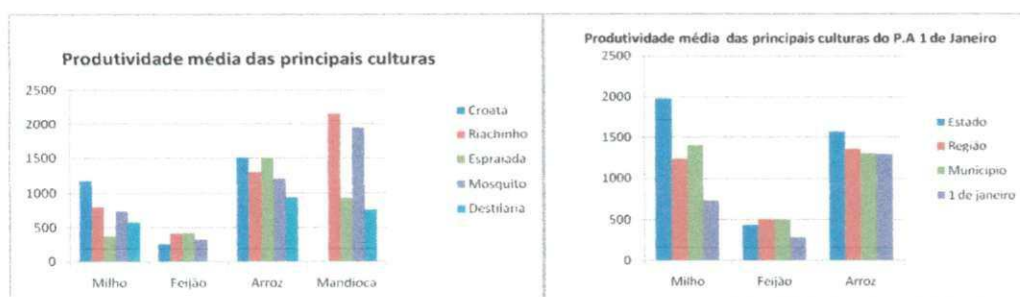


Gráfico 12 e 13: Comparação da produtividade média por região do assentamento, município, região administrativa e estado. Fonte: Dados secundários – arquivo MST (2006); Seplan (2006).

Na identificação da comercialização desses produtos, constatamos uma contradição entre os dados obtidos pela análise dos questionários, com minha atuação no assentamento de 2003 a 2005 e os trabalhos de campo por mim realizado para a pesquisa de campo em 2007, pois os dados referentes ao questionário apontam uma porcentagem muito baixa de famílias que comercializam os produtos agrícolas, variando de 05% para o arroz a 10% para a farinha, já no trabalho de campo, identificamos através das entrevistas que 100% das famílias comercializam parte de sua produção. Alguns vão identificar o volume comercializado pela área plantada, outros vão apontar o volume de comercialização a partir da colheita, em fim, os dados de campo apontam que pelo fato de grande parte da comercialização ser feita esporadicamente e a partir das necessidades imediatas das famílias, na forma da venda de alguns poucos sacos por vez, é possível que muitas das famílias tenham afirmado negativamente nos questionários sobre a comercialização desses produtos.

Porém ao analisarmos os dados referentes a essas famílias que afirmaram positivamente na comercialização de produtos agrícolas, vamos identificar que a farinha de mandioca assume um lugar de destaque, seguida do milho, arroz e feijão.

Tabela 07: Aspecto de comercialização para produtos agrícolas no assentamento:

Produto agrícola comercializado	Área produzida	Quantidade vendida	Quantidade de famílias que vendem	Receita bruta por kg vendido
Milho	Segundo lugar	Segundo lugar	Segundo lugar	R\$ 0,62/Kg
Arroz	Primeiro lugar	Quarto lugar	Quarto lugar	R\$ 0,33/kg
Farinha de mandioca	Terceiro lugar	Primeiro lugar	Primeiro lugar	R\$ 1,00/kg
Feijão	Quarto lugar	Terceiro lugar	Terceiro lugar	R\$ 1,43/kg

A média de quilos vendida por família fica em torno de 1.000 kg para a farinha de mandioca e o milho, 500 Kg para o arroz e 45 Kg para o feijão. As formas de comercialização variam muito entre os produtos, normalmente o arroz e a farinha de mandioca são vendidos em sacos fechados para atravessadores ou diretamente (mais em menor escala) para famílias assentadas, o feijão além da forma anterior, é também

comercializado na venda de pratos (1,5 kg/prato) o que faz com a receita bruta por quilo suba para R\$1,75.

Os pequenos animais assumem um papel importante na estratégia produtiva dos assentados, aparecendo consorciados ou não com suínos e aves para 73% das famílias entrevistadas, onde as aves aparecem 54% das famílias e os suínos para 32%. O número de suínos médio por família foi de 3,8 animais, variando de 01 a 10 unidades/família. As aves contabilizadas no assentamento foram de 2.783 cabeças, numa média de 40 unidades/família, variando de 03 a 250 unidades. O consumo de aves anual identificado para 92% das famílias entrevistadas, com um consumo anual de 5.163 cabeças, numa média de 56 cabeças/ano, o que demonstra a sua grande importância na estratégia alimentar dos assentados, apenas 08 famílias alegaram que vendem aves. Já o consumo de suínos foi identificado em 48% das famílias, onde apenas 04 destas afirmaram que comercializam sua produção.

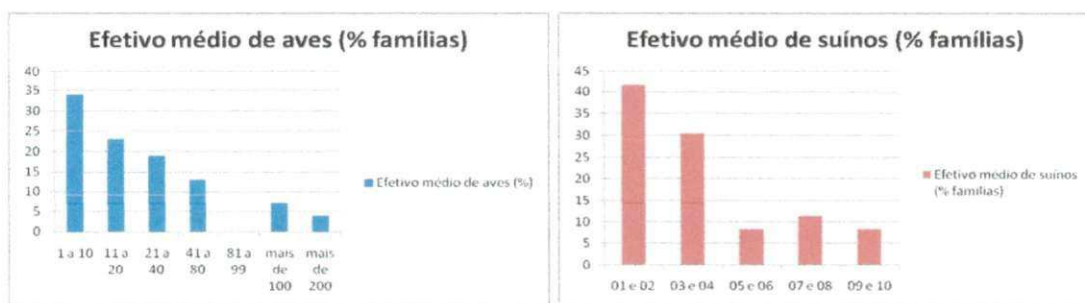


Gráfico 14 e 15: Distribuição do efetivo de pequenos animais no assentamento.

Fonte: dados secundários – arquivo MST (2006).

A bovinocultura aparecendo em 79% das famílias entrevistadas, se apresenta com uma grande importância no sistema produtivo, o assentamento como um todo possui em torno de 1.144 cabeças de gado, em média os criadores possuem 13 cabeças, na maioria das vezes consorciada com outras atividades como culturas agrícolas e criação de pequenos animais. O Gráfico abaixo procura demonstrar o comportamento das famílias na sua estratégia em relação ao gado no sistema produtivo:



Gráfico 16: Distribuição do efetivo de gado no assentamento.

Fonte: dados secundários – arquivo MST (2006).

A quantidade média de gado por família sofre pequenas variações quando analisamos os dados a partir das cinco regiões do assentamento, onde as regiões do Espraçada e Destilaria assumem papel de destaque com uma média superior a 16 cabeças/família. Porém foi na região do Mosquito e Riachinho onde se encontram a maior porcentagem de criadores.

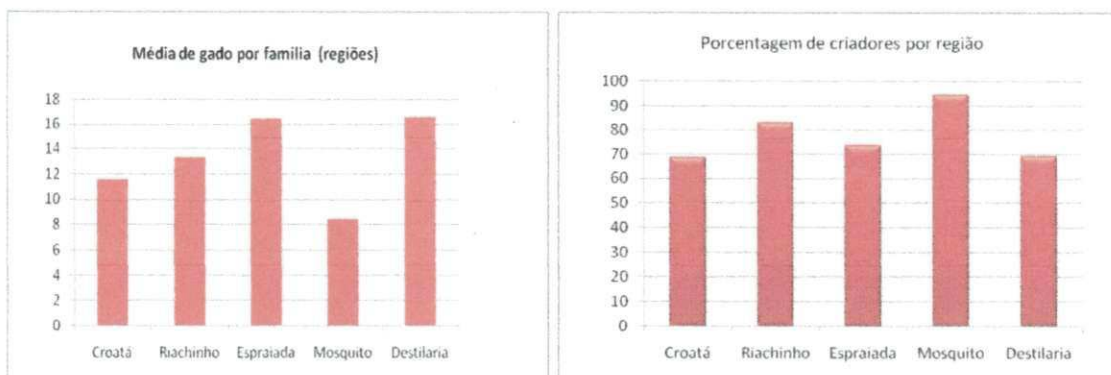


Gráfico 17 e 18: Média de gado por família por região e porcentagem de criadores.

Fonte: Dados secundários – arquivo MST (2006).

O uso atual dos solos em cada uma dessas regiões vai variar, onde o cerrado vai predominar nas regiões da Destilaria, Mosquito e Croata, e a de pasto na região do Riachinho. As regiões do Croatá e Mosquito que como vimos no resgate histórico do uso

da área eram predominantemente de matas de babaçu, hoje apresentam as maiores proporções de capoeira em relação às demais regiões.

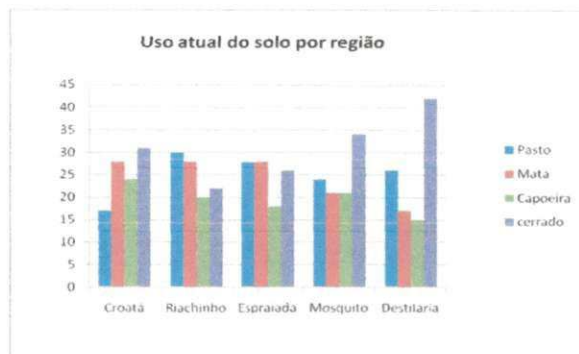


Gráfico 19: Uso atual do solo por região. Fonte: Dados secundários – arquivo MST (2006).

Vemos que no assentamento, se destaca a força do gado dentro da estratégia produtiva das famílias, pois se identificamos, que há um lógica na diversificação da produção agrícola para os produtos destinados a subsistência alimentar, também identificamos que o território do assentamento está em grande parte ocupado pelas pastagens.

Faz-se necessário então procurar os processos sociais que possam nos clarear quais foram as causas e as consequências da adoção dessa estratégia produtiva no assentamento, no sentido de compreender como ela se insere ambientalmente e socialmente nesse novo território que se forma.

CAPÍTULO II

O PROCESSO DE PECUARIZAÇÃO DA REGIÃO NORTE DO TOCANTINS E SUAS INFLUÊNCIAS SOBRE O ASSENTAMENTO 1º DE JANEIRO.

Esse capítulo tem como objetivo procurar compreender as relações sociais que estariam na base do processo de pecuarização da região norte do Tocantins, e de como as famílias do assentamento 1º de Janeiro a partir dessas, irão configurar suas estratégias produtivas, onde o gado assume um papel particularmente importante, que irá igualmente influenciar as relações sociais estabelecidas entre as famílias assentadas, e exercerão alterações ambientais significativas para a manutenção da lógica produtiva do assentamento.

Num primeiro momento estaremos focalizando o processo de pecuarização, dentro da problemática das relações de poder estabelecidas historicamente na região norte do Tocantins, procurando identificar quais seriam os elementos impulsionadores desse processo, bem como as conseqüências ambientais decorrentes.

Em seguida estaremos relacionando a partir da percepção das famílias, como a estratégia da pecuarização tem trazido alterações ambientais para o assentamento, e que em determinada medida contribuem para o processo de perda da capacidade de reprodução dessas famílias sobre os lotes.

Por fim, procuraremos analisar como os fatores anteriormente citados vão interagir nas relações sociais internas dos assentados, ou seja, como vão se constituindo a partir delas, as normas e regras de acesso aos recursos naturais do assentamento. Para isso estaremos utilizando os pressupostos teóricos que tratam dos dilemas da ação coletiva e da teoria dos recursos comuns, que são abordagens que vão nos ajudar a uma melhor compreensão do movimento social que se configura nas relações dos assentados com os recursos naturais locais.

2.1. Pecuária e mudanças ambientais no norte do Tocantins

Como visto anteriormente, a atividade pecuária no estado do Tocantins, se confunde com a sua própria história, iniciando com a expansão das expedições mineradoras no século XVIII, sendo que na região norte do estado ela se inicia ainda no século XVII, antes mesmo da mineração, devido ao seu forte potencial hidrográfico e as extensas áreas de pastagens naturais, que serviam de refúgio para os grandes criadores de gado dos sertões da Bahia, Maranhão e Piauí (Jameson, 2002).

Levantamentos históricos da região indicam que a expansão da pecuária do gado se deu no século XVIII, com mais intensidade na região norte do Goiás (hoje estado do Tocantins) do que na região sul. Em 1796 havia 401 fazendas de gado na região norte expandindo-se para 546 em 1828, ao passo que na região sul o número de fazendas passou de 121 para 156 nos respectivos anos (Jameson, 2002), a explicação para esta “vocação” do gado na região norte do estado de Goiás, se deu pela facilidade de importação de sal mineral de Belém através da navega o pelo Rio Tocantins, pelo já citado potencial hídrico da região e paradoxalmente, pela sua precária situa o de infraestrutura de transporte, que dificultava a fiscaliza o da coroa sobre a atividade, facilitando o contrabando do gado para o estado da Bahia (Jamenson, 2002).

O poder político das elites rurais ligadas   pecuária do gado de corte no estado do Tocantins, como vimos,   uma herança de no mínimo três séculos. A força da bala e do dinheiro, era argumento suficientemente forte para a manuten o de seus interesses. O papel do estado como elemento de subserviência para as elites ruralistas remonta então a própria g nese da economia da região, as rela o de poder estabelecidas garantiam que o estado atuasse no sentido do fortalecimento do setor pecuário, porém as práticas de sonega o de impostos, corrup o e violência contra outros segmentos sociais, também tem marcado a sua história, como vimos no t pico dos conflitos fundiários do Tocantins.

O fato   que as condi o ambientais, fundiárias, sociais e econômicas, característica dessa região, foram configurando a forma de utiliza o atual dos solos, baseada na hegemonia da pecuária extensiva, pois se   certo que características ambientais e climáticas contribuir m para a sua ascensão, fatores sociais como a

ordenamento fundiário, políticas públicas de crédito e infra-estrutura, decorrentes das relações de poder estabelecidas foram fundamentais para o seu efetivo fortalecimento.

Dados do censo agropecuário do IBGE (2003) mostram que esta atividade continua em expansão, principalmente na região norte do estado, onde o efetivo pecuário praticamente dobrou de 1997 a 2002, enquanto o efetivo do estado cresceu na faixa de 50%. Este curva de crescimento mais acentuada em relação ao estado, se deve a dois fatores principais, o primeiro à implementação e asfaltamento de inúmeras rodovias estaduais nesta região e o outro foi a instalação de dois grande frigoríficos nas proximidades do município de Araguaína, exclusivamente voltados para exportação de carnes para Europa.

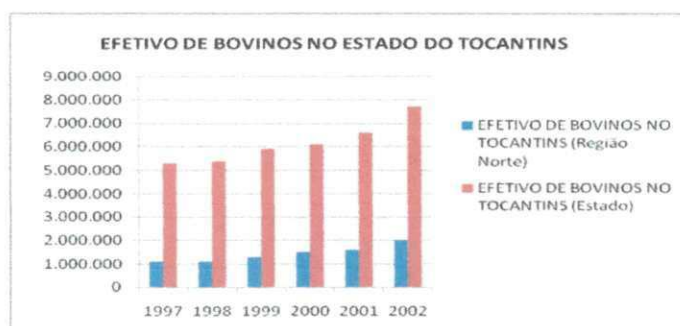


Gráfico 20: Efetivo de bovinos no Tocantins e norte do estado.
Fonte: IBGE 2006

As conseqüências ambientais podem ser verificadas pela descaracterização dos fragmentos florestais nativos (ver quadro abaixo do uso atual dos solos), tanto no que se refere às florestas de babaçuais no extremo norte do estado e florestas estacionais na região norte, como à vegetação de cerrado. As áreas de vegetação secundária, juntamente com as áreas de pastagens, seguramente ocupam uma área maior que 80% da vegetação do estado, onde as matas nativas se encontram em fragmentos pequenos, dispersos e altamente vulneráveis a antorpização, pelo chamado efeito de borda. O efeito de borda, além da alteração do micro-clima que afeta aspectos físicos e químicos do solo, aumenta a temperatura, diminui a umidade relativa e aumenta o risco de incêndios. Juntamente com a fragmentação das florestas, também traz alterações nas dinâmicas ecológicas estabelecidas entre a fauna e flora, acarretando o desaparecimento, surgimento, crescimento ou diminuição de populações de espécies da fauna e flora (Fearnside, 2003).

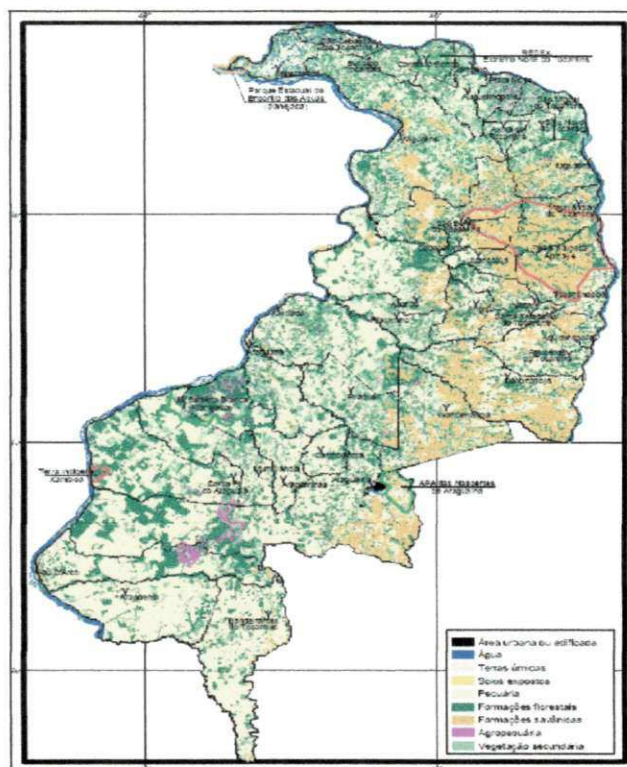


Figura 09: Uso atual dos solos da região norte do Tocantins
 Fonte: SEPLAN 2002

O estado do Tocantins, considerado uma região de “fronteira clássica” pela dimensão e época do padrão de ocupação populacional e atividades pecuárias e madeireiras na década de 70 e 80 do século passado, contrariamente a tendência do restante da região amazônica, vem gradativamente a partir do final da década de 80, sofrendo sucessivas diminuições das áreas desmatadas. Uma possível explicação é que a partir da análise do mapa de uso atual dos solos, o estado já não dispõe de regiões com grandes áreas de matas nativas e factíveis de serem identificadas pelos satélites que mapeiam os desmatamentos na Amazônia legal. Um exemplo é o fato de que as poucas madeireiras que restam na região, buscam a matéria-prima no estado do Pará, distante mais de 300 Km (Machado 2002). O estado mantém o pico do desmatamento em 1994/1995 de toda a região amazônica, considerado como período de recuperação econômica em decorrência do plano real.

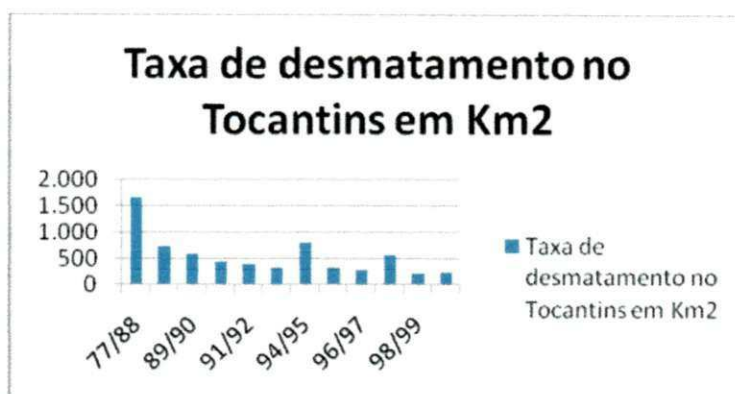


Gráfico 21: Taxa de desmatamento no Tocantins. Fonte Machado 2002.

A presença da pecuária extensiva nos inúmeros assentamentos da reforma agrária na região norte do Tocantins é uma realidade, e de acordo com os aspectos econômicos, políticos e ambientais a qual estão inseridos, e discutidos anteriormente, muitas vezes se tornam uma estratégia de sobrevivência e permanência sobre o lote. Onde esta “opção” é fruto de uma racionalidade que interagem diversos elementos que serão considerados na definição destas escolhas, sendo-as: as condições de degradação dos solos herdada do latifúndio, a vegetação e a infra-estrutura encontrada no assentamento e na região de influência, seu histórico de vida no campo, as relações sociais existentes no local, a força que o comércio local e regional apresenta para os produtos, a variação dos preços dos produtos, a facilidade de escoamento do lote da produção, a atuação de agentes mediadores, políticas de crédito e outras políticas públicas.

A partir da análise de estudos publicados por pesquisadores da região amazônica como um todo, podemos elencar alguns fatores que podem explicar a capacidade de expansão da atividade pecuária na região norte do Tocantins, entre elas: a) sua alta capacidade de capitalização de terra e de renda; b) o baixo custo de aquisição de terras (atrelado em grande parte à prática da grilagem) e sua manutenção; c) o baixo uso de mão-de-obra por área, pela rusticidade dos animais que dispensam poucos cuidados no manejo; d) a alta taxa de reprodução do rebanho; e) as poucas oscilações nos valores de mercado do preço da arroba; f) sua alta capacidade de comercialização inclusive para exportação e g) sua característica de poder disponibilizar grandes extensões de terras para especulação fundiária. A não contabilização dos custos ambientais e a inexistência real

dos tributos territoriais também são elementos que fomentam a atividade (Castro, 2005; Fearnside, 2003; 2005; Margulis, 2003; Mourão, 2000; Picolli, 2006).

Sobre o item da capacidade da atividade pecuária na capitalização do valor das terras, Machado (2002) argumenta que até 1988 com base em dados do IBGE o valor da terra por hectare para pastagens era de 230 reais, de lavouras 244 reais, de matas 118 reais e de campos 66 reais. Aponta também o relatório de informação trimestral do Banco da Amazônia (BASA) que calcula o valor da terra a título de avaliação para liberação de crédito agrícola, no qual o hectare de mata com madeira de lei é avaliado de 20 a 80 reais, enquanto o hectare de pastagem artificial é avaliado entre 150 a 500 reais. De certo, para um proprietário que for vender a terra, a derrubada da mata, com a venda da madeira e a implementação da pastagem é um ótimo e lucrativo negócio.

Na perspectiva de compreender como esses processos sociais interagem nas estratégias produtivas das famílias assentadas, e de como o processo de pecuarização se materializa também no assentamento 1º de Janeiro, estaremos a seguir analisando as conseqüências ambientais e as dinâmicas sociais que se estabeleceram no assentamento.

2.2. Pasto, pastagem e a pressão sobre os recursos naturais:

Como vimos no capítulo I, a pastagem⁹ assume um lugar de destaque no uso atual dos solos dentro do assentamento, ocupando em torno de 28% da área total dos lotes com pasto artificial e 47% quando acrescidas com pastagem nativa. Ao analisarmos 98 dos projetos PRONAF-A elaborados pela assistência técnica estatal identificamos uma uniformidade na proposta técnica para a implementação da pastagem artificial, sendo composta para cada hectare implementado de pastagem: de 20 kg de sementes de brachiária brizantha MG5; 1,5 toneladas de calcário; 250 kg de adubo fórmula NPK 04-14-08; 6,6 horas de trator de pneu para gradagem da área, dos projetos analisados 90 deles financiaram pasto artificial, num total de 666 hectares.

A área total de pastagem do assentamento nos 108 lotes analisados foi de 1.010 hectares, a média de pasto por família é de 10 hectares e estas foram identificadas em

⁹ - Entenda-se pastagem como a combinação de pasto artificial com pasto nativo. Este último normalmente se encontra consorciado com áreas de capoeira e cerrado.

87% das famílias entrevistadas. As áreas de pastagem artificial totalizaram 697 hectares, aparecendo em 102 lotes, numa área média de 6,8 hectares. Com isso podemos estipular que a capacidade suporte¹⁰ de pastagem do assentamento é de 1.242 hectares, o que considerando a média de 01 hectare por unidade animal/ano, o assentamento como um todo possui um efetivo pecuário abaixo de sua capacidade suporte.

Porém ao analisarmos isoladamente os 108 lotes, identificamos que 47% deles possuem uma capacidade suporte forrageiro abaixo do efetivo pecuário, sugerindo uma pressão acentuada sobre as áreas de pastagens, e segundo Moraes (2002), o pastoreio excessivo é um dos grandes responsáveis pelo aumento da densidade do solo, redução da macroporosidade, perda da capacidade de regeneração natural das pastagens, escassez da cobertura dos solos com conseqüente compactação que geram um decréscimo na capacidade de aeração e armazenagem hídrica, aumento de erosão superficial e diminuição da área total das raízes.

Lopes (2001), citando diversos estudos técnicos, vai associar os baixos índices de produtividade da pecuária bovina na região de cerrado à grande variação da quantidade de qualidade nutritiva das pastagens nos períodos de chuva e de seca, causando ganho e perda de peso, aumentando consideravelmente o período de abate.

Kluthcouski (2004) vai apontar que a espécie de pasto *Brachiária* foi disseminada na região de cerrado na década de 60, principalmente pela sua boa adaptabilidade a solos ácidos e de baixa fertilidade natural, porém afirma que devido ao sistema aplicado de manejo de alto pastejo, 80% das pastagens nesse bioma encontram-se em avançado estado de degradação, o que faz com que sua produtividade animal/ano atinge níveis próximos aos pastos naturais e ocorra uma perda em média de 1,5 arrobas/animal no período de seca.

¹⁰ - Para cálculo da capacidade suporte em hectare é feito a soma da quantidade de hectares de pastagem artificial e multiplica-se pelo fator 1, e a quantidade em hectares de pastagem nativa e multiplica-se pelo fator 0,333. Há diversas variáveis a serem consideradas nesses cálculos como idade dos animais, peso vivo médio, suplementação alimentar, estágio de desenvolvimento das pastagens, índices de degradação entre outros. Na falta dessas informações é calculado o valor médio de uma unidade animal por hectare de pastagem (BASA, 2004).

Em seu estudo sobre o conceito de fertilidade, Guerra & Menezes (1999) vão fazer uma relação entre a estratégia de monetarização de parte dos camponeses da frente pioneira da região amazônica, baseada na priorização da criação bovina em detrimento de uma estratégia de diversificação produtiva, com um processo gradual de degradação da terra e perda da fertilidade dos solos, que traria como consequência a diminuição da capacidade de reprodução do sistema, pela inviabilização financeira da reposição dessas perdas.

Haveria então para os autores uma relação entre estratégia produtiva, degradação de solos e a inviabilização na capacidade de reprodução física e social desses camponeses no mesmo local em médio e longo prazo, que seria traduzido pelos autores pelo termo de “insustentabilidade” ecológica e econômica da estratégia produtiva adotada.

O Gráfico 22 demonstra o comportamento do efetivo pecuário em relação à capacidade suporte de pastagem no assentamento para os 108 lotes analisados, dados apresentados no eixo vertical em porcentagem e no eixo horizontal em hectare.

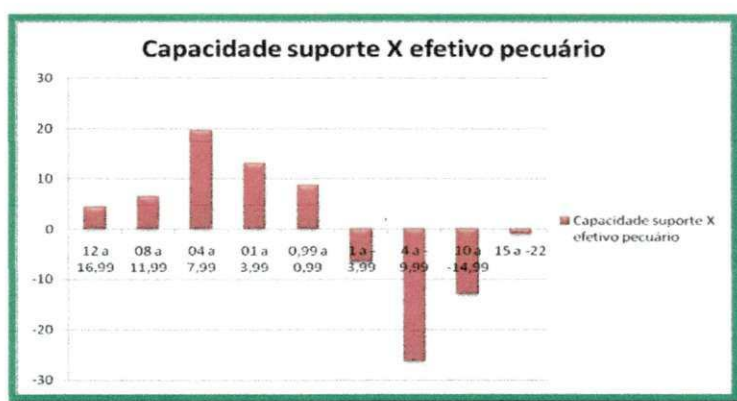


Gráfico 22: Relação entre capacidade suporte forrageiro e efetivo pecuário no assentamento. Fonte: dados secundários – arquivo MST (2006).

As consequências ambientais da alta pressão sobre as pastagens são percebidas pelos assentados através da presença de plantas indicadoras de solos com baixa

fertilidade, pela incidência de pragas nos pastos¹¹, pela diminuição de área de cobertura dos solos, pela perda de peso do gado, pela pressão sobre as matas ciliares entre outros.

(...) muita gente num pensou de casar os dois no mesmo momento, as vezes pensou só no gado e é igual que hoje as pessoas estão passando necessidade porque viram agora que pela quantidade de gado que tem a terra não suporta criar essa quantidade de gado, e agora está aí, a terra toda infestada e a condição mínima de sobrevivência desse lote pela produção de gado é muito baixa, ele está com dificuldade porque deixou de plantar uma parte da produção de grãos para criar realmente o gado (Adão - assentado).

(...) é um resultado negativo, pra muitos, eu acho que pra maioria está sendo um resultado negativo, porque eu estou vendo que tem lote que está gramado de ponta a ponta e as pessoas estão criando gado numa quantidade estrapolada, aí o que que acontece? Não dá o pasto pro gado, o cara não dá conta de manter o gado em cima do lote dele (Neurivan - assentado).

(...) aí chegou a época de pagar o projeto, como é que eu ia pagar esse projeto, preço de gado ninguém achava porque o gado tava tudo magro, não tinha preço, aí eu tive que vender as três vaquinhas que tinha para pagar uma parcela do projeto (Mariona - assentada).

A área de pastagem assumindo em média quase a metade do lote e para em torno de 47% das famílias a capacidade suporte de pastagem estando abaixo do efetivo pecuário, a pressão sobre os recursos naturais se acentuam, principalmente no que se refere à pressão sobre as áreas de matas e pastagens nativas existentes na área de reserva legal. Na análise dos dados sobre os diferentes sistemas produtivos¹², que veremos com mais detalhes no capítulo IV, identificamos uma associação da quantidade de gado em

¹¹ - A questão de pragas das pastagens foi identificadas por mim durante os trabalhos de campo, pela grande presença de cigarrinhas na cultura do arroz. Na ocasião de minha pesquisa no assentamento, foi convidado pelos assentados a percorrer alguns lotes com alta incidência da praga, onde em todos os casos a cultura agrícola estava localizada ao lado do pasto Brachiária, onde constatamos a grande presença do inseto. O manual de fitopatologia da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) atribui a praga ao inseto *Deois flavopicta* que tem como nome popular: cigarrinha das pastagens.

¹² - Os sistemas produtivos a que nos referimos são: Roça e pequenos animais, gado e roça, gado, roça e pequenos animais e gado e pequenos animais.

média por família de cada sistema, com a porcentagem de área ocupada por pastagem artificial e a quantidade de mata em média nos lotes.

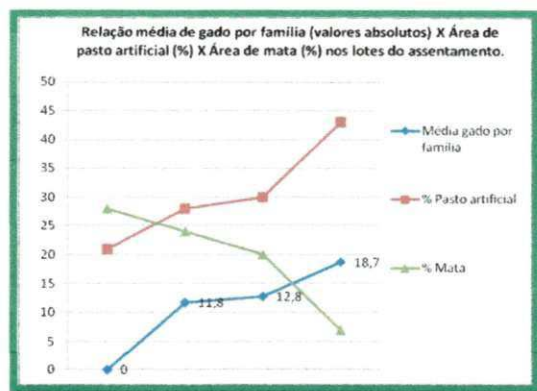


Gráfico 23: Relação entre efetivo pecuário e área de mata dos lotes.

Fonte: Dados secundários – arquivo MST (2006).

Nota-se que a quantidade de mata presente em média nos lotes é inversamente proporcional a quantidade de gado e áreas de pasto artificial, valores esses não identificáveis nos fragmentos de cerrado e capoeira, como vemos no quadro abaixo:

Tabela 08: Relação entre efetivo pecuário e porcentagem da vegetação nos lotes:

Quantidade média gado por família	(%) Pasto artificial	(%) Mata	(%) Capoeira	(%) Cerrado
0	21	28	16	26
11,8	28	24	18	19
12,8	30	20	18	19
18,7	43	07	25	25

vantagens na produtividade na colheita e no trabalho de preparo das roças sobre capoeira de 1º corte em detrimento sobre as florestas nativas, estariam associadas a maior uniformidade a aproveitamento da queima, maior facilidade na derruba e otimização da sazonalidade do trabalho, esses fatores seriam as explicações para a preferência dos camponeses da região referida do estado do Pará, para a derruba e queima da capoeira após o 5º ano em detrimento das áreas de florestas virgens.

Por outro lado aponta que a capoeira de 2º e 3º corte há uma acentuada desvantagem em relação ao aumento da incidência de plantas invasoras. O tempo é apontado como um fator importante no manejo da capoeira onde após a derrubada da floresta virgem, o tempo de retorno na área é em torno de 3 a 4 anos, para então se retornar num prazo maior de 10 anos entre o 2º e o 3º fogo.

No nosso caso esse fenômeno não aparece evidente, na medida em que há uma diversidade muito grande nos fragmentos florestais existentes no assentamento, tanto em termos de características fisiológicas, quanto no estágio de crescimento, bem como diferenças de solos, e dinâmicas produtivas adotadas, para confirmarmos o estudo acima, teríamos que realizar um estudo posterior para confirmar o comportamento sobre os fragmentos em estágio de regeneração, porém não nos cabe neste momento tal objetivo, servindo os dados por mim ora apresentados nos trabalhos de campo, sugerir uma associação entre a quantidade média de efetivo pecuário com a diminuição dos fragmentos de matas dentro do assentamento.

Como os dados acima são relacionados com os sistemas produtivos, resolvemos analisar os dados dos questionários a partir da quantidade de gado e o comparamos com a quantidade de mata nos lotes, o que nos mostra uma forte tendência de substituição de um pelo outro.

trabalho em função da maior necessidade de capinas por ciclo de culturas, pela invasão de plantas daninhas pós capoeira (Reynal, 1997, p. 34).

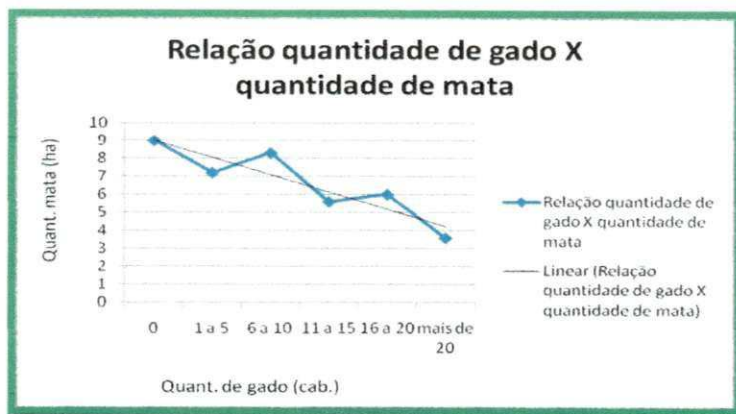


Gráfico 24: Relação entre quantidade de gado e presença de mata nos lotes. Fonte: Dados secundários – arquivo MST.

Em seguida realizamos a análise da projeção de desmatamento no assentamento, procurando relacionar a porcentagem de famílias com o tamanho da área a ser desflorestada. Dos assentados que afirmaram que irão fazer desmatamento, a maior porcentagem está na faixa de 01 e 04 hectares, quase metade das famílias não irão realizar desmatamento. Realizamos a relação entre a projeção de desmatamento com a quantidade de gado das famílias onde foi constatada uma leve tendência no sentido de uma maior pressão sobre os fragmentos florestais pela prática pecuária.

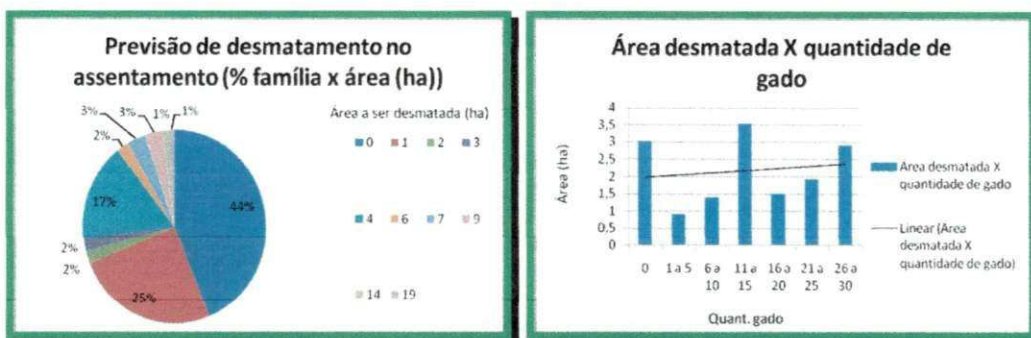


Gráfico 25 e 26: Previsão da área a ser desmatada no assentamento para o ano de 2007 e a relação com o efetivo pecuário dos lotes. Fonte: dados secundários – arquivo MST (2006).

2.3. A reserva legal e a tragédia dos bens comuns?

O assentamento possui três áreas de reserva legal, totalizando 1.686 hectares, que teve como critério de escolha o sistema de Capacidade de Uso da Terra apontado no

laudo técnico do INCRA. A reserva legal I está situada entre a região do Croatá, Riachinho e Mosquito, com 1.141 hectares, e como vimos anteriormente era a região que possuía um grande suporte forrageiro de pastos nativos no início do assentamento. Hoje é considerada pelos assentados como altamente degradada pelo pisoteio excessivo. A reserva legal II, com 463 hectares, situada entre a região do Espraiada e da Destilaria, e a reserva legal III, com 81 hectares, apresentam os mesmos problemas ambientais.

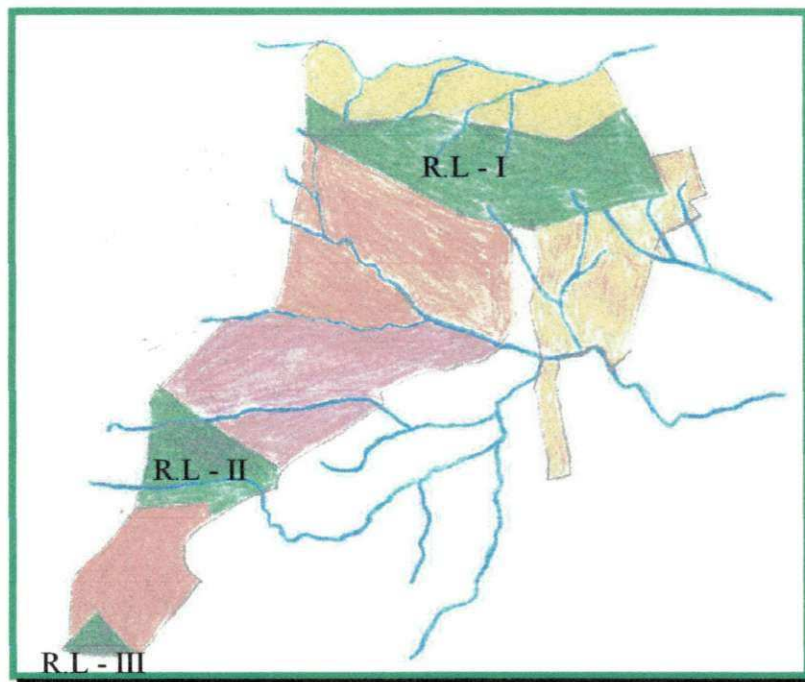


Figura 10: Localização das áreas de reserva legal no assentamento

Das famílias entrevistadas 33% afirmaram que usam a reserva legal como local de pastagem do gado, porém não identificamos uma relação direta com a capacidade suporte das pastagens e o efetivo pecuário, onde metade das famílias que a utilizam, está com a capacidade suporte forrageira positiva, estando incluídas aí 04 famílias que não possuem gado e arrendam o pasto da reserva para terceiros, no outro sentido, dentro da outra metade, há 05 assentados que não possuem pastagens em seus lotes e possuem gado no assentamento. No nosso levantamento as famílias assentadas que utilizam a área de reserva legal para pastejo possuem 352 cabeças de gado, numa média de 11 unidades animal/família, um valor abaixo da média do assentamento, o que nos sugere que o uso

da reserva legal não está associado a uma pressão ambiental decorrente de uma maior quantidade de gado/família, nem a relação com a capacidade suporte forrageira dos lotes, porém não descarta a possibilidade de sua relação com as pastagens degradadas nos lotes do assentamento.

Há duas formas principais de uso da reserva legal, a mais comum que é a de soltar o gado na pastagem da reserva e a outra é cercar áreas da reserva para uso particular de um grupo menor de famílias, a primeira forma é utilizada tanto pelos assentados como por fazendeiros vizinhos, a segunda é feita exclusivamente por assentados, de toda forma, os conflitos pelo acesso as pastagens se acirram, na medida em que as queimadas, o excesso de gado tanto dos assentados, como de terceiros, tem trazido à prática da apropriação particular por pequenos grupos de um bem coletivo, e à prática do arrendamento.

As famílias identificam as queimadas e a degradação das pastagens como os principais problemas ambientais decorrentes dessa prática pecuária na reserva legal, a compactação dos solos, alta incidência de doenças e praga de pastagens, predominância de ervas invasoras são para os assentados as conseqüências ambientais decorrentes do alto pastejo sobre os pastos nativos.



Foto 02 e 03: Queimada e aspecto da pastagem sobre as áreas de reserva legal no assentamento. Fonte: Arquivo MST (2007).

O impacto ambiental¹⁴ nas áreas de reserva legal, identificados no trabalho de campo, tanto na visualização direta quanto a partir da percepção das famílias a qual conversamos, tem como ingredientes principais, as relações sociais estabelecidas entre os técnicos de assistência técnica estatal e as famílias assentadas¹⁵, a falta de regras claras de acesso e uso dos recursos naturais ali inseridos pelo conjunto dos assentados, a inexistência de ações do estado para contribuir no manejo desse recurso, e o contexto sócio-econômico, a que estão inseridas. Em fim, há uma complexa gama de fatores sociais e ambientais que juntos vão estimular um processo de uso desordenado e degradação contínua da área de reserva legal, e a “apropriação individual” do bem coletivo.

Esses elementos combinados, inicialmente trazem à tona a confirmação da teoria da “tragédia dos Comuns” de Hardin (2002), que previa que o manejo de recursos naturais de áreas de propriedade comum, tinha como destino no médio e longo prazo o uso descontrolado e a inevitável degradação. Para isso o autor cita o exemplo de uso de uma área de pastagem comum, onde seus usuários teriam uma propensão racional de aumentar gradativamente o número de animais sobre a área, pois o indivíduo teria com essa ação, acesso individual aos benefícios do resultado de sua produção pecuária, e, a divisão dos custos ambientais com os outros usuários. A solução encontrada por Hardin para evitar a “tragédia dos comuns” seria através do controle pela propriedade privada e/ou da regulação estatal de seu uso.

No entanto, há no assentamento uma variação importante a ser destacada em relação ao exemplo dado por Hardin, pois no nosso caso, existe hipoteticamente um fator limitante no aumento da quantidade de gado por família a ser introduzida na reserva legal, que como vimos, seria a capacidade de suporte forrageiro dos lotes, porém nossos dados mostram que o arrendamento de pasto para terceiros, a ocorrência de assentados sem pastagem em seus lotes que usam a reserva como única fonte alimentar para seus

¹⁴ - O termo impacto ambiental é assim descrito pelo Ministério do Meio Ambiente: “Considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais” (Resolução Conama nº 001, de 23 de janeiro de 1986).

¹⁵ - Sobre isso ver capítulo II, item 2.3.8.

animais, e, a ocorrência de assentados que não possuem gado mais arrendam as pastagens da reserva legal, faz com que possamos considerá-la não como apenas um local para suporte forrageiro em época de seca, mais sim como um “apêndice coletivo” dos lotes para muitas das famílias e do qual o fator limitante da capacidade suporte forrageiro, seria só em partes o fator determinante.

Por outro lado, e sem considerar a relação da “tragédia dos comuns” com os problemas de superpopulação humana, da qual se baseava a obra de Hardin, há diversos elementos importantes em sua teoria para uma possível explicação para a degradação ambiental das áreas de reserva legal do assentamento, em decorrência do super pastejo, entre eles podemos citar: a) a alta demanda desses recursos pelos atores inseridos nessa problemática (assentados e fazendeiros), devido à degradação das pastagens nos lotes pelos motivos já explicitados, o que gera um aumento da competição entre eles (demanda maior que a oferta); b) a contradição existente entre os interesses individuais e os interesses coletivos, onde o interesse individual seria de curto prazo (propensão a maximização) e o coletivo de longo prazo; c) a propriedade coletiva teria certa “propensão natural” para maximizar os benefícios individuais e minimizar os custos, pois esses últimos seriam divididos com os demais indivíduos; d) a solução encontrada por uma parcela dos assentados foi de “separar” fragmentos da reserva, transformando-as em “reservas particulares”, excluindo assim o acesso aos seus benefícios a outros assentados e aos fazendeiros o que conseqüentemente se isola o problema do dilema social.

Surgem dos elementos acima, dois importantes debates que ajudam a complexificar o olhar sobre esse fenômeno, o primeiro refere-se à teoria da escolha racional e da ação coletiva (Beduschi, 2003; Cunha, 2002), o segundo está associado às teorias que tratam da natureza dos recursos e regimes de propriedade (Cunha, 2004; Feeny et al, 1990; Ostron, 2002; Mcgrath, 1998), e dos quais abordaremos brevemente a seguir.

Sobre a natureza do recurso e regime de propriedade, alguns autores vão considerar a diversidade de situações de acesso e uso de recursos naturais em propriedade comum por diferentes grupos sociais, onde em muitas delas a tese defendida por Hardin não se confirmariam, apontam à existência de um “furo” na sua teoria que seria o equivoco de não diferenciar o regime de livre acesso com propriedade comum (Mcgrath,

1998). A diferença básica entre um caso e outro se dá na regulação, ou seja, em efetivos mecanismos de controle de seu acesso.

No caso do uso da reserva do assentamento esse pressuposto é válido, pois aí temos um exemplo claro na relação entre o regime de propriedade formal e a capacidade (ou falta) de regulação efetiva sobre o seu acesso. Feeny et al (1990), vai definir quatro categorias de direito de propriedade para a análise do manejo dos recursos de propriedade comum: livre acesso; propriedade privada; propriedade comunal e propriedade estatal.

- a) Livre acesso: O acesso aos recursos não é regulado, sendo livre e aberto a qualquer pessoa.
- b) Propriedade privada: nesse regime, cabe ao indivíduo a exploração, a regulação e a exclusão do acesso a terceiros dos recursos, direitos esses geralmente exclusivos e transferíveis.
- c) Propriedade comunal: os recursos são manejados por uma comunidade identificável de usuários interdependentes. Esses usuários excluem a ação de indivíduos externos, ao mesmo tempo regulam o uso por membros da comunidade local. Esses direitos podem ser legalmente reconhecidos ou reconhecidos de facto.
- d) Propriedade estatal: os direitos aos recursos são alocados exclusivamente no governo que, por sua vez toma decisões em relação ao acesso aos recursos e ao nível e a natureza da exploração. Neste caso o estado possui poderes coercitivos de imposição, ao contrário de grupos privados.

Dentro desse modelo apontado acima, a reserva legal do assentamento, poderia inicialmente ser enquadrada numa propriedade estatal, ou ainda pode-se pensar internamente a reserva legal como uma área de propriedade comunal para o conjunto dos assentados, porém diante da incapacidade do estado e da comunidade efetivarem regras de acesso e uso dos recursos, podemos considerar que houve uma bifurcação em dois regimes: o regime de livre acesso e o da propriedade privada.

Esta afirmação fica mais bem entendida, quando resgatamos o conceito apresentado por Feeny et al (1990), sobre duas características importantes em relação à natureza dos recursos, a primeira seria a exclusividade, que seria o grau de dificuldade de controle ao acesso, a segunda está relacionada com a capacidade de cada usuário teria de

ao usar determinado recurso, subtrair as possibilidades dos benefícios a outros usuários, a que o autor denomina de subtração. Salieta o autor que a intensidade na capacidade de subtração e exclusividade não está relacionada deterministicamente ao regime de propriedade, sendo importante considerar os arranjos institucionais que governam o acesso e o uso do recurso. As relações sociais estabelecidas em torno dos recursos da reserva legal, a tornaram um bem público com alta subtração e baixa exclusividade.

Subtração (ou rivalidade) seria para Feeny et al (1990) a fonte de divergências potenciais entre racionalidade individual e coletiva, o que daí decorre o segundo ponto de análise que são as diferentes teorias que tratam dos “dilemas sociais”. À ação coletiva baseada no manejo dos recursos comuns, estaria para alguns autores ligada a contradição existente entre os interesses individuais e os coletivos. Cunha (2002) apontando o estudo de outros pesquisadores, que vão afirmar que o fracasso de experiências de cooperação entre indivíduos para alcançar benefícios comuns, não estaria associado à irracionalidade, mais ao contrário a uma racionalidade em busca de atender seus melhores interesses.

Antes ainda da teoria de Hardin que tratava dessa contradição entre ação individual e coletiva, Olson em 1965 trouxe uma importante contribuição para esse debate afirmando que indivíduos que pertencem a uma organização, compartilhando de interesses comuns, suas ações e estratégias de atuação estarão baseadas em seus interesses individuais, e propondo uma análise a partir de grupos maiores, vai demonstrar que há uma tendência dos indivíduos adotarem um comportamento tipo “carona” (free-riders), esse comportamento se acentuaria quanto maior fosse a dificuldade de exclusividade do acesso aos recursos (Cunha, 2004; Beduschi, 2003).

Para grupos menores, ao contrário haveria maiores possibilidades de garantia da participação sem a necessidade de sanções, pois existiria uma maior possibilidade de exclusividade dentro do grupo, além de uma avaliação do grupo ou de parte dele que o ganho pessoal com a aquisição de um bem supera os custos para promovê-lo (Olson, 1995, apud Cunha, 2004). Ainda assim haveria a necessidade de incentivos especiais para garantir a participação do indivíduo na ação coletiva, sua escolha estaria baseada numa racionalidade decorrente da avaliação do custo e benefício da ação coletiva.

A compreensão das relações sociais que estão envolvidas no uso de um recurso comum das pastagens da área de reserva legal do assentamento, onde os interesses

individuais de curto prazo têm prevalecido em relação aos interesses coletivos de médio e longo prazo, e da qual, a resposta da natureza a essa contradição se evidencia na alta degradação das pastagens e conseqüentemente na diminuição da fonte alimentar para os animais, atingindo assim o coletivo como um todo, pode ser observado a partir de alguns pressupostos contidos na teoria dos recursos comuns e da escolha racional.

A teoria dos recursos comuns traz uma importante contribuição, pois faz uma relação entre as mudanças nos arranjos institucionais, desigualdade na distribuição nos benefícios e percepção dos atores envolvidos na depredação dos recursos. Esta estaria calcada na proposição de que para haver a decisão para as mudanças nas regras e normas institucionais, é necessária a compreensão de que os recursos estão sendo ameaçados. A existência de uma estrutura desigual de distribuição não teria por si só força suficiente para provocar tais alterações (Cunha, 2002).

A teoria da escolha racional procura explicar os “dilemas sociais” a partir da premissa que a ação dos indivíduos produz conseqüências nem sempre intencionais, e quando são levados a escolhas interdependentes, tendem a optar por soluções subótimas. A racionalidade do indivíduo estaria baseada numa capacidade de um completo ordenamento das alternativas de ações disponíveis, no sentido de maximizar os benefícios e minimizar os custos de suas ações, e, a escolha das estratégias dos indivíduos, seria baseada, na análise da escolha dos outros, havendo uma forte relação de interdependência (Baert, 1997 apud Cunha 2002).

Alguns autores vão desenvolver críticas sobre as premissas principais da teoria da escolha racional, as principais delas seriam: não há sentido em se pensar a racionalidade livre da cultura (Feent et al, 1990), e que o modelo baseado na racionalidade completa não se sustentaria empiricamente, propondo-se então o modelo da “racionalidade limitada” (Ostron 1998, apud Cunha, 2002). Esse modelo teria como premissa o papel da comunicação no fortalecimento da cooperação e a capacidade de inovação do quais os indivíduos que se vêem inseridos num contexto de “dilema social” possuem, como exemplo a capacidade de mudanças nas regras e normas internas de uso dos recursos comuns.

A necessidade de normas para garantia da ação coletiva também aparece na obra de Coleman (1990 apud Beduschi, 2003), que a define como o direito socialmente

adquirido de controle de ação de um indivíduo por outro, e podem ser divididas em normas conjuntas (beneficiários e atores alvos das normas são os mesmos) e disjuntas (beneficiário e atores alvos das normas são pessoas distintas). A eficiência social das normas conjuntas tenderia ao ótimo, ao passo que as normas disjuntas a forma da distribuição dos recursos assume um lugar de destaque no resultado da eficiência da norma. As sanções (negativas ou positivas) impostas por um agente externo seria a solução para garantia da eficiência.

Por fim, voltaremos a Ostrom (1998, apud Cunha 2002), que, conceituando normas como valores internos aos indivíduos, e regras como disposição compartilhada por um grupo de indivíduo vai procurar explicar os motivos das variações nos níveis de cooperação entre grupos, e para isso vai recorrer ao conceito de “racionalidade limitada” (que teria na sua base uma mediação teórica entre os autores que tratam dos dilemas sociais a partir de explicações estruturais e aqueles que fundamentam suas explicações baseadas nas escolhas individuais), e o conceito de normas de reciprocidade e regras sociais que os ajudariam a se defrontar com as diferentes situações de dilemas sociais. Reputação e confiança seriam elementos chaves para a consolidação das relações de reciprocidade, onde ambos seriam elementos agregadores de indivíduos de iguais “níveis” de reputação o que fortaleceriam os laços e ações coletivas.

Esses elementos levantados acima, nos ajudam a compreender os processos sociais a que as famílias estão inseridas, na problemática ambiental acerca do uso da reserva legal: conflitos que se acirram; soluções de regras que se apontam; interesses individuais e coletivos que se chocam; a degradação ambiental que se evidencia; a desigualdade no acesso a benefícios; o estado incapaz de contribuir na co-gestão do uso do recurso; regras sociais e normas de reciprocidade ainda incipientes; o contexto sócio-econômico marcado pela força histórica da pecuarização na região (que vimos anteriormente); em fim, há uma gama de fatores que juntos e atuando de forma inter-relacionadas vão compor os ingredientes determinantes para a configuração do atual sistema de degradação dos recursos naturais das áreas de reserva legal.

CAPÍTULO III

DE sem terra À SEM TERRA¹⁶: O PERCURSO DAS FAMÍLIAS EM RELAÇÃO À POSSE DA TERRA E AS ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS ADOTADAS.

O propósito deste capítulo é compreender a relação dos assentados do P.A 1º de Janeiro com os recursos naturais locais, tentando perceber as diferentes estratégias de produção que implicam, ainda que simbolicamente, estratégias para manter a posse da terra. Percorremos inicialmente o histórico da relação dessas famílias com a posse da terra, com o intuito de identificar elementos que possam clarear, a partir da percepção dos próprios assentados, os parâmetros utilizados pelas famílias na adoção de suas estratégias produtivas.

Num segundo momento, estaremos analisando o “tempo de acampamento” numa tentativa de reconstituir os processos sociais interligados a esse novo momento na vida das famílias, momento esse em que se inicia às primeiras estratégias produtivas definidas por um novo ator social – o acampado; em um novo espaço – o acampamento. A estas estratégias estarão atrelados novos parâmetros sociais para as tomadas de decisão sobre a produção agrícola.

Por fim, procuraremos compreender a percepção das famílias já no tempo de assentamento, em relação às principais políticas públicas inseridas nesse espaço, e de como elas interagem com as expectativas produtivas idealizadas, alterando “rotas”, modificando estratégia, em fim, produzindo novas relações sociais, ambientais, culturais, políticas e econômicas, que trarão conseqüências igualmente heterogêneas.

Para compreender tal percurso, utilizaremos nesse capítulo, os dados obtidos durante o trabalho de campo, extraídos das entrevistas realizadas com 09 assentados(as),

¹⁶ - Os termos “sem terra” e “SEM TERRA”, são aqui por mim diferenciados, para ilustrar a concepção dos militantes do MST que distinguem os que não tendo terra e não estando organizados na luta pela reforma agrária (sem terra), daqueles que estando acampados ou assentados se organizam junto ao MST (SEM TERRA), o termo em maiúsculo representaria uma identidade comum em torno da organização.

01 dirigente estadual, e 01 dirigente nacional¹⁷, tomando como de partida, uma pergunta orientadora, pedimos que contassem o histórico de suas vidas, daí emergiram os elementos de análise, que ilustravam intensos conflitos pelo acesso e uso dos recursos naturais, práticas cotidianas de resistência, diferentes formas de construção de laços comunitários, relações de reciprocidades, choros, risos, demonstração de indignação reveladas pelo conteúdo das falas e pelos gritos ao expô-las, em fim, um multicolorido de situações sociais, que a mim, coube a difícil tarefa de analisá-las.

Os termos usados pelos assentados para descreverem suas relações passadas com a terra, como: “agregado”, “posseiro”, “trabalhador de diária”, “vaqueiro”, “encapado”, “escravo”, “camponês”, “trabalhador de terra alheia”, “grileiro”, “dono”, “quebradeira de coco” e “juquiereiro”¹⁸, demonstram uma riqueza multifacetada das relações de poder estabelecidas em torno do acesso à posse da terra, bem como servem para ilustrar as formas de como as situações a qual se encontravam, exigiam configurações diferenciadas no uso dos recursos naturais. Termos estes que percorrem uma linha temporal traçadas em conjunturas econômicas diferenciadas a qual se estabeleciam na fronteira amazônica nas últimas décadas, podendo o mesmo termo, delimitar a situação social de atores sociais diversos.

¹⁷ - Os assentados entrevistados foram: Ronilson Rodrigues de Sousa; Francisco Damião de Moura; Francisca das Chagas Almeida Cardoso Carvalho; Adão Silvino Matos; Olavo Bilack Filho; Neurivan Silva Reis; Vicente de Sousa, Maria de Jesus Santos Barbosa (Mariona), José Neto Dugusan, Gaston Pereira dos Santos, Nilton Alves de Almeida, Antônia Pereira da Silva (Toinha) e Maria das Graças Gomes de Oliveira. Das treze entrevistas, quatro delas não foram feitas para compreender seus históricos de vida, mais sim para complementar a visão geral dos assentados sobre os aspectos produtivos e ambientais do assentamento. A dirigente estadual foi: Eleneuda Lopes Sousa, residente no acampamento 10 de Junho, a 20 km do assentamento. A dirigente nacional foi: Dirce Sostrok, militante originária do MST no Rio Grande do Sul, atuando no escritório nacional, até ser designada para junto com um militante do Pará (Charles Trocate) e outro do Maranhão (Sales), organizar o MST no estado do Tocantins.

¹⁸ A este termo se designa ao trabalhador rural que trabalha de fazenda em fazenda, derrubando “Juquira”, denominação dada aos fragmentos florestais em estado de regeneração, considerado um estágio anterior à mata.

3.1.O percurso histórico na busca pela terra:

Podemos identificar que grande parte das famílias do P.A 1º de Janeiro migraram ou são filhos de migrantes nordestinos, caracterizando um deslocamento leste-oeste a partir da década de 30, à procura de terras “livres” ou “soltas” na região de fronteira amazônica, em geral estes migrantes foram motivados por questões climáticas (as secas) recorrentes em seus locais de origem, e/ou pelos conflitos estabelecidos com grandes fazendeiros/grileiros.

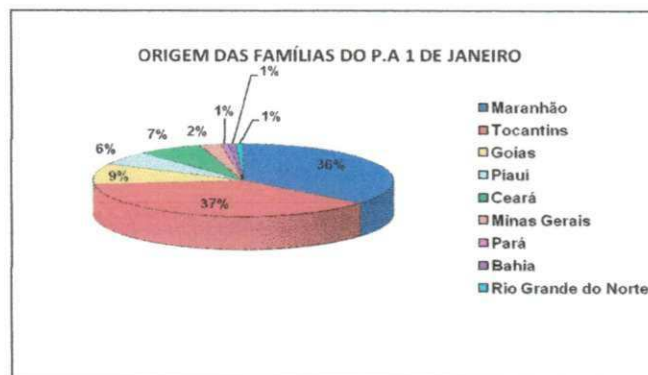


Gráfico 27: Origens das famílias do P.A 1º de Janeiro
Fonte: dados secundários – arquivo MST (2006).

Então fui vindo de lá para cá, criei família, fui sofrer, passar necessidade na terra dos outros sem poder botar uma roça assim, quando eu cheguei no maranhão que foi o lugar que eu mais morei, depois que eu casei lá eu passei 15 anos, eu tive muito filho, tive um bocado de filho, morreu 6 e escapou 6 e esses 6 ainda estão vivos, eu vim para o maranhão e passei 19 anos lá, eu saí do Ceará porque lá o clima era muito seco, lá sempre chovia só que por pouco tempo, lá não dava para colher o legume, lá agente trabalhava de sítio, isso foi a seca de 80 (Dona Graça - assentada).

Saimo do Maranhão porque lá nós era (pausa) escravo, nós não tinha terra, saímo de lá porque a minha mulher disse assim, olha meu velho você vai embora para o Tocantins, tu vai para Palmas (Seu José – assentado, esposo de Dona Graça).

(...) aí o que começou, é que os donos era um negócio de grileiro de terra né, um negócio de cruzado de terra, é comprado naquela época, não sei cuma funcionava naquela época esse negócio de cruzado, eles mandaram nesse mundo todo do regalo para lá, eram bom de condição né? (...) meu avô tinha direito de quebrar coco, vender, ele vivia assim

né, ainda não tinha surgido quem era o dono d'essa era direito né, agente vivia como um posseiro né, e depois surgiu fuxico, conversa, que aí o fazendeiro dividiu e foi questionar com parente, irmão, foram questionar essa terra, aí no fim meu avô ficou quase manobrado por eles, não tinha mais poder fazer igual ele estava fazendo de vender coco por conta própria (...) (Seu Nilton – assentado).

Estes fragmentos das entrevistas realçam, as trajetórias dos quais milhares de trabalhadores rurais percorreram, e, demarcam posições sociais a quais estavam submetidos, apontam situações de extrema dificuldade econômica, realçadas na fala da assentada Dona Graça que afirma ter perdido seis dos doze filhos, e do seu marido que se autodenominava de escravo de um fazendeiro no Maranhão. A seca e as relações de trabalho adversas formam para sua família, os elementos impulsionadores para a migração rumo ao Tocantins.

As mudanças na paisagem local, decorrente dos crescentes desflorestamentos para a instalação de imensas áreas de pastagens, mais do que suas conseqüências ambientais, também podem ser atribuídas, às mudanças nas relações sociais, tanto na procura de terras “livres” em outras regiões, como na alteração de sua relação com a posse da terra (como veremos mais a frente).

Nos fragmentos das entrevistas abaixo, a fala do assentado Vicente descreve que o pai por não trabalhar com gado no Maranhão, teve que se deslocar atrás de novas áreas na região tocanfínea, ou de seu Nilton apontando a expansão da pecuária extensiva dos grandes fazendeiros e a conseqüente saída de “agregados” da antiga região do assentamento.

Não, era porque na época lá era muito ruim, ele não trabalhava com gado, lá foi um problema de região que a sobrevivência lá tava muito ruim e ele resolveu sair, saíram até com as troxinhas na cabeça, junento, tudo. (Felipe) – Porque que eles saíram, eles trabalhavam com o quê? (Vicente) – Com roça e nessa época não tava mais dando esse negócio de roça, e resolveram sair, caçar melhora, mais longe, nessa época aqui era Goiás né? Aqui? (Vicente - assentado).

(...) era assim, olha muita gente saiu da terra porque o gado foi avançando, foi virando pasto, aumentou o desmatamento e o povo não tinha onde trabalhar, agregado não podia ser muito, só os conhecido véio iam ficando e ou outros saindo (Seu Nilton - assentado).

O destino destas famílias em grande parte era a procura de novas áreas, de terras “livres”, locais onde pudessem reconstruir novamente o equilíbrio ecológico e social necessários para garantir sua sobrevivência. A este movimento Musumeci (1987), denominou de *ocupação “espontânea” de terras devolutas na fronteira econômica*, sugerindo que em decorrência da ausência de uma atuação concreta do estado na regulação do acesso à posse da terra, foi se constituindo nessas regiões, arranjos específicos de acesso e uso aos seus recursos pelos atores sociais locais. Assim a descrevendo:

A ocupação “espontânea” de terras devolutas na fronteira econômica da sociedade constituiu uma experiência social particular – face, inclusive, a outras situações camponesas –, e não é absurdo supor que dela resultem arranjos específicos, formas peculiares de apropriação e uso da terra, em fim, uma “jurisprudência” singular, respondendo as condições concretas em que se dá aquela ocupação e preenchendo o vácuo deixado pela ausência de lei, pela parca acessibilidade dos mecanismos e instâncias formais de regulação da posse em tal contexto (Musumeci, 1987, p. 57).

Picoli (2006) relaciona esse movimento, a fatores ambientais, como as periódicas secas, e a fatores sociais e políticos, como as relações de poder desiguais estabelecidas entre grandes latifundiários e camponeses na região nordeste, para descrevê-la como um processo de reforma agrária “espontânea”, pois decorrentes dos conflitos de terra e a fatores ambientais adversos, milhares de camponeses rumaram para a região de fronteira amazônica em busca de um local onde pudessem reestruturar suas formas de vida. Na mesma linha, Woortmann (1997), vai descrever essa movimentação camponesa na busca por terras “livres” da seguinte forma:

Em todo o país, essas terras (sobre as terras soltas) eram à base da formação de uma campesinato que prescindia da propriedade privada e que coexistia com as formas hegemônicas de exploração agropecuária (Woortmann, 1997, p.23).

Um destaque se faz necessário na medida em que falar em reforma agrária “espontânea”, num contexto caótico de regulação da posse da terra na região de fronteira amazônica, e de intensos conflitos agrários decorrentes, se apresenta como uma adjetivação um tanto quanto frágil, que pouco explicita à fragilidade em relação à posse

da terra que se deparavam os camponeses nessa realidade agrária tão complexa, assim como falar sobre um *campesinato que prescindia da propriedade privada*, também nos remete ao debate feito por Musumeci (1997), de problematizar uma atribuição intrínseca ao campesinato na sua relação com a terra, baseado na “ausência” da propriedade privada, que seria para ela um mito muito ocorrente no debate teórico sobre a relação com a terra estabelecido pelos camponeses, que seria para ela: “O mito da terra liberta”.

Seguindo o curso da análise, no próximo item procuraremos focar a relação existente entre as formas de acesso à terra e as estratégias produtivas adotadas pelas famílias, tomando para isso, a opção de agregar termos, cujo significado possibilitam compreender relações sociais estabelecidas no itinerário temporal destas.

3.1.1. O tempo de posseiro:

Os termos “posseiro” e “dono” foram em sua maioria o ponto de partida para os assentados descreverem suas condições anteriores, notadamente caracterizadas por um tempo de fartura, com a possibilidade de criar os filhos, onde a descrição da presença de frutas perenes e de gado demonstram o caráter de continuidade temporal a qual vivenciavam.

Olha, a minha vida é uma vida sempre fácil, basta que eu fui criado pelo um tipo camponesa (...). Eu sou filho de Araguaína, meu pai é piauiense e minha mãe é maranhense (...) meus pais mexiam com roça na beira do rio murici, (...) quando eu me entendi, meu pai tinha uma área de terra, naquela época agente não dizia assim era 10 alqueires, era, ele chegou lá na era de 20, e situou, e já tinha criado todos os filhos, nós era 5 irmãos, já tinha criado todos os filhos. (Bilack - assentado).

Plantavam arroz, milho, feijão, tinha gado também, mandioca, eles produziam muita farinha, eu me lembro disso direito porque eles eram muito cuidadoso com essas coisas né, minha avó também tinha aquele negócio de tear, eu não peguei bem essa coisa porque eu era muito pequena, as mulheres trabalhavam com o negócio de tecer rede e os homens trabalhavam na roça o dia inteiro, me lembro bem disso, colheita né, que eles colocavam aquele monte de saco de arroz, então eu fiquei com isso na cabeça toda a vida, então eu fiquei com vontade de vim para uma terra justamente por isso (Mariona - assentada).

Inicialmente, a adoção de um sistema produtivo estava relacionada à escolha do local de moradia e da roça, que geralmente se baseava na quantidade e qualidade de mata, do solo e a proximidade dos mananciais de água para consumo. Feito isso, o segundo passo consistia em realizar a derrubada e queima da mata, para estabelecer o sistema de “roça de toco”, nesta área se produzia geralmente por dois anos, onde se escolhia outra área para se estabelecer nova roça. Segundo Musumeci (1987), ao estudar a lógica de ocupação dos posseiros no Vale do Pindaré, estado do Maranhão, detectou que esta rotatividade das áreas de produção, obedecia certas “normas” estabelecidas pelos posseiros locais, onde um dos limites da roça era prioritariamente destinado ao primeiro ocupante, que exercia certo “direito” sobre aquele espaço. Neste momento era imprescindível a presença de uma relação social baseada no que Cândido (2003), ao estudar os meios de vida e de sociabilidade dos “caipiras” de São Paulo na década de 50, denominou de solidariedade vicinal. Esta categoria explica a experiência de trabalho coletivo, realizado para a derrubada da mata pelos posseiros vizinhos à família que fosse iniciar a roça. As relações sociais estabelecidas no trabalho coletivo foram por Cândido (2003) assim definida:

A solidariedade vicinal aparece, todavia, mais nítida no trabalho coletivo – em que se convocam não uma, mais várias pessoas, para tarefas impossíveis de bem realizar doutro modo. Distingue-se do mutirão (além de não ser sucedido de festa) por implicar retribuição equivalente do beneficiário, que neste caso não é considerado devedor, embora se reconheça moralmente empenhado. Um e outro ocorrem em casos como malhação de arroz e feijão, roçada, construção de casa, limpa e colheita de algodão (Cândido, 2003, p.162).

Havia uma intrínseca relação entre o local de moradia, a roça e outros fragmentos vegetais como a mata e as áreas de pastagens, formando um agro-ecossistema reconstituído a partir, principalmente de suas necessidades alimentares, podendo ser definida por uma racionalização dos recursos e das atividades, articulados, entre tempo, espaço e consumo. Na base desta equação prevalece à composição da família e as condições sócio-econômicas impostas a ela, assim a extensão da área de mata a ser aberta para a implementação da roça, dependia do número de membros que integrava o grupo, respeitando a faixa etária dos indivíduos e às oportunidades econômicas identificadas nas interações com o entorno.

Reynal (1995), relaciona o tamanho da roça com a disponibilidade de mão-de-obra, e a importância da cultura com o fator tempo. O autor ao descrever a fase de instalação aborda:

O trabalho a fazer é bastante pesado: escolhido o lugar da moradia é feito uma roça ao redor cujo tamanho será em função da mão-de-obra disponível, mas tendo em média 3 hectares. É nesse estágio que a lavoura de arroz é realmente a mais importante, pois para ter a mandioca ainda será necessário mais um ano e ainda não há casa de farinha instalada. Também a mata tem também um papel importante dentro do sistema de produção: desde a caça que sendo ainda abundante tem participação significativa na dieta alimentar da família, passando pela coleta dos frutos, até a venda de algumas toras de madeira de lei (Reynal, 1995, p.26).

O tempo aqui assume duas dimensões para o agricultor, de um lado está relacionada com o “tempo de chegada” naquele local, onde as condições sócio-econômicas não são muito favoráveis, geralmente caracterizadas pela falta completa de infra-estrutura de estradas, escolas, atendimento médico e com precárias condições de comercialização com o mercado local. O local de moradia, aqui entendido como casa, o paiol, a casa de farinha, a consolidação da criação de pequenos animais, também ainda estão em fase de instalação o que gradativamente vai sendo estruturada com o “tempo”.

Tivemos que lutar muito pela terra, eu vou te contar. Chegamos aqui em 69, vindo do estado do Piauí. Meu irmão disse que havia muita terra por aqui sem dono. Naquele tempo era tudo mata. Costumávamos entrar e derrubar onde queríamos. Tínhamos que abrir o caminho. Eu e meus irmãos derrubamos e queimamos a terra e depois construímos as nossas casas nesse povoado. A terra era boa. Podíamos plantar o que quiséssemos. Tínhamos porcos e muita fartura. (depoimento João Ananias, posseiro na região norte do Tocantins. Breton, 2000, p.92).

Quando agente chegou aqui ninguém sabia quem era o dono dessa terra, sabia que era o Rodrigues né, mais não tinha picada não tinha nada, aqui era mata, mata grande era só babaçu que era escuro, era uma mata doída até..., eu não sei como era escolhida a área para o povo ficar, isso é coisa muito antiga, foi meu bisavô, não sei quando foi isso, primeiro mesmo que o próprio dono (Seu Nilton - assentado).

Da primeira decorre a outra dimensão do “tempo” que é o “tempo de colheita” e com ela as escolhas produtivas assumem prioridades, como o plantio de arroz, o feijão e o milho, para num segundo ponto passar para a mandioca e depois o capim e o gado. O

gado vai assumindo com o tempo um papel particular dentro da estratégia produtiva do posseiro, decorrente segundo Guanziroli (2001) das vantagens de alta liquidez, a facilidade de transporte (o gado se “auto-transporta) para o mercado de estocagem e de ter um rendimento mais estável do que as lavouras “brancas” (as temporárias). Para Reynal (1995) as vantagens da estratégia do gado nesse momento se referem à valorização da terra numa eventual venda e por este representar um aumento na produtividade do trabalho em relação às lavouras, além de uma otimização da mão-de-obra, que agora passam a ter trabalho também na estação seca.

Para outros autores, entretanto, a importância do gado nesse momento, estaria relacionada não a certa racionalidade econômica, mais sim como parte de uma estratégia voltada para as necessidades nutricionais, Martins (2005), em seu trabalho sobre as Raízes históricas do campesinato brasileiro, relaciona o sistema policultura-pecuária como uma sábia combinação entre diferentes técnicas, que procura atingir o equilíbrio numa relação específica entre um grande número de atividades agrícolas e de criação animal. Pícoli (2006) aborda que os principais produtos dos posseiros da região amazônica, são *o arroz, o milho, o feijão e a mandioca; e costumam criar algumas cabeças de gado, principalmente bovino e caprino, para a produção de leite para o auto-consumo.*

(...)lembro que meu bisavô ele levantava de madrugada, né, eles, eles não tinham muito gado, o gado deles era só para manter o leite para as crianças, eles tinham pouco gado, isso eu me lembro, nós tinha, mexer com a roça isso aí era permanente, eles tinham semente que guardavam de um ano para o outro, as carne do gado que eles matavam ele colocavam numa coxas grandes, com sal né lá dentro, e (pausa) me lembro assim de muita fartura, muita carne pendurada em varal essas coisas assim, tinha muita fartura, agente praticamente não passava fome, agente não passava fome naquela época (Mariona - assentada).

Todo mundo, todo o agricultor tem vontade de ter uma vaquinha, meu pai tem, agente ficava feliz da vida quando tinha uma vaquinha, agente ia tirar leite, todo mundo aprendia tirar leite, e ficava feliz porque tinha uma vaquinha. E os vizinho que tinha uma vaquinha também ficavam feliz, por que assim, a vaca dá um resultado imediato que é o leite que você pode melhorar a alimentação diariamente. É que a vaca temporariamente dá um resultado financeiro que você vende o bezerro e que você vai suprindo suas necessidades de vez em quando, lá em casa funciona assim, por que você tem uma coisa ali que não é difícil de criar e que é pelo menos pra nós, você vende a vaca quando você precisa e ela resolve seu problema, é uma das coisas que não é tão

difícil de criar e que te dá um retorno na hora do aperto, então a idéia é quanto se você pode criar duas, você pode criar três então vamos criar, porque quanto mais você cria, melhor o retorno ela vai te dar (Eleneuda - assentada).

O gado como um elemento de suprimento das necessidades alimentares é bastante enfatizada nas entrevistas acima, “*agente não passava fome*”, “*a vaca dá um resultado imediato que é o leite que você pode melhorar a alimentação diariamente*”, sendo um elemento importante na estratégia produtiva desses posseiros. Se evidenciando, entretanto, que há outros fatores que se somam, como as facilidades de comercialização, pelos motivos já citados, e que os tornam verdadeiras poupanças para momentos mais “difíceis”. O fato apontado como qualidade do gado por não ser difícil de criar, demonstra certa racionalidade do agricultor na gestão e otimização do seu trabalho, pois remete a um elemento de comparação com outra atividade agrícola, como a criação de pequenos animais, ou ainda à produção agrícola.

3.1.2. A chegada do gado: O Juquireiro e o agregado:

Como vimos acima, a expansão dos latifúndios de pecuária extensiva na região de fronteira amazônica, trouxe mudanças ambientais e novas dinâmicas sociais, frente à gradativa expulsão dos posseiros através da “grilagem” das terras, bem como pelo aumento dos serviços de empreita para derrubada das matas, feitas normalmente através de contrato por áreas derrubadas, exigia-se, portanto grande quantidade de trabalhadores rurais disponíveis para tal tarefa, em grande parte das vezes se contratando em outros estados, principalmente do nordeste.

Aparece então o segundo momento na relação das famílias hoje assentadas no assentamento 1º de janeiro, com a terra, denominada por elas de “agregados” ou “juquireiro”, destacando que para quatro das nove famílias entrevistadas, este foi o ponto de partida relatado. O primeiro termo se relaciona aqui, com aquelas famílias que moravam em terras “alheias”, tendo um espaço limitado para o plantio, podendo ou não estar ligado a certas “obrigações” com os donos da terra. Nessa relação com a terra, se destacam nas falas, um tempo maior de uso e acesso aos usos dos recursos naturais, em

relação ao juqueiro, porém se observa elementos de insegurança sobre o tempo de permanência sobre o local.

Eu morava na terra do meu cunhado, ai ele pegou tirou na fazenda dele, ele tirou um pedacinho uma tirinha da terra dele e o outro fazendeiro que era ligado a ele tirou outra tirinha, ai nós ficamos com uma tirinha, mas assim sem direito a nada, só ali fazer roça, tipo agregado mesmo, é seu, mais só para enganar os bestas, a gente fazia roça, plantava capim no caso se quisesse, plantar podia plantar, é claro tanto um como o outro ia achar bom por que no final das contas ia ficar pra ele mesmo, a gente ia sair como saiu sem poder vender nada, tirou só o que tinha lá dentro, o arroz, os legumes, as coisas que tinha lá dentro os bichos, as galinhas, porcos, e os filhos (Dona Francisca - assentada).

A estratégia produtiva para esse caso se torna mais limitada, Dona Francisca em sua narrativa revela que a roça assume um lugar de destaque na medida em que representa segurança do aproveitamento de seus resultados, o arroz, o feijão, o milho e a mandioca, ainda se fazem presentes na estratégia produtivas das famílias, porém o plantio de capim, e, culturas perenes, representam em risco de não colheita, trabalho perdido ou muito pouco aproveitado. Uma vivência que possibilita o desenvolvimento da relação espaço, tempo e consumo, no entanto, há restrições significativas, na medida em que o tamanho da área é limitado por outro ator social, no caso o “dono” e, na maioria das vezes a escolha da área a ser ocupada, já não pressupõem de parâmetros ecológicos importantes, como citados anteriormente no caso dos posseiros.

O segundo termo, referente ao termo “juqueiro”, se caracteriza por uma relação social mais “desfavorável” em relação ao tempo de uso dos recursos naturais em relação ao agregado, neste caso além do dono da terra, há tarefas bem delimitadas para os trabalhadores. O trabalho consistia basicamente na “derruba” e “queima” de grandes áreas de mata ou “juqueira” para o plantio de capim. Podemos considerar estes, como uma categoria de trabalhadores rurais da região amazônica, estritamente ligados ao processo de expansão dos grandes latifúndios destinados à pecuária extensiva na região de fronteira.

As relações trabalhistas estabelecidas eram diversas, através da “empreita” de áreas a serem derrubadas, cujo valor variava pelo tamanho da área, ou então, era feita através de “diárias”, nome dado ao pagamento por dia de serviço. Neste momento,

geralmente aparecia à figura do “gato¹⁹”, e destes, a diversas denúncias sobre situações de trabalho análogas à escravidão.

Não lá agente trabalhava só com lavoura mesmo, nos terrenos alheios, mais era só para levantar os alimentos mesmo, tem que trabalhar em terra alheia, tanto era para uma diária, para agente levantar um dinheiro, quanto era para nós botar uma roça, tem que ser. Ai não, aí os homem, porque nós pegava roça pra ver 10 alqueires, 5 alqueires de derrubada para eles fazer pasto e dentro daquela terra ele dava a quantidade de linha de terra que nós queria para plantar os legumes. (Felipe) - E podia plantar por quantos anos nessa terra? (Gaston) - Não, só daquela vez, mais todos os anos nós fazia derrubada para eles, faziam a derrubada para eles e já deixava o capim plantado, aí, daí pra cá nós mudemos lá para o estreito (...) (Gaston - assentado)

Decorrentes de uma relação particularmente “frágil” com a posse da terra, a estratégia produtiva se resumia a culturas de ciclo curto, como arroz e feijão e invariavelmente o milho, decorrido de um prévio “acordo” estabelecido. Neste caso a cultura da mandioca já não se faz mais presente e se caso quisessem plantar, terão que arrendar outro pedaço de chão pagando na meia a farinha produzida.

3.1.3. Cadê a mata que tava aqui? O Vaqueiro e a cidade:

Como vimos anteriormente, o processo histórico de pecuarização na região norte do Tocantins, mudou significativamente a paisagem local, onde a taxa média de desmatamento de 1977 e 1988 estava numa taxa média em torno de 1.600 km², abaixando para um taxa de 300 km² de 1989 a 1994, se elevando no ano agrícola de 1994/1995 para 800 km², decaindo novamente para se estabilizar numa taxa de 200 km² para os anos seguintes.

As causas dessas oscilações podem ser explicadas através de estudos feitos por pesquisadores sobre a dinâmica de desmatamento na região amazônica. Para Margulis (2003), ela decorre de uma racionalidade econômica que explicariam a intensidade e a

¹⁹ - Por “gato”, se entende a figura de um ator social muito comum na região de fronteira amazônica, caracterizado por uma espécie de “gerente” do serviço de derrubada, que tinha a função de “aliciar” os trabalhadores em diversas regiões do estado e de outros estados do nordeste. Normalmente este nome se relaciona com as diversas denúncias de situações de trabalho análogos a de escravidão.

duração da manutenção da lógica econômica da pecuária extensiva como estratégia principal de desenvolvimento. Para o autor, a falta de estudos mais consistentes sobre a dinâmica de ocupação e desmatamento da Amazônia, sua relação de custo e benefícios ambientais, econômicos e sociais tem levado a uma gama de afirmações sobre esse processo que dificultariam perceber que por trás das causas do desmatamento, existe uma racionalidade econômica que seria sua força motriz. As principais perspectivas apontam:

1. Os agentes dos desmatamentos têm horizontes de planejamento curto e baseiam suas atividades na mineração de nutrientes da floresta;
2. A pecuária na Amazônia é pouco rentável e sua persistência só se explica pelos subsídios ou crédito do governo que sustentam ganhos especulativos;
3. Os pequenos produtores são importantes agentes do desmatamento;
4. As estradas são também causas do desmatamento e não conseqüências do alto potencial agropecuário da região;
5. Os custos ambientais medidos local, nacional e globalmente, são tão elevados que tornam irracionais quaisquer atividades causadoras do desmatamento.

Em contraposição as teses defendidas acima, o autor mostra em seus estudos que mesmo nos últimos anos quando os estímulos e incentivos governamentais diminuíram substancialmente, as atividades de desmatamento continuaram crescendo. As análises dos dados mostram que são os grandes proprietários os responsáveis pela maior parte dos desmatamentos, onde os pequenos atuam como mão-de-obra. Os fluxos crescentes e decrescentes das taxas de desmatamentos poderiam ser explicados pelas mudanças econômicas que o país atravessou nas últimas duas décadas e que a capacidade das atividades agropecuária dos grandes produtores responde, direta e imediatamente, as estas variações.

Nessa mesma linha, Fearnside (2005) vai apontar que a principal causa da redução do desmatamento na Amazônia legal de 1987 até 1991 foi a recessão econômica no país e o pico observado em 1995 seria já reflexo da recuperação econômica decorrente do plano real. Castro (2005) vai relacionar o aumento dos desmatamentos com a queda dos preços de aquisição das terras, decorrentes do Plano Real, que se por um lado, diminuiu os ganhos patrimoniais, por outro, facilitou o acesso à terra.

Para uma melhor compreensão da dinâmica de desmatamento da Amazônia Legal, Castro (2005) vai elencar quatro pontos fundamentais: a) As causas do desmatamento são múltiplas e se diferem de acordo com a racionalidade econômica e as estratégias adotadas pelos atores; b) Há uma relação direta entre a mobilidade da fronteira, a estrutura social do país e a capacidade de acumulação dada pelas condições de fronteiras; c) Há uma relação entre as causas e a modalidade de inserção da Amazônia na economia mundial globalizada; d) Mais do que os recursos naturais disponíveis no território, os arranjos políticos e institucionais são importantes para explicar os desmatamentos na Amazônia.

De toda forma, as taxas de desmatamento teriam uma relação direta com a expansão ou retração da atividade pecuária extensiva promovida por grandes fazendeiros, e no caso da região norte do Tocantins, essas taxas diminuiriam substancialmente a partir de 88, nesse sentido a demanda pelo trabalho de “juqueira” diminuiu substancialmente sendo hoje exigida com maior intensidade na região do sudoeste paraense.

Daí decorre nas entrevistas, dois itinerários seguidos: o trabalho de “vaqueiro”, decorrente de uma mudança na paisagem local, caracterizada agora pela predominância de grandes extensões de pastagens, e o outro, as pequenas cidades ou povoados que se formavam na região.

O vaqueiro pode ser considerado nesse caso, como uma versão “moderna” do antigo “agregado”, pois esse último vai com o tempo se tornando um “perigo” eminente para o fazendeiro, em decorrência do que alguns assentados nos descrevem como a “chegada” das leis trabalhistas, como relata o assentado Zé Cocó, antigo agregado de uma das fazendas desapropriadas para a criação do assentamento, que se tornou vaqueiro da mesma fazenda e posteriormente assentado do P.A 1º de Janeiro. Zé Cocó afirma que em 1990 todos os agregados da fazenda tiveram que sair, pois o fazendeiro temia ações trabalhistas que pudessem prejudicá-lo. Da mesma forma esse momento é visto pelo assentado José Daugusan como um período de maior dificuldade para se conseguir terra para trabalhar e botar roça.

Minha mãe era (pausa), lá era (pausa), hoje não, hoje todo mundo tem documento de uma terrinha, naquele tempo, não, o fulano falava, rapais eu te dou uma morada para você morar aí, era posseiro é... naquele tempo não tinha esse negócio não, o cabra dizia não eu vou, eu vou te dar a moradia para você morar aí, até criar seus filhos hoje não, hoje o cabra não faz mais isso, porque na hora que sair o cabra que tomar a terra do outro, mais antes era assim, eu pai de família, o cabra

via era pobre, não tinha condição de viver, mais dava pelo menos uma terra para o outro morar (Daugusan - assentado).

Com isso, grande parte dos agregados, se tornaram vaqueiros e foram morar nos pequenos povoados próximos as fazendas, mudança essa que os impediam o uso contínuo para a produção agrícola na mesma área, sendo obrigados quase sempre aos serviços de “juqueira”.

(...) do estreito fui trabaiaar em fazenda, trabaiei em duas fazendas ainda, aí mudei para cidade de novo. (Felipe) - As fazendas era de gado? (Gaston) - Era mexendo com gado, botando umas rocinhas também, porque toda a vida eu nunca deixei de plantar uma roça, aonde eu tiver, a minha roça tem que me acompanhar, porque minha despesa é muito grande e se eu for comprar eu não dou conta né. E aí com sorte, que em 98 (Felipe) - Quantos moram aqui? (Gaston) - Vixe! Aí é preciso demorar para contar. Tem um fulano..... (depois de contar), dá uns 12. (Felipe) - Vocês estavam trabalhando em Estreito, sempre com derrubada? (Gaston) - Não, lá em estreito eu já estava de vaqueiro, mais sempre botando minha rocinha certo? (Seu Gaston - assentado).

O tempo de cidade, é sobretudo o momento que antecede a ida para o acampamento, é caracterizada pelas famílias como um ambiente hostil para a manutenção econômica e social de suas famílias, um território repleto de armadilhas para a formação das crianças e jovens, onde os pais perdem o controle da educação, e o acesso a “malandragem” e as drogas são atrativos eminentes para os filhos dos pobres na zona urbana. A falta de trabalho, a dureza de serviços, a falta de perspectivas, de alimentação, de moradia, em fim, a ausência de condições mínimas de sobrevivência, são elementos que permeiam as falas destas famílias.

(...) antes quando eu morava na rua eu vivia trabalhando para os outros e eu não tinha sossego, eu não tinha tempo de ficar com meus filhos, (...) neste tempo eu trabalhava de lavadeira e ele aqui acolá de pedreiro. (...) é por isso que eu vim pra cá, lá os filhos da gente na rua, enquanto juntos com os pais diariamente, dá o que dá! O meu menino começou engraxar, meu menino era pequeno, o Gute, pequenininho véio, eu tinha medo, que assim se transformasse em mala, naqueles malandrinho, pra cheirar cola e ter uns amiguinho e tal, aí a minha pendência e a minha vontade maior era procurar uma terra pra vim pra cá, por que se eu não tivesse vindo pra cá eu tinha ido para o Pará, de qualquer maneira eu não tinha ficado na rua, por que se não tivesse acontecido aqui eu tinha ido para o Pará (Dona Francisca - assentada).

(Felipe) - Quais as principais causas das famílias virem para o assentamento? (Eleneuda) - Econômica. (Felipe) - Por quê?

(Eleneuda) - (pausa) Por quê? (pausa) acho que tem outras necessidades mais acho que a principal é a financeira, por que, eu conheço muita gente que.. inclusive que morava embaixo de um pé de pau, no assentamento Vitória o menino morava debaixo de um pé de pau por que não tinha onde ir, assim como muita gente ali morava difícil e não tinha de onde, que ficava fazendo um bico aqui e ali para sobreviver (Eleneuda – dirigente estadual).

A tabela abaixo, procura reconstituir de forma esquematizada, a partir da análise das entrevistas, os percursos descritos anteriormente.

Tabela 09: Itinerário histórico das famílias em relação à posse da terra.

Nome	Posseiro	Proprietário	Agregado	Juqueiro	Vaqueiro	Cidade	Acampado
Dona francisca			1			2	3
Seu Milton	1		2	3	4		5
Maria das Graças	1		2	4		3	5
Bilack	1					2	3
Gaston				1	2		3
Daugusan			1	2			3
Marione		1				2	3
Ronilson		1				2	3
Vicente				1	2		3

* Os números de 1 a 5, representam a ordem das relações com a terra descritas pelas famílias.

Até a chegada do acampamento, as trajetórias de vida das famílias, sugerem um itinerário que podemos caracterizar de uma constante busca de um equilíbrio entre as suas necessidades e as condições sociais e naturais do meio, percurso esse, decorrentes de mudanças sociais, econômicas e ambientais na região de expansão da fronteira amazônica. Podemos considerar então, a nova fase de acampamento, não como um ponto de chegada, um ponto final, mais sim, um novo ponto de partida, de reinvenção de relações sociais, de novas organizações sociais, de encontros de diversificadas trajetórias de vidas individuais e coletivas, longe de serem desprezadas, são acionadas sob novas formas de controle e lógicas. Onde segundo Sauer (2005):

A busca de um lugar é fruto de situações marcadas pela falta de um “canto” para viver e morar. As pessoas são forçadas, pela falta de trabalho, pela instabilidade do trabalho sazonal, pela vontade dos proprietários de terra (caso de meeiros, parceiros, arrendatários) a

representações em que a casa e o local de moradias são um “porto seguro”.

As pessoas se “des-locam” em busca de trabalho e a possibilidade de “enraizamento” materializa segurança, porque estabelece um ponto de referência (um endereço) e uma localização geográfica, dando perspectiva para o pertencimento.

3.2. O tempo de acampamento:

“O maior crime que a direita tem para acusar os sem-terra é que eles são sem-terra” (Luís Fernando Veríssimo).

A frase de Veríssimo extraída do livro *Brava Gente de Stédile & Fernandes* (2000), denota um momento da conjuntura política nacional, em que uma parcela da população brasileira historicamente excluída do acesso às condições mínimas de uma vida digna, passam a se organizar em torno de um movimento social de luta pela terra, e a exigir direitos, ocupar terras, pressionar os órgãos públicos, realizar marchas, em fim, passam a existir enquanto atores sociais coletivos, e como tal, realizam o exercício cotidiano de “lembrar” a sociedade da presença “incômoda” de nossas contradições sociais.

3.2.1. A chegada do MST no Tocantins

Se a criação do acampamento tem uma data definida: dia 1º de janeiro de 1998, sua gênese foi bem anterior, sendo esta, fruto da conjunção de um histórico de vida das famílias marcado pela pobreza e por conflitos em relação à posse da terra e uso dos recursos naturais, com o surgimento e expansão de um movimento social de luta pela terra: o MST, que tinha na prática da ocupação das terras improdutivas, uma forma de demarcação social, com objetivos bem definidos: De um lado, “qualificar” e “acelerar” o ritmo jurídico da desapropriação de terras improdutivas, através da pressão exercida sobre o estado, pelo acirramento dos conflitos entre os trabalhadores rurais sem-terra e a burguesia agrária (Stédile & Fernandes, 2000). Do outro lado, o objetivo das ocupações era trazer para a sociedade o debate da reforma agrária, com ele, ainda segundo Stédile,

“ela obriga a sociedade a reagir, a favor ou contra, não deixa ninguém ficar em cima do muro”, o que traz a ocupação, para uma disputa na correlação de forças entre diferentes atores sociais estabelecidas tanto a nível local quanto a nível nacional.

O autor aponta ainda: “*Se de nosso lado conseguirmos fazer uma grande ocupação, com milhares de pessoas, isso se constitui numa força suficiente e importante. Se o latifundiário for influente, for político, tiver muita força, aumentam as dificuldades*”.

Esta correlação de forças é mostrada com detalhes na fala de uma assentada ao relatar os primeiros momentos da ocupação na 1º de janeiro:

Quando foi dez horas o doutor Willian chegou, aí voltou de novo na caminhonete dele, foi e pegou a policia e trouxe quatro horas da tarde, quando ele chegou eu e teve homem que deu desinteria com medo da policia, ele falou que tinha entrado 50 posseiros e ele tinha tirado, mas com aquele multidão de homem e de mulher ele não podia mais tirar, ele ia negociar com a Dirce. Perguntou: “Quem era Dominga? A Dominga correu e se escondeu, a Dominga era manjada demais. Nós fiquemos, nós todo mundo enfrentou, perguntaram quem era o enfrentante, e nós dissemos tudo por uma boca só, é nós, somos nós todos. Pois então nós não pode dar jeito. Aí ele voltou, voltou e nós fiquemos, e povo tirando madeira, tirando palha pra fazer barracão(...) (Dona Luzia - assentada).

A fala da assentada Dona Luzia demonstra que a prática da ocupação não era algo novo na região, porém quando estas eram realizadas de forma “isolada”, por pequenos grupos de posseiros, permitia uma imediata e eficiente reação por parte dos fazendeiros que quase sempre resultava nos despejos violentos contra os que ousavam ocupá-la. Em contrapartida, a estratégia do MST de realizar uma ação massiva, impunha ao fazendeiro, alternativas que não ao despejo imediato, como a negociação ou a disputa jurídica.

Como vimos no capítulo I, à história da região norte do Tocantins, é marcada por disputas pela posse da terra entre pequenos agricultores e grandes fazendeiros, que de forma bem simplificada podemos resumi-la pela inicial ocupação da área por milhares de posseiros vindos de diferentes estados do nordeste brasileiro, pela posterior prática de “grilagem” por grandes fazendeiros vindos da região sudeste e sul, e pelas sucessivas tentativas de retomadas de terras na região por parte dos agora denominados de “sem-terra” ou “invasores”.

Os posseiros adotavam o plantio de roças de subsistência, em locais de difícil acesso para a vista dos fazendeiros, como estratégia para evitar o enfrentamento direto

com estes, e muitas vezes entravam escondidos nas fazendas para a quebra do coco babaçu. Eram ações pontuais que tinham como função principal a garantia de sua sobrevivência como observamos na fala abaixo:

O dono do lugar nunca colocou os pés aqui. Morava em Araguaína. Quem ficava aqui era o gerente. Agente tinha que fazer alguma coisa senão ia morrer de fome. Então nos esgueiramos na mata com treze famílias e fizemos nossas roças, às escondidas, agente plantou arroz, mandioca e feijão. (...) É o único lugar que dá babaçu por aqui, então voltamos a nos infiltrar, feito serpentes. Um dia demos com o gerente. Era um grandalhão, mais agente foi falar com ele. Agente disse que tinha que quebrar babaçu e ele disse que não podia. Mas agente continuou assim mesmo. Tinha que viver né? (Dona Emília, posseira na região norte do Tocantins, Breton, 2000).

Sobre estas tentativas isoladas de ocupação de terras, que se espalhavam na região a partir da década de 70, podemos atribuí-las a que Scott (2002) denominou de “micro-resistência”. O autor ao falar sobre as formas cotidianas de resistência camponesa recupera diferentes, “pequenas”, mais sistemáticas atividades de enfrentamento às classes dominantes, realizadas de forma individual ou coletiva e que segundo o autor foram deixadas em segundo plano pelos estudiosos do tema das revoluções camponesas. Exemplifica no seu estudo em uma pequena comunidade da Malásia, duas formas de “micro-resistência”, o primeiro diz respeito aos crescentes e sistemático furtos anônimos de estoques de arroz, e o segundo ao boicote aos fazendeiros que contratavam colheitadeiras de arroz por parte de grupo de mulheres que transplantavam as mudas de arroz. Estas formas de resistência camponesa foram por ele assim definida:

Micro-resistência entre camponeses é qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas à essa classe por classes superiores (proprietários de terra, o estado, proprietários de máquinas, agiotas ou empresas de empréstimo de dinheiro ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores (Scott, 2002, p. 24).

A partir desse conceito destacamos um aspecto importante para pensar as pequenas ocupações de terras, realizadas por posseiros na região norte do Tocantins, que seriam suas intencionalidades, num primeiro momento pode-se enquadrar as ocupações de terras em tentativas imediatistas para a garantia de sua sobrevivência, porém as sucessivas ações na região, mesmo sem a coordenação formal, num primeiro momento,

por parte de movimentos sociais que segundo Meneses (2002) *são expressões institucionais, coletivas, formais, públicas*, trouxeram para a região, um ambiente de intenso conflito entre estes e os grandes fazendeiros, que foram sem dúvida os fatores determinantes para a entrada de novos atores sociais na região, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que incentivou a criação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais em vários municípios (Breton, 2000) e posteriormente a vinda do MST, bem como, pela atuação do INCRA que priorizava as áreas de conflitos de terra para as desapropriações (Musumeci, 1987).

Scott no seu referido trabalho salienta que *“muitos atos intencionais de resistência podem suscitar e produzir conseqüências inteiramente imprevisíveis”*, e continua, *“quando tais atos são raros ou isolados, eles são de pouco interesse, mais no momento em que eles se tornam um padrão consistente, embora não coordenados, estamos lidando com resistência”*.

Foi nesse tempo que o pessoal da CPT apareceu e quando eles ouviram o que estava acontecendo, enviaram um advogado chamado Osvaldo, para conversar conosco e nos dizer o que fazer. Ele ficou uma semana. Eu me lembro que ele disse: “Bem, pessoal, se vocês não voltarem para a terra, como é que eu vou poder ajudar? Vocês lutem na terra que eu vou lutar nos tribunais”. E então ele disse: “Voltem a trabalhar e tomem cuidado. Se vocês tiverem de se esconder, escondam-se. Se um pistoleiro vier atrás de vocês, vocês já sabem o que fazer” (João Ananias, posseiro na região norte do Tocantins, Breton, 2000).

Esse histórico da luta pela terra na região, bem como a característica de forte relação com a terra, foi um dos fatores predominantes para a vinda do MST. A ela, somase mais dois fatores: o primeiro, a presença da atores sociais potencialmente parceiros, como a CPT e os STR's. O segundo, a estratégia política do MST de se expandir para todos os estados a qual o movimento não estivesse organizado. A entrevista com a dirigente nacional Dirce Sostrok, assentada no estado do Rio Grande do Sul, que em 1996 foi designada para junto com militantes do estado do Maranhão e do Pará, para organizar o MST no estado do Tocantins, possibilita inferir que se o fator determinante para a vinda do MST foi à política de expansão do movimento, a escolha da região, como ponto de partida para se iniciar as ações do movimento, foi anterior. As características dos

trabalhadores rurais bem como as entidades parceiras presentes na região influenciaram decisivamente para que o movimento priorizasse as ações no norte do Tocantins.

(...) bom às discussões em relação à região, agente começou a fazer o trabalho de base ali, nessa região, e a discussão que agente já recebeu pelo menos, a idéia que o movimento se estabeleceria em Araguaína inicialmente, e não em Palmas é que em Araguaína tinha mais apoio, mais entidade e havia mais possibilidade de articulação para fazer ocupação né. Então a avaliação que agente tinha né, que foi concebendo lá também, que seria mais fácil o movimento fazer ocupação e ganhar fôlego ali naquela região, já existia uma vontade de fazer ocupação ali, algumas famílias do sindicato e aí daí agente ia, se fortalecer um pouquinho e passaria então a atuar em outras regiões como de fato ocorreu (Dirce - Dirigente nacional do MST pelo Tocantins).

3.2.2. O trabalho de base:

Da chegada dos primeiros militantes para a data da ocupação, passaram-se quase dois anos, foram feitas muitas articulações com entidades, setores da igreja católica, sindicatos urbanos e de trabalhadores rurais, diversas reuniões nos bairros pobres dos municípios de Estreito, Aguiarnópolis, Darcinópolis, Araguaína e Wanderlândia, em fim, todo um trabalho anterior a ocupação, que tinha como pano de fundo, a realização de uma ação massiva na região, para com isso inibir a contra-ofensiva da oligarquia rural local, bem como demarcar espaço junto às entidades parceiras. Estas estratégias eram necessárias, pois a prática do MST de realizar grandes mobilizações, como ocupação de terras, de prédios públicos, marchas, interdição de rodovias, trazia para a região um referencial de luta diferente, que exigia dos órgãos públicos, inovações quanto à relação com os movimentos sociais, ao mesmo tempo que mostrava para as entidades parceiras a “força” de mobilização do MST, segundo uma dirigente do movimento.

(...) e nós tinha a avaliação que agente deveria fazer uma grande ocupação que seria a nossa primeira ocupação, até pra... agente conseguir respirar de forma diferenciada por que se agente começasse com uma ocupação pequenininha agente já começava muito tímido e agente tava num terreno muito complicado CPT, FETAET, em fim... sindicatos, então havia bem, que entre aspas todos eles apoiavam agente, desde que agente não mexesse no... no deles... então era um negócio bem delicado a nossa atuação ali. (...) Olha os contatos que agente tinha com o INCRA, agente fez inclusive algumas ocupações, no início o INCRA sempre teve uma posição de muito distanciamento, em relação aos movimentos, pelo menos é o que agente sentia, agente conseguiu se firmar no INCRA no dia que agente fez uma ocupação, né,

eles nunca tinham vivido um processo de ocupação, e agente pegou, organizamos o pessoal da 1º de janeiro, o pessoal estava com sede de ocupar o INCRA mesmo, fomos para lá e a partir dessa ocupação ele começou a respeitar agente, porque eles sequer recebiam agente numa audiência, a partir dessa ocupação mudou a conversa com o INCRA em relação à gente, totalmente né, agente era recebido em audiência, em fim, mais... a atuação do INCRA.. na verdade não existia ... hoje existe todo um processo de articulação, com superintendente, na época o INCRA era visto como inimigo mesmo (Dirce – Dirigente nacional do MST pelo Tocantins).

A ocupação da fazenda ocorrida com 432 famílias exigiu por parte dos militantes do MST, um verdadeiro aparato estratégico para driblar qualquer contra-ofensiva por parte dos fazendeiros, as famílias tinham sido avisadas que a qualquer dia a ocupação seria realizada, porém como medida de segurança, o local, a hora e o dia da ação seria mantida em sigilo, essa precaução se dava na medida em que havia pessoas que estavam dispostas a ocupar a terra, que aderiram ao movimento, mas que mantinham ligações com os fazendeiros locais, trabalhando diretamente para eles; o outro motivo era que com a notícia que o MST começava a atuar na região, os fazendeiros começaram a se armar.

Mais uma grande quantidade de gente de Araguaína que foi pra lá na 1º de janeiro, nem recordei quanto, mais assim, quando agente saiu nos ônibus de lá, nem me recordei quantos ônibus mais assim, foi muito gente, nem agente acreditava que ia tanta gente, até porque a ocupação agente não iria fazer naquele final de ano, agente iria fazer no início do ano e agente decidi assim, três dias, o povo está preparado em fim e a gente decidiu ocupar naquele dia por que agente ouviu um boato que os fazendeiros estavam sabendo da ida do movimento e iam começar a se armar e aí as famílias começaram a ficar com medo no trabalho de base, aí agente fez a discussão de que agente não ia falar para ninguém nem o local e nem o dia da ocupação, porque se agente dissesse iria vazar, porque muitas famílias eram ligadas... trabalhavam ainda né, principalmente dos municípios pequenos e lá em Araguaína tinham famílias que também eram ligadas, que trabalhavam ainda para os fazendeiros (Dirce – Dirigente nacional do MST pelo Tocantins).

3.2.3. A organicidade:

Com as famílias dentro da área iniciou-se um processo de organização social e política a qual internamente os militantes do MST denominam de “organicidade”, que traduzindo, seria o método de organização das famílias de acordo com seus objetivos. Para Bogo (2005), o método é a capacidade de se colocar no lugar exato os elementos e

requisitos para se construir o caminho que nos leva a um determinado fim. A primeira tarefa feita na área foi a divisão dos núcleos de família, onde os grupos eram formados tomando como base a cidade de origem, a partir desta primeira divisão foram subdivididos em grupos de 10 famílias (os núcleos de base), que elegiam dois coordenadores, sendo um homem e uma mulher.

A estes coordenadores cabia a tarefa de se reunirem e debaterem propostas de encaminhamento de diversas questões a serem trabalhadas no acampamento, como segurança, saúde, alimentação, produção e outras que fossem aparecendo. As propostas eram levadas pelos coordenadores aos seus núcleos de base que debatiam e votavam, em seguida, estas eram apresentadas em assembléia. A meta eram que todas as famílias pudessem participar das decisões tomadas no acampamento, a que Bogo (2005) denomina de estrutura horizontal, sendo ela definida da seguinte forma:

Horizontal é aquela estrutura onde se valoriza todas as formas de organização de base que passam a funcionar como se fossem instâncias de decisão. Logo, a democracia deixa de ser representativa e passa a ser participativa, onde cada família ao participar do núcleo de base, representa a si própria (Bogo, 2005, p.73).

A experiência de construção da organicidade no acampamento foi relatada por uma assentada da seguinte forma:

Aí de manhã no mesmo dia de manhã, aí eles colocaram, aí dividiram as brigadas, quem é de Araguaína passa pra cá, quem é de Wanderlândia passa para cá, aí o de Araguaína como era muita gente dividiram em dois grupos grupo 4 e grupo 5. Aí foi feito o de Wanderlândia, nesse dia eu não fiquei de coordenadora, aí logo a menina que tinha entrado de coordenadora desistiu, me colocaram na coordenação, fiquei como coordenadora do grupo, aí o coordenador, os meninos me explicaram que era para ter organização no assentamento. Sobre o negócio de higiene, que é a coordenação da saúde, era pra organizar o acampamento, aí eu fiquei sendo a coordenadora quando tinha uma confusão. Um dia o seu domingo limpou o quintal, seu domingo roçou para plantar, aí antes dele plantar o vizinho foi e plantou, parece que era feijão sei lá o que era, foi um rolo danado, aí chamou toda a coordenação pra ir lá, aí nós foi, aí a gente viu quem tava certo e quem tava errado, aí demos o jeito no seu domingo por que ele tava certo, ele já tinha queimado, roçado, limpado, aí só para o outro plantar era injusto, aí era até para plantar abacaxi aí ele foi e plantou, aí o outro não plantou feijão inclusive, até hoje ele me agradece por isso, aí é o trabalho da gente (Dona Francisca - assentada).

Essa forma de organização social, a qual os militantes do MST procuravam fomentar dentro do acampamento, tinham objetivos bem definidos, o primeiro consistia na divisão de tarefas, a fim de garantir a participação da maioria das pessoas nas atividades exigidas, como a construção dos barracos, segurança, as roças, a ciranda infantil, a limpeza, entre outras. O segundo objetivo procurava delegar “poderes” aos acampados sobre as decisões do acampamento, através das coordenações, projetando assim a formação de novos “quadros” de militantes para o movimento. E o terceiro, refere-se ao resgate das diversas formas de cooperação para a prática cotidiana do acampamento. Assim os trabalhos coletivos e os mutirões tornaram-se ferramentas importantes na organização das famílias acampadas, e, no resgate de antigos valores e práticas de solidariedade vicinal.

Quando foi no outro dia, tinha 12 barracão feito, perto do córrego. O derradeiro barracão que foi feito foi o meu. Aí fomos fazer o de comer em uma lenhinha molhada, juntando cavaquinhos e fazendo fogo e fizemos o almoço e todo mundo comeu. O almoço foi pra todo mundo junto. Depois da construção dos barracos fomos cuidar da roça pra nos todos, era comunitária. Tudo era mutirão, a carne que vinha era cortado um quilo pra um, um quilo pra outro (Dona Luzia - assentada).

As festas, a montagem dos barracos, a distribuição dos alimentos, o enfrentamento ao despejo, os estudos, as decisões, são lembradas como momentos positivos do acampamento, momentos esses, que serviam para superar o “estranhamento” natural referente aos primeiros dias de convívio dessas famílias, ou seja, era na prática cotidiana das tarefas debatidas e executadas, que se forjava ali “passo a passo”, uma nova comunidade, com novas relações de sociabilidade, agora mediadas pela presença de um ator social até então pouco conhecidos por eles, o MST.

(...) eu vim de lá para cá e quando eu cheguei aí eu vi gente derrubando palha, outros fazendo barraco, aí eu animei, olha, o negócio vai para frente, eu disse velho você faça um barraquinho aqui, fique com cuidado, se houver algum tumulto aqui, você se separe e abra no mundo (Dona Graça - assentada).

É importante salientar que o tempo “bom” do acampamento, segundo os informantes, é definido na relação imagética entre o passado e o momento atual, ou seja, há nas falas, um sentido de comparação com a situação organizativa a qual as famílias vivem hoje, “naquele tempo era” ou “naquele tempo funcionou”. Estes momentos

rememorados, selecionados pela memória, estabelece certa hierarquia entre o tempo de relações simples no acampamento e o presente de relações mais complexas, conflitos e problemas de diversas ordens.

(Mariona) – Há!!!! O acampamento era uma coisa muito maravilhosa né? (Dona Alderina) – Maravilhosa demais – (Mariona) – Os acampados, fizeram a escola feita de coqueiro, e as crianças lá estudavam e aí tinha o pessoal da saúde que trabalhava com a questão da multi-mistura, é... a nutrição das crianças, então tinha essa unidade muito grande, então acontecia as reuniões nos grupos, o que ia determinado pelos grupos ia para a assembléia, na assembléia determinava o que era precedente né (Mariona – assentada)

O acampamento é também um “tempo e espaço de conflito”, na medida, em que, é um momento de estruturação de “novas” relações sociais, e, só o é, em decorrência da desestruturação de “antigas”, não como um movimento de “mão única”, onde o “novo” desfaz o “velho”, mais sim, de composição, da manutenção total ou parcial de antigos valores simbólicos, com a incorporação de novos, o que podemos chamar de uma reinvenção, de uma reestruturação das relações sociais, incorporadas agora por outros atores em um “novo” espaço geográfico e social, em fim, a partir da constituição de um novo território.

3.2.4. As estratégias produtivas no acampamento:

Nesse campo de relações são forjadas as primeiras estratégias produtivas das futuras famílias assentadas. O tempo de permanência no acampamento era incerto para todos, pois dependia dos trâmites legais, exigidos para a desapropriação de uma fazenda, para fins da reforma agrária. O laudo técnico do INCRA deveria considerá-la improdutiva, e definir as benfeitorias a serem indenizadas, a emissão de posse assinada, o acordo com o fazendeiro firmado, o pagamento executado, a contratação da empresa de topografia efetivada, e, em fim o corte da área concretizado. Foram três anos de espera, de desesperanças para muitas famílias que abandonaram o acampamento, pois já não acreditavam na possibilidade da realização do assentamento, porém para outras tantas, foi o momento de produzir alimentos para os dias incertos que viriam.

Porém, as escolhas produtivas agora eram precedidas de inúmeras reuniões, propostas, votações e definições para regular o uso dos recursos naturais da área, procurava-se assim, constituir internamente, “normas” que pudessem evitar a “tragédia dos comuns” de Hardin (2002), bem como a ação dos free-riders de Oslon (1995, apud. Cunha, 2004).

Estamos falando de uma área em torno de 6.500 hectares, onde residia agora em torno de 400 famílias²⁰ (vivendo em situação de extrema carência), numa região de transição entre os biomas de cerrado e de floresta amazônica, com a presença de babaquais, e, com a predominância da cobertura do solo de pastagens, que pressupunha uma forte pressão sobre as matas existentes para a instalação das “roças de toco”, ou seja, os acampados da 1º de janeiro estavam diante uma complexa combinação de fatores políticos, sociais, econômicos, ambientais e culturais, cujos “ingredientes” exigiam uma clara e eficiente estratégia de controle coletivo sobre o uso dos recursos naturais.

A primeira escolha a ser definida foi que todos deveriam plantar num mesmo local, sendo proibida a “livre” escolha de áreas para plantio individual, impedindo assim a ocupação desordenada da área. Desta decorreram duas outras escolhas, a primeira relacionada ao local, que pudesse comportar uma área de produção agrícola desse porte, a segunda, relacionada à forma de produzir. Sobre a escolha do local, a entrevista com a dirigente nacional na época Dirce, trazem importantes elementos para a análise:

(...) porque a característica da região era pecuária extensiva, era absurdo, para onde agente olhava durante o percurso que agente fizesse para qualquer lugar, você via mata sendo derrubada para implementação da pecuária. Em todas as fazendas no Maranhão no Tocantins e no Pará, e na estrada você só via máquinas para derrubar (...). Apesar dele ter uma grande área de pasto porque ele tinha, porque ele só trabalhava com gado assim como todas as fazendas da região, mais eu acho que existiam umas reservas importantes e na minha avaliação do tempo que agente tava lá, infelizmente as pessoas tinham a mesma idéia encucada na cabeça de derrubar, parece que isso já

²⁰ - O comportamento do número de família nas diversas fases do acampamento é muito difícil precisar, porém reconstituímos através de informações de assentados e de entrevistas, que da ocupação no dia 1 de janeiro de 1998 para a primeira roça coletiva realizada em fevereiro do mesmo ano, o número de acampados caiu de 432 famílias para 400, ao final do primeiro ano o número já atingia a faixa de 200 famílias, e com o passar do segundo ano o número se estabilizou na casa das 130 famílias até sair o corte da terra.

como cultura e que o problema não é só lá por que agente vê em qualquer região do Brasil talvez a partir desse período da revolução verde na, que essa idéia de desmatar para plantar, essa idéia terrível e existia isso muito forte a ponto que não tinha jeito não era fácil, você ir fazer uma discussão que não era para derrubar o babaçu, a primeira coisa que eles diziam era “sim mais aqui é a melhor terra, eu vou plantar como, eu não tenho dinheiro para plantar lá no pasto que eu preciso adubar aquela terra, e aqui não precisa adubar”, então era muito difícil (Dirce – Dirigente nacional dc MST pelo Tocantins).

A escolha do local então, está precedida de um debate sobre o modelo tecnológico a ser implementado, e com elas duas alternativas: uma referente ao modelo da agricultura “modernizada”, baseada no uso de maquinário agrícola e insumos externos, e a outra, se referenciava nos padrões locais de agricultura baseada na “roça de toco”. A defesa da primeira escolha se dava pela vantagem da não destruição das matas de babaçuais, na medida em que o sistema de “roça-de-toco” exigia a derruba e queima das áreas de mata, ao passo que a roça mecanizada teria como pressuposto a aração e gradagem de áreas de pastagens degradadas. A segunda alternativa venceu, e segundo a análise da entrevistada, os fatores foram determinados pela cultura: “a cultura da derrubada na região”, mais percebe-se na fala da dirigente, a existência de uma tensão sobre os motivos que permearam suas escolhas produtivas, pois aparecem elementos ecológicos, favoráveis para uma boa produtividade, e, elementos econômicos que impossibilitariam a adoção da outra tecnologia, como justificativas dadas pelos acampados e militantes do Pará e Maranhão.

A estes três possíveis motivos, podemos acrescentar um quarto, que está relacionado com dinâmicas sociais, econômica e políticas mais amplas, onde a pecuária extensiva era resultado de toda uma política agrícola e agrária pensada para a região, como vimos no capítulo anterior, onde havia uma valorização econômica do gado e conseqüentemente das áreas de pastagens, ou seja, estou sugerindo que por trás dos referidos fatores para a escolha do local, poderia estar escondido certa racionalidade econômica que privilegiaria o “patrimônio” da pastagem em detrimento da mata cujo manejo estava baseado numa dinâmica de “derruba e queima”.

Após a escolha do local, foi realizado o debate sobre a forma como seria feita a produção, e seguindo a estratégia do MST de se criar na prática, o esforço de ir pensando

coletivamente o assentamento, foram desenvolvidas cinco experiências produtivas durante o tempo de acampamento.

A primeira roça (de arroz) e a segunda (de feijão), foram consideradas como roças semi-coletivas, onde o trabalho coletivo se dava no preparo da área (derruba e queima), mais cada família ficava responsável por duas “linhas” (equivalente a 0,66 hectares), para plantar, tratar e colher. Muitas famílias plantavam também, milho, mandioca e outros “legumes” como abóbora, melancia, maxixe e amendoim.

Fizemos a primeira roça coletiva, uma roça muito grande, era um sonho e mais ela foi coletiva só no tratamento dela né, para desmatar, para queimar, depois que ela estava toda queimadinha foi dividido cada um com o seu pedaço, que foi na época que eu tive mais lavoura aqui dentro, colhi 28 sacos, 22 numa linha e 6 noutra, e aí fizemos a segunda roça coletiva, que foi roça coletiva de feijão, foi muito boa também, todo mundo participou deu 1 prato de feijão, 1 prato e meio, 2 pratos que tinha mais feijão dava mais, quem tinha menos dava menos (Toinha - assentada).

Na terceira roça já houve mudanças nas “regras” internas sobre a participação dos acampados, na medida em que se avaliava que muitos ali estavam se “escorando” no trabalho dos outros, não participavam das atividades de preparo da área, porém podiam plantar da mesma forma dos outros.

(...) aí fomos para terceira roça coletiva, que foi muito boa também, quem perdia um dia de serviço perdia um saco de arroz, porque, porque tinha muita gente que trabalhava mais uns queriam escorar em outro, eu não vou amanhã, eu não vou depois, e aí fizeram aquele acordo, nessa época nós colhemos 15 sacos de arroz para cada um, foi feita a roça coletiva mesmo sabe, a colheita coletiva, do plantio até a colheita, depois só foi repartido na lona (Toinha - assentada).

Essa avaliação de que alguns trabalhavam, mais todos se beneficiavam, exigiu por parte da coordenação do acampamento, a criação de mecanismos de regulação de acesso aos benefícios da ação coletiva, que pudesse ser eficiente o bastante para inibir a ação dos “proveitadores”, que poderiam “minar” a experiência coletiva até então empregada. A essa movimentação podemos atribuir aos “dilemas sociais” citado por Cunha (2004) ao revisar estudos de diversos pesquisadores sobre as contradições entre racionalidade individual e racionalidade coletiva, que afirma:

Em um ambiente em que não há certeza sobre a participação de todos na cooperação, cada indivíduo pode considerar mais vantajosos romper com o acordo comum e garantir, logo, a aquisição de algum benefício, ainda que em menor quantidade do que aquele esperado caso a cooperação prosperasse (Cunha, 2004, p.12).

O “controle” sobre o trabalho era feito através da conferência dos participantes pelos coordenadores dos núcleos de base, esta experiência foi colocada em prática desde os primeiros momentos da ocupação, existia então a presença de um “poder” simbólico na figura dos coordenadores que tinham a tarefa de garantir o funcionamento das atividades decididas pela maioria e que poderiam decidir sobre as “sanções” que deveriam ser aplicadas àqueles que não cumprissem o determinado pela maioria, estas variavam desde a perda de um saco de arroz no caso de uma falta sem justificativa no dia de serviço estipulado, até a expulsão do acampamento, em falhas mais graves, como a comprovação de roubo.

E era uma união muito grande, as pessoas eram solidárias, não existia aquela questão de roubo, essa questão não tinha, porque se tinha uma coisa relacionada com isso as pessoas eram chamadas, viu, e se dependesse do caso, as pessoas eram expulsas de dentro da área (Mariona - assentada).

A experiência de trabalho coletivo, em roças comunitárias ocorreu mais duas vezes até o início do corte da terra, relata uma assentada “*Depois que passou para o tempo do assentamento, cada um tirou seu lote, aí virou individual aí ninguém quis mais saber da roça coletiva*”. Novamente aparece o elemento comparativo do tempo do acampamento com o do assentamento, agora relacionadas à estratégia produtiva adotada, nele se contrasta o trabalho produtivo coletivo com o individual.

Como explicar que as experiências de produção coletiva que foram sendo elaboradas ao longo do tempo de acampamento, não se efetivaram no tempo de assentamento? Podemos supor que para esse caso particular, o custo social que a prática da produção coletiva exigia, não compensava os benefícios gerados, e que essa relação custo/benefício entre lavouras coletivas e as lavouras individuais nos lotes, era maior para a primeira em relação à segunda, na medida em que o controle exigido sobre o trabalho, tanto no que se refere aos dias trabalhados, quanto sobre a intensidade que cada um dos

participantes desprendia, exigia normas e mecanismo de sanções suficientemente eficazes e complexas, de modo a garantir à participação efetiva das famílias envolvidas.

Ao passo em que, se tratando de lavouras de subsistência no sistema de “roça de toco”, uma prática tão comum na história de vida dessas famílias, exigia ao contrário, mecanismos de solidariedade vicinal, que se dinamizavam através de modalidades de cooperação particulares e específicas, que se diferenciavam de acordo com as redes de relações estabelecidas, bem como nas diferentes etapas de trabalho exigidas para a produção agrícola. Ou seja, se evidencia no nosso caso, uma contradição existente entre a prática do trabalho coletivo historicamente desenvolvido pelos camponeses da região, baseadas em relações de reciprocidade e confiança, e que se configuravam diferentemente para cada etapa do ciclo produtivo (preparo da terra – plantio – os tratamentos culturais e colheita), das práticas empregadas no tempo de acampamento, baseada na homogeneização das relações sociais que orbitavam em torno da prática produtiva.

Essa contradição entre processos complexos de relações sociais e práticas homogeneizadoras se reproduzirão no tempo de assentamento, onde novos atores sociais surgirão, e com eles, políticas públicas e lógicas de atuação e propostas de desenvolvimento até então “estranhas” aos recém assentados, que exigirão reconfigurações no seu saber fazer, ou muitas vezes a negação destas em detrimento da manutenção de suas práticas historicamente apreendidas.

Surge então à necessidade de se reconstituir a partir das falas das famílias entrevistadas suas percepções sobre uma nova fase, que é o momento da implementação de diversas políticas públicas pensadas para os assentamentos da reforma agrária, como moradia, a divisão dos lotes, o crédito agrícola e com a presença de atores sociais importantes na sua conformação (como veremos mais adiante). E nessa fase serão configuradas as áreas de lotes, de agrovila, de reserva legal e de preservação permanente, a área coletiva de produção, o local das estradas, o uso das estruturas produtivas, da sede, das formas de organização social que representaria o assentamento, em fim, agora é chegado o momento de novas configurações sociais, de se relacionar com diferentes tipos de intervenções, traduzidas em políticas públicas e sobre a égide do estado.

3.3. O tempo de assentamento: A percepção das famílias diante das políticas públicas, rumo ao estranhamento?

O momento exato para a definição da transição do tempo de acampamento para assentamento na visão das famílias, pode ser feito das mais variadas formas, no caso do assentamento 1º de janeiro, pode-se considerar a partir da data da emissão de posse (28 de Dezembro de 1998), do cadastramento das famílias pelo INCRA, do sorteio do lote ou da mudança para o local de agrovila definitiva.

Em todo o caso, o que ocorre, é uma gradativa visibilidade dos assentados perante o estado, que vai aos poucos implementando políticas para os assentamentos, através de diferentes órgãos públicos, mais sobretudo o INCRA, e, segundo Júlio (2006), “*as políticas de assentamentos são produtos da interação, negociação e confronto entre trabalhadores rurais, agências estatais, organizações dos movimentos sociais, organizações não-governamentais, igrejas e outros mediadores*”. Leite (2004, apud. Julio, 2006), defende que o assentamento sendo uma criação do estado, é por ele gestado, e do qual não pode ignorar nem deixar de se relacionar.

Esta transição será por mim delimitada, no momento da divisão dos lotes, que, no caso do agora assentamento 1º de janeiro, foi realizado no final de 2000. Nesse momento aconteceram três eventos importantes na vida do assentamento: a definição da escolha da agrovila, a divisão dos lotes, e no final de 2001 o acesso ao crédito PRONAF – A. Para que as duas últimas pudessem ocorrer, foi necessário incorporar na dinâmica organizacional das famílias, a constituição da Associação dos Assentados da 1º de Janeiro, que tinha como função principal num primeiro momento, representar legalmente os assentados para obtenção dos créditos, porém como veremos mais adiante, a ela será destinado um papel fundamental nos rumos do assentamento.

Nas falas das famílias entrevistadas, aparecem com muita força às experiências de “fracassos” do assentamento, quase sempre relacionadas à criação da associação, à divisão dos lotes e como veremos mais a frente ao PRONAF - A.

Os núcleos se acabaram por causa dos presidentes, os coordenadores daquela época informavam melhor do que os presidentes. Naquele tempo, fazia um ceпо de coco a gente sentava e fazia aquela rodona e o coordenador ia explicar, eu gostava, por que se faltasse um, a lapiseira

ia cortando, o povo tinha medo, agora não, todo mundo tem sua terra, ai não tem mais nada, só o presidente (Dona Luzia - assentada).

(Felipe) – E aí, isso durou quanto tempo essa organização? (Mariona) – Durou até criar a associação. (Felipe) – Quando criou a associação vocês estavam na agrovila ou estavam no acampamento? (Mariona) – Não estavam no acampamento. (Felipe) – Então no acampamento mesmo já teve algumas mudanças do tempo dá... (Mariona) – É..... não. Sim e não. Teve porque, quando disse assim, a associação é que vai reger o assentamento, e não mais os coordenadores, quer dizer, com o criar a associação, os coordenadores perderam um pouco da força que tinha no grupo né (Mariona – assentada).

Aquele momento inicial, de organização sobre os rumos do acampamento, agora se revelam, no tempo do assentamento, com outra roupagem, se mostram “frágeis” perante as necessidades com os quais os assentados se deparam. Exigia-se uma negociação constante com o estado para algumas decisões, ou seja, se antes as decisões eram baseadas nas percepções dos acampados sobre os fatos, já no tempo de assentamento, a relação com o estado demandavam outros parâmetros para tomada de decisão dos quais tinham pouco domínio. As relações de poder estavam desigualmente distribuídas, pelas poucas informações que as famílias possuíam sobre as leis que regiam as políticas públicas as quais estavam se deparando, fato esse agravado com a recém saída dos militantes nacionais para os seus estados de origem.

Sendo a associação à instituição jurídica representativa do assentamento, essa passa gradativamente a ser também o elo político com o estado, e sua estrutura organizativa, representada pela figura do presidente, vice, secretário, tesoureiro e conselho fiscal. Esta situação aliada à falta de habilidade das famílias na condução sinérgica da coordenação e da associação do assentamento, fez com que à primeira fosse gradativamente perdendo o sentido, na medida em que para a segunda, ia-lhe sendo atribuído (pelo estado e pelas famílias) o controle político nas relações institucionais, com isso a dinâmica da “regulação” sobre as tomadas de decisão foram significativamente alteradas.

A reestruturação espacial (o lote) também aparece na fala como elemento de reestruturação social e organizativa, a dinâmica de tomada de decisão anterior já não condizia com a nova realidade a qual as famílias vivenciavam: lotes muito distantes da agrovila, a demanda do trabalho aumentara substancialmente, a velocidade exigida para

as tomada de decisão também, o controle da tomada de decisão sobre as estratégias produtivas agora estava atrelada a família e não mais ao coletivo maior, onde a produção coletivas, lembrado positivamente no tempo de acampado, já faz parte do “passado”, não sendo mais fruto de interesse dos assentados.

Sobre isso Bergamasco (1998, p. 199) aponta:

Entendendo o assentamento como um espaço de relações sociais onde as características individuais, homogeneizadas no processo de luta pela terra, ressurgem em bases novas, vê-se no dia a dia dos assentamentos, diferentes formas organizativas criadas e recriadas em um movimento no qual os espaços de iguais, com frequência, se desestrutura no viver do assentamento. “O anseio pela terra, compartilhada pelos demandantes da terra, não sustenta, em si mesmo, um espaço de iguais, nem a condição de assistido implica na sujeição a uma lógica que lhe é estranha e pode entrar em rota de colisão com as expectativas do seu querer”²¹.

O ponto de tensão existente entre o “individual” e o “coletivo”, reflete que a concepção dos dirigentes em grande parte das vezes baseada ou em parâmetros econômicos e políticos organizativos, se contrapõem a outros desejos, outros sonhos, às vontades individuais que as famílias acampadas traziam escondidas dentro de um saco de estopa imaginário, que agora, nos seus lotes, era possível de ser desvelados a partir de suas práticas cotidianas.

Os sonhos produtivos dos “indivíduos”, podem em fim serem efetivados, porém veremos adiante que sua realização, estará atrelada a elementos internos e externos ao assentamento e que a modificação de forma substantiva.

3.3.1. O parcelamento do assentamento: “os dados estão rolando”

A conformação espacial atual do assentamento 1º de janeiro foi precedida de um intenso debate, que tinha como pano de fundo, concepções diferenciadas sobre os mecanismos de “integração” social, estratégias para acelerar a efetivação de infra-estruturas, bem como a minimização de seus custos. As diferentes convicções eram

²¹ - O texto entre aspas, refere-se a obra de Ferrante (1987). Estratégias familiares: a recusa ao projeto estatal de assentamento.

disputadas de acordo com parâmetros diferenciados de análise, onde era atribuída maior ou menor legitimidade de acordo com as posições sociais as quais ocupavam.

De um lado, os dirigentes nacionais do MST, “reproduziam” todo um acúmulo de debate travado nacionalmente, a qual a proposta de agrovila era mais vantajosa em relação às casas nos lotes, pois estimulava o convívio social e práticas de solidariedade vicinal, bem como, era um elemento de pressão sobre o INCRA e prefeituras, para acelerar a execução de obras de infra-estrutura social como as casas, energia elétrica, poços artesianos, escolas, entre outras. Concepção esta que foi modificada posteriormente, a partir de outras experiências de moradia coletiva, vivenciadas nos assentamentos da reforma agrária em outros estados do Brasil²².

(...) aí agente trabalhava sempre assim, ó agente vai morar na agrovila pela facilidade de energia, pela facilidade da escola e vamos manter uma associação e nessa associação tentar manter o máximo de coletividade possível, mesmo que cada um trabalhe no seu lote, mais vocês manter a organização do assentamento, vocês manter a organização da coordenação e vocês vão manter a luta do assentamento, para conseguir melhores condições para o assentamento, agente sempre trabalhou isso com eles (Dirce – Dirigente nacional do MST pelo Tocantins).

Do outro, o INCRA, que tinha na agrovila um modelo eficaz para otimizar custos. As ações se concentravam num único local para o poço artesiano, energia elétrica e estrada, garantindo o acesso ao maior número de famílias.

(Felipe) – Mais quais eram os sonhos das famílias, era morar na agrovila ou morar na terra? (Mariona) – Na terra, o sonho das famílias era morar na terra, mais quando eles colocaram as dificuldades que nós tínhamos em morar nas terras, porque assim, as pessoas que estão acostumadas em morar na rua, tem a mente voltada pra, pra as televisões, a energia, as facilidades. Quando eles chegaram aqui, quem é que ia querer ficar lá na roça sem energia lá? Bom está certo que hoje já chegou energia lá, hoje já tem, mais se agente tivesse esperado um pouquinho mais e tivesse ido cada um para seu lote, hoje seria bem melhor, hoje teria energia do mesmo jeito no lote (Mariona – assentada).

²² - Sobre isso ver a cartilha: “O que levar em conta na organização dos assentamentos” produzida pela CONCRAB em 2002, que sistematiza diversas experiências de moradia nas áreas de assentamentos da reforma agrária do MST, nela aparecem desde as moradias individuais nos lotes, sistemas raio de sol, núcleos de moradia, distribuição de pequenas agrovilas no assentamento, até sistemas de agrovilas únicas com mais de 500 casas.

Restava às famílias, o desvelamento da seguinte equação, optar pela agrovila, e aumentar suas possibilidades de ter acesso aos bens coletivos e serviços públicos, porém morar longe dos lotes (em alguns casos mais de 10 quilômetros), ou optar por morar nos lotes, próximos do seu local de trabalho em detrimento dos benefícios anteriormente citados. A alternativa escolhida foi a agrovila. As razões que justificam esta escolha residem na disposição geográfica do assentamento, nas dificuldades de acessibilidade aos lotes e na ampliação das possibilidades de acesso à educação dos filhos, à energia elétrica, água encanada etc.

(Mariona) – E assim um pouco, o ponto negativo, para mim o ponto negativo foi a criação da associação. (pausa) e da agrovila também. (Felipe) - É, por quê? (Mariona) – Por quê? Porque se agente lá no lote, quem tivesse lá no lote ia ter que trabalhar de qualquer forma, tinha que ter assim, tinha que ter assim um local onde as crianças fossem para a escola e tivesse estrada, e tudo isso fez com que as pessoas se acomodassem na agrovila e não tiveram nem como, nem força de pedir para o INCRA vim mobilizar uma vicinal nos lotes, se as pessoas tivessem ido cada uma ir morar nos seus lotes, tinham feito as vicinais, com certeza tinha sido feita, e aí tinha um carro com certeza, quando agente vai para a escola não é ali em Palmeiras? As crianças a maioria deles não estuda não é em palmeiras? Então, porque que não fizeram um colégio bem grande, não foi registrado, se o ônibus fizesse todo esse retorno na área, nas vicinais, e trouxesse as crianças para estudar num horário e levasse de volta (...) (Mariona – assentada).

A entrevista da assentada Mariona, evidencia um outro lado da “moeda”, pois se na definição da estratégia da agrovila, tinha o elemento de pressão sobre o INCRA para a instalação das infra-estruturas, também significava a perda de força mobilizatória para a cobrança da implementação das entradas vicinais, que de fato até a data dos trabalhos de campo não foram iniciadas.

Definida a forma de moradia, o segundo passo foi a escolha do local agrovila, com base em estudos realizados pelos assentados, a maioria das famílias optou por um local que ficasse mais próximo da rodovia Belém-Brasília (um pouco mais de 2 quilômetros), estrada de acesso a sede do município e as cidades vizinhas. Porém um grupo de 27 famílias, optando pela proximidade com seus lotes, definiu pela construção de uma outra agrovila, distante 05 quilômetros da primeira e 07 quilômetros da rodovia Belém-Brasília. A partir da análise dos questionários identificamos que a distância média

dos lotes para a agrovila é de 6,3 km, com uma distância menor para os moradores da segunda agrovila (2,4 km), e maior para os moradores de primeira (6,8 km).

No processo de fazer agrovila a gente fez reunião, fez mapa, mapeou o local o jeito que era melhor, aí um bocado decidiu aqui outro bocado queria pra lá, aí a gente, um bocado achou melhor fazer aqui por que ficava perto da estrada por que ficava melhor de sair para pegar carro lá fora, ficava melhor, outros queriam ir pra acolá, que inclusive muito ficaram pra lá por causa dessa divisão, os meninos queriam para lá, alias até mesmo gente que fez casa aqui queria que fosse pra lá, meu pai queria para lá (Dona Francisca - assentada).

Longe ou perto, acesso “fácil” ou “difícil”, o fato é que as famílias assentadas na 1º de Janeiro adaptaram-se a duas formas de moradia: na agrovila em casas de alvenaria e nos lotes, em barracos de palha, derivando daí as mais variadas formas de permanência em um e outro. Umam vivem permanentemente nos lotes, outros, a mulher e os filhos vivem na agrovila durante a semana e nos dias sem aula “moram” nos lotes, alguns vão e voltam todos os dias, a intensidade dessas formas varia com a proximidade da agrovila, dificuldade de acesso, número de filhos em idade escolar, e de acordo com a sazonalidade de plantio e colheita, como assinala uma assentada.

(Felipe) – O que fez com que as pessoas morassem na vila ou no lote? (Eleneuda) – Lá foi que quem tem lote longe não tinha condições de morar no lote e manter os filhos na escola. Porque a estrutura de vila que foi criado ali não permite isso, se fosse criado outra estrutura onde os lotes não ficassem tão longe da vila, possibilitassem que ele fosse para o lote e os filhos estudassem. Por que assim quando vocês planta banana, laranja, é uma coisa que vai ficando bonito o lote, mais vocês planta de tardezinha, que vocês arruma uma muda aqui. (Felipe) – A maioria mora no lote ou na vila? (Eleneuda) – Uns 25% (moram nos lotes). Geralmente o companheiro fica no lote e a companheira fica na vila com os filhos, ou às vezes os filhos ficam na vila e os pais no lote mais ficam preocupados lá (Eleneuda – Dirigente estadual).



Foto 04: Aspecto geral das casas dos lotes. Fonte: arquivo MST (2007)

A dinâmica produtiva para as famílias que moram nos lotes se torna mais complexa, na medida em que é possível se ampliar a inter-relação dos fluxos energéticos que são produzidos ou entram nos lotes. Os restos de alimentos são direcionados para os pequenos animais, que por sua vez seu esterco vai para horta, e para as plantas frutíferas plantadas em torno da casa. Da criação de suínos se produz além da carne, o óleo, e do sebo faz-se sabão, o esterco do gado é direcionado para a horta que por sua vez alimenta a família e retorna para os pequenos animais, em fim, as famílias com a possibilidade de se ampliar a criação de pequenos animais, procura “fechar” um ciclo sinérgico entre os componentes produtivos dentro do lote, de modo a otimizar a utilização da biomassa produzida.

As casas são produzidas a partir de materiais locais, o telhado é feito de palha de babaçu que são retiradas das palmeiras, feito um corte superficial e longitudinal no pecíolo da folha, são dobradas e secadas ao tempo por aproximadamente três dias. Em seguida elas são sobrepostas uma a uma, amarradas e colocadas sobre os caibros da casa feitos normalmente de troncos roliços de aproximadamente 10 cm, retiradas nas matas do assentamento. A parede é feita de uma combinação entre talos do coco babaçu, troncos de árvores, cipó e barro previamente molhados e amassados.

Tive a oportunidade de acompanhar a construção de uma casa de palha em um outro assentamento, onde diversão e trabalho se misturam numa combinação

surpreendentemente prazerosa, onde a intensidade da primeira, alivia a penosidade da segunda, cantorias daqueles que têm tarefa de “amassar” o barro com os pés, os adultos encarregados de montar a estrutura sustentadora da casa, vão para a mata, derrubam árvores, para a elaboração dos pilares da casa, e habilmente vão montando as peças, tarefa geralmente conduzida pelo “homem da casa”, auxiliado pelos homens vizinhos ou parentes, às crianças ficam encarregadas de abastecer de água o “local do amassar barro” e os trabalhadores, as mulheres por sua vez ajudam cortando e carregando palhas enquanto outras vão preparar a comida, um cuzidão de carne bem gorduroso, acompanhado de arroz e farinha de puba.

A casa de palha, muito comum na região, traz a vantagem do seu baixo custo econômico, e a temperatura amena no seu interior, porém apresenta um alto risco de incêndio em épocas das queimadas para os preparos das roças, e também tem a desvantagem de ser um local onde insetos e cobras podem se abrigar. Nos lotes do assentamento 1º de Janeiro, onde foram construídas casas de alvenaria, as famílias mantiveram as casas de palha, onde permanecem durante o dia e muitas das vezes é o local de preparar as refeições.

Uma dinâmica muito diferente se encontra na agrovila, onde lotes em torno de 800 m², uns colados aos outros, impossibilita a criação de pequenos animais, no geral encontramos poucas galinhas em algumas casas, numa delas, a assentada Toinha, desfez de sua criação pelos conflitos com o vizinho, poucas covas de mandioca mansa, e normalmente alguns pés de banana são as culturas encontradas nos lotes da agrovila. Surge então nesses elementos, que a proposta da agrovila trouxe uma distinção importante entre local de moradia e local de trabalho.

Se no processo de definição da agrovila houve, por parte das famílias assentadas, uma relativa participação na tomada de decisão, tanto em relação à escolha do local de instalação, quanto ao tamanho dos lotes das casas, já na divisão dos lotes produtivos e a escolha do local da área de reserva legal, o procedimento foi realizado exclusivamente pelo INCRA, na medida em que, como vimos no capítulo anterior, a metodologia utilizada pelo referido órgão para o parcelamento das áreas produtivas, não compunha um elemento importante que era a participação das famílias na concepção da análise agro-ambiental do sistema a qual estavam inseridos.

Com isso, o debate interno no tempo do acampamento estava mais centrado em concepções gerais sobre a organização espacial do assentamento, orbitando sobre dois eixos principais: Lotes individuais X lotes coletivos e Agrovila X Moradia nos lotes. Ao INCRA coube a tarefa de conduzir o processo técnico de levantamento da área e suas características ambientais.

O corte da terra não foi discutido, foi pouco, outros queria bom outros queria ruim, mas veio todo sorteado assim foi no sorteio, quem tirou bom tirou, quem tirou ruim tirou. Só teve discutimento aqui para separar a vila para outra (Dona Luzia - assentada).

(...) porque a área não tinha sido desapropriada quando agente saiu de lá, ela tava em fase de processo de assentamento, mais não tava ainda concebida, então agente fez a opção o seguinte, nós não vamos discutir corte da terra por que... não vamos colocar o carro na frente dos bois, agente pegava a cartilha do movimento e fazia estudos com o pessoal de forma de organização de trabalho coletivo, de forma de organização da agrovila, na idéia que o pessoal optasse por uma dessa formas (...) eu lembro que o que agente fez foi no sentido de preparar e de trabalhar várias possibilidades com eles mais agente não chegou a viver a divisão de lotes com eles, agente saiu no auge da discussão prévia desse momento (Dirce - assentada).

Alia-se então a metodologia de atuação do INCRA baseada na não participação das famílias na construção da proposta de parcelamento dos lotes, com a falta de experiência dos militantes do MST em conduzir o processo de estratificação ambiental da área do assentamento. A junção das duas se tornou os ingredientes principais para a não efetivação de uma dinâmica de co-gestão dos trabalhos entre estado e famílias assentadas, que traria a junção dos conhecimentos técnico e científico com os conhecimentos empíricos e baseados numa dinâmica histórica na relação com os recursos naturais. Com isso, restaram às famílias assentadas aguardar o dia do sorteio dos lotes, e torcer para que a “sorte” lhes presenteasse com um lote bom, aos “azarados”, os descaminhos do modelo de reforma agrária implementado nesse país, serão acrescidos de mais um número estatístico.

(...) quando disseram só tem duas fixinha pra tirar o sorteio, aí falaram Anderina fulana de tal marinho, taqui não, está em São Paulo mais o marido dela está, é aquele lote bem aqui que era esse, eu disse ai meu Deus, Maria das Graças de Oliveira, taqui nós estamos bem em cima do lote dela, quase que eu morro, e nem era, era esse aqui trocaram, moço de Deus.... aí na hora do sorteio ficavam uns tristes outro

alegres, esse meu lote não presta aquele que é bom, era assim
(Entrevista Dona Graça)

O resultado do sorteio do lote para muitas famílias é de forma muito contundente expressada em suas falas. Depoimentos da impossibilidade da produção agrícola por fatores relacionados à baixa produtividade, associados por eles a textura do solo, pedregosidade, ou a presença de espécies vegetais indicadoras de solos “fracos”, apareceram nas entrevistas das famílias que possuem lotes na região do espraçada e do destilaria.

A produção pra mim não teve tanta vantagem sobre negocio de lavoura não no assentamento. Por que na época dois anos eu fiz roça aqui no baixão do Benigno, ai esses dois anos que eu fiz roça lá tirei muito legume, graças a deus, e agora depois que eu to pra li na minha terra no primeiro ano todo mundo entrou animado, foi meio mundo de roço fizemos um alqueire de roça, ai só que minha roça tinha muita pedra, não deu pra plantar o alqueire completo, no lugar que tinha pedra a matraca não plantou, dessa roça que nós plantamos lá, o legume que nós tiramos de lá o milho deu desse tamanhinho, bonecou, o feijão deu bicho a formiga cortou todinho e deixou só a terra, e o arroz nós tiramos três sacos de arroz com cacho, neste meio mundo de chão de roça, a segunda roça foi quase o mesmo processo, quase nada de novo, ai vem vindo, o arroz que tiremos no ano trasado 13 volume. E a roça do ano passado tiremos 9 volume (Dona Graça - assentada).

(...) só que até hoje eu não tive sorte, por causa da minha terra que é fraca, porque se tivesse agarrado numa terra que tem aí no... na beira dessas aguadas que não seca, eu não tava aqui em agrovila não, eu tava era trabalhando era lá dentro, mais eu não tenho aonde sustentar um monte de gente desse numa terra que não... (Felipe) – A sua terra é aonde? (Gaston) – é aqui no.. no... numa terra chamada buritirana, então daqui lá, onde agente vai é 11 ou 12 km, (Felipe) – Por que, não tem estrada no meio né? (Gaston) – Não tem estrada, só um ramauzinho véio, só no verão, agora num passa nem trator de pneu, agora é como eu digo, a metade dessa terra é só um escavado, assim um meio, bem no meio, um escavado branco que nem o capim agreste não nasce lá, ruim certo? Aí só dá mesmo só o capim (Seu Gastão - assentado).

Veremos adiante que o processo de parcelamento da terra realizado pelo INCRA no assentamento 1º de Janeiro, influenciou de modo determinante as escolhas das estratégias produtivas em seus lotes, sem desconsiderar aqui, a importância da influência dos fatores econômicos, sociais, políticos e culturais. Porém os aspectos ecológicos as quais as famílias se depararam, vão exigir uma reconfiguração de suas propostas e sonhos

“originais”, que em alguns casos vão impossibilitá-las de quaisquer práticas produtivas, como é o caso do lote 132 de Dona Toinha que para garantir o sustento da família tem que plantar em outros lotes e/ou trabalhar de diarista.

*(Toinha) – Aqui na minha família como o lote não dá para trabalhar, agente coloca todo o ano na terra dos outros (Felipe) – É arrendado?
(Toinha) – Não, eles dão para gente plantar a rocinha, todo o ano agente planta arroz (Toinha – assentada).*

3.3.2. O crédito PRONAF – A: “o gado ou nada”.

A problemática colocada para as famílias, decorrentes da pouca participação destas na definição de políticas públicas implementadas no assentamento, relacionadas à relação de poder desigual entre estas e os órgãos públicos governamentais, se mantém em relação à aplicação do crédito PRONAF-A. A percepção das famílias sobre este momento, analisadas através das entrevistas com as famílias e dos projetos elaborados pela assistência técnica estatal (RURALTINS), demonstram claramente, uma desconexão entre as estratégias produtivas das famílias projetadas para seus lotes, às diversidades ambientais do assentamento e a proposta produtiva incentivada pelos técnicos estatais.

(...) faltou acompanhamento melhor (sobre a atuação da direção do MST), envolve tanto se preocupar com o loteamento. Por que na hora de fazer a divisão do lote era que o pessoal teria que ver, esses lotes não funcionam, inclusive naquela região (sobre a região do espraiada) tem um lote só que funciona, porque ele teve dinheiro para fazer uma barragem no lote. Eu sei que não é fácil, mais deveria ter uma força política para impedir aquilo ali, aconteceu à mesma coisa em muitos assentamentos, aconteceu no Vitória (assentamento do MST a 10 km de distância), é que é assim, quando sai uma desapropriação está todo mundo muito ansioso, porque da mesma forma que aconteceu com o projeto do gado que tava todo mundo ansioso para não deixar o dinheiro voltar porque foi isso que a Ruraltins falou: “ou vocês pegam o gado ou seu dinheiro volta.” E o que, que o povo fizeram? Pegaram o gado, sem capim e sem nada, aí do mesmo jeito é a terra, porque quando está saindo lá, o povo tá tudo ansioso e torcendo para não tirar um lote ruim, que, que eles querem, se fosse dizer para o INCRA que o loteamento não funciona, aí ia demorar o processo, todo mundo louco para pegar o lote, aí essa ansiedade vira um problema. Uma coisa é controlar um acampamento outra coisa é coordenar e se relacionar com as leis ambientais, de crédito, corte da terra, INCRA, era muito difícil se fazer esta análise ambiental antes de se cortar a terra. Aí os órgãos ambientais engolem a nossa discussão (Eleneuda -- Dirigente estadual)

As dificuldades financeiras das famílias se traduzem na “pressa” característica desse momento peculiar de suas vidas, o sonho da terra está próximo e, portanto, não há tempo a perder, sentimento esse que é mostrado como um elemento de extrema desvantagem frente à relação que se estabelece com os novos atores sociais. Aliado a esse processo reaparecem aqui as dificuldades metodológicas e técnicas das famílias e dos dirigentes do MST de realizar um estudo anterior que pudesse se “contrapor” as propostas apresentadas pelos órgãos públicos. O “engolir nossa discussão” mostra que é chegado um novo tempo, um tempo de relações sociais mais amplas, novos atores sociais penetram sorratamente na obscuridade das leis e normativas governamentais, e com elas as políticas públicas, “lançadas” como dados em jogos de “azar” onde para uns “ganharem”, outros tantos tem que “perder”.

Como vimos anteriormente, a origem dessas famílias, suas experiências produtivas anteriores, suas estratégias pensadas a partir de seus históricos de vida, aliado as condições econômicas, estruturais e ecológicas das quais estavam inseridas nesse momento, exigia que as estratégias de aplicação do crédito produtivo considerassem as diversidades encontradas e com elas se compusessem, imprimindo assim, um olhar holístico sobre um território social, cultural, econômico e ambiental, nada homogêneo.

Nesse contexto, a aplicação do crédito PRONAF-A, se tornou palco de uma intensa disputa entre os técnicos estatais que impunham a proposta da bovinocultura e as famílias que desejavam projetos diversificados.

(Neurivan) – É, mais tem um problema também Adão, que é, tem um problema também, que na época que foi elaborado os projetos o pessoal da Ruraltins também incentivava muito na parte do gado, nunca colocaram assim que vieram essa outra parte né, muitas vezes as pessoas sugeriam fazer um criatório de peixe né e outras coisas, e eles: Não. Opinavam que fosse o gado, que se fosse para outro lado, vocês não dava conta de pagar a dívida né. Só que se agente tivesse investido pra gado, mandioca e outros tipos de coisa também pagaria o banco que o arroz agora está difícil sabia? O arroz tá muito caro e ninguém tem, então vocês vende um bezerro não dá para comprar quase nada de arroz, o gado caiu, o preço baixou e o que vocês mais tem dentro desse assentamento é gado (Adão e Neurivan - assentados).

(...) inclusive quando agente foi fazer a discussão com o pessoal lá da Ruraltins, ele sugeriram que agente criasse gado né. Não, eles não sugeriram, eles impuseram, olha se vocês não criar gado, não, não vamos liberar projeto. Eu tinha um sonho de plantar banana e

maracujá, porque eu já tinha visto em outro lugar, uma produção de maracujá e banana, rende muito dinheiro, ajuda agente, nossa como era bom demais, mais aí o meu sonho foi jogado por água baixo, porque eles disseram para nós que nós tinha que plantar o capim para poder criar o gado, porque você criando o gado, você podia tirar um bezerro, no dia que estivesse precisando de uma coisa em casa você podia tirar o bezerro e vender para comprar outras coisas, e nós sabíamos que não ia funcionar dessa forma, podia pagar um empréstimo, e nós sabíamos disso (Mariona - assentada).

As contradições entre o projeto e as condições estruturais e ambientais do lote aparecem nas falas também como elementos geradores de conflitos, havia um anseio latente nas famílias de acesso ao crédito produtivo, pois com ele se concretizava o sonho de cercar o lote e ampliar suas estratégias produtivas, o crédito, na situação econômica das famílias em geral assentadas, serve tanto para a sua aplicação na produção agrícola, como serve para sanar necessidades básicas, na medida em que parte dos recursos de mão-de-obra e dos destinadas a compra de estacas de cercas, por serem ações realizadas em grande parte pelos próprios membros familiares, acabam sendo revertidos para suas demandas mais urgentes.

*(...) aí as pessoas acabaram aceitando essas imposições, porque aí agente pensava assim, se nós não aceitar eles também não vão liberar para nós esse crédito, *vamo imbora agarrar, porque é o que nós tem, e o que nós tem, nós não vamos ficar aqui numa situação que nós já tamo*, porque já fazia tanto tempo que agente tava sofrendo né, nós ficamos acampado quanto tempo Bastiana lembra? (Bastiana) – Quase três anos.*

(...) ai entrou o PRONAF, que foi mais assim, por que não teve o acompanhamento técnico pra dizer o que era melhor e o que era ruim, dizer o que podia e o que não podia mexer, compramos gado, sem ter pasto, fizemos represa aonde não dava água, foi assim tudo ao contrario, inclusive nós ainda hoje nós sofre com esse gado, nós tem por que nós somos duro mesmo, cabeça oca (Entrevista com assentada Dona Francisca)

Esta relação de poder desigual entre os técnicos estatais e as famílias assentadas, que culminou na “aceitação” dos projetos pelas famílias, trouxeram conseqüências ambientais e econômicas que perduram até hoje, muitas famílias venderam os gados, outras tantas as mantém sobre a reserva legal, algumas alugam pastos no assentamento e fora dele.

(Felipe) – Vocês fez o PRONAF né? Ele foi do quê? (Toinha) – Meu PRONAF foi de um açude, 1.500 metros de cerca, 1,5 halqueres de derrubada...para fazer a roça. (Felipe) – Derrubada de que? (Toinha) – Era mata (Felipe) – E que mata que éra? (Toinha) – A mata era... era cachamorra. E também o gado, 7 vacas e um boi. (Felipe) O seu lote tinha pasto? (Toinha) – Não. (Felipe) – E não tinha nenhum projeto para pasto? (T) Não. (Felipe) - E como que vocês pensavam em colocar gado num lote que não tinha pasto? (Toinha) – Olha, Isso foi projeto da Ruraltins. (Felipe) – vocês chegaram a conversar com eles sobre isso? (Toinha) – Ainda não. (Felipe) – Não, antes de assinar o projeto, que não tinha pasto lá. (Toinha) – Conversamos sim, (Felipe) – E eles, (Toinha) – Ai o pessoal do assentamento falaram que tinha na reserva.. na reserva tinha muito pasto, aí agente juntava um monte de gente, cercava a reserva e colocava todos os gados na reserva enquanto fazia os pastos (Felipe) – E como vocês ia fazer o pasto se não tinha o recurso, como é que era a estratégia? (Toinha) – A estratégica era, não tinha o projeto para fazer a cerca, o açude, a derrubada? Então, fazia a derrubada e já botava a roça e o pasto (Toinha – assentada)

Como os dados referentes aos sistemas produtivos serão analisados com mais detalhes no próximo capítulo, apresentarei nesse momento algumas informações que considero importante para ilustrar a situação atual desses projetos. Para isso, cruzamos os dados dos 111 questionários aplicados, com a análise de 98 projetos do PRONAF-A elaborados pela Ruraltins a que tivemos acesso, conseguimos fazer a comparação em 72 lotes. Já que 02 titulares haviam falecido, 09 haviam vendido os lotes e 01 abandonado, os demais não foram encontrados no ato da aplicação do questionário. Primeiramente apresentarei o quadro resumo referente à análise dos projetos PRONAF-A, em seguida estarei comparando-o com os dados do questionário aplicado, que será apresentado em seguida:

Tabela 10: Itens financiados no projeto PRONAF-A do assentamento 1º de Janeiro.

ÍTEM	Nº FAMÍLIAS	QUANTIDADE	UNIDADE ²³
CERCA	95	108.8	Km
MATRIZ	98	739	Cab.
REPRODUTOR	98	98	Cab.
REPRESA	31	912	HTE

²³ - Unidades: Km – Quilômetro; Cab – Unidade animal; HTE – Horas de trator de esteira; ha – hectares. As abreviaturas das unidades, seguiram como se encontravam nos projetos PRONAF-A elaborados pela RUALTINS.

PASTAGEM	87	666	Há
CAPINEIRA	98	98	Há
ANIMAIS SERV.	39	39	Cab.
MANDIOCA	9	19,6	Há
BANANA	6	12,83	Há

O quadro acima nos mostra que a totalidade dos projetos se deu no modelo de projeto “cerca-gado-capineira”, com uma média de 8,6 cabeças por família, onde os projetos agrícolas se resumiram a cultura da mandioca e da banana, representando aproximadamente 9% e 6% dos projetos analisados.

Ao compararmos a situação atual das 72 famílias as quais conseguimos cruzar os dados, identificamos que apenas 57 destas ainda possuem gado, porém a média de unidade animal por família teve uma elevação para 12 cab/família.

Tabela 11: Comparação do PRONAF – A com a situação atual

PROJETOS	Nº FAMÍLIAS		QUANTIDADE		UNIDADE
	PRONAF – A	Situação atual	PRONAF – A	Situação atual	
Gado	72	57	602	706	Cabeças
Pastagem	64	55	480	573	Há
Mandioca	7	27	14,1	25,2	Há
Banana	4	7	5,8	3,14	Há

Percebe-se que o gado não consta mais na estratégia produtiva de aproximadamente 20% dos lotes analisados, porém há um acréscimo na média de cabeças de gado por família, de 08 para 12 unidade animais/família, estes números se repetem para a pastagem e se invertem para a cultura de mandioca. Somando as famílias que não possuem mais gado, com as que possuem uma quantidade inferior a média do assentamento na época da liberação dos projetos de 08 cab/lote, este número sobe para 46%.

Não nos cabe aqui, a pretensão de realizar um estudo de viabilidade econômica dos projetos elaborados pela assistência técnica estatal, mais sim demonstrar a partir das

percepções das famílias, como esses foram introduzidos no assentamento, e suas análises ambientais e econômicas, percebemos que na totalidade das entrevistas analisadas, apareceu o elemento da “imposição” de uma concepção produtiva pelo estado sobre suas estratégias anteriormente pensadas, e em grande parte delas, apareceram dificuldades estruturais e ecológicas para mantê-la.

Toda vida nós temos isso na cabeça, não pode vender o que não é da gente, enquanto nós não pagar esse crédito, nada do que comprou com ele não é nosso ainda, é por isso que a gente agüenta esse gado, fica com ele em pasto alugado, quando lá em casa esta mais assim, que já tá um pouco gramado, depois que nós gramamos, aí no inverno fica lá em casa, no verão tem que tirar pra fora por que não tem como ficar puxando água no poço pra dar água pra um tanto de gado, eram 25 gados e não tinha como puxar água pra o gado todinho fora os animais (Don Francisca - assentada).

Durante o meu trabalho de campo, realizei um exercício com as famílias assentadas, sobre as estratégias produtivas as quais eles escolheriam, os resultaram nos mostraram, que há uma tendência para estratégia da diversificação da produção, onde a criação dos pequenos animais assume uma posição de destaque.

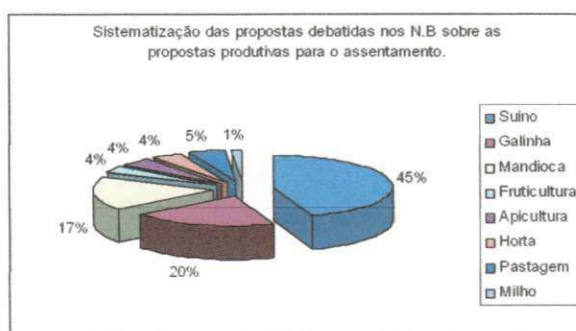


Gráfico 28: propostas produtivas para o assentamento debatidas nos N.B's.
Fonte: Dados primários, levantado em abril de 2007.

É importante ressaltar, no entanto, que estas estratégias de produção agropecuária apontadas pelas famílias, estão calcadas em suas análises sobre a situação atual das quais se encontram, onde a pecuária bovina já é uma realidade, o que aponta mais como uma estratégia de composição produtiva, do que como uma relação de supressão de um em relação ao outro.

Nesse sentido, e passado seis anos após do parcelamento dos lotes e cinco anos do acesso ao crédito PRONAF-A, as famílias do assentamento 1º de janeiro assumiram diferentes estratégias produtivas, a partir das relações sociais, ambientais, estruturais, culturais e econômicas estabelecidas, e que a partir delas, fundamentaram suas decisões.

No próximo capítulo estaremos apresentando, dados relacionados a essas diferentes estratégias produtivas, procurando articular informações referentes aos questionários aplicados, laudo técnico ocupacional do INCRA sobre o assentamento, análise dos projetos PRONAF-A elaborado pela assistência técnica estatal e das entrevistas com os assentados, de forma a clarear as possíveis causas dessas escolhas e os mecanismos de influências sobre elas.

CAPÍTULO IV

A CONSTITUIÇÃO DAS DIFERENTES ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS DO ASSENTAMENTO 1º DE JANEIRO:

Nesse capítulo, procuraremos compreender, as diferentes estratégias produtivas adotadas pelos assentados, caracterizada pela combinação de atividades pecuárias, culturas agrícolas e transformações primárias, tanto para o consumo da família como para o mercado, e que, segundo Guanziroli (2001), essa é uma característica intrínseca da complexidade que envolve o sistema de produção familiar.

Num segundo momento, vamos procurar relacionar, a partir da percepção das famílias, quais as motivações que as levaram a assumir determinadas estratégias produtivas em detrimento de outras. Consideramos essas, como fruto da construção social, idealizada, concebida e projetada na sua relação histórica com o mundo exterior, como bem observa Woortmann (1997), em que *“a relação homem e natureza na produção agrícola tem existência ideal, construída já antes na mente de quem executa, permitindo a antecipação do resultado esperado”*.

Compreendemos então, que, a idealização projetada pelos assentados, como vimos anteriormente, foi sendo constituída no decorrer das relações de poder estabelecidas na disputa da posse da terra e do acesso aos seus recursos naturais, exigindo constantes modificações nas escolhas das estratégias produtivas, mediatizadas pelas práticas agrícolas adotadas.

A compreensão da lógica do trabalho das famílias assentadas requer o exercício de compreensão de dinâmicas na relação entre homem e natureza, na lógica embutida na organização do uso do solo, em diferentes estratégias e combinações produtivas, onde a produção animal e vegetal fazem parte de um complexo sistema, baseado em suas necessidades e nas relações sociais históricas com o meio externo, em um saber fazer em constante mutação, numa contínua busca no ajuste ecológico com o meio e com a organização social a qual estão inseridos.

Entendendo aqui o saber fazer, na perspectiva de Woortmann (1997), como um código lingüístico reproduzível pela transmissão e pelo aprendizado, ou seja, pelo trabalho, o trabalho do saber, e o saber seria um saber-fazer, intrínseco das relações da unidade familiar caracterizada pela hierarquia, onde: “*a transmissão do saber é mais do que uma transmissão de técnicas: ele envolve valores, construção de papéis e etc.*”

O aprender para os assentados se dá então, na prática cotidiana do trabalho, na dinâmica estabelecida em sua relação com a natureza, num processo dialógico de ensino e aprendizado que extrapola o próprio local de trabalho, pois se constitui na inter-relação das diversas atividades que compõem o trabalho da unidade familiar camponesa.

Há... trabalho é o que agente faz para sobreviver... por exemplo assim Felipe, trabalho é uma dinâmica que faz, por exemplo, é vida mesmo, agente vive em função disso, meu pai..., por que, tem uma época que você fica meio disperso né, que depois da colheita até você..., por que você colhe normalmente em julho né, quando vai chover de novo é em março, então você tem até dezembro sem ter muita coisa para fazer, quando chega o início do ano que agente começa a preparar a terra para plantar, tudo vive em função disso, a casa vive em função, a alimentação, os horários, os menininho véio vai tudo para a roça levar alimentação as vezes, outros não né, mais a casa vive em função disso (Eleneuda – Dirigente Estadual).

E dentro dessa relação intrínseca entre as diversas atividades necessárias para garantir a capacidade de reprodução da unidade camponesa, que se estrutura o processo de aprendizado, que podemos de forma análoga atribuir a que Vázquez (2007) denominou de uma práxis criadora, que permite ao homem construir constantemente novas soluções, a partir das novas necessidades a que lhes é imposta.

As novas necessidades, ou necessidades derivadas como aborda Cândido (2003), são os elementos da força geradora do constante processo de recriação do seu saber fazer, e seus espaços de efetivação, são tão variados quantos complexos, se constroem no dia-dia, dentro e fora da unidade familiar, como observamos na fala do assentado Bilack ao abordar com orgulho sua prática produtiva diferenciada da “roça sem fogo” e o interesse de outros assentados diante do resultado de seu trabalho e o conhecimento gerado para a sua filha.

(...) aí teve uns companheiros que perguntou um dia pra mim um dia desses, rapais que adubo que você coloca aí? Minha menina de 8 anos gritou, meu pai, o adubo que ele coloca aí é folha.

Então eu não tenho muita essa versão de desmatamento (Bilack – assentado).

Retomamos Woortmann (1997), para concordar com sua visão que o trabalho camponês produziria além de alimentos, também ideologia, que juntos produzirão categorias sociais, pois além de ser um encadeamento de ações técnicas, é também o encadeamento de ações simbólicas, um processo ritual, produzindo igualmente alimentos e cultura.

Para entendermos a construção do roçado, precisamos conhecer tanto o modelo cultural, quanto o processo histórico da sociedade, pois não existe uma natureza independente dos homens: ao longo do tempo a natureza é transformada inclusive pelo próprio processo de trabalho (Woortmann, 1997, p.10).

4.1. O processo de trabalho em uma nova realidade ecológica e espacial.

A elaboração concreta da prática produtiva dos assentados se torna uma constante “(re) criação” de agro-ecossistemas, onde, lugar de moradia, as características ambientais, suas necessidades, o número da composição familiar e as condições sócio-econômicas, compõem à base para a tomada de decisão em suas estratégias de produção e reprodução da unidade camponesa.

O tamanho do lote limitado em média a 28 hectares, as características físicas e químicas do solo, o histórico de uso da terra, a vegetação encontrada, o estágio de degradação dessas, a relação institucional com a assistência técnica estatal, e toda a uma política econômica baseada na pecuária extensiva, traz para os assentados, elementos suficientemente fortes para uma contínua recomposição na sua estratégia produtiva e na dinâmica em relação ao uso dos recursos naturais.

Os assentados da 1º de Janeiro equacionam então, sobre novos parâmetros de análise, a relação entre tempo, espaço e suas necessidades produtivas, pois agora no tempo de assentamento, o processo de “escolha” do local de instalação do trabalho (aí inseridos o local de moradia e local da roça), estava limitado ao lote, e como vimos anteriormente, foi fortemente marcada pela presença de novos atores sociais e sob óticas de ação “estranha” a sua lógica na relação com a natureza.

Identificamos em nosso trabalho de campo, que a tecnologia empregada no processo produtivo se baseia em grande parte na “roça de toco”, caracterizada pela derruba e queima da mata. Dentro dessa lógica produtiva, há um assentado que utiliza o que denominaremos aqui de “roça sem fogo”, que traz os elementos da derruba, porém a massa vegetal é incorporada ao solo naturalmente pelo processo de decomposição, essa característica, permite que o assentado produza a seis anos no mesmo local.

Porém foi percebida que em dois períodos da história do assentamento, houve a marcante presença do uso da mecanização agrícola, o primeiro está relacionado com a introdução do crédito PRONAF-A em 2001, e toda sua problemática já citada, o segundo mais recente (no momento de nossa pesquisa), na parceria com a prefeitura de Palmeiras do Tocantins para a mecanização de até 03 horas por família. Lembrando que os assentados não possuem tratores e nem implementos agrícolas para a tração animal, sendo tanto num caso quanto no outro, alugado as máquinas de fazendeiros da região.

4.1.1. A roça de toco:

A dinâmica da “roça de toco” baseia-se no preparo da terra (derruba, encoivramento, fogo e junta), plantio, capinas, roço e colheita. A intensidade de cada trabalho dependerá da característica do tipo e do estágio da vegetação (Floresta virgem, capoeira grossa, capoeira fina), das características do solo, do tamanho da área e da cultura a ser plantada.

Identificamos também que as variedades das culturas agrícolas plantadas, também exercerão influência importante na intensidade do trabalho, no caso do arroz, o plantio de variedades “precoces”, vai eliminar uma capina no ciclo da cultura, no caso da mandioca variedades que ramificam mais a parte aérea irá diminuir a intensidade das capinas. Porém a tomada decisão de escolha dos assentados sobre as variedades a serem plantadas obedecem a outras observações, como produtividade, resistência a seca, ou a períodos grandes de chuvas, resistência a pragas e doenças, e mais especificamente no caso da mandioca à forma de enraizamento, aderência da casca no tubérculo, coloração do tubérculo, concentração de ácido nítrico e teor de fibra.

A divisão do trabalho de preparo da terra e manejo da cultura é racionalizado pelos assentados a partir de uma lógica temporal e familiar, onde a época de derruba irá

depende da vegetação existente, e a participação nas atividades dos membros familiares, da intensidade do trabalho.

(Felipe) Como é que você dividem esse trabalho? (Bilack) – O trabalho nosso é dividido assim, como... época de corte de arroz, eu faço só, a limpeza quando é bastante, quando ela está de forga ela vai lá me ajudar, porque ela arruma a casa tudo, aí ela vai lá e me ajuda um pouco, na bateção, na colheção, eu corto tudo em empio na hora de empia ela vai angajobando e eu vou carregando e empiando depois eu vou bater sozinho, porque já está tudo na pia, eu faço o terreiro encostado e vou batendo sozinho (Bilack – assentado).

No quadro abaixo apresentamos o levantamento que realizamos com os assentados entrevistados, sobre as atividades exercidas para a cultura do arroz e da mandioca em uma linha de roça (0,333 hectares), os dias de trabalho e a participação familiar.

Tabela 12: Calendário sazonal das atividades agrícolas

Atividade	Quem executa	Dias trabalho/ pessoa/linha	Cultura		Época do ano
			Arroz	Mandioca	
Broca do mato*	Homens	10	X	X	Junho = mata ou capoeira grossa Julho = capoeira fina
Fogo e junta.	Homens	3	X	X	Setembro
Plantio	Homens, mulheres e jovens	1	X	X	Novembro Dezembro
1º Capina	Idem	7	X	X	Dezembro Janeiro
2º Capina	Idem	10	X	X	Janeiro Fevereiro
3º Capina	Idem	3	-	X	Março Abril
Roço	Idem	2	-	X	Julho Setembro

Fonte: Dados primários levantados em abril de 2007. * Broca do mato = Aceiro, derruba, encoivramento.

O estágio da vegetação a ser queimada irá influenciar a época da atividade de derruba, pelo maior ou menor tempo de secagem para a posterior queimada, diminuindo gradativamente de uma mata fechada para a capoeira fina (Reynal, 1995), aparecendo nesse momento diversas formas de cooperação vicinal (Candido, 2003), entre as mais comuns o trabalho coletivo e a troca de diárias.

A lógica produtiva dos assentados baseado na prática do corte e queima seguido de pousio, traz a tona o debate de Guanziroli (2001), sobre como essa estratégia produtiva, influencia no caráter da agricultura itinerante (interna e externa) dos agricultores familiares da região de fronteira amazônica.

Para o autor, a primeira se fundava no fato da grande maioria dos agricultores terem a floresta como fonte principal de nutrientes para a cultura de ciclo curto. Fazendo uma relação entre o processo de “derruba e queima”²⁴, com as necessidades nutricionais das famílias e com o espaço necessário para tal (não passando em média de 4 hectares), o referido autor desenvolve no seu argumento, a necessidade de um tempo de pousio mínimo para que a uma área de roça, volte a recuperar a sua biomassa florestal, tornando o sistema agrícola sustentável do ponto de vista ecológico.

Porém ao relacionar esta estratégia produtiva com o aumento das áreas de pastagens, decorrente do processo de “pecuarização” na Amazônia, sugere uma gradual diminuição da área de “pousio” da biomassa florestal, acarretando em decorrência, uma *crescente insustentabilidade destas práticas agrícolas*, que para o autor, reforçou o movimento em busca de novas áreas, denominado como “itinerância externa”.

Há um contraponto importante realizado na tentativa de relacionar o caráter da agricultura de “corte e queima” com o conceito de “agricultura itinerante”, pois essa forma de agricultura estaria mais baseada numa técnica agrícola de rotação de áreas, do que como uma característica intrínseca da agricultura familiar da Amazônia marcada pelo *nomadismo*.

Haveria então, uma segunda categoria de análise para se compreender as características da agricultura familiar na região amazônica, denominada de “estabilização relativa através da complexificação”, que tem como base o estudo de que a agricultura

²⁴ - A este sistema descrito por Guanziroli, acrescentamos a partir de nosso trabalho de campo, a seguinte seqüência: Broca do mato – seca – encoivara (juntar garranchos) – aceiro – queima – junta – plantio.

camponesa promoveu historicamente um processo de diversificação no seu sistema de produção, baseado na combinação de agricultura temporária, perene e criação de pequenos e grandes animais que permitiu a superação da agricultura itinerante (Hurtiene 2001, apud Michelotti, 2004).

Identificamos através das entrevistas realizadas, que a prática agrícola de corte e queima, traz necessariamente uma estratégia de rotatividade da área do cultivo das culturas de subsistência, tanto pela diminuição gradual da produtividade, quanto pelo aumento de incidência de plantas “daninhas” numa área com sucessivos plantios, porém como vimos no itinerário histórico das famílias, esse caráter de itinerância externa, estaria mais relacionado com as desiguais relações de poder estabelecidas, do que com uma relação direta com as estratégias produtivas adotadas.

Não estamos descartando, porém, a possibilidade dessa relação de itinerância externa com as estratégias produtivas adotada, se concretizar para algumas famílias assentadas, pois como vimos no capítulo II, à pressão ambiental do efetivo pecuário sobre as pastagens, têm aumentado às chances de insustentabilidade ambiental e produtiva dos lotes.

Verificamos no assentamento, que após a derrubada da mata, há dois caminhos seguidos pelos assentados no sistema de “roça de toco”: o plantio da cultura agrícola, o manejo e a colheita, seguida por um pousio da área para uma recuperação natural da biomassa florestal, para ser derrubada posteriormente em alguns anos; ou o plantio do capim consorciado com as culturas agrícolas para a expansão gradativa das pastagens.

Essas duas características assumem uma importância na dinâmica de uso do solo dos assentados, a qual a primeira forma se caracteriza por um “caminhar” em ciclo da roça pelo lote, já a segunda, o caminho segue um sentido único em direção ao fundo do lote, e, exigirá uma mudança nas práticas produtivas, marcada pela necessária introdução da mecanização para a produção agrícola, ou a instalação de roças em áreas externas ao lote.

4.1.1.1. A dinâmica da derruba, culturas agrícolas e pousio:

Após a derrubada da mata ou capoeira, espera-se de um a dois meses para a secagem da biomassa florestal para posterior queima, a lógica consiste em incorporar os

nutrientes em forma de cinzas no solo, para aumentar a fertilidade na área, os “garranchos” maiores são juntados e novamente queimados e o plantio é efetivado após as primeiras chuvas.

Essa prática tem como fundamento a aceleração dos processos bioquímicos de disponibilização dos nutrientes (fruto da elaboração metabólica das plantas) para o solo, e nele há dois elementos ambientais que se destacam, o primeiro se refere ao fato de que em se mantendo os tocos e raízes na área, as estruturas físicas em certa medida são preservadas, minimizando os impactos ambientais decorrentes do adensamento e compactação, de outro lado, a transformação da mata em cinza, acelera o processo de erosão eólica e hídrica superficial do solo e das cinzas.

A perda gradual da fertilidade do solo é recompensada pelo tempo de pousio, que num processo de ciclagem de nutrientes, através de um complexo sistema de interação biológico, físico e químico, permite que o sistema energético seja gradativamente sendo reconstituído. Esta característica é atribuída por Gleissman (1995, apud Silva, 1998), a um “equilíbrio dinâmico” que assim o descreve:

A riqueza de espécie ou diversidade de ecossistemas maduros permite um alto grau de resistência a pressões, mais muito suscetível a perturbações. Em muitos casos, perturbações periódicas garantem alta diversidade, e igual alta de produtividade. A estabilidade do sistema não é uma condição estacionária, mais antes um dinâmico e flutuante processo que permite ao ecossistema recuperar-se em seguida a uma perturbação. Isto permite o estabelecimento de um equilíbrio ecológico que funciona sobre base do uso de recursos sustentados, os quais o sistema pode manter indefinidamente ou trocar se o meio mudar (Silva, 1998, p.11).

O tempo de pousio assume nessa ótica um importante elemento na estratégia produtiva do assentado e Reynal et al (1995) vai considerá-la como um elemento na lógica produtiva, que garante a reprodutibilidade do sistema de produção dos agricultores familiares estudado por ele na região sudoeste do Pará. Descrevendo diferentes características entre mata e a capoeira, vai afirmar que o tempo necessário de pousio nas condições ambientais dessa região, vai ser de 04 anos do primeiro fogo para o segundo, e de 10 anos para o segundo e terceiro fogo.

Considerando as proximidades das características de solo e clima da região de Marabá com as do município de Palmeiras do Tocantins, podemos estabelecer então a

dinâmica necessária de pousio para um lote do assentamento. Apresentaremos no quadro abaixo essa simulação onde o eixo horizontal refere-se aos anos de pousio e no vertical a quantidade de fragmentos de roças necessários:

Tabela 13: Distribuição espacial e temporal de um “sistema ideal” de rotação de cultivo em roça de toco.

ANO/ FRAGMENTO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
A	X				X										X
B		X				X									
C			X				X								
D				X				X							
F									X				X		
G										X				X	
H											X				X
I												X			

Nessa perspectiva apresentada, são necessários 15 anos para completar o tempo de pousio e 08 áreas de roça para dar conta de atender tal dinâmica, e se tomarmos como base o tamanho médio da roça no assentamento de 3,6 hectares, seriam necessários 28,8 hectares do lote para atender essa demanda, número superior ao tamanho médio dos lotes do assentamento. No 15º ano, o agricultor poderá utilizar tanto o fragmento de roça H (capoeira), ou voltar ao fragmento de roça A (mata), no estudo de Reynal (1995) é apontado uma tendência para se usar o fragmento de capoeira H pelos motivos já expostos.

Lembrando que os assentados estão a apenas 06 anos nos lotes, e que havia uma diversidade enorme de situações da composição e estágio vegetal sobre eles no tempo de parcelamento, de toda forma identificamos que normalmente há uma pressão maior sobre as áreas de mata e capoeiras grossas em detrimento do uso das áreas de capoeira fina. Os assentados têm uma terminologia interessante para esse sistema: “estou deixando reflorestar”, o que nos remete a pensar numa estratégia de longo prazo, porém como vimos no quadro, o tempo de pousio projetado pelo assentado, a dinâmica ecológica dos fragmentos florestais e o tamanho dos lotes, forma uma equação não resolvida, o que nos

permite especular uma quebra na estabilidade do agro-ecossistema, a médio e longo prazo.

4.1.1.2. A dinâmica da derruba, culturas agrícolas e capim:

Essa outra dinâmica da estratégia produtiva dos assentados assume grande parte das características do sistema anterior, diferenciando-se por uma área em média maior a ser desmatada bem como, por um sentido único do desmatamento, geralmente da casa em direção ao fundo do lote.

As culturas agrícolas normalmente plantadas nesse sistema são o arroz, o feijão e o milho, ou seja, culturas mais precoces em relação à mandioca. O local da roça acaba seguindo a trajetória das pastagens e vai se distanciando do lugar de moradia ano a ano.

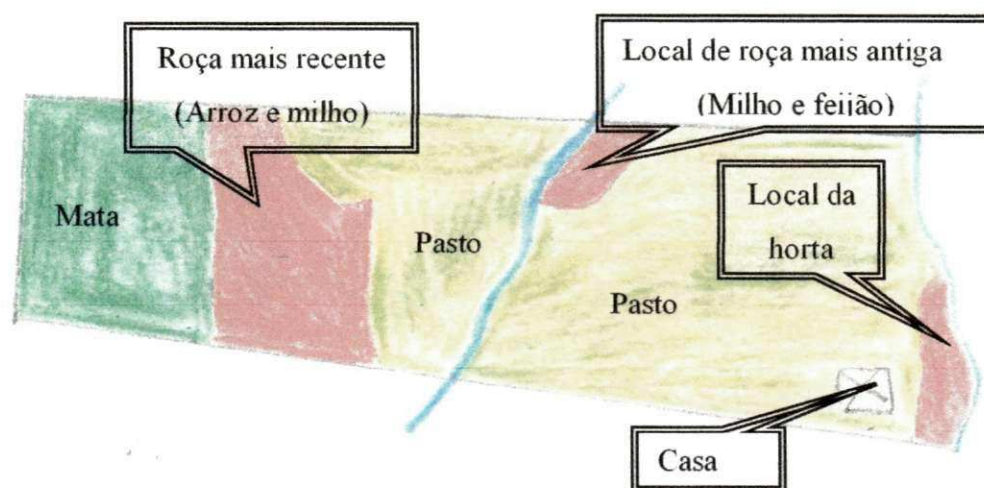


Figura 11: Lote do assentado José Dugusan.

Esse sistema caracteriza-se por uma contínua substituição das áreas de mata e capoeira por áreas de cultivo agrícola, primeiramente pela roça, para em seguida entrar no sistema o capim, que assume um caráter de vegetação permanente na estratégia produtiva dos assentados, o que diminui a lógica do ciclo produtivo marcado pela mata, roça, pousio, capoeira, mata e roça.

A mudança nessa dinâmica traz alterações significativas na forma de produção, observamos que há duas tendências principais para os lotes onde já não é mais possível




manter o sistema de pousio em decorrência do avanço do capim, o primeiro é recorrer a outros lotes, na lógica, derruba, queima, culturas agrícolas e capim, num sistema de parceria baseado no preparo da terra e plantio de capim para o dono do lote, em troca da possibilidade de plantio de arroz, milho, feijão, fava e outras culturas temporárias (exceto a mandioca) no período de um ano agrícola.

(...) porque muitos companheiros, hoje já existe aqui dentro (voz alta), não tem mais onde plantar um caroço de feijão. Teve deles que já chegou lá em casa pedindo terra para plantar feijão, eu disse não meu amigo, eu sinto muito mais eu deixei para mim (a mata), é.., eu não, ele só tem gado, não planta um pé de banana sequer mais, e aí eu sinto muito mais é obrigatório agente dizer, porque minha mata, minha parte (...) (Bilack - assentado).

A segunda alteração é a introdução da prática da tração mecanizada, que exige aporte de recursos financeiros para o aluguel de trator e compra de insumos agrícolas, nesse caso a presença do estado é fundamental, o que no caso do assentamento foi resumido ao momento do acesso ao crédito PRONAF-A, que ao analisar os projetos dos assentados, verificamos que em média foi financiado 09 horas de trator de pneu por hectare a um custo de R\$ 575,00, além de R\$ 610,00 em média para a compra de insumos.

Os valores apresentados acima são argumentos suficientemente fortes para que grande parte dos assentados assumam a primeira estratégia em relação à segunda, porém podemos observar no trecho da entrevista com o assentado Bilack, a existência de um aumento da pressão sobre os recursos de mata ainda existentes, devido à densidade populacional no assentamento e que há uma tendência em médio prazo, a opção pela técnica da mecanização agrícola assumir a estratégia principal do assentamento em conjunto com a ampliação das áreas de pastagens.

Na entrevista com um assentado que utiliza essa dinâmica, há uma percepção de antagonismo em relação ao sistema baseado no pousio, pois para ele o custo e intensidade do trabalho, em relação aos benefícios obtidos são inferiores à prática da gradagem do capim para a instalação da roça, vemos aí que esse sistema se baseia na estratégia da recuperação dos pastos degradados, com a seguinte seqüência:

Pasto degradado  Gradagem  Culturas agrícolas  Pasto renovado

(...) aí agente vai poder criar o gado e ao mesmo tempo agente pode plantar a roça, desistir de criar o gado, gradear aquilo ali e plantar a roça, agora o que não dá.. é você plantar a roça, aí não planta o capim, aí você colhe um mixaria 10, 8 volume de arroz e fica lá a capoeira, aí quando for o próximo você torna a derrubar a capoeira de novo (Ronilson - assentado).

Boserup (1997) procura mostrar em seu estudo, a relação existente entre o aumento da densidade populacional com a diminuição do tempo de pousio e a necessidade de introdução de novas ferramentas e técnicas de fertilização, e de como essas estaria atreladas às mudanças ambientais, cita por exemplo, que a mudança do sistema de “pousio longo” para o “pousio curto” trouxe a necessidade do uso da enxada pelo aumento da compactação dos solos, à necessidade do arado se daria na mesma lógica, e afirma:

Quando o pousio é encurtado, ou mesmo eliminado em um dado território, outros métodos de preservação e recuperação da fertilidade do solo tem que ser introduzidas. Existe portanto uma relação íntima entre sistemas de pousio e técnicas de fertilização.

Boserup continua argumentando que seu raciocínio só se torna válido se houver à necessidade de uma grande inversão de capital e se esse sistema gerar um menor produto homem/hora. Agora se essa relação homem/hora aumentar com a adoção de técnicas mais intensivas, com pouco ou nenhum investimento, a tendência é que o homem vai adotar essas novas técnicas, independente do aumento da densidade demográfica, bastando apenas ter conhecimento dela. Vai inclusive relacionar a mudança do sistema de pastoreio para o sistema de cultivos de forrageira, como mais uma técnica agrícola que pode ser adicionada na lista das que entraram em uso quando certa densidade populacional é atingida.

Podemos sugerir então que no assentamento 1º de Janeiro, está ocorrendo uma gradual modificação das práticas agrícolas apreendidas pelos assentados em suas trajetórias de vida, em decorrência das condições ambientais encontradas nos lotes, da alta densidade demográfica do assentamento, e da pressão exercida sobre os recursos de mata, que a cada ano vem diminuindo as possibilidades da implementação das “roças de toco”.

4.1.2. A composição familiar e influência nas escolhas das estratégias produtiva:

Como vimos no capítulo I, o assentamento 1º de Janeiro possui uma alta densidade populacional em relação ao município, com 12,4 habitantes por Km², com 42% de sua população apresentando uma faixa etária até 18 anos, 54% na faixa etária de 19 a 64 anos e apenas 4% de pessoas com mais de 65 anos.

A composição familiar do assentamento, para nós tem uma importância singular para a dinâmica das escolhas das estratégias produtiva dos assentados, pois nela reside a capacidade e a necessidade da intensificação do trabalho sobre o lote, bem como a disponibilidade de trabalho acessório. Onde para Cândido (2003, p.149):

A extensão da área cultivada por cada parceiro, bem como o êxito do trabalho dependem do número de braços com que se pode contar cada um. Daí a importância econômica da família numerosa que compensa o ônus representado pela infância e compensado a partir da puberdade.

A infância seria encarada então na relação consumo/trabalho como um ônus, pois nessa fase o aspecto de consumidor dentro da estrutura familiar é destaque, ou seja, quanto maior for à relação entre consumidores e trabalhadores dentro da unidade familiar, maior será a intensificação do trabalho para atender suas necessidades.

Este aspecto aparece na obra de Chayanov (1985), que fazendo parte de uma corrente de pensamento russa de análise da organização e produção camponesa, defendia a idéia que sua economia não poderia ser estudada pelos padrões de análises até então usados para entender a economia capitalista. O contexto a qual se inseria o desenvolvimento de seu pensamento tinha com pano de fundo, as possíveis alternativas econômicas, técnicas de uso da terra para a transformação radical das condições de vida dos camponeses, e do qual não será meu objetivo de resgatar esse extenso debate, mais sim procurar na obra os elementos que fundamentam seu pensamento sobre os mecanismos de funcionamento do trabalho familiar da unidade familiar camponesa.

Para Chayanov (1985), o trabalho do camponês tem como finalidade a satisfação de suas necessidades, que seriam definidos culturalmente, e, a base para essa equação estaria na relação existente dentro da família entre os que trabalham e os que não trabalham. A intensidade do trabalho seria uma dimensão subjetiva própria da economia camponesa e mediaría a combinação entre a capacidade de trabalho da unidade familiar e

os meios de produção, onde o balanço central seria: Consumo familiar X Força de trabalho.

Haveria o entendimento então para o autor, que para entender a unidade econômica camponesa (família), era necessário o estudo sobre a sua composição e seu tamanho, pois a mão-de-obra seria o elemento tecnicamente organizativo de qualquer processo de produção, independente do valor que atribuamos a fatores como mercado, tamanho da área, fertilidade do solo e meios de produção, e a capacidade de sua reprodução simples estaria atrelada, portanto ao número de pessoas capacitadas na execução do trabalho.

Chayanov (1985) vai desenvolver em sua teoria, uma relação numérica entre a faixa etária, a composição de gênero e sua influência na necessidade de intensificação de trabalho numa unidade camponesa. Para isso vai considerar os membros familiares abaixo de 13 anos apenas como consumidores e irá lhes atribuir fatores, sendo apresentado no quadro abaixo:

Consumidores		
Idade	Homem	Mulher
1	0,1	0,1
2 a 7	0,3	0,3
8 a 13	0,5	0,5
Trabalhadores		
Idade	Homem	Mulher
14 a 18	0,8	0,6
19 a mais	1	0,8

Com base nesses fatores atribuídos aos membros da família é calculada a relação dentro da unidade familiar camponesa dos consumidores e trabalhadores, o que aqui é descrito como relação C/T, onde quanto maior for o número, maior será a intensidade do trabalho para atender suas necessidades.

Procuramos identificar esse fenômeno dentro do assentamento, com uma variante, que são as pessoas com mais de 65 anos que a consideramos como consumidores adultos, porém a inserimos na equação dos trabalhadores abaixo de 19 anos. Com isso elaboramos

uma planilha para analisar 123 questionários²⁵, onde identificamos a distribuição da faixa etária das 593 pessoas que compunham os dados:



Gráfico 29: Distribuição da faixa etária dos assentados.
Fonte: Dados secundários, arquivo MST (2006).

De base da planilha preenchida com os dados de cada membro da composição familiar, distribuídos em faixa etária e gênero, elaboramos uma fórmula no programa Excel, de modo a atribuir os valores proposto por Chayanov, para cada membro da família, estabelecendo assim um valor quantitativo da relação entre consumidores e trabalhadores, que nos permitiu transformá-los em parâmetros comparativos com os diferentes sistemas produtivos.

Encontramos através da análise dos dados, uma relação entre a quantidade de pessoas na unidade familiar com os sistemas produtivos (que mostraremos com mais detalhes a seguir), onde existe a tendência de quanto maior a família, menor a sua participação no sistema produtivo com a presença de gado ou gado e pequenos animais (sem roça), ao passo que os números se invertem quando analisamos os sistemas produtivos baseados na roça e roça e pequenos animais (sem gado). O gráfico XX, apresenta a relação encontrada entre o número de pessoas na composição familiar e a estratégia produtiva adotada.

²⁵ - Como salientado anteriormente, no caso da análise da composição familiar foi possível usar 100% dos questionários aplicados.

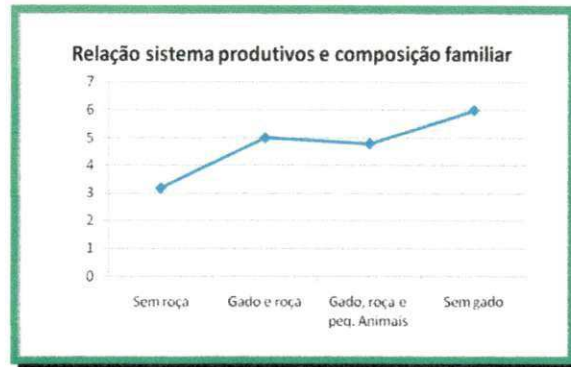


Gráfico 30: Relação entre sistema produtivo e composição familiar.

Fonte: Dados secundários, arquivo MST (2006).

As famílias que tem a estratégia produtiva baseada no gado (sem roça) foram as que apresentaram em média a maior relação C/T, no outro sentido as famílias que possuem uma estratégia produtiva mais diversificadas (gado/pequenos animais e roça) apresentaram os menores valores em média na relação C/T.

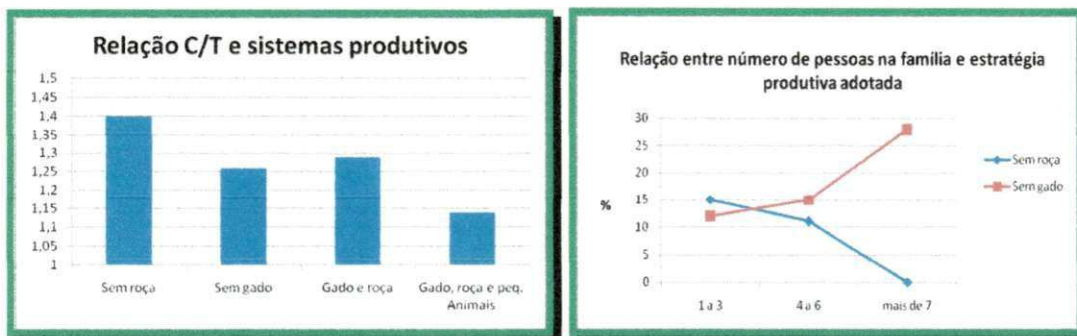


Gráfico 30 e 31: Relação das estratégias produtivas com (C/T) e composição familiar.

Fonte: Dados secundários, arquivo MST (2006).

Não foi encontrada uma relação entre a composição familiar ou na disposição da equação C/T, com a quantidade de gado e a área média das culturas plantadas, apenas identificamos uma relação direta entre a maior composição familiar, com a porcentagem de produtores das principais culturas agrícolas do assentamento.

4.2. As estratégias produtivas adotada pelos assentados:

Para dar conta de atender a tal objetivo, estaremos através da análise dos questionários e entrevistas, identificando as diferentes estratégias produtivas que derivam desse sistema mais geral anteriormente descrito: Gado, culturas agrícolas e pequenos animais. Num primeiro momento estaremos apresentando a metodologia utilizada para a sistematização dos dados, e definição dos diferentes sistemas produtivos, em seguida estaremos apresentando brevemente alguns dados relacionados a aspectos produtivos, da composição familiar e uso atual dos solos, para em seguida, apresentamos em cada um desses sistemas a análise de entrevistas de assentados, de modo a nos clarear sobre as possíveis causas de suas escolhas.

Ressaltamos que no momento da análise dos questionários, apenas 111 foram aproveitados, na medida em que 04 famílias responderam que não exerciam atividades agrícolas em seus lotes e 08 questionários foram descartados por apresentarem dados incompletos.

4.2.1. A metodologia utilizada para a diferenciação dos sistemas produtivos:

Para reconstituir os diferentes sistemas produtivos, primeiramente elaboramos uma matriz constituída de dois eixos, um relativo à criação pecuária²⁶ e outro à produção agrícola²⁷. Cabe aqui uma ressalva referente aos sistemas compostos pelos pequenos animais (suínos e aves), pois como vimos no capítulo I, há uma variabilidade muito grande no efetivo pecuário do conjunto das famílias assentadas, com isso, optamos por

²⁶ - O eixo da estratégia pecuária foi elaborado através da seguinte composição: 1 – Gado; 2 – Suíno; 3 – Aves; 4 – Gado e suíno; 5 – Gado e aves; 6 – Aves e suíno; 7 – Gado, aves e suíno e 8 – Sem atividade pecuária.

²⁷ - O eixo da estratégia agrícola foi elaborado a partir da quantidade de culturas de subsistência e/ou permanentes implementadas nos lotes. Sua composição ficou assim definida: A – Uma cultura de subsistência; B – Mais de uma cultura de subsistência; C – Uma cultura de subsistência e uma cultura perene; D – Mais de uma cultura de subsistência e uma cultura perene; E – Uma cultura de subsistência e mais de uma cultura perene; F – Mais de uma cultura de subsistência e mais de uma cultura perene; G – Sem atividade agrícola e H – Uma cultura permanente.

considerá-los apenas nos sistemas produtivos, os lotes que possuísem um efetivo igual ou acima da média do assentamento. Decorreram daí, 64 possibilidades que foram sendo preenchidas a partir da análise dos questionários. Essa matriz será exemplificada na tabela 14:

Tabela 14: Matriz dos sistemas produtivos do assentamento 1º de janeiro.

	1	2	3	4	5	6	7	8	Total
A	3	0	0	0	1	1	0	2	7
B	39	0	1	11	8	1	4	11	75
C	0	0	0	0	0	0	0	2	2
D	5	0	0	0	3	0	1	1	10
E	0	0	0	0	0	0	0	0	0
F	1	0	0	0	0	0	0	0	1
G	6	0	0	2	2	0	0	4	14
H	1	0	0	1	0	0	0	0	2
Total	55	0	1	14	14	2	5	20	111

Fonte: Dados secundários – arquivo MST.

A partir do parâmetro de análise por mim proposto, identificamos 23 sistemas produtivos, com destaque para os compostos pela atividade pecuária do gado (79,2% dos lotes) e os com mais de uma cultura de subsistência (85,5% dos lotes). No eixo da pecuária, se destaca a tendência da criação de gado consorciado ou não com culturas agrícolas (55 ocorrências), à criação de pequenos animais consorciada com a cultura do gado (33 ocorrências), e, no outro sentido, a criação de pequenos animais sem a presença do gado aparecem em apenas 3 lotes. No eixo da produção agrícola, as culturas permanentes aparecem normalmente associadas com mais de uma cultura de subsistência, com destaque como vimos no capítulo I para a banana.

O segundo passo para análise dos sistemas produtivos foi agrupar as 23 variações em uma nova matriz que pudesse abarcar todos os sistemas, a partir dos eixos: pequenos animais; culturas agrícolas e criação de gado, o resultado foi o agrupamento em quatro sistemas: a) Gado e culturas agrícolas (49 ocorrências); b) Gado, pequenos animais e culturas agrícolas (29 ocorrências); c) Culturas agrícolas e pequenos animais (19

ocorrências) e d) Gado e pequenos animais (10 ocorrências), excluindo assim, os lotes que não possuíam atividades agropecuárias (04 ocorrências).

Grupos de sistemas produtivos	Sistemas produtivos
a) Gado e culturas agrícolas	<p>Gado e uma cultura de subsistência.</p> <p>Gado uma cultura de subsistência e uma cultura permanente.</p> <p>Gado e uma cultura permanente.</p> <p>Gado e mais de uma cultura de subsistência.</p> <p>Gado, mais de uma cultura de subsistência e uma cultura permanente.</p>
b) Gado, pequenos animais e culturas agrícolas.	<p>Gado, suíno e mais de uma cultura de subsistência.</p> <p>Gado, suíno e uma cultura permanente.</p> <p>Gado, aves e uma cultura de subsistência.</p> <p>Gado, aves, mais de uma cultura de subsistência e uma cultura permanente.</p> <p>Gado, aves e mais de uma cultura de subsistência.</p> <p>Gado, suínos, aves e mais de uma cultura de subsistência.</p> <p>Gado, suínos, aves, mais de uma cultura de subsistência e uma cultura permanente.</p>
c) Culturas agrícolas e pequenos animais.	<p>Uma cultura de subsistência.</p> <p>Mais de uma cultura de subsistência.</p> <p>Uma cultura de subsistência e uma cultura permanente.</p> <p>Mais de uma cultura de subsistência e uma cultura permanente.</p> <p>Aves e mais de uma cultura de subsistência.</p> <p>Aves, suínos e mais de uma cultura de subsistência.</p> <p>Aves, suínos e uma cultura de subsistência.</p>
d) Gado e pequenos animais.	<p>Gado.</p> <p>Gado e suínos.</p> <p>Gado e aves.</p>

4.2.2. O sistema gado e culturas agrícolas:

O grupo que se “enquadrara” nesse sistema, é composto por 49 assentados, num total de 256 pessoas, perfazendo uma média de 05 pessoas por família, com uma relação C/T (relação consumo e trabalho) igual a 1,29. Esse sistema corresponde a 45,8% dos lotes analisados, nele está compreendida a produção agrícola em grande parte destinada para subsistência, numa área média para as culturas temporárias em torno de 3,6 hectares, e, para as culturas permanentes em torno de 0,36 hectares.

Há uma pequena variação do tamanho médio das áreas destinadas ao plantio de culturas de subsistência, onde os assentados que possuem apenas uma cultura, as áreas são em média de 2,48 hectares, ao passo que nos lotes mais diversificados, com a presença de mais de uma cultura de subsistência associados às culturas perenes, esta média sobe para 4,1 hectares. Ainda em relação ao tamanho da área agrícola, os lotes que possuíam até 04 hectares corresponderam a 71,4% (35 ocorrências), os que possuíam uma área entre 04 e 07 hectares corresponderam a 18% dos lotes (09 ocorrências), quatro lotes possuíam áreas com 07 hectares e 01 lote (lote 89) apresentou área agrícola de 15 hectares. O sistema de produção agropecuária segue o padrão geral do assentamento baseado no uso do fogo (86% dos lotes).

Fizemos também o levantamento do uso atual do solo, realizado pelas famílias que compõem esse sistema, no geral as áreas de pastagens²⁸ compõem em torno de 50% da área vegetal dos lotes, representada por 28% de pasto cultivado e 22% de pastagens nativas, encontradas sobretudo nas áreas de capoeira e principalmente de cerrado. As áreas de mata, capoeira e cerrado, representam 24, 18 e 19% respectivamente. No gráfico 32, apresentamos a média em hectares à disposição do uso atual dos solos:

²⁸ - Lembramos que identificamos por pastagem as áreas de pasto cultivado (*Brachiária decubens*) mais as áreas de pastagens nativas.



Gráfico 33: Uso atual do solo – Gado e culturas agrícolas.

Fonte: Dados secundários, arquivo MST (2006).

Em relação ao efetivo pecuário, foi constatada uma média de 11,9 cabeças por lote perfazendo o total de 457 unidades, com destaque para a capacidade suporte da pastagem de 369 hectares, o que nos mostra que no conjunto das famílias que compõem esse sistema, há uma defasagem de 99,07 hectares para atender a demanda pecuária. O ponto crítico de cabeças de gado foi de 11,88 cabeças de gado, onde 28 lotes possuem gado acima de sua capacidade suporte (57%), com destaque para os lotes 56 e 89, que possuíam 22 e 19 unidades animais acima da capacidade suporte de suas respectivas pastagens. A reserva legal é utilizada para o pastejo do gado por 38,7% das famílias o que perfaz um total nesse grupo de aproximadamente 225 cabeças de gado. O quadro abaixo, procura mostrar a distribuição em porcentagem dos assentados na relação capacidade suporte, versus efetivo agropecuário.

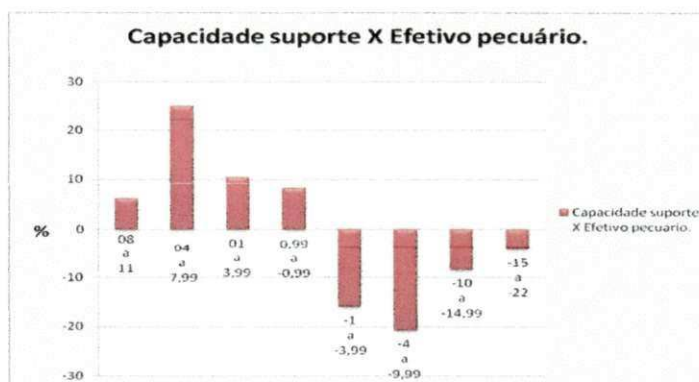


Gráfico 34: Efetivo pecuário versus capacidade suporte.

Fonte: Dados secundários, arquivo MST (2006).

Percebemos que há dentro desse grupo que compõem o sistema produtivo: **culturas agrícolas e gado**, diferentes estratégias em relação à quantidade de efetivo pecuário e da área implementada para culturas agrícolas. Nesse sentido, fomos procurar entender, através dos questionários e entrevistas com os assentados(as), os possíveis motivos que os levaram a estas dinâmicas diferenciadas, para isso, procuramos selecionar 03 assentados que se enquadrassem nas seguintes características: 01 assentado com um efetivo pecuário e uma área agrícola bem acima da média; 01 assentado com efetivo pecuário abaixo da média e uma área agrícola na média e 01 assentado com um efetivo pecuário e uma área agrícola na média:

- Assentado com um efetivo pecuário e uma área agrícola bem acima da média:

Trata-se do assentado Ronilson Rodrigues de Sousa de 23 anos, que possui o lote número 89 com área de 27,6 hectares, localizado na região do “baixão do espraiada” considerada pelos assentados como vimos no capítulo I, por ser uma região de “excelentes” qualidades de solo para as práticas agrícolas e com acesso direto ao córrego mosquito “quando agente comprou (o lote) não tinha nada feito, nada, nada mesmo, e já produzimo bastante lá, meu lote fica no grupo do espraiada, é um lote ótimo”, segundo as características físicas de seu solo, os assentados a denominaram de “*areia vermelha*” (Neosolo Quatzarênico Órtico).



Figura 12: Localização espacial do lote 89.

Sua família é composta por mais 02 pessoas (sua esposa com 18 anos e seu filho de um ano e seis meses), possui ainda um irmão que é assentado no lote vizinho (número 88), ambos estão no assentamento desde 2001, quando compraram os dois lotes por R\$ 3.500,00 cada. Seus avós, por parte de mãe, são antigos fazendeiros na região vizinha ao assentamento, possuíam na década de 70, uma área de 480 alqueires (2.320 hectares), mais segundo informa, foram “grilados” por fazendeiros mais “ricos” e na década de 80 possuíam perto de 100 alqueires (480 hectares). Viveram nessa terra, onde lembra grandes plantações de arroz e milho, em torno de 03 alqueires (14 hectares), que eram destinadas para o consumo interno da família (moravam além do pai, a mãe e os filhos, tios e tias e muitos primos).

Eles vendiam só se eles vissem que iam sobrar mesmo com fartura né, que o que eles faziam mesmo era guardar, eles vendiam assim um saquinho dois, mais ficava arroz estocado do ano passado, do ano retrasado era assim. Naquele tempo ele vendia mais era galinha, ovelha, ele criava ovelha também, o legume mesmo ele dificilmente vendia, no mais era só para consumo, que aquele pessoal antigamente era aquela coisa, de ter medo de passar precisão, aí, com isso, ele guardava aquele legume todinho (Ronilson – assentado).

Em 1993 foram com seus pais para a cidade para que pudessem estudar no município de Estreito no estado do Maranhão (cidade mais estruturada da região distante 25 km do assentamento) e em 1998 venderam a terra pela falta de condição financeira. Na cidade montaram um comércio de materiais de construção, mais não foram bem sucedidos e fecharam as portas em 2001, onde decidiram “voltar” para à terra, onde compraram os dois lotes referidos no assentamento, onde além do lote possui um pequeno comércio de alimentos não perecíveis e no mesmo local um açougue, seu irmão possui um micro-ônibus, onde transporta passageiros do município de Estreito para Araguaína. Ronilson ao ser perguntado de seus sonhos produtivos antes de vir para o assentamento, afirma que sua vocação maior é para gado, alegando que o retorno econômico da roça em relação ao trabalho despendido é desfavorável em relação ao gado.

Sempre a nossa vocação mais era criar gado né, agente quase não... com a roça agente não tem muito interesse porque se agente for analisar roça quase não dá né, porque ela toma muito tempo da gente e agente não tira, não lucra quase nada, porque se agente for analisar bem, o que agente gasta de dia da gente através deu uma roça se agente for pegar o dinheiro e comprar o legume vai dar muito mais do que se agente for plantar ele, então agente faz o pasto, além da terra

ter um valor, que ela vai ficar formada, vai ter um valor viu superior (Ronilson – assentado).

Durante a entrevista, vai desenhando sobre um papel as vantagens econômicas do gado e as desvantagens de uma roça de arroz, apontando que para derrubar e queimar um alqueire de mata, o “pessoal” do assentamento cobra R\$ 500,00 e vai apontando todos os serviços necessários para plantar, “limpar” e colher uma roça de arroz, o que comparado com o gado é algo desvantajoso, a valorização da terra pela pastagem também aparece como um fator positivo, no sentido de uma possível venda do lote, alega também que o gado tem muita facilidade de venda tanto para os corretores que vem no assentamento comprar, como para os dois açougues do assentamento.

(...) aí o gado tem essa vantagem que não falta o comprador, se você tem gado todo dia, todo dia você vende, tanto faz se pro açougue, para o frigorífico, então é uma coisa que aqui dentro é que dá para permanecer mexendo é com gado, porque não cai de preço e não falta comprador, e uma coisa que segura seu capital, é uma coisa que você tem facilidade para pagar seu financiamento. Se você tirar seu financiamento confiado em plantar mandioca, ou feijão ou arroz, ou milho para pagar, você não paga, se não for o gado, porque a única coisa que segura seu dinheiro é o gado (Ronilson – assentado).

O assentado Ronilson, discorre sobre sua estratégia produtiva sobre o lote, afirmando que ele não está ainda todo formado, pois o antigo dono não tinha feito “nada” sobre ele, mais está trabalhando para “formar” o lote todo com pastagem cultivada, para isso tem feito grandes derrubadas, para plantio de roças e em seguida o capim. Alega que dos 9,8 hectares de mata sobre o seu lote, no próximo ano irá desmatar metade para o plantio de roça e expansão da área de pastagem que hoje está na faixa dos 19 hectares.



Figura 13: Uso atual do solo do Lote 89

Assim, a estratégia produtiva baseada numa área de produção agrícola consideravelmente superior aos demais assentados, está calcada em suas condições financeiras, pois possui outras fontes de renda, bem como no objetivo da “implementação” de pastagem em todo o lote, tendo como foco principal para o futuro, à monocultura do gado, talvez por isso, no desenho que pedimos para o assentado fazer do seu lote, não apareça a área de roça. Alega que 50% de sua produção agrícola foi destinada para a comercialização em sua venda no próprio assentamento. Na ocasião vendeu 100 sacos de arroz ao valor de R\$ 25,00 cada, 80 sacos de milho a R\$ 30,00 cada e em relação à comercialização do efetivo pecuário, aponta que abate 20 novilhas por ano, fruto da criação de 40 cabeças (30 seus e 10 de seu irmão) no peso médio de carne de 100Kg, onde 40% é carne de primeira vendido a R\$ 5,00/kg, 30% é carne de segunda vendido a R\$ 4,00/kg e 30% é carne de terceira vendido a R\$ 2,50/Kg. Sua produção anual de carne então é de 2.000 Kg, onde 365 kg é destinado para o consumo interno, comercializando então o restante no assentamento 1.635 kg/ano.

Realizamos um exercício comparativo da receita bruta obtida com a cultura agrícola e da venda das novilhas a partir da percepção e dados apresentado pelo assentado: Para isso, considerarei a renda, toda a produção agrícola e pecuária, independentemente do destino, se consumo ou venda. A comercialização da produção de milho e arroz gerou uma receita de R\$ 7.400,00 e a receita da venda das novilhas no seu próprio açougue foi de 7.900,00. Quando comparamos o tamanho de área destinada para cada cultura e sua rentabilidade por hectare, as culturas agrícolas (arroz e milho) dão uma rentabilidade por hectares de R\$ 505,00, ao passo que a renda do gado fica na faixa de R\$ 197,00. Essa diferença como vimos em sua análise é recompensada segundo o Sr. Ronilson, pela rentabilidade maior por dia de trabalho do gado em relação à roça.

Nesse sentido, os motivos principais que aparecem na entrevista que justificam sua estratégia produtiva são:

- a) Otimização do trabalho;
- b) Facilidade de comercialização;
- c) Baixa sazonalidade nos preço de venda;
- d) Valorização da terra com a pastagem;
- e) Maior rentabilidade econômica por dia de trabalho.

- Assentado com efetivo pecuário abaixo da média e uma área agrícola na média:

Trata-se do assentado Adão Silvino Matos (38 anos), que está no assentamento desde o tempo da ocupação, sua família é composta por 05 pessoas, mora com sua esposa (34 anos) e três filhos (duas meninas de 13 e 14 anos e um menino de 11 anos). Possui o lote 125 que considera de boa qualidade (região mosquito), onde apresenta que as principais aptidões para sua terra são: mandioca, milho, feijão e banana. As características dos solos de seu lote foram consideradas por ele como *areia vermelha*, (Neosolo Quatzarênico Órtico), e nele mantém 15,2 hectares de mata, 7,4 hectares de pasto cultivado para a manutenção de 05 cabeças de gado, e, 04 hectares destinados ao uso de culturas agrícolas, sendo: 01 para banana; 02 hectares para milho e arroz e 01 hectare para a cultura da mandioca.

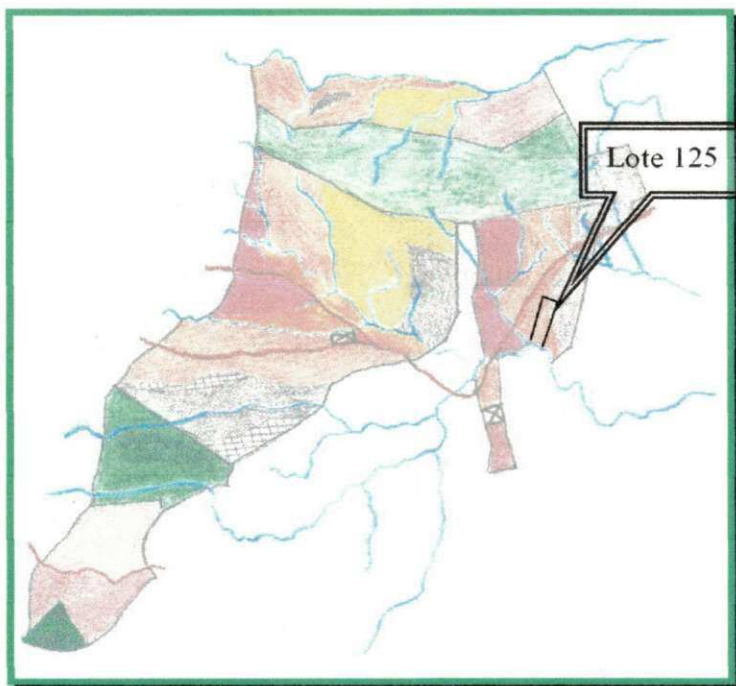


Figura 14: Localização espacial do lote 125.

Segundo dados dos questionários, identificamos que 50% de sua produção foram para o consumo familiar e o restante foi comercializado no município de Palmeiras com exceção da produção de arroz (40 sacos) que foi toda consumida. Essa produção foi assim descrita por ele: banana (1.500 centos); Mandioca (40 sacos de farinha); Milho (07

sacos). Alega que no próximo ano irá desmatar 02 hectares destinados para a produção agrícola.

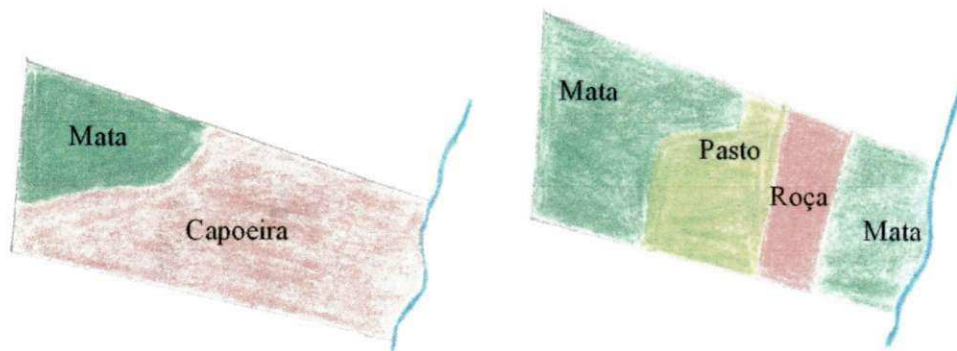


Figura 15: Uso atual do solo do lote 125, em 2001 e 2007.

Parte do seu lote foi desmatado (85%) na época das lavouras coletivas do acampamento, afirma que 100% do lote era composto de mata fechada com forte ocorrência de babaçu, hoje alega que pela forma que vem conduzindo seu lote a mata vem se recuperando. Adão descreveu assim o comportamento da vegetação na área do seu lote:

- a) Tempo de acampamento: Mata → Roça coletiva → Capoeira.
- b) Tempo de lote: Capoeira → Mata.
Capoeira → Pasto.

Durante a entrevista vai discorrendo sobre a relação do gado com a degradação ambiental, indicada pela forte presença de “plantas daninhas”, e de como isso tem trazido um aumento na miséria dos assentados, pois muitos deles estão com a área toda “infestada²⁹”, e já não conseguem produzir alimento nem criar gado, tendo que alugar pastos o que encarece e inviabiliza a produção.

(...) só que nesse campo desse desenvolvimento do assentamento, muita gente num pensou de casar os dois no mesmo momento, às vezes

²⁹ - Essa palavra é muito usada na região para descrever uma área onde em decorrência dos solos estarem em avançado estado de degradação, com baixa fertilidade natural, apresentam uma alta incidência de espécies vegetais rasteiras, que impedem à prática de culturas agrícolas e o desenvolvimento de pastagem.

pensou só no gado e é igual que hoje as pessoas estão passando necessidade porque viram agora que pela quantidade de gado que tem a terra não suporta criar essa quantidade de gado, e agora está aí, a terra toda infestada e a condição mínima de sobrevivência desse lote pela produção de gado é muito baixa, ele está com dificuldade porque deixou de plantar uma parte da produção de grãos para criar realmente o gado (Adão – assentado).

Considera a alta incidência de gado sobre a capacidade de pastagens nos lotes um problema generalizado no assentamento, onde aponta duas possíveis causas para isso, uma é o histórico de vida do povo do assentamento, onde afirma que no geral, o gado representa a possibilidade de “*tomar um leitinho todo dia*” e mesmo se fossem vaqueiros ou filhos de vaqueiros esse costume alimentar e o manejo do rebanho já era algo conhecido deles. Aponta ainda que o gado faz parte do “sonho” dos assentados, mais a lógica estava na criação de poucas “vaquinhas” para garantir o leite do sustento familiar. A segunda causa apontada por ele é relativo à atuação do Estado, que tinha uma linha política voltada para a pecuária extensiva, e a assistência técnica estatal, trazia em suas atuações no assentamento esse pensamento, os projetos PRONAF-A são exemplificados como um elemento de alinhamento dos técnicos e da política estatal.

(...) quem não tem um leitinho da vaquinha lá, vai ter que comprar no vizinho e assim, o preço de um litro de leite para você pegar lá no criador, é o mesmo preço lá de cidade, é um real, quer dizer, aí as pessoas dizem assim, não se eu tenho a minha terra e eu posso plantar uma moita de capim e criar a minha vaca, é claro que a pessoas vai criar uma vaca para tirar o leite, aqui no norte do Tocantins, acontece uma coisa, é uma cultura do estado, já é um alinhamento, inclusive esses técnicos que trabalhou com agente aqui é do estado, é uma equipe que é dominada pelo estado, então assim foi alinhado às pessoas a criar o gado, ou seja para todo canto que você vai, todo mundo cria gado, e hoje se você for avaliar igual o cumpadre Neurivan acabou de relatar bem aí, se você avaliar direitinho, não compensa você criar gado principalmente num tamanho de terra que é, a extensão que já tem, pro tamanho do lote (Adão – assentado).

Alega ainda que seu lote tem capacidade de no máximo 05 cabeças de gado e que privilegia a qualidade em relação a quantidade. Essa relação é feita diretamente na comparação da estratégia produtiva adotada pelos assentados, pois a baixa qualidade é associada com muito gado e pouca roça, e a qualidade vai aumentando com a diversificação agrícola.

- Assentado com um efetivo pecuário e uma área agrícola na média:

O assentado Neurivan, possui o lote número 123, com 25,9 hectares, na mesma região (mosquito) e com a mesma característica de solos do lote do Sr Adão. Sua família é composta por 05 pessoas, sua mulher (35 anos) e três filhas (13, 11 e 08 anos). Possui em seu lote 14,4 hectares de pasto cultivado, onde mantém 10 cabeças de gado, e mantém todos os anos uma área para culturas agrícolas de 04 hectares, onde planta milho e arroz consorciados. A produção de arroz (30 sacos em 04 hectares) é toda voltada para o consumo interno familiar, já a produção de milho (10 sacos em 03 hectares) comercializou 50% no próprio assentamento ao preço de R\$ 20,00 cada. Afirma que 10% de seu lote é composto por mata de babaçu (cria abelha) e tem ainda uma área de capoeira onde possui pasto nativo, não sabendo precisar a quantidade exata, não irá fazer desmatamento no próximo ano, pois sua área agrícola é suficiente para a suas necessidades.

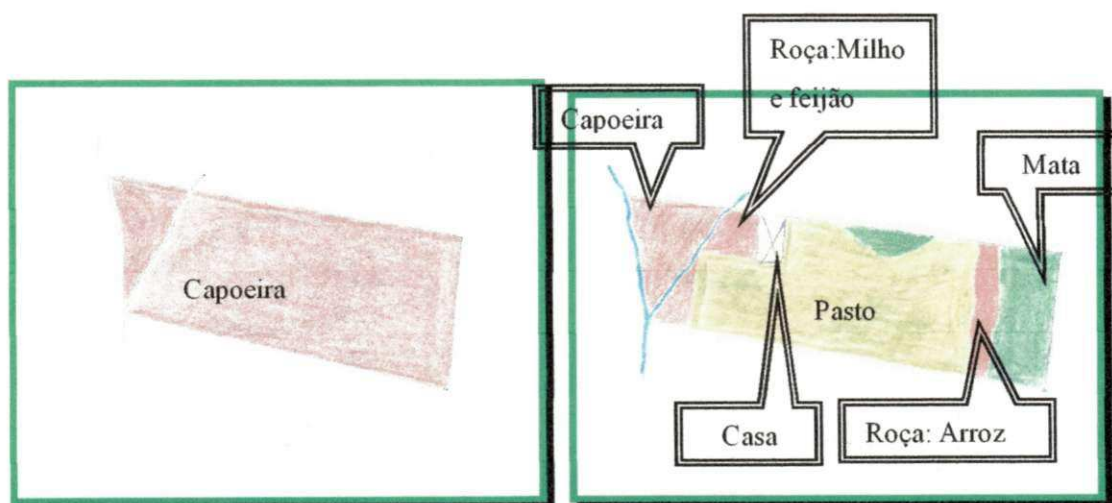


Figura 16: Uso atual do solo do lote 123, em 2001 e 2007.

Afirma que a área de seu lote anteriormente ao acampamento era destinada para a criação de gado pelo fazendeiro, sendo totalmente tomado por pastagem que foi com o tempo tomado pela capoeira, sendo que uma área foi usada para a primeira roça coletiva. Quando assumiu o lote, este se encontrava em estado de regeneração vegetativa avançada (capoeira).

O histórico da vegetação no seu lote é assim por ele descrita:

a) Tempo do fazendeiro: Mata → Pasto → Capoeira.

b) Tempo de assentamento: Capoeira → Pasto.

Capoeira → Pasto → Capoeira.

Capoeira → Mata.

Acrescenta que a escolha da estratégia produtiva dos assentados está calcada na relação que estes têm com a terra, apontando que para haver condições de viver muito tempo no lote, é necessário realizar uma equação entre a quantidade de gado em relação à área de pastagem, bem como garantir um manejo adequado de áreas de mata e de culturas agrícolas de modo a garantir a produção para subsistência da família e a venda de excedentes.

(...) quando se casa a questão do pouco de gado que o cara cria, com a produção, já começa a dar certo porque, você cria o gado, tu tem como você criar seu gado sem ser preciso tirar para fora, e tem seu alimento para tu sobreviver, então ele está pensando é na sobrevivência dele no lote, nós sabemos que o tamanho de nossa terra não é o tamanho suficiente para nós daqui um certo tempo nós ser um fazendeiro, mais nós temos que ter consciência que, aquele pequeno pedaço de terra ali é para nossa sobrevivência, daqui a não sei quantos milhões de anos, né, para fazer para nós, filhos, netos, tataranetos e assim por diante (...). Eu penso assim de você não acabar com ela (a terra) para tentar trabalhar nela e deixar para os filhos, então o que é que tem que fazer? É você não acabar com ela muito assim, né? Você sempre deixar a reserva, sempre deixar as várzea, porque lá na frente pode acabar o pasto e continuar a mata pra frente, se nós acabar com tudo, o solo vai ficando fraco né? Como é que nós vamos deixar isso para nossos filhos, como é que mais na frente ele vai sobreviver? No meu modo de pensar é assim (Neurivan – assentado).

Tanto o Sr. Adão, como Neurivan, possuem renda externa ao lote, trabalhando na prefeitura de Palmeiras, o primeiro como o encarregado do setor de transporte e a esposa do segundo é coordenadora pedagógica das escolas dos assentamentos de reforma agrária. Durante a entrevista faz uma relação sobre o efeito de determinadas estratégia produtiva sobre a degradação ambiental e suas decorrentes conseqüências sociais para os assentados, sob uma ótica de “sustentabilidade X insustentabilidade”, onde os objetivos da permanência sobre as terras das futuras gerações seriam os elementos motores de suas ações. Apresenta também certa racionalidade econômica na tomada de suas decisões, pois descrevem as desvantagens econômicas do gado em relação às culturas agrícolas de subsistência, porém diferentemente da primeira entrevista, a lógica de raciocínio aqui,

está baseada na relação entre preço de compra de mercado e custo de produção dos alimentos de subsistência.

4.2.3. O sistema: Gado, pequenos animais e culturas agrícolas.

Esse sistema é composto por 29 famílias das 111 analisadas (26%), perfazendo um total de 141 pessoas numa média familiar de 4,8 pessoas/família, com uma relação C/T de 1,14, a área média das culturas agrícolas é de 3,99 hectares, observamos através da análise dos dados, que a área destinada à produção agrícola, obedece a uma escala crescente que vai do sistema onde está presente a criação de suínos (2,65 hectares em média), passando pelos que tem a criação de aves (4,19 hectares) até os que têm no sistema a criação consorciada de aves e suíno (5,13 hectares). Essa escala pode ser explicada através da observação do modo de manejo dada as criações, onde as famílias que possuem suínos (em média 06 cabeças) no geral (veremos uma exceção mais a frente) a alimentação é baseada em sobras de alimentos, soro de leite, raspa de mandioca e casca de arroz, conhecido na região como “cuim” de arroz. Já a forma de manejo alimentar das aves, é através do pastejo em pequenas áreas cercadas com telas, complementadas com farelo de milho, que invariavelmente é produzido em seus próprios lotes.

O sistema de produção agropecuário baseada no uso do fogo é praticado por 93% das famílias analisadas. Em relação ao uso atual do solo desse grupo, identificamos nos dados analisados, que 45% do lote é composto por pastagem, onde 30% são de pastos cultivados e 15% de pastagens nativas, as áreas de mata, capoeira e cerrado representam: 20,8; 18,3 e 18,9% da área. O quadro abaixo apresenta o uso atual dos solos em hectares na média dos lotes analisados:



Gráfico 35: Uso atual do solo: Gado, culturas agrícolas e pequenos animais.
 Fonte: Dados secundários, arquivo MST (2006).

O efetivo pecuário desse grupo é composto por 73 suínos numa média de 6 cabeças por família (17 criadores), 860 aves numa média de 71 cabeças por família (12 criadores), e de 372 cabeças de gado, numa média por família de 12,8 unidades animais/família, calculamos a capacidade suporte da pastagem que foi de 281,2 hectares, apontando que há uma déficit de 90 hectares de pastagens cultivadas para suprir a demanda do efetivo animal. O ponto crítico do efetivo animal foi de 9,6 cabeças de gado, onde 18 lotes (62%) apresentaram um efetivo pecuário acima de sua capacidade suporte. O uso da reserva legal para o pastejo animal foi identificado para 38% das famílias analisadas nesse sistema, número bem próximo do anteriormente descrito. Apresentamos no quadro abaixo, a distribuição em porcentagem da relação efetivo pecuário versus capacidade suporte de pastagens, entre os assentados que compõem o referido sistema:

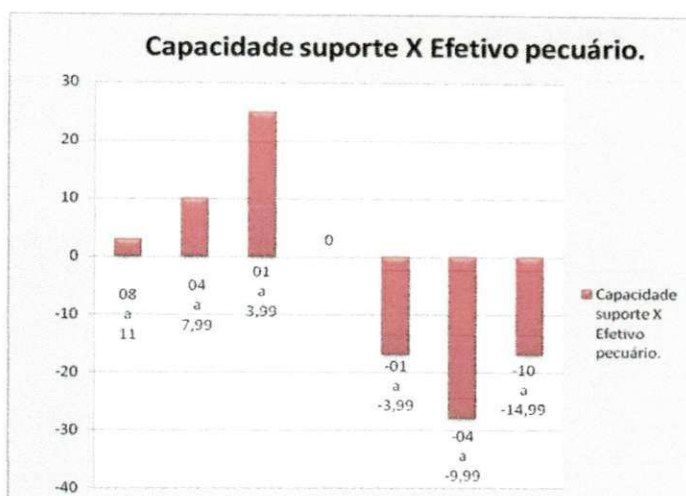


Gráfico 36: Efetivo pecuário versus capacidade suporte.

Fonte: Dados secundários, arquivo MST (2006).

A partir das características gerais desse grupo, em relação à estratégia de criação de pequenos animais, de gado e o cultivo de culturas agrícolas, selecionamos um assentado para análise de entrevista, de modo a nos ajudar a compreender os motivos de influência sobre suas escolhas produtivas:

- Assentado com a estratégia produtiva baseada no sistema: Pequenos animais/gado/culturas:

Trata-se do assentado Olavo Bilac Filho, com 45 anos, casado com Dona Luísa (35 anos) e morando com duas filhas de 23 e 07 anos. Seus pais vieram do estado do Piauí, na década de 20 e se instalaram como posseiros na região que hoje é o município de Araguaína (distante 100 km do assentamento), onde criou todos os filhos até serem grilados na década de 80, rumando toda a família para a cidade de Araguaína, trabalhou como garimpeiro na região do Pará por vários anos. Participou de todo o processo de luta pela terra do assentamento, possuindo o lote 29 (região Riachinho), e como vimos, é um solo considerado de ótima qualidade pelos assentados, descrita como *areia vermelha*, (Neosolo Quatzarênico Órtico).

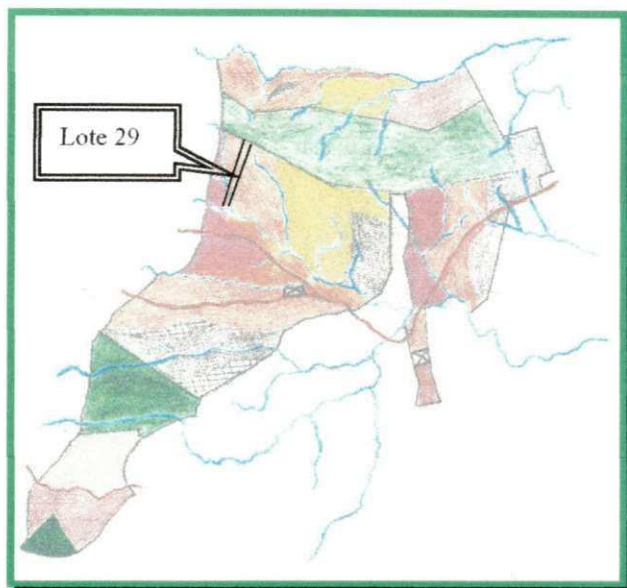


Figura 17: Localização espacial do lote 29.

O Sr, Bilack apontou que sua terra tem aptidão agrícola para todo tipo de plantio, afirmando que sua área total do lote é de 43,2 hectares, porém ao conferirmos junto ao relatório técnico do assentamento elaborado pelo INCRA, identificamos que sua área possui 28,14 hectares. A fim de calcular o uso atual do solo do assentado, realizamos a conversão dos dados fornecidos por ele, para o valor real de seu lote, onde este é composto por 10 hectares de pastagem sendo 06 de pasto cultivado e 04 de pasto nativo, e 03 hectares destinados a culturas agrícolas, as áreas de mata, capoeira e cerrado são de 09, 06 e 04 hectares respectivamente.

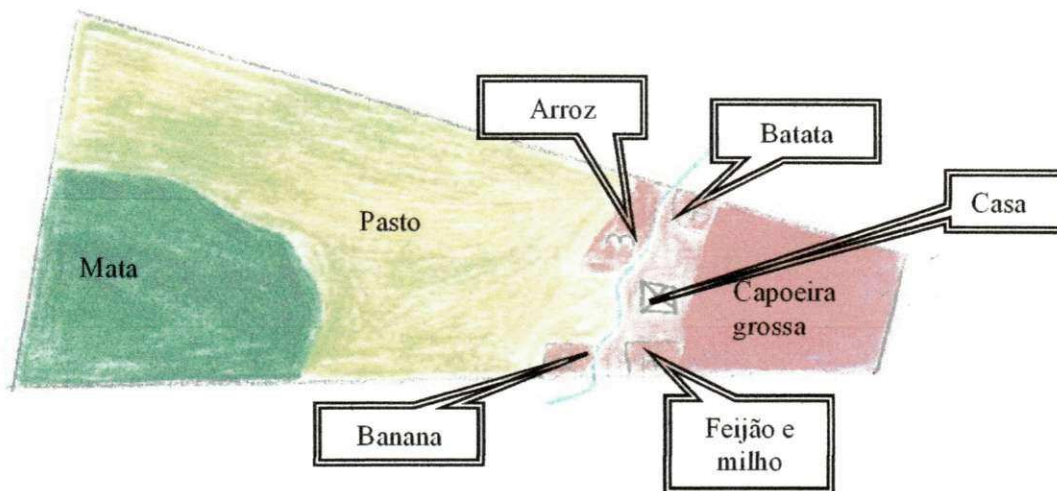


Figura 18: Uso atual dos solos do lote 29.

Nesta área o assentado cria 25 cabeças de gado e 04 cabeças de suíno no sistema de mangueiro curto³⁰, e uma produção diversificada com plantio de arroz (0,66 hectare), milho (01 hectare), mandioca (1,33 hectare) e banana (0,16 hectare). De sua produção agropecuária nos informou que é destinado à comercialização a farinha de mandioca, o arroz, o feijão, o gado e o queijo, e muito raramente a carne de porco. A sua produção de farinha foi de 100 sacos, nos quais 04 foram para consumo familiar e 96 foram vendidos no próprio assentamento ao preço de 60,00 cada, gerando uma receita bruta anual de R\$ 5.760,00, a comercialização do gado se dá quando esse atinge o peso vivo de 200 quilos, vendendo 01 cabeça/ano para o açougue do assentamento ao preço de R\$ 38,00/kg, e 03 cabeças/ano para um comprador do município de Araguaína, num preço médio de R\$ 300,00.

A venda do gado dentro do assentamento faz parte de uma estratégia de aproveitamento do sebo para fazer sabão, de parte da carne para o consumo interno

³⁰ - Mangueiro curto é o nome dado no assentamento ao manejo dado à criação de suínos onde não há espaço para pastejo do efetivo pecuário, são pequenos quadrados cercados de madeira, cobertos com palha de babaçu, onde a criação é alimentada diariamente, se difere do modelo de mangueiro longo, onde se destina uma área maior para que os animais possam andar e pastar a grama plantada para esta finalidade.

familiar, assim como a criação de suínos que tem na produção de carne e óleo animal para o consumo, o objetivo principal. Vai descrevendo na entrevista, a relação entre consumo familiar, criação de pequenos animais e produção agrícola, montando em sua fala uma rica descrição do fluxo energético dentro do seu lote, e a importância na garantia de uma relativa soberania alimentar de sua família.

(...) sempre o feijão como é mais caro, agente vende 10 sacos de feijão, quando dá para você vender, já dá para você fazer a outra roça do final do ano né, porque você compra o que precisa, porque você não compra tudo, vai comprar só o café e o açúcar e o sal. O óleo já vem da alimentação e aí, já tem uma parte que ajuda um e ajuda outro (...). Olha minha base é assim, todo ano eu planto 04 tarefa de roça de arroz, na base de duas é para venda. O feijão eu sempre costumo plantar 1,5 tarefa, 02 tarefas, eu consumo 01 tarefa e a outra meia é para venda, o milho por exemplo, é muito consumido em casa porque eu tenho o porco né, eu planto as vezes 4 tarefas de milho, as vezes eu não vendo nem um saco, vai por porcos que vai para gente, vira óleo, as vezes vende 2 arrobas, 3 arrobas. O sabão eu costumo assim, quando eu mato um gado, eu costumo mais matar e levar as bandas para o açougue para eu ficar com o sebo essas coisas, que daqui eu já faço o sabão (Bilack – assentado).

Durante a entrevista, vai descrevendo o que considera de uma forma diferenciada de produção agrícola no lote, baseada na “roça sem fogo”, alegando que essa estratégia tem permitido produzir no mesmo local durante 08 anos os alimentos necessários para o consumo e comercialização. Demonstra orgulho ao falar de seu jeito de produzir e da estratégia da produção diversificada, relacionando-a com o amor à terra e ao seu histórico de vida camponesa, ao passo que faz o contraponto com os assentados que adotaram unicamente a estratégia do gado, que hoje já não possuem mais áreas para a produção de alimentos, com isso, relaciona a mata como uma reserva, que assume aqui, um sentido de um local para um posterior desmatamento para à produção agrícola em caso de necessidade.

Olha, a minha vida é uma vida sempre fácil, basta que eu fui criado pelo um tipo camponesa, e o que me trouxe a ter o meu lote a ter uma parcela hoje em diversificada, foi a minha criação, porque eu vi que no momento agente opinasse só pelo gado, era um momento que agente ia passar dificuldade na frente, porque era um momento de não ter o que comer, porque muitos companheiros hoje, já existe aqui dentro (em voz alta), não tem mais onde plantar um caroço de feijão (Bilack – assentado).

A escolha da “roça sem fogo” foi adotada por ele a partir de conhecer uma experiência de um pequeno agricultor no Pará, que produzia a 12 anos no mesmo local sem a utilização do fogo, aponta ainda que fez um experimento com mecanização agrícola numa outra área e os resultados foram negativos, pois hoje já não consegue plantar no local pela quantidade de mato que cresce. Nesse momento vai relacionando esse sistema, com a degradação dos solos, onde aponta além da “infestação” de plantas daninhas, o aumento da ocorrência de erosão, procura explicar que a “roça de toco” é mais vantajosa ambientalmente, em decorrência das raízes que permanecem ainda dentro do sistema.

(...) então é essas coisas Felipe, eu tenho muito pelejado com esse povo daqui para ver se eles fazem, por exemplo, gradear a terra, eu não gradeio porque eu gradeei, eu fiz o teste, eu gradeei uma terra lá e hoje, está com dois anos que eu não planto mais lá porque eu, eu não consigo, não adianta plantar, eu plantei abacaxi mais num dei conta do mato mais, porque o mato virou praga vou ter que deixar o mato crescer, para poder roçar para ver se dou um jeito nele. Porque não adianta nada eu ta pelejando e ele não, porque pra botar grade de novo não adianta, vai virar erosão, porque minha terra lá é um pouco despenhada e aí eu não quero não, sou mais no toco do que mexer com gradeação. (Felipe) Você acha que a gradeação degrada mais que a roca de toco? (Bilack) – degrada. (Felipe) – Por quê? (Bilack) – Porque a de, a, ela faz o seguinte, a roça de toco ela não corta a raiz, você corta o toco mais a raiz ela não corta, e a grade ela corta tudo quanto é de raiz, e ali a chuva bate e vai criando erosão, vai carregando, então aí ta na cara que... gradeou, se não for uma terra que não seja bem segura, bem em nível é certeza que ela vai embora (Bilack – assentado).

Em relação a seu efetivo pecuário, aponta como que não fazia parte de sua estratégia produtiva pensada para o lote, porém foi a única opção para obter o crédito PRONAF-A, devido a exigência da assistência técnica estatal, conta com 25 cabeças de gado, numa área que possui uma capacidade suporte de 07 hectares, alegando que esse efetivo se justifica para o pagamento das parcelas do crédito e para alguma emergência financeira.

Vai procurando demonstrar na relação entre tempo trabalho e rentabilidade econômica, as vantagens e desvantagens do gado comparado com a roça, onde aponta que na produção agrícola é necessário um tempo de trabalho maior, bem como um acompanhamento cotidiano, do preparo da terra à colheita, ao passo que a criação animal, exige pouca mão-de-obra, com ações mais esporádicas, porém reafirma a “vantagem”

econômica da roça, relacionada ao tempo de retorno da produção. A racionalidade do tempo de trabalho do gado *versus* roça aparece de forma muito peculiar na fala de Bilack, quando relaciona a estratégia produtiva com a faixa etária e força física para trabalhar.

(...) enquanto vida eu tiver, e eu puder trabalhar, eu vou continuar trabalhando, trabalhando igual eu venho, não para dizer assim, aí eu formei (formar a terra de pasto) ela toda, não, eu quero plantar nela toda, agora formar nela toda é diferente. Não sei se lá pra os anos, conforme a minha idade ou que Deus me deter, aí eu não sei se vai se obrigatório eu formar (Bilack – assentado).

4.2.4. O sistema: Culturas agrícolas e pequenos animais:

Esse sistema é composto por 19 lotes (17% das analisadas) com um total de 114 pessoas, perfazendo em média, uma unidade familiar composta por 06 pessoas, com uma relação C/T de 1,26. Constatamos através do cruzamento das informações do laudo técnico do assentamento elaborado pelo INCRA, do questionário aplicado com as famílias e da análise da sistematização dos créditos elaborados pela assistência técnica estatal para o PRONAF-A, que das 19 famílias, foi possível constatar que 10 acessaram o crédito, 06 compraram lotes (destes 03 venderam seus lotes antigos e compraram em outra região do assentamento), 01 lote foi considerado abandonado pelo INCRA e 01 lote foi assumido pelo filho da titular que faleceu no final de 2004.

Desta forma, conseguimos confirmar com segurança, que dos 19 lotes, 63% das famílias acessaram o crédito (12 lotes), comprando em média 08 cabeças de gado, e, passados 04 anos já não os possuem mais. Fomos procurar identificar as estratégias produtivas desse grupo, que se baseia numa produção agrícola em torno de 2,8 hectares em média, onde o mesmo número se repete para a quantidade de culturas por família, e os pequenos animais se inserem nessa estratégia para apenas duas famílias, uma delas com aves e suínos e outra apenas com aves. O plantio de culturas perenes foi constatado em 04 lotes com as seguintes culturas: caju (1,3 hectares), banana (dois lotes com 0,16 hectares cada) e abacaxi em um lote (1.000 pés).

Apresentamos no gráfico abaixo em hectares, o uso atual dos solos dos quais as famílias em média apresentam uma área útil aparente³¹ em torno de 10% da área total dos lotes, as áreas de mata, cerrado e capoeira representam respectivamente: 28; 26 e 16%. O uso do fogo se faz presente em 100% dos lotes, e 30% alegaram que utilizam a reserva legal para arrendamento de pastagens para terceiros.



Gráfico 37: Uso atual do solo: culturas agrícolas e pequenos animais.
Fonte: Dados secundários, arquivo MST (2006).

Os dados apresentados sugerem dois caminhos possíveis para as famílias em relação ao sistema produtivo adotado, o primeiro é que estão passando por um processo de descapitalização dentro do assentamento, em que a baixa área agrícola produtiva, a ausência de pecuária bovina, a pouca ocorrência da criação de pequenos animais são alguns dos indicadores, ou então, algumas dessas famílias estão num processo de início de estruturação produtiva de seus lotes. Tentamos identificar então um lote cujo morador estivesse desde o tempo de acampamento e tenha acessado o crédito PRONAF-A, procurando compreender as principais causas da escolha de sua estratégia produtiva:

³¹ - A esse nome: área útil aparente dos lotes foi dada por mim, pois como identificamos durante as análises dos dados que há uma prática de arrendamento de pasto no assentamento, nesse sentido, mesmo as famílias não possuindo gado, o pasto de seus lotes não necessariamente indica uma não utilização. Essa afirmativa fica mais evidente quando constatamos que 30% das famílias desse sistema produtivo, arrendam os pastos nativos da reserva legal para terceiros.

- Assentado com a estratégia produtiva baseada no sistema: Pequenos animais e culturas agrícolas:

Trata-se do assentado Francisco Damião de Moura³² de 40 anos, casado com Dona Lucélia de 23 anos a qual tem dois filhos de 05 e 02 anos, possui o lote número 155, com 37,7 hectares, localizado na região do assentamento denominada de destilaria, onde as características de seus solos foram denominadas de barro vermelho com cascalho (Neossolo Litólico Distrófico).

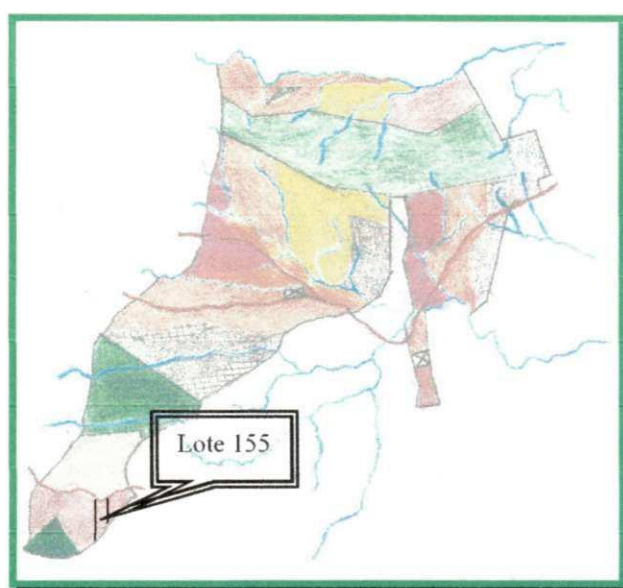


Figura 19: Localização espacial do lote 155.

A área de seu lote é composta por 01 hectare destinado a culturas agrícolas (mandioca e feijão) e o restante é todo formado por capoeira. Possui também uma pequena área destinada para abacaxi, que alega estar fazendo um teste, mais na sua avaliação pelo crescimento das plantas em relação às características de sua terra a qual considera muito seca, acredita que vai ter êxito na sua produção já pensando em ampliá-la.

³² - Não foi possível realizar a entrevista gravada com o Sr. Damião, devido a dois desencontros de agenda, porém tive a sorte de reencontrá-lo no momento que foi verificar a ocorrência de uma doença na cultura de arroz de outro assentado. Nessa ocasião, seguimos para seu lote, onde conversamos entre outras coisas, sobre as estratégias produtivas adotada por ele.

A situação atual de seu lote é considerado por ele como um “fracasso” pois nas palavras dele “tudo foi pra trás”, pois do que aplicou com o crédito do PRONAF-A, apenas o plantio da mandioca (0,66 hectares) conseguiu êxito, cultura a qual produz até hoje, afirma que da represa que instalou no lote (30 HTE), da capineira (01 hectare), do pasto (8,5 hectares) e do gado (07 matrizes e um reprodutor), tudo foi “perdido” pelas condições de seu lote, a represa não segura água nem na época de chuva, o pasto e a capineira foram plantadas e não nasceram, e dos gados, uma parte morreu e a outra teve de vender para não aumentar o prejuízo.

Ao percorrermos o lote, o Sr. Damião foi descrevendo cada ação e cada “insucesso” como se estivesse “prestando conta” de que a situação atual de seu lote, não foi fruto de “preguiça” ou falta de interesse, fazia questão entrar capoeira adentro para mostrar o local onde tinha plantado o pasto e a capineira, identificando os resquícios de suas tentativas, no momento que fomos para o local onde foi feito a represa, ficou por algum tempo especulando sobre as possíveis alternativas para fazê-la “segurar” água.

Mostra assim, sempre muita esperança e amor a seu lote, acredita que vai conseguir ter sucesso em sua terra e para isso me mostra a casa de palha que está construindo para morar definitivamente no lote. Diz que vai investir na cultura do abacaxi, e alega que está só dependendo de conseguir as mudas, seu projeto é plantar mais 10.000 pés e faz as contas de sua futura comercialização a R\$ 1,00 o pé. Diz ainda que toda a sua produção foi destinada para o consumo interno familiar e tem sobrevivido através de diárias em outros lotes e fazendas vizinhas. Diz que apesar de todas as dificuldades nunca vai vender seu lote, pois é ali que pensa criar seus filhos.

Assim a projeção produtiva inicialmente pensada para o seu lote, diante dos inúmeros constrangimentos sofridos, foi sendo alterada gradativamente pela sua compreensão dos “fracassos” e foi se construindo paralelamente a constituição simbólica e material de novas alternativas produtivas, que no seu caso, foi a introdução até então estranha para ele, que passa então a ser uma estratégia de sobrevivência, mais igualmente objeto de sua análise para efetivá-la futuramente.

4.2.5. – O sistema: Gado e pequenos animais:

Esse sistema é composto por 10 famílias (9% das analisadas), que em média possuem uma unidade familiar de 3,2 pessoas, com uma relação C/T de 1,4. A unidade do efetivo animal da pecuária bovina em média é de 18,7 cabeças, variando de 05 a 36 unidades animais, 04 famílias adotam o consórcio produtivo baseado no gado e pequenos animais, sendo 02 com aves e 02 com suínos, a média desse efetivo animal foi de 3,3 para suínos e 130 para a aves com destaque para o lote 146 do Sr. Leônidas Alves Bezerra que alega possuir 220 aves.

Procuramos identificar o uso atual dos solos desse sistema, ao qual constatamos que é composto em média por 43,7% de pasto cultivado e 20% de pastagem nativa, 7% de mata, 26,3% da capoeira e 25% de cerrado. O uso do fogo foi apontado por 80% das famílias em suas práticas agropecuárias e 10% disseram que usam a reserva legal como fonte de pastagem.

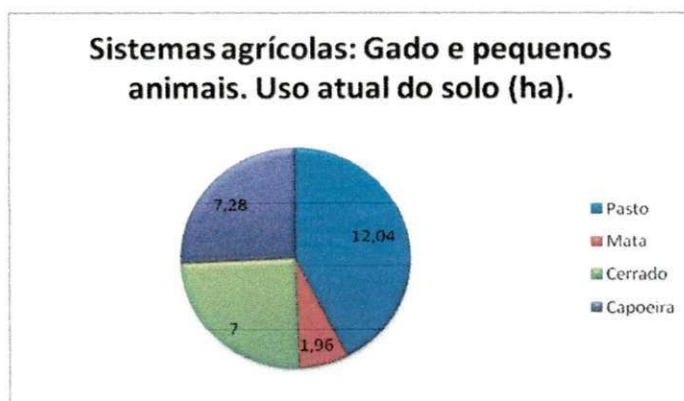


Gráfico 38: Uso atual dos solos: Gado e pequenos animais.

Fonte: Dados secundários, arquivo MST (2006).

Em relação à pecuária bovina, foi constatado que há um efetivo animal acima da capacidade suporte, com um déficit de 46,7 hectares de pastagens cultivadas, onde o efetivo pecuário é composto por 187 cabeças de gado, e a capacidade suporte é de 139 hectares, 06 lotes apresentaram um efetivo animal acima da capacidade suporte, entre esses 04 apresentam de 04 a 10 hectares de déficit e um com 20 hectares.

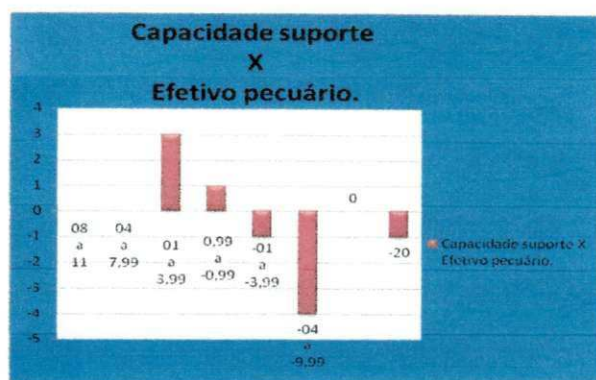


Gráfico 39: Efetivo pecuário versus capacidade suporte.

Fonte: Dados secundários, arquivo MST (2006).

O gráfico aponta que há uma tendência nessa estratégia produtiva, baseada numa taxa média de gado por família superior à 18 cabeças/família, para números menores da relação efetivo pecuário versus capacidade suporte de pastagem, indicando uma maior “pressão” sobre os fragmentos florestais de seus lotes. Identificamos um assentado inserido nessa estratégia produtiva para se entrevistado, a fim de nos clarear os principais motivos que o levaram a tal escolha.

- Assentado com a estratégia produtiva baseada no sistema: Gado:

Trata-se do Sr. Gaston Pereira dos Santos, assentado no lote número 100, casado com Dona Aldecina e mora com mais 07 pessoas seus filhos (20, 17 e 06 anos), suas filhas (05 e 04 anos) e sua sogra e sogro (81 e 80 anos). Aponta que nasceu no município de Ponte Alta no estado do Maranhão, onde trabalhavam em terras “alheias” como diaristas ou “juquireiros”, derrubando mata para plantio do capim para o fazendeiro, onde plantava sua roça. Mudou para cidade de Estreito no Maranhão onde trabalhou como vaqueiro até vir para o acampamento, pois já não “achava” mais mata para derrubar e plantar como diz “*suas rocinhas*”.

Seu lote (número 100), com 26 hectares, localiza-se na região do assentamento denominado de mosquito e aponta que aptidão de sua terra é só para capim, pois é uma terra com muita pedra e que a água não consegue penetrar, acredita que deve ter um lajedo por baixo, esse solo, é denominado pelos assentados como tubatinga (Greissolo

Háplico Tb distrófico), apresenta uma série de dificuldades para não plantar roça no seu lote, aponta que além do solo, seu lote não possui água de boa qualidade, pois a única fonte é uma represa que fez com recursos do PRONAF-A, o que os impede de morar no lote.

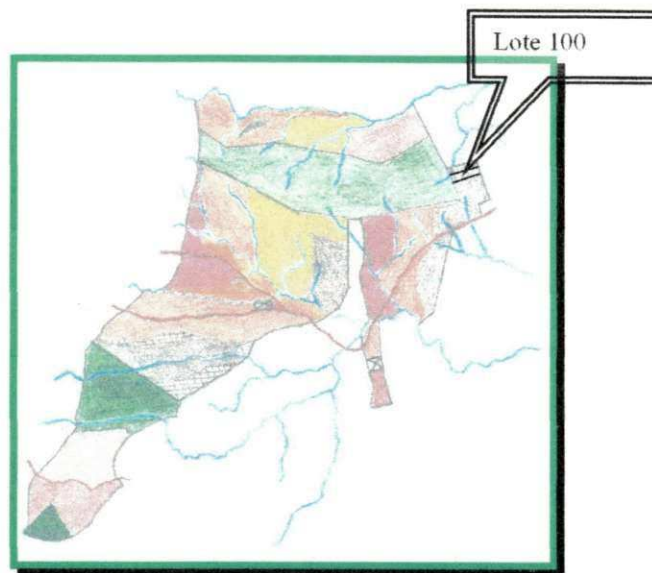


Figura 20: Localização espacial lote 100.

A distância e as dificuldades de acesso ao seu lote, também aparecem como fatores limitantes, descreve que seu filho bebeu por uns dias a água da represa e passou oito meses paralisado, precisando gastar muito dinheiro para curá-lo.

Mais hoje, ta tudo a terra que você, eu derrubei quase um alqueire de terra, eu plantei o arroz em cinco lugar nessa terra, caçando aquele lugarzinho melhor, mais mole e desse cinco lugar nós colhemo 38 volume de arroz, deu mais ou menos 5 a 6 linhas nesse um alqueire, lá é um piçarra vermelha o arroz tava bonito desse jeito, porque lá ao redor da represa teve um feixozinho que não tinha pedra lá, tinha pedra mais não era muita, aí eu grediei e plantei adubado na base de umas 3 linhas, o arroz tava desse tamanho assim meu patrão, não tinha um defeito, o arroz tava de palha mole, quando fizemo a derradeira linha depois viemo para cá, aí quando eu cheguei lá o arroz dava dessa qualidade dessa palha aqui, vermelho, vermelho, (Felipe) – E o que foi isso? (Gaston) – Não, era da qualidade da terra. (Felipe) – Tinha dado um verãozinho não? (Gaston) – Não, era água lá escorrendo, por que lá quando dá uma chuva, pra moiar, ela fica assim escorrendo por cima, aquele chorinho da terra, é que a terra não entra água fica por cima. Só escorrendo, parece que tem uma laje por baixo. Aí eu não vou, eu não tenho estrada, pra mim beber uma água ruim dessa, aí pegar esse legume para trazer em consta de animal, para você ver o tanto de ladeira que tem daqui para lá, é feio a situação (Gaston – assentado).

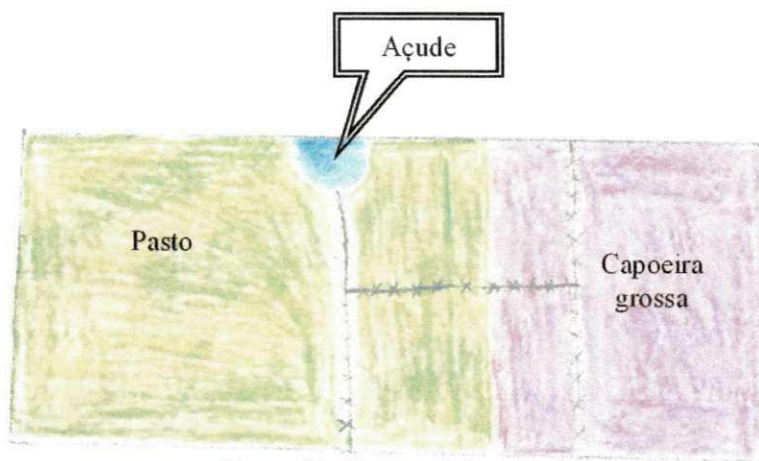


Figura 21: Uso atual do solo do Lote 100

Declara que seu sonho produtivo era plantar muita roça e criar suínos, que alega que é a primeira vez na vida que “passa” sem, porém ao ser sorteado naquele lote, ficou desanimado e teve que partir para estratégia do gado. Alega que possui 24 cabeças de gado, e que seu projeto foi de 09 cabeças, mais com o dinheiro da cerca e do pasto, que ele mesmo fez, e com o dinheiro investiu em mais gado, afirma que para conseguir “segurar” seu rebanho, tem que alugar pasto e tem na estratégia principal do gado o pagamento do banco, onde em 04 anos só vendeu 07 cabeças.

Rapais o banco, quando é, o projeto era 9 gado, mais aí eu levei uma vaia, eu comprei, eu comprei parece que foi 14, comprei mais barato e comprei mais, o dinheiro da cerca, o dinheiro do pasto, esse eu comprei o gado e fui fazer o serviço, fui fazer serviço e apliquei tudo em gado, mais aí rapais, morrei 3 vacas assim bem ligeiro uma para outra, e 1 bezerro e duas bezerra, certo, aí eu já vendi 7 e ainda tem essa sementezinha, tem 24 (...). Vontade eu tenho de trabalhar e produzir, mais eu não tive essa sorte de encontrar um terra própria para lavoura né, eu não tive essa sorte. Aqui foi muito esquisito, vontade de trabalhar eu tenho, tem gente que está com a terra boa, tem um cara que entrou aqui, pegou duas águas dentro da terra, a grotta do mosquito e outra grotta, essas grotta não seca nenhuma, ele vai e com preguiça de trabalhar, pegou e levou (???) mil e hoje está tomando chupeta na boca de jumento e vai lá para ver o cara que entrou e o tanto de gado e pasto que ele tem (Gaston – assentado).

Sua fala se mostra reveladora quando faz a relação da quantidade de gado e pasto de um lote, com as condições de sucesso ou fracasso do assentado, mostra também uma

equação interessante entre acesso a recursos hídricos, distância do lote para a agrovila, condições de moradia no lote, característica dos solos e a escolha da estratégia produtiva.

O assentado possui uma pequena venda de bebidas no assentamento e uma máquina de pilar arroz, do qual é à base de seu sustento econômico, como complemento da renda familiar seu filho mais velho trabalha de diarista em fazendas vizinhas e no assentamento, e todo ano fazem serviços de “juqueira” para poderem plantar o arroz o milho e a fava.

(...) já tem três anos que eu mexo em terra dos outros, eles me dão só pela semente também, e derrubo, broco e planto o capim, (Felipe) – Dentro do assentamento ou fora? (Gaston) – Só aqui dentro, só que essa terra aí já é fora, mais eles me deram essa roça aí, eu derrubei ele o ano passado, plantei e plantei a capoeira esse ano, (Felipe) – E plantou o que? (Gaston) – Plantei só arroz, milho e fava, porque eles precisam da terra para o capim, era 4 linha, pois é todos os anos minha rocinha eu tenho que fazer (Ganton – assentado).

Quando perguntado de onde tira a maior parte de sua renda, Gaston afirma que quando a roça tem boa produção ela é responsável pela maior parte da renda, pois a estratégia de produção consorciada do milho, arroz e fava aumentam a receita, essa sua avaliação esta calcada no preço de compra desses produtos para o sustento da família. Suas escolhas produtivas como vimos anteriormente é baseada num forte limitante ambiental (solos e o acesso ao lote), com o que teve que adotar outras formas de obtenção de receitas econômicas para o sustento da família, como o trabalho externo de “juquireiro” e diarista, o bar e a máquina de pilar arroz na agrovila e o gado no lote.

(Felipe) – E essas 4 linhas é suficiente para todo mundo aqui? (Gaston) – Não dá, só que esse ano o verão judiou muito aqui, só colhi 23 volume, e o ano passado foi 50, só que eu tinha outros volume guardado mais usei para pagar o banco. (Felipe) – O consumo de arroz de vocês aqui no ano é quanto? (G) – Se ser bom é 50 volume, se ser bom! Agora é trabalhar para comprar, comprei 6 sacos de um rapais aqui vizinho, (F) E trabalha de que? (G) Trabalho aqui na usina e os meus meninas que moram comigo é que vão para roça, é diária, enfrenta a roça, é um empreita aqui e acolá quando aparece um servicinho (Gaston – assentado).

O assentado Gaston na sua fala acima vai aproximar então, a relação existente entre aspectos ambientais (do lote e clima), as dificuldades de acessibilidade, a relação entre trabalho e consumo na unidade familiar, com a necessidade de se realizar o trabalho

acessório por parte de seus filhos em empreitas em lotes e fazendas vizinhas, e as atividades exercidas por ele no bar e na máquina de pilar arroz.

Percebe-se durante a entrevista do assentado, um sentimento de frustração onde a estratégia de um lote composto unicamente pelo gado, é derivada de limitações estruturais, políticas, econômicas e ambientais, onde a projeção inicial do lote, imaginado pela criação de pequenos animais, roças e gado, não se concretizou, exigindo a criação de alternativas produtivas baseada na criação de gado no seu lote e na procura de áreas fora dela para a produção agrícola.

Nesse sentido, percebemos que, se os dados dos questionários nos foram de fundamental importância para realizarmos uma radiografia da situação ambiental e produtiva dos lotes e do assentamento como um todo. As entrevistas por outro lado, nos possibilitaram empreender através da percepção das pessoas entrevistadas, uma contextualização histórica e as relações sociais estabelecidas, que a configuraram de tal maneira.

Assentados que na análise dos dados apareceram com destaque na combinação da produção agrícola com a pecuária, nas entrevistas desvelaram que por trás dessa, estava à intenção do avanço das áreas de pasto artificial e na construção da estratégia da monocultura do gado, no outro sentido, assentados que apareceram na análise dos questionários com a estratégia produtiva unicamente baseada no gado, construíam fora do lote, a viabilização da produção agrícola para a subsistência. Em fim, fatores internos e externos, vão combinar-se de forma articulada, e do qual os assentados vão constantemente readaptando o seu saber fazer no sentido da procura de seu equilíbrio ecológico num meio de mutabilidade intensa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos nos capítulos anteriores refletir acerca dos motivos que levam os assentados da reforma agrária na região norte do Tocantins a adotarem determinadas estratégias produtivas, remete diretamente a análise dos processos sociais e históricos, que se estabeleceram nesta região ao longo do tempo; das relações de poder, desigualmente distribuídas; dos conflitos pelo acesso e uso dos recursos naturais; das relações com outros atores sociais, em especial o Estado; da degradação ambiental herdada dos antigos latifúndios; das dinâmicas econômicas, firmadas a partir da força política da pecuária extensiva; da formação cultural constituída simbolicamente ao longo de suas trajetórias de vida; da composição da unidade familiar, enfim, há uma gama de fatores que atuam de forma inter-relacionada e que vão constituir a base para escolhas e decisões tomadas pelas famílias assentadas.

Identificamos no caso estudado, que a problemática que envolve a escolhas das estratégias produtivas dos assentados tem raízes históricas, e estão relacionadas às desigualdades nas relações estabelecidas entre diferentes atores sociais, contribuindo para acirrar os conflitos pelo acesso e uso dos recursos naturais na região norte do Tocantins, e com mais intensidade a partir da década de 50 com a expansão dos latifúndios para pecuária extensiva.

Os conflitos e mais precisamente os resultados deles, se intensificaram cada vez mais com as restrições impostas a parcelas significativas da população local de acesso à terra e aos produtos extrativistas existentes sobre ela, exigindo uma reconfiguração das estratégias produtivas, a partir das mudanças da relação com a posse da terra. O itinerário histórico, percorrido por essas populações até a chegada do assentamento, implicava experiências diferenciadas na sua relação com a natureza, em que os custos e benefícios do uso dos recursos naturais se distribuíam desigualmente, pois se de um lado os grandes fazendeiros se beneficiavam com a ocupação de extensas áreas de terras devolutas da união, em grande parte, através da prática da grilagem, bem como da transformação das matas em pastagens; do outro, os custos ambientais e sociais eram sentidos de forma mais intensa pelas populações locais.

As restrições impostas ao acesso à terra e aos recursos naturais, principalmente nas regiões de babaçuais, contribuíram para intensificar as dificuldades de sobrevivência dessas populações, e exigiram o que Breton (2000) chamou de “reação camponesa”. Esta se deu inicialmente, a partir de ações pontuais e sistemáticas de ocupações de terras por pequenos grupos de posseiros, que atribuímos de modo análogo ao que Scott (2002) denominou de micro-resistência, para em seguida e, a partir da chegada de novos atores sociais sensíveis à causa agrária em questão, principalmente a CPT, STR's e MST, efetivarem de forma mais organizada um processo contínuo de retomada da luta pela terra, que culminou com uma pressão política suficientemente forte para impulsionar a criação de inúmeros assentamentos da reforma agrária na região.

A criação desses assentamentos se constituiu, no entanto, num cenário social, político, econômico e ambiental adverso diante das necessidades das famílias, pois: as áreas desapropriadas invariavelmente se encontravam em avançado estado de degradação de seus recursos naturais e das infra-estruturas existentes; economicamente a região se encontrava umbilicalmente atreladas à lógica da pecuária extensiva; o histórico social vivenciado pelas famílias fez com que grande parte delas chegasse no tempo de assentamento completamente descapitalizadas e vulneráveis às políticas públicas voltadas para a produção agrícola. A ação do estado, através da atuação do INCRA e da assistência técnica estatal, reforça lógicas de desenvolvimento homogeneizadoras, utilizando-se das relações de poder desiguais, impunham suas propostas às famílias assentadas, que diante delas, se viam obrigadas a reformular suas propostas produtivas simbolicamente apreendidas durante suas trajetórias de vidas.

Como conseqüência desta dinâmica tem-se uma relação cumulativa de degradação ambiental e marginalização social. A análise dos dados possibilita inferir que a estratégia produtiva, impulsionada pelo estado e implementada pelos assentados, baseada na “monocultura do gado”, fez com que se intensificasse o processo de degradação dos solos, pastagens e outros recursos naturais como as matas e os mananciais, tendo como conseqüência o acirramento de conflitos pelo uso dos recursos naturais comuns do assentamento (reserva legal). Gradativamente as estratégias produtivas adotadas pelos assentados se mostram economicamente inviáveis, em função dos altos custos necessários para a recuperação ambiental, o que tem sido respondido pelo conjunto dos

assentados, com aumento do efetivo pecuário e conseqüentemente das áreas de pastagens, para compensar os prejuízos econômicos em decorrência do baixo peso do gado pelo super-pastejo em pastos já degradados.

Se os processos sociais mais amplos descritos acima, ajudam a complexificar o olhar sobre as dinâmicas produtivas estabelecidas em nível geral no assentamento, eles, entretanto, pouco ajudam no entendimento das diferentes estratégias adotadas pelas famílias assentadas, exigindo neste trabalho, o exercício de empreender uma percepção molecular sobre o assentamento, onde a heterogeneidade das situações ambientais e estruturais dos lotes, a composição da unidade familiar, e a partir dela a racionalização da relação trabalho e consumo, a situação econômica das famílias, bem como suas percepções simbólicas sobre a natureza, conformam elementos intrínsecos a essas escolhas, não podendo, porém analisa-lo de modo isolado como elementos determinísticos. Contudo, infere-se que a combinação dos diferentes fatores acima mencionados formaram o arcabouço da análise.

A relação entre consumo e trabalho na unidade familiar constitui um elemento importante na escolha da estratégia produtiva dos assentados, na medida em que o modelo agropecuário adotado, e as condições econômicas impostas, exigem uma otimização do tempo trabalho, bem como uma racionalização dos seus custos e benefícios. A partir da análise das entrevistas, vemos a predominância da percepção das famílias sobre a vantagem do tempo de trabalho necessário para a criação do gado em relação às culturas agrícolas, e ao compararmos com os dados dos questionários aplicados, percebemos uma associação direta entre a relação consumo e trabalho (C/T) com as estratégias produtivas adotadas, onde o elemento gado se torna o fiel da balança nessa relação.

As necessidades e demandas no interior da unidade familiar, sobretudo de alimentos, aqui também entendido como fruto de construções sociais, exigem, por parte dos assentados, e a partir das condições ecológicas encontradas nos lotes, uma laboriosa combinação da produção agrícola e criação de pequenos e grandes animais, que serão tão complexas como variadas a partir das relações sociais estabelecidas com o meio externo.

Outro aspecto que ganha força na definição das escolhas das estratégias produtivas é a característica ambiental dos lotes, pois como vimos nas entrevistas, as

características físicas e químicas dos solos, níveis de degradação, manejo agrícola adotado, aliado a fatores como acessibilidade e disponibilidade à recursos hídricos, serão elementos suficientemente fortes para alterar ou reafirmar, as estratégias produtivas projetadas anteriormente, a partir da percepção das famílias. Haveria certa racionalização dos assentados entre as necessidades alimentares da unidade familiar e a capacidade de suporte ecológico dos lotes, que teria a quantidade de gado como fator de desequilíbrio nessa equação, a maior concentração de gado estaria associada na percepção das famílias como um elemento de insustentabilidade dos lotes a médio e longo prazo.

A força econômica histórica da pecuária extensiva na região, aliada às condições estruturais do assentamento, faz com que o mercado seja um elemento otimizador, dentro das diferentes estratégias produtivas, da expansão das áreas de pastagens nos lotes, em detrimento da produção agrícola. As facilidades de auto-locomção do gado, aliado à sua facilidade de comercialização dentro do assentamento, e à baixa sazonalidade do preço de venda, tem contribuído para que o gado assuma um papel de destaque dentro das estratégias produtivas, e assuma um caráter de estabilidade econômica, mesmo que a médio e longo prazo ele represente a incerteza sobre a sustentabilidade ecológica dos lotes.

Enfim, percebemos um elemento de tensão entre à complexidade das dinâmicas sociais, que interagem reciprocamente no processo de análise, e a tomada de decisão em relação às estratégias produtivas dos assentados, com à lógica de manejos produtivos homogeneizadores dos agentes mediadores, tanto externos, no caso o estado; quanto interno, os dirigentes do MST. Se no caso da mediação interna, a proposição das roças coletivas, se inseria como um processo político de construção coletiva para a gestão do acesso e uso dos recursos naturais locais, num momento “delicado” no processo de conformação territorial do assentamento, já no caso da mediação externa, a atuação do estado se deu no sentido de uma imposição de uma lógica produtiva baseada na monocultura do gado, em detrimento dos aspectos culturais, econômicos das famílias assentadas, bem como sua interação com as particularidades ecológicas das diferentes regiões dentro do assentamento.

A pretensão deste trabalho, desde o princípio foi compreender que, para muitas famílias, as conseqüências ambientais decorrentes das diferentes estratégias produtivas, já

podem ser visivelmente percebidas, e que o elemento gado, tem sido o fiel da balança nesse processo. Os fragmentos de mata têm sido fortemente pressionados pela expansão da pecuária no assentamento, onde identificamos uma relação direta entre os sistemas produtivos e a quantidade de gado dentro deles, e as áreas de mata ainda presentes. Os pastos nativos e artificiais, degradados no tempo do latifúndio e do assentamento, e a decorrente compactação, erosão superficial e perda da fertilidade natural dos solos, exigem por parte dos assentados novas “investidas” sobre às matas, gerando um ciclo acumulativo de degradação e empobrecimento econômico, que traz para a médio e longo prazo, uma perspectiva de insustentabilidade de muito desses lotes.

Dentro desse contexto, as estratégias agrícolas baseadas no pousio, apreendidas simbolicamente e secularmente, já não encontram os elementos ecológicos e ambientais para a sua garantia, exigindo uma intinerância contínua do local da roça, no sentido oposto ao local de moradia, separadas estas pelo capim. Este “caminhar” da roça neste caso se torna um importante indicador ambiental, na medida em que o tamanho limitado do lote, sugere que o modelo produtivo baseado na dinâmica: mata, roça, capoeira, mata e roça; ou mata, roça, capim, será em poucos anos substituído na maioria dos lotes para a monocultura do capim.

No outro sentido, identificamos que há um assentado que através da dinâmica produtiva da “roça sem fogo”, tem conseguido estabilizar por seis anos o local de trabalho junto ao local de moradia, o que nos sinaliza como um estratégia mais adaptada às condições ambientais do lote, e que aponta para a necessidade de se repensar as estratégias de atuação do agentes de mediação interno e externos, no sentido do respeitar os conhecimentos locais, e a partir desses, atuarem no sentido de estabelecer uma co-gestão dos mecanismos de promoção do desenvolvimento do assentamento 1º Janeiro

Referências Bibliográficas

- AESCA. Plano de desenvolvimento do projeto de assentamento dois de janeiro. INCRA SR-26, Palmas-TO, 2004, 115 p.
- ALDIGHERI, Mário. Josimo: a terra, a vida. São Paulo: Loyola, 1993. 206 p.
- AQUINO, Napoleão de Araújo. A construção da Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização do estado do Tocantins. In: GIRALDIN, Odair. A (trans) formação histórica do Tocantins. Goiânia: Universidade federal de Goiás – UFG, 2002. 315-350 p.
- BEDUSCHI, FILHO, L. C. Assentamentos rurais e conservação da natureza: Do estranhamento à ação coletiva. São Paulo: FAPESP: IGLU, 2003. 104 p.
- BERGAMASCO, Sônia Maria P. O reino da modernização: o que os números da reforma agrária (não) revelam. In: SCHMIDT, Benício Viero. et al. Os assentamentos da reforma agrária no Brasil. Brasília: Editora UNB, 1998. 306 p.
- BOGO, Ademar. A organicidade e o planejamento. In: Movimento Sem Terra. Método de Trabalho e organização popular. Brasília: ANCA, 2005. 169 p.
- BOSERUP, Ester. Evolução agrária e pressão demográfica. São Paulo: HUCITEC, PÓLIS, 1987.
- BOSI, E. Lembranças de velhos. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 8ª ed. 2005.
- BRASIL, Maria Carvalho. Os fluxos migratórios na região norte nas décadas de 70 e 80: Uma análise exploratória. Recife: Caderno de Estudos Sociais, v. 13, p. 61-84, 1997.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Lê livre blanc de l'appropriation illegale des terres au Brésil. Brasília, 2000. 43 p.
- BRETON, Binka Lê. *Todos Sabiam*, São Paulo: Loyola, 1997. 196 p.
- CÂNDIDO, Antônio. Os parceiros do rio bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2003. 376 p.
- CARVALHO, Horácio Martins. O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. 401 p.

- CASTRO, Edna. Dinâmica sócio-econômica e desmatamento na Amazônia. Belém: UFPA, Novos Cadernos do NEAE, v. 08, n.02, p 05-39, 2005.
- CAVALCANTI, Maria do E. S. Rosa. O discurso autonomista do Tocantins. Goiânia: Universidade Federal de Goiás – UFG, 2002. 240 p.
- CHAYANOV, Alexander V. La organización da la unidad econômica canpesina. Buenos Aires: Nueva Vision, 1985. 337 p.
- COLEMAN, James. Foudations of social theory. Cambridge: The Bellknap Press of identity. Blackwell Publishers, 1997.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Pe. Josimo: A velha violência da nova república. Goiânia, 1986. 98 p.
- COSTA, Francisco de Assis. Políticas públicas e dinâmicas agrária na Amazônia: dos incentivos fiscais ao FNO. In: Tura, Leticia Rangel; Costa Francisco de Assis (Org.) Campesinato e estado na Amazônia: Impactos do FNO no Pará. Brasília: Brasília Jurídica: FASE, 2000. 63-107 p.
- _____, Francisco de Assis. Contexto, impactos e efeitos econômicos do FNO especial no estado do Pará. In: Tura, Leticia Rangel; Costa Francisco de Assis (Org.) Campesinato e estado na Amazônia: Impactos do FNO no Pará. Brasília: Brasília Jurídica: FASE, 2000. 225-271 p.
- CUNHA, Luís Henrique. Manejo comunitário de recursos naturais na Amazônia: Aranjos institucionais e mediação externa. Tese de doutorado. Belém: UFPA, 2002. 196 p.
- _____, Luís Henrique. Da “tragédia dos comuns” à ecologia política: perspectiva analíticas para o manejo comunitário dos recursos naturais. Campina Grande: Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas/ Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Vol. 23, nº 01 (jul.-dez. 2004).
- EMBRAPA. Sistema brasileiro de classificação de solos. EMBRAPA-SPI, 1ª Edição, 1ª impressão, Brasília-DF, 1999, 412 p.
- EMMI, Marília. A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais. Belém: UFPA/NAEA, 1999. 174 p.
- FEARNSIDE, Philip M. A floresta amazônica nas mudanças globais. Manaus: INPA, 2003. 134 p.

- _____. Carga pesada: O custo ambiental de asfaltar um corredor de soja na Amazônia. p.397-424. In: TORRES, Maurício (Org.). A Amazônia revelada: Os descaminhos ao longo da Br – 163. Brasília: CNPQ, 2005. 496 p.
- FENNY, D. et al. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In Diegues e Moreira (orgs). Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001.
- FREITAS, Ribeiro Elder. Distinção de ambientes e parcelamento de assentamentos rurais: uma abordagem metodológica. Viçosa: 2004. 165 p. Universidade federal de Viçosa. Dissertação (Mestrado no departamento de solos).
- GIRALDIN, Odair. Povos Indígenas e não-indígenas: uma introdução à histórias das relações interétnicas no Tocantins. In: GIRALDIN, Odair. A (trans) formação histórica do Tocantins. Goiânia: Universidade federal de Goiás – UFG, 2002. 109-136 p.
- GLEISSMAN, S. R. Sustainable agriculture: na agroecological perspective. Advances in Plant Pathology. Santa Cruz, Califórnia: University of Califórnia, 1995.
- GUANZIROLI, Carlos. et al. Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288 p.
- GUERRA, G. A. Diniz & MENEZES M. N. A. Do conceito de fertilidade ao de sustentabilidade. Novos cadernos NAEA, vol. 2, nº 2. Belém, 1999.
- HARDIN, Garret. La tragédia de los bienes comunes. In: Smith e Pinedo (eds.), El cuidado de los bienes comunes. Lima: IEP Ediciones/IBC, 2002.
- HÉBETTE, Jean & ABELÉM, Aurélio G. Assentamentos da reforma agrária na fronteira amazônica. In: SCHIMIDT, Benício V. et all. Os assentamentos da reforma agrária no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. 306 p.
- HURTIENE, Thomas. A nova fase da dinâmica populacional na Amazônia e as mudanças no mundo rural. In: SILVA, T. E. M. Ensaio: Desenvolvimento rural e transformação na agricultura. Sergipe: EMBRAPA/UFS, 2002. p.375-413.
- INCRA. Plano preliminar do projeto de assentamento 1º de janeiro. INCRA SR-26, Palmas-TO, agosto de 1997.
- INCRA. Relatório técnico do levantamento ocupacional do P.A. 1º de janeiro. INCRA SR-26, Palmas-TO, setembro de 2004.
- INCRA. Tipos de projetos criados e o número de famílias assentadas nos projetos de reforma agrária/SIPRA, 2006.

- JAMESON, David McCreery. A economia de Goiás no século XIX. In: GIRALDIN, Odair. A (trans) formação histórica do Tocantins. Goiânia: Universidade Federal de Goiás – UFG, 2002. 109-136 p.
- JULIO, Jorge Eduardo. (org.). Dinâmicas regionais e a questão agrária no estado de São Paulo: INCRA, 2006. 145 p.
- LANG, B. S. G.; AIRES, Lídia, M.; SOUSA, M. R. A interação social no trabalho de campo. In: Narrativas de homens e mulheres em famílias de camponeses trabalhadores migrantes. Paper apresentado no X Encontro do CSNE. Salcador: 2001.
- LEITE, Sérgio. Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: Aspectos políticos, econômicos e sociais. Seminário sobre reforma agrária e desenvolvimento sustentável. Fortaleza – CE. 18 p.
- LIPIETZ, Alan. Ecologia Política, a solução para a crise da instância política? In: LIRA, Elisandra Moreira et al. Avaliação da capacidade de uso da terra e dos impactos ambientais em áreas de assentamento na Amazônia ocidental. In: Revista de biologia e ciência da terra. Paraíba: EDUEP, 2006. 316-326 p.
- LOPES, Henrique O. S. et al. Suplementação alimentar de bovinos com misturas múltiplas em pastagem de *Brachiária brizantha* cv. Marandu na seca. Boletim de pesquisa e desenvolvimento, nº 10. Planaltina, EMBRAPA, 2001.
- MACHADO, LUCIANA DE Oliveira Rosa. *Reforma Agrária e Desflorestamento na Amazônia: Uma relação de causa e efeito?* Brasília 2002. 110p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável – Universidade Federal de Brasília.
- MARGULIS, Sérgio. Causa do desmatamento na Amazônia brasileira. Banco Mundial, 2003. Brasília – DF.
- MCGRATH, D. et al. Manejo comunitários de lagos de várzea e o desenvolvimento sustentável da pesca na Amazônia. Novos Cadernos do NEAE, v. 1, 1998.
- MELO. João Alfredo Teles (org.). Reforma agrária quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil. Brasília: Senado Federal, 2006.
- MENEZES, Marilda Aparecida. História Oral: uma metodologia para o estudo da memória. Natal: Revista vivência; UFRN, No. 28, 1983, p.23-36.

_____, Marilda Aparecida. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. Campina Grande: Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas/ Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Vol. 21, nº 01 (jan.-jun. 2002).

_____, Marilda e CUNHA, Luís Henrique. Espaço, memória e narrativa. IV Encontro de História Oral do Nordeste. Campina Grande, 2003.

_____, Marilda; LÍDIA, M. A. Aires; MARIA, R. de Sousa. Construindo narrativas orais: interações sociais no trabalho de campo. Reunião de antropologia do Mercosul. Florianópolis, 2003.

MICHELOTTI, Fernando. Atualização de gestão de recursos florestais por camponeses na região de Marabá – PA. Marabá: LASAT, 2004.

MORAIS, M. F. et all. Densidade e porosidade do solo como diagnóstico do estado de degradação do solos sob pastagens na região do Cerrado. Universidade federal de Goiás – UFG, 2002.

MORÁN, Emílio. A ecologia humana das populações da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1990. 367 p.

MOURÃO, Patrícia de Lucena. Os impactos dos projetos financiados pelo FNO-Especial nos sistemas de produção familiar do estado do Pará. In: TURA, Leticia Rangel & COSTA, Francisco de Assis (orgs.). Camponato e estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará. Brasília: Brasília Jurídica, 2000. 382 p.

MUSUMECI, Leonarda. O mito da terra liberta: Colonização espontânea, camponato e patronagem na Amazônia Oriental. São Paulo: Vértice, 1987

ORGANISTA, José H. Carvalho. O debate sobre a centralidade do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 184 p.

OSTRON, E. Reformulando los bienes comunes. In: Smith e Pinedo (eds.). El cuidado de los bienes comunes. Lima: IEP Ediciones/IBC, 2002.

PARENTE, Temis Gomes. O ouro como fonte de atraso. In: GIRALDIN, Odair. A (trans) formação histórica do Tocantins. Goiânia: Universidade federal de Goiás – UFG, 2002. 171-182 p.

PICOLI, Fiorelo. O capital e a devastação da Amazônia. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 255 p.

POLLACK, Michael Memória e identidade social. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212

PORTELLI, Alessandro. TENTADO ARENDER UM POUQUINHO. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. Projeto história: Revista do programa de estudos Pós-Graduação em história e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Educ. 1981

REYNAL, Vicent. et all. Agriculturas familiares em frente pioneira amazônica. Belém: Universidade federal do Pará/LASAT, 1995. 77 p.

RUA, Maria das Graças & ABRAMOVAY, Miriam. Companheiras de luta ou "coordenadoras de panelas": As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: UNESCO/MDA, 2000. 348 p.

SAUER, Sérgio. O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. In: SPAROVEC, G & FRANÇA, Caio Galvão. Assentamentos em debate. Brasília: MDA/NEAD, 2005.

SCOTT. James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. Campina Grande: Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas/ Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Vol. 21, nº 01 (jan.-jun. 2002).

SPAROVEK, Gerd. A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira. São Paulo: Páginas & Letras, 2003.

STEDILE. João Pedro; FERNADES, Bernardo Mançano. Brava gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. p.163.

SCHMIDT. Viero Benício et al. Os assentamentos da reforma agrária no Brasil. Brasília: UNB, 1998.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS. Zoneamento econômico e ecológico do Bico do Papagaio, 2002.

SILVA, C. M. Mazetto. Análise agroambiental de imóveis para uma reforma agrária sustentável, 2005 18 p.

SILVA, Leonardo Alvim B. Análise de ecossistemas em uma perspectiva de sustentabilidade: Um estudo de cultivo de pêssego na região da encosta superior do

nordeste do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1998. Dissertação (Mestrado em fitotecnia) – Centro de ciências Agrárias – Universidade federal do Rio Grande do Sul.

TREBITSCH, Michel. A função epistemológica e ideológica da história oral no discurso da história contemporânea. In: Moraes, Marieta (Org.), Rio de Janeiro: Diadorim/FINEP, 1994, p. 19-43.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da práxis. São Paulo: Expressão Popular, 2007, 488 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, (2003), Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, (21): 42-62 p.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX ENCONTRO ANUAL DAS ANPOCS, GT 17. Processos sociais agrários, Caxambu, MG, 1996, 16p.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. Análise de entrevista em pesquisas com história de vida: Questões metodológicas. Caderno CERU, série 2 – No. 11 – 2000.

WOORTMAN, Ellen F. & WOORTMAN, Klaas. O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora UNB, 1997. 192 p.

XIMENES, Sérgio. Minidicionário da língua portuguesa. São Paulo: Ediouro, 2000.

ANEXOS:

Anexo 01: Roteiro para entrevista com as famílias assentadas:

A) CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA: levantamento da origem dos assentados.

Pergunta 1:

Conte a sua história antes de vir para o assentamento?

De onde vieram seus pais, ou vocês? Que ano?

Como viviam lá?

O que é ser sem terra?

Pergunta 2:

Como decidiram vir para o assentamento?

O que pensavam sobre o MST?

Do que trabalhavam, como era o trabalho?

Pergunta 3:

Quais eram seus sonhos antes de vir?

Valeu a pena? Por quê?

Pergunta 4:

Quais entidades que atuaram no assentamento? Qual sua visão sobre elas?

B) CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA:

Pergunta 1:

Qual as principais formas de lazer da comunidade? E da juventude?

Quem organiza?

Pergunta 2:

Qual a participação da família na renda familiar?

Como dividem o trabalho?

Quem decide?

O que é trabalho para vocês?

Quais as formas de cooperação que vocês desenvolvem?

Pergunta 4:

Do que produzem e do que consomem, quantos % vem do lote e quanto vem de fora?

C) SISTEMAS PRODUTIVOS:

Pode desenhar seu lote e tudo que tem nele?

Como sonhava seu lote antes de vir para o assentamento? Alterou algo? Por quê?

O que acha que influenciou a forma com que conduziu o seu lote?

Como vê no futuro seu lote?

Quais os principais problemas ambientais que enfrenta no lote?

O tamanho é suficiente?

A força da terra tem se alterado nesses anos? Por quê?

E o que tem feito sobre isso?

2. Há quanto tempo mora no PA? _____ Já trocou de lote? Sim () Não ()
 Por quê? _____

3. Qual forma de aquisição do lote?
 () Acampado desde o início; () Assentado pelo INCRA; () Comprado; Valor da indenização? _____ Outro: _____

4. Qual atividade exercia antes de vir para o PA?
 Homem: _____ Mulher: _____

- DADOS SOBRE O LOTE

1- QUAL A CONDIÇÃO DE MORADIA ATUAL NO LOTE?

() LONA PRETA () ALVENARIA () PAU A PIQUE
 () TAIPA () TABUA () PALHA
 PISO: () CHÃO BATIDO () CIMENTO () CERÂMICA
 COBERTURA: () TELHA () PALHA
 NÚMERO DE CÔMODOS _____

ÁREA TOTAL _____

2- QUAL A CONDIÇÃO DE MORADIA ATUAL NA AGROVILA?

() LONA PRETA () ALVENARIA () PAU A PIQUE
 () TAIPA () TABUA () PALHA
 PISO: () CHÃO BATIDO () CIMENTO () CERÂMICA
 COBERTURA: () TELHA () PALHA
 NÚMERO DE CÔMODOS _____

ÁREA TOTAL _____

3- QUAIS AS VIAS DE ACESSO AO LOTE? _____ CONDIÇÕES:

() BOA () REGULAR () RUIM

4- DISTÂNCIA DO LOTE A AGROVILA OU A SEDE DO P. A. _____

3. RECURSOS NATURAIS:

3.1. Quais as fontes de água natural existentes no lote? () Córrego () Lago () Rio () Nenhuma

Nome das fontes: _____

() permanentes () temporárias

3.2 QUAL O ESTADO DE CONSERVAÇÃO? _____

3.3. COBERTURA VEGETAL (APLICAR NOS ASSENTAMENTOS QUE JÁ ESTÃO DEMARCADOS)

VEGETAÇÃO	ÁREA (HA)	UTILIZAÇÃO
Cenado		
MATA		
PASTAGEM		
PASTO		
CAPOEIRA		
OUTROS		

V- PRODUÇÃO

1- Quais são as principais atividades produtivas do lote (agricultura, pecuária, agroindustrial, etc)

2- Quais os membros da família envolvidos no processo de produção?

CULTURAS AGRÍCOLAS

1- Quais as culturas anuais e permanentes que são cultivadas na roça?

2- Você realiza algum tipo de plantio na forma consorciada? Com quais culturas são utilizadas estas práticas?

3- Das culturas citadas, quais, você considera que são as mais importantes? Por quê?

4-Situações das principais culturas plantadas na roça?

Principais culturas	Área Plantada (ha)	Colheita (quantidade)	Consumo (quantidade)	Comercialização		
				Quantidade	Preço (R\$)	Onde vende

5- De que forma comercializa sua produção?

() atacadistas () atravessadores () feiras () cooperativas () outros

6- Existe algum custo com transporte nesta comercialização? Quanto?

7- Você enfrenta problemas com a comercialização? Quais (estradas, transportes, eletrificação, etc)?

8- A família trabalha com algum tipo de semente crioula?

9- Quais as principais dificuldades e problemas enfrentados na plantação?

10- Você utiliza inseticidas, herbicidas e adubos?

PECUÁRIA:

Efetivo Pecuário:

Criação	Nº de cabeças	Tipo de produto	Consumo	Comercialização		
				Quantidade	Preço (R\$)	Onde vende

01- Quais as principais dificuldades para a criação destes animais?

Custo com transporte: _____

Beneficiamento: _____

2- Os animais são cadastrados na ADAPEC? () sim () não

Quais as vacinas que são aplicadas e em que espécies de animais?

3- Você utiliza outros meios para tratar os animais?

4- Existe algum tipo de manejo com relação à pastagem, quais e a que se destina?

5- Qual o estado da pastagem? () Bom () Regular () Ruim

6- Quais problemas existem na pastagem?

7- Fornece alimentação alternativa os animais quais?

SERVIÇOS DE APOIO A PRODUÇÃO

1- QUAL O TIPO DE EQUIPAMENTO UTILIZADO NA SUA PROPRIEDADE?

2- SÃO TODOS SEUS () SIM () NÃO () OUTROS _____

VIII - CRÉDITOS:

1- Já foi beneficiado com algum tipo de crédito? () Sim () Não

Tipo	Valor (R\$)	Período	Finalidade	Situação atual

IX - SAÚDE:

1 - QUAL O DESTINO DADO AO LIXO ORGÂNICO:

- () ADUBAÇÃO/RAÇÃO ANIMAL () QUEIMADO
() JOGADO MISTURADO COM O LIXO INORGÂNICO

2 - QUAL O DESTINO DADO AO LIXO INORGÂNICO (PAPEL, PLÁSTICO, VIDRO, METAL)

- () QUEIMADO () MISTURADO COM O LIXO ORGÂNICO
() CÉU ABERTO () ENTERRADO

3 - QUE TIPO DE ANIMAIS NOCIVOS APARECE NA CASA?

- () RATO () BARATA () COBRA
() MURIÇOCA () MOSCA () ESCORPIÃO
() BARBEIRO () OUTRO _____

4 - CRIA ANIMAIS DOMÉSTICOS? QUANTOS?

- () CACHORRO _____ () GATO _____
() PÁSSARO _____ () OUTRO _____

5 - SÃO VACINADOS?

- () SIM () NÃO

6- QUAIS AS PRINCIPAIS DOENÇAS QUE OCORREM NA FAMÍLIA?

7- EXISTE PESSOA NA FAMÍLIA PORTADORA DE DOENÇA CRÔNICA? _____ QUAL? _____

8- EXISTE PESSOA NA FAMÍLIA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS? _____ QUAL? _____

9- UTILIZA REMÉDIOS CASEIROS? _____ QUAIS? _____

10-QUE TIPO DE PLANTAS SÃO UTILIZADAS? _____

PARA QUAIS DOENÇAS _____

11- EM CASO DE ATENDIMENTO A SAÚDE RECORRE A QUEM:

- () HOSPITAL ONDE: _____ DISTÂNCIA ____ KM
() POSTO DE SAÚDE: _____ DISTÂNCIA ____ KM
() ENFERMEIRA _____ DISTÂNCIA ____ KM
() AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
OUTROS: _____

12- QUE DESTINO É DADO AOS DEJETOS (FEZES E URINA)?

- () BANHEIRO SEM FOSSA () FOSSA SECA
() BANHEIRO COM FOSSA () CÉU ABERTO

13- QUAL A FORMA DE ACESSO À ÁGUA?

- () CISTERNA/POÇO () CACIMBA () AÇUDE/REPRESA () POÇO ARTESIANO () OUTROS: _____

14- QUAIS AS FORMAS DE UTILIZAÇÃO?

15- FAZ ALGUM TIPO DE TRATAMENTO PARA ÁGUA?

() FERVE () FILTRA () CLORA () NENHUM

16- Alimentação:

11- Alimentação mais comum da família:

XI. EDUCAÇÃO

1- QUAL A DISTÂNCIA DO LOTE À ESCOLA? _____

2- A ESCOLA REALIZA ALGUM TIPO DE ATIVIDADE ENVOLVENDO A COMUNIDADE? _____

QUAL? _____

3- OS/AS ALUNOS/AS UTILIZAM TRANSPORTE ESCOLAR? _____ QUAL É O TIPO DO TRANSPORTE? _____

4-COMO É A SEGURANÇA DOS/AS ALUNOS/AS? _____

5-COMO É A PONTUALIDADE DO TRANSPORTE? _____

XII - CULTURA E LAZER:

1- NO ASSENTAMENTO POSSUI ALGUM (UNS) TIPO(S) DE DIVERTIMENTO / LAZER?

() SIM () NÃO

2- SE SIM, QUAL (AIS):

	Dentro do P.A	Fora do P.A
Homens		
Mulheres		
Jovens		
Crianças		
Idosos		

3- QUAIS OS EVENTOS CULTURAIS QUE OCORREM DURANTE O ANO?

4- A FAMÍLIA TRABALHA COM ARTESANATO? _____ QUE TIPO? _____

XIII - CAPACITAÇÃO

1- QUAIS OS CURSOS QUE O SENHOR (A) OU ALGUÉM DA FAMÍLIA JÁ PARTICIPOU NO PA?

QUEM DA FAMÍLIA	Curso	QUEM MINISTROU/ENTIDADE

2 - USOU NA PRÁTICA O QUE APRENDEU DURANTE O CURSO?

XIV - RELIGIÃO

1- A FAMÍLIA TEM ALGUMA RELIGIÃO? _____ QUAL? _____

XV - ORGANIZAÇÃO

1 - _____ ALGUÉM DA FAMÍLIA PARTICIPA DE ALGUMA ORGANIZAÇÃO? _____ QUAL? _____

2- PAGA ALGUMA CONTRIBUIÇÃO? _____ QUAL O VALOR? _____

3- A FAMÍLIA PARTICIPA DE ATIVIDADES COLETIVAS NO P .A.? _____ QUAIS? _____

XVI - RENDA FAMILIAR

1- ALÉM DA RENDA OBTIDA COM A PRODUÇÃO EM SEU LOTE, EXISTE OUTRA FONTE DE SUBSISTÊNCIA?

() SIM () NÃO

2- OUTRAS FONTES DE RENDA:

TIPO	QUANTAS PESSOAS DA FAMÍLIA	VALOR DA RENDA R\$
BOLSA FAMÍLIA		
PIONEIROS MIRINS		
VALE GÁS		
PENSÃO		
APOSENTADORIA		
PETI		
TRABALHO ASSALARIADO		
OUTROS		

3- QUAL O VALOR TOTAL ESTIMADO QUE A FAMÍLIA OBTÊM MENSALMENTE*?

4- QUAL O GASTO DA FAMÍLIA MENSALMENTE?

* - NA SISTEMATIZAÇÃO A RENDA A SER CONSIDERADA DEVEM SER OS VALORES DA VENDA DOS PRODUTOS, O QUE É CONSUMIDO E MAIS OUTRAS RENDAS COMO BENEFÍCIOS E/OU PROVENIENTES DE TRABALHOS ASSALARIADOS, MENOS O QUE ELE GASTA.